PREVI

RELATÓRIO ANUAL **2018**

Sumário

03 Apresentação

04 Mensagens da liderança
05 Diretoria Executiva
07 Conselho Deliberativo
08 Conselho Fiscal
09 Conselho Consultivo do Plano 1
10 Conselho Consultivo do Previ Futuro

11 A Previ
17 A Previ em números – 2018
19 Governança corporativa

32 Estratégia e planejamento
42 Responsabilidade socioambiental em investimentos

47 Políticas e decisões de investimento
53 Desempenho dos investimentos do Plano 1
63 Desempenho dos investimentos do Previ Futuro
70 Operações com participantes
73 Relação de empresas participadas

75 Planos de benefícios
77 Plano 1
82 Previ Futuro
86 Carteira de Pecúlios (Capec)
88 Plano de Gestão Administrativa (PGA)

91 Relacionamento com os públicos
93 Participantes
103 Público interno
116 Relacionamento institucional

118 Anexo GRI
119 Sobre o Relatório
119 Sumário de conteúdo GRI

126 Demonstrações financeiras
153 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas
224 Parecer Atuarial
250 Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis
252 Parecer do Conselho Fiscal
253 Manifestação do Conselho Deliberativo
254 Demonstração do Valor Adicionado
256 Balanço Social padrão iBase

263 Créditos

Apresentação

"Foco do associado" e "Transparência" são dois dos Valores fundamentais da Previ. O Relatório Anual 2018, cujo objetivo principal é comunicar a seus participantes as principais conquistas e trazer informações sobre o desempenho da Entidade no ano, traduz de forma concreta esses Valores. De forma concisa, este documento resume a posição de mercado e os resultados econômicos da Previ em 2018; a situação das reservas e a saúde financeira dos planos de benefícios; a estratégia que regeu as decisões de investimento e as rentabilidades de cada categoria de ativos; e os avanços na gestão de pessoas e no relacionamento com os associados.

O Relatório também aborda, de forma ampla, os esforços empreendidos em prol da sustentabilidade da Previ: as iniciativas de inovação que vão transformar os processos internos da Entidade, a adoção de critérios de responsabilidade socioambiental em seus investimentos e no relacionamento com a sociedade e a ênfase na integridade, tendo a ética por fundamento na condução de suas atividades.

O conteúdo do Relatório Anual 2018 foi elaborado de acordo com os padrões da Global Reporting Initiative (GRI), organização não governamental que estabelece padrões mundialmente aceitos para reporte de desempenho e impactos sociais, econômicos e ambientais. Foram adotadas as diretrizes GRI Standards, o mais atualizado conjunto de indicadores disponibilizados pela GRI, em nível Essencial.

Boa leitura!

Mensagens da liderança

Diretores e conselheiros apresentam suas análises sobre o ano de 2018

Diretoria Executiva GRI 102-14

O ano de 2018 foi particularmente turbulento para o país, diante das incertezas dos ambientes político e econômico. Apesar desse cenário, a Previ teve um ano positivo, com desempenhos superiores à meta atuarial acumulada de 8,61% em seus planos de benefícios, o que comprova que os ativos da Previ são sólidos, fortes e resilientes, compostos por empresas da economia real. O bom resultado também manteve os associados da Previ isentos de contribuições extraordinárias.

No Plano 1, o resultado positivo permitiu a geração de superávit acumulado, o que reforça a qualidade dos ativos da carteira do Plano, a Política de Investimentos consistente e o corpo técnico qualificado da Previ.

O Previ Futuro, hoje um dos maiores planos de benefícios do mercado de previdência complementar fechada, também obteve resultado positivo no ano. Nesse plano, o valor do benefício de aposentadoria depende do saldo de conta do associado e, por isso, a Previ realiza diversas ações junto aos participantes do plano com o objetivo de promover educação financeira e previdenciária.

Uma das ferramentas utilizadas para isso é o App Previ, que tem evoluído constantemente. Os participantes do Previ Futuro contam com ferramentas como o Simulador de Dedução de IR, que ajuda a calcular o valor que pode ser abatido do Imposto de Renda, e o “Meu Benefício”, um simulador que permite planejar a aposentadoria a partir de um benefício-alvo. O aplicativo conta ainda com serviços como Contribuições, Empréstimo Simples, contracheque, além de divulgar as notícias da Entidade.

No final de 2018, foi aprovada a alteração da Tábua de Mortalidade dos planos de benefícios. A mudança, válida desde janeiro de 2019, traz mais segurança aos planos, pois proporciona uma medição mais precisa do passivo atuarial da Entidade, ou seja, do quanto a Previ pagará para seus associados e seus beneficiários ao longo do tempo.

Foi dada continuidade à divulgação dos resultados dos planos, efetuada por meio do Boletim de Desempenho, publicado mensalmente, e das apresentações realizadas nas 15 principais capitais do país, que concentram mais de 85% dos associados da Previ. A iniciativa reforça o compromisso da Entidade com a transparência, uma vez que a exigência legal é de que a publicação desses dados seja realizada apenas uma vez por ano.

O ano contou ainda com a realização de processo de consulta aos participantes para a escolha dos seus representantes nos Conselhos Deliberativo, Fiscal, Consultivos dos Planos 1 e Previ Futuro e na Diretoria Executiva da Entidade. A eleição contou com participação recorde dos associados, influenciada pela abertura de dois novos canais para a votação: o App Previ e os terminais de autoatendimento do Banco do Brasil. As duas opções juntas receberam cerca de 27% dos votos computados.

A base sólida formada pelos quatro pilares da governança da Previ (o estatuto, o modelo de paridade, a estrutura segregada e o corpo técnico) possibilitam que, mesmo com a renovação do quadro de dirigentes, a continuidade dos trabalhos e o entrosamento dos administradores de ambas as representações não seja prejudicado.

Outro ponto de destaque foi a implantação do Comitê de Auditoria. Esse órgão, vinculado diretamente ao Conselho Deliberativo, tem como objetivo reduzir a assimetria das informações ao verificar a qualidade dos processos que as proveem, bem como analisar a veracidade dos dados informados nos relatórios gerenciais e financeiros enviados aos Conselhos e à Diretoria Executiva. Sua implantação reflete um amadurecimento e também um aprimoramento das práticas de governança, gestão e controles internos a serem observados pelas EFPC.

Merecem destaque ainda o projeto de otimização do uso da sede da Entidade, que vai proporcionar uma economia anual de aproximadamente R$ 5,7 milhões, e o projeto Plataformas, que promoverá a substituição dos sistemas de seguridade e gestão empresarial da Previ até o ano de 2021, visando potencializar a eficiência na prestação de serviços aos associados por meio de uma plataforma tecnológica mais ágil e flexível.

Por fim, reafirmamos que a Diretoria Executiva está atuante no objetivo de somar forças para que a Previ alcance os melhores níveis de eficiência de gestão, e seus quase 200 mil associados possam continuar a desfrutar a tranquilidade de ter seus benefícios pagos rigorosamente em dia.

Conselho Deliberativo

O ano de 2018 foi marcado por um quadro macroeconômico volátil no país, em razão principalmente das incertezas do processo eleitoral e das condições externas menos favoráveis aos países emergentes, que resultaram em um crescimento econômico abaixo do que se esperava no início do ano. Mesmo com a desaceleração na retomada da atividade econômica brasileira, encerramos o ano com a inflação abaixo da meta e com a taxa de juros estabilizada, sendo um ano bastante positivo para os investimentos em renda variável, com a bolsa de valores brasileira batendo recordes consecutivos.

Nesse cenário, os planos da Previ obtiveram rentabilidade bastante superior às suas metas, estabelecidas pelas Políticas de Investimentos. No caso do Plano 1, o resultado positivo em 2018 permitiu um marco importante, que foi a reversão do quadro de déficit acumulado, ainda existente ao final do exercício de 2017, para um superávit acumulado de R$ 6,5 bilhões. O Previ Futuro, plano mais jovem e em fase de acumulação de recursos, alcançou em 2018 um patrimônio de R$ 15,0 bilhões, o que o coloca em uma posição de destaque no ranking nacional da indústria de previdência complementar fechada, em apenas 20 anos de existência.

A gestão da Previ foi conduzida com energia e foco nos direcionadores que permeiam nossas ações, que são o Planejamento Estratégico e as Políticas de Investimentos, instrumentos de construção integrada entre as diversas áreas técnicas, a Diretoria Executiva e o Conselho Deliberativo, com a participação dos Conselhos Consultivos do Plano 1 e do Previ Futuro.

Destacamos que em 2018 a Previ foi contemplada com o Selo de Autorregulação em Governança de Investimentos, certificado que considera a transparência dos processos, a garantia à informação adequada sobre os planos de benefícios, a adoção de boas práticas entre partes interessadas e as obrigações relativas à gestão de investimentos e de riscos da Entidade. Em 2018, a Previ foi também reconhecida pelo Conselho de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro (CRC) com o Certificado de Empresa Cidadã.

Em relação à governança, foi implantado em 2018 o Comitê de Auditoria da Previ, iniciativa que reforça o compromisso da Entidade com a transparência e o aprimoramento da governança corporativa e dos controles internos.

Somos reconhecidamente um dos maiores investidores institucionais do Brasil e importante agente na movimentação da economia nacional, com o volume de recursos que injetamos na economia brasileira por meio do pagamento de benefícios. Em 2018, pagamos benefícios de complemento de aposentadoria e pensão da ordem de R$ 12 bilhões para mais de 100 mil famílias, volume este superior ao PIB de alguns estados brasileiros.

Para isso, além do comprometimento das lideranças e do quadro de funcionários tecnicamente qualificado, é fundamental que todos nós, associados, acompanhemos os destinos da Entidade para garantir o reforço contínuo das boas práticas de governança, de gestão e mitigação de riscos, que oferecem maior robustez aos números futuros a serem gerados, reforçando o cumprimento de nossa missão de "garantir o pagamento de benefícios a todos nós, associados, de forma eficiente, segura e sustentável".

Conselho Fiscal

Em 2018, vivenciamos um cenário de volatilidade no país, com consequente desaceleração na retomada da atividade econômica brasileira. Ainda assim, tivemos um ano muito positivo para o segmento de renda variável, com a bolsa de valores batendo diversos recordes, o que contribuiu para que a Previ alcançasse rentabilidade expressiva nos ativos dos Planos de Benefícios 1 e Previ Futuro.

O Plano 1 teve rentabilidade superior ao dobro da meta atuarial, atingindo marco importante em 2018, que foi a reversão do quadro de déficit acumulado, oriundo da conjuntura econômica brasileira vivenciada em 2015. Importante frisar que todo esse processo de reversão se deu ao longo dos últimos três anos, sem necessidade de acionamento de contribuições extraordinárias pelos participantes e assistidos, o que só reforça a resiliência e qualidade dos ativos da carteira do Plano que, ao menor sinal de recuperação da economia, retomaram sua performance.

O Previ Futuro também obteve rentabilidade expressivamente superior à meta definida por sua Política de Investimento e é hoje um plano de benefícios de destaque na indústria de previdência complementar fechada, decorridas apenas duas décadas de sua criação.

Por ser um plano ainda jovem, em fase de acumulação, no qual o valor da aposentadoria depende consideravelmente do volume de recursos acumulados durante a vida laboral, a Previ implementa ações que propiciam maior aproximação com os participantes do plano, com o objetivo de consolidar a cultura previdenciária.

Nesse sentido, em 2018 foi dada continuidade a ações específicas de educação financeira e previdenciária e de aprimoramento na Política de Investimento do plano, dentro do objetivo de maximizar o benefício futuro dos participantes.

Outro ponto de destaque no ano foi a alteração da Tábua de Mortalidade dos planos de benefícios, que proporcionou maior aderência ao atual contexto da expectativa de vida dos associados. Essa revisão acarreta um aumento do compromisso financeiro dos planos, porque é consequência de uma longevidade cada vez maior dos participantes, e proporciona mais segurança para todos os associados.

O Conselho Fiscal, como órgão responsável pela fiscalização da gestão administrativa e econômico-financeira da Entidade, manteve-se atento e monitorou, durante todo o ano, os atos de gestão, os principais números, os investimentos e as decisões mais relevantes envolvendo o Plano 1, o Previ Futuro, a Capec e o PGA, zelando pela prática de integridade e transparência, marca registrada dos 114 anos de história da Previ.

Por fim, este Conselho ratifica seu compromisso de exercer suas atribuições com responsabilidade e zelo, com o objetivo de assegurar o cumprimento de nossa missão de "garantir o pagamento de benefícios a todos nós, associados, de forma eficiente, segura e sustentável".

Conselho Consultivo do Plano 1

O ano de 2018 representou um marco importante para o Plano 1, quando por fim se consolidou a reversão do quadro de déficit acumulado, decorrente de questões econômicas conjunturais vivenciadas em 2015. Mais uma vez os números confirmam a governança fortalecida da Previ. Com ativos sólidos, fortes e resilientes, os investimentos da Previ em boas companhias voltaram a rentabilizar ao menor sinal de recuperação da economia, como os números já comprovaram diversas vezes.

Em 114 anos, a Previ nunca deixou de pagar benefícios ou precisou cobrar contribuições extraordinárias dos seus participantes. Temos a convicção de que pilares sólidos são essenciais para a construção de uma estrutura perene, que permita o cumprimento da missão da Entidade, de "garantir o pagamento de benefícios a todos nós, associados, de forma eficiente, segura e sustentável". Em 2018, pagamos benefícios de complemento de aposentadoria e pensão na ordem de R$ 12 bilhões, volume esse equivalente ao valor de mercado de importantes empresas brasileiras.

A Previ possui critérios rigorosos em seus investimentos e tem como balizadores da sua gestão as Políticas de Investimentos e o Planejamento Estratégico, o que lhe permite um olhar tranquilo sobre o futuro. Registramos que este Conselho Consultivo, no âmbito de suas atribuições, permanece próximo à gestão da Previ, zelando para que esta continue a ser praticada com integridade e transparência.

Conselho Consultivo do Previ Futuro

Em um cenário de alta volatilidade no país, encerramos o ano de 2018 com o Previ Futuro alcançando rentabilidade de 14,06%, superior à meta de rentabilidade de sua Política de Investimentos, de 8,61% (INPC + 5%). O Plano encerrou o exercício com patrimônio de R$ 15,0 bilhões, montante 24% maior se comparado a 2017, e ocupa posição de destaque no modelo de previdência complementar fechada.

O Previ Futuro é um plano no qual o valor da aposentadoria depende do volume de recursos acumulados durante a vida laboral. Assim, a adesão às contribuições adicional (2b) e complementar (2c), além da escolha do Perfil de Investimento, constituem aspectos determinantes para a composição do futuro benefício.

Em consonância com o objetivo estratégico de "maximização dos benefícios e equilíbrio do Plano Previ Futuro", o Conselho Consultivo vem atuando junto à Previ de forma a buscar maior aproximação com os participantes. Dentre essas ações, destacam-se as novas funcionalidades do App Previ desenvolvidas para o público do Previ Futuro, que buscam facilitar a realização de alterações no plano, como aquelas referentes às contribuições extras, simulador de benefício futuro, alterações de Perfis de Investimentos, além do simulador de IR.

Soma-se às novas facilidades, o incremento da educação previdenciária com novos cursos na trilha previdenciária em ambiente da Universidade Corporativa do Banco do Brasil (UniBB).

Registre-se a importância dos órgãos colegiados da Previ, que garantem modelo exemplar de governança dentro do sistema de previdência complementar fechada do país.

O Conselho Consultivo do Previ Futuro agrega-se a esse modelo como órgão colegiado de discussões específicas de temas concernentes ao plano e tem deixado sua marca de importante atuação e colaboração na gestão.

Por fim, o Conselho destaca a importância do tripé contribuição, tempo e rentabilidade para a constituição da reserva do participante e o convida a acompanhar e planejar seu saldo de conta, de forma a se apropriar ativamente da construção do seu futuro.

A Previ

O perfil da Entidade: Valores fundamentais, presença no mercado e estrutura de governança

Fundada em 1904 como Caixa Montepio dos Funccionarios do Banco da República do Brazil, a Previ (Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil) possui ativos totais que somam R$ 205,6 bilhões e um conjunto de cerca de 200 mil associados. Sediada no Rio de Janeiro (RJ), administra reservas para fazer frente ao pagamento de benefícios aos funcionários e ex-funcionários do Banco do Brasil, aos empregados do quadro próprio da Entidade e aos seus beneficiários. GRI 102-1, 102-3, 102-4, 102-5, 102-6, 102-7

Missão, Visão e Valores GRI 102-16

Orientada por uma estratégia de longo prazo, a gestão da Previ é focada no pagamento de benefícios de forma eficiente, segura e sustentável, de modo a manter o cumprimento de todos os compromissos firmados com os associados. A Missão, a Visão e os Valores da Entidade resumem e orientam essa estratégia, indicando as prioridades consideradas pela Previ em suas decisões.

Em 2018, durante a atualização anual do Plano Estratégico da Previ, os Valores foram reformulados para expressar de forma mais direta e objetiva as crenças da Entidade. Entendemos que a "Ética", que anteriormente era um Valor, perpassa todos os demais valores corporativos. Por isso, foi considerada um dos fundamentos da Previ. Já a "Integridade" e a "Integração" foram incluídas no rol de Valores.

Missão

Garantir o pagamento de benefícios a todos nós, associados, de forma eficiente, segura e sustentável.

Visão

Ser a melhor administradora de planos de benefícios do Brasil, referência internacional e motivo de orgulho para associados, patrocinadores e funcionários.

Valores

Tendo a ética por fundamento, a Previ segue valores sólidos em sua atuação:

Foco do associado: é o olhar dos associados, como donos, que direciona a Previ.

Integridade: é o respeito incondicional aos nossos princípios e valores éticos e às normas internas e externas.

Transparência: é a disponibilização clara e tempestiva de informações para nossos públicos.

Comprometimento: é a identificação e o envolvimento total com o cumprimento de nossa Missão.

Integração: é o trabalho colaborativo em busca de um objetivo comum.

Inovação: é identificar e desenvolver novas ideias para fazer melhor no dia a dia.

Eficiência: é a busca constante pela excelência na gestão de processos e recursos.

A Previ administra três planos de benefícios: dois de pagamento de natureza continuada, Plano 1 e Plano Previ Futuro, cujas contribuições básicas mensais dos participantes são acompanhadas pelo Banco do Brasil na mesma proporção, e um que oferece benefício de pagamento único, a Carteira de Pecúlios (Capec). GRI 102-2

PLANO 1

Plano de benefício definido que inclui os funcionários do Banco do Brasil empossados até 23 de dezembro de 1997. Considerado um plano maduro, com mais participantes aposentados do que em fase laboral, o Plano 1 não aceita novas adesões. Pagou em benefícios aos seus assistidos em 2018 aproximadamente R$ 12 bilhões.

PLANO 1 EM 2018[1]

91,0%
dos participantes já recebem benefícios

113.173
participantes

R$ 189,8 bi
em ativos totais

1 Posições em 31/12/2018, com ativos exclusivos dos respectivos planos.

PREVI FUTURO

Plano de previdência complementar de contribuição variável, de adesão voluntária, oferecido aos funcionários do Banco e do quadro próprio da Previ admitidos a partir de 24 de dezembro de 1997. Aberto a adesões de funcionários da ativa ou entrantes, é um plano em fase de consolidação de patrimônio, ainda com baixo percentual de aposentados.

PREVI FUTURO EM 2018[1]

86.039
participantes

97,9%
dos participantes ainda estão na ativa

R$ 15,0 bi
em ativos totais

1 Posições em 31/12/2018, com ativos exclusivos dos respectivos planos.

CAPEC

Oferece pecúlios em caso de falecimento dos participantes ou dos seus cônjuges/companheiros e invalidez. É aberto para adesões a todos os funcionários do Banco do Brasil e do quadro próprio da Previ em qualquer idade e aos aposentados e cônjuges/companheiros dos participantes (integrante do Pecúlio Especial) que não tiverem completado 56 anos de idade. Pode se inscrever no Pecúlio Mantença (modalidade de pecúlio oferecida ao integrante do Pecúlio Especial se o participante vier a falecer antes dele) somente o integrante indicado no Pecúlio Especial. Nesse caso, o integrante passa à condição de mantenedor e assume o compromisso de continuar recolhendo as contribuições na forma indicada pela Previ. Já no Pecúlio Invalidez, somente funcionários da ativa que não tiverem completado 56 anos de idade.

CAPEC EM 2018[1]

R$ 280,4 mi
pagos em pecúlios

127.019
participantes

R$ 478,94 mi
em ativos totais

1 Posições em 31/12/2018, com ativos exclusivos dos respectivos planos.

Geração de valor

Para cumprir sua Missão, a Previ investe os recursos depositados pelos participantes em diversos tipos de ativos (renda fixa e variável, imóveis, investimentos no exterior, investimentos estruturados e operações com participantes) de modo a obter a rentabilidade necessária ao pagamento de benefícios a todos os associados e seus dependentes. Além disso, a Previ aloca outros capitais em seus negócios, que se relacionam para cumprir sua missão de garantir o pagamento de benefícios a todos nós, associados, de forma eficiente, segura e sustentável. O quadro a seguir resume o modelo empregado pela Entidade na utilização de seus capitais (fontes de valor que aumentam, diminuem ou se transformam por meio de atividades e produtos) e como esses capitais geram valor para os participantes.

TIPO DE CAPITAL	DE ONDE VEM	COMO A PREVI O EMPREGA PARA GERAR VALOR E CUMPRIR SUA MISSÃO
Capital financeiro	Contribuições mensais dos participantes e dos seus patrocinadores (Banco do Brasil e a própria Previ)	Os recursos são investidos de maneira diversificada, obedecendo às Políticas de Investimentos de cada plano e aos princípios ASGI adotados pela Previ
Capital humano	Empregados da própria Entidade, funcionários cedidos pelo Banco do Brasil, terceirizados, estagiários e jovens aprendizes	Após uma seleção que inclui avaliações curricular e comportamental e entrevistas, os profissionais recebem treinamentos e capacitações constantes, num processo de atualização permanente
Capital intelectual	Os funcionários da Previ são qualificados e têm experiência em diversas áreas de conhecimento, indispensáveis ao desempenho de suas funções, em temas como mercados de capitais, gestão de risco em investimentos, planejamento financeiro, análises macroeconômicas, atendimento, gestão de pessoas, tecnologia da informação, seguridade e atuária	Esses conhecimentos são usados em atendimentos, comunicação com os participantes, suporte da operação, no cálculo de benefícios e da reserva e na condução dos investimentos, que contemplam análises de risco e a necessária proteção ao patrimônio da Entidade
Capital social	Rede de relacionamento com públicos de interesse, na qual se destacam participantes, pensionistas e funcionários do Banco do Brasil em geral. A Instituição também mantém estreito contato com diversos segmentos do mercado financeiro, segmentos de previdência complementar, associações de participantes, as empresas de sua carteira de participações, carteira imobiliária, várias instâncias do poder público e órgãos reguladores	A Previ busca constantemente ampliar a transparência na relação com todos os seus públicos. Em 2018, esse esforço incluiu a evolução das formas de prestação de contas e de relacionamento com associados e demais públicos de interesse

Além de ser a maior instituição brasileira do segmento – e considerada pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc, principal órgão de supervisão do setor) como uma Entidade Sistemicamente Importante (ESI), – a Previ é uma referência no setor de previdência complementar fechada em termos de resultados financeiros, eficiência na gestão e integridade em seus processos de governança. Essa posição é garantida por uma série de diferenciais, diretamente relacionados aos capitais empregados pela Instituição:

- **Conta com um corpo técnico formado por especialistas em planejamento**, gestão de investimentos, operações financeiras, seguridade, atendimento, entre outras áreas, que passam por processos contínuos de aprimoramento e atualização de capacidades;

- **Sua força de trabalho é quase integralmente composta por funcionários cedidos pelo Banco do Brasil**, que também são associados dos planos de benefícios. Hoje, eles administram os recursos que proverão, no futuro, suas aposentadorias e, por isso mesmo, primam pela responsabilidade, pelo respeito e pela transparência na gestão dos ativos;

- **A observância das melhores práticas de administração é garantida pelo modelo de governança da Previ.** Seu Estatuto prevê a composição de todos os órgãos colegiados de forma paritária. Além disso, há segregação de funções entre as áreas responsáveis pelo planejamento, pela execução e pelo monitoramento das decisões de investimento, o que garante uma gestão assertiva e criteriosa;

- **A mesma estrutura inclui um amplo conjunto de políticas e diretrizes formais voltadas à disseminação de uma conduta ética e íntegra por parte dos funcionários**, bem como direcionamentos para temas como conformidade legal, gestão de riscos, ações anticorrupção e controles internos;

- **As normas internas que regem a gestão da Previ contam com determinações que vão além das exigências dos órgãos regulamentares**, como a composição paritária da Diretoria Executiva (proporção igual de membros eleitos pelos associados e indicados pelo patrocinador, o Banco do Brasil, o que legalmente é exigido apenas para os Conselhos Deliberativo e Fiscal) e a necessidade de maioria absoluta nas decisões tomadas pela Diretoria Executiva (sem voto de minerva).

O corpo técnico da Previ é composto por especialistas de diversas áreas, cedidos pelo Banco do Brasil

R$ 205,6 bilhões

total dos ativos da Entidade ao fim de 2018

Entre os diferenciais da Previ no mercado, destacam-se a solidez de sua governança corporativa e o alto nível técnico de seus gestores e especialistas

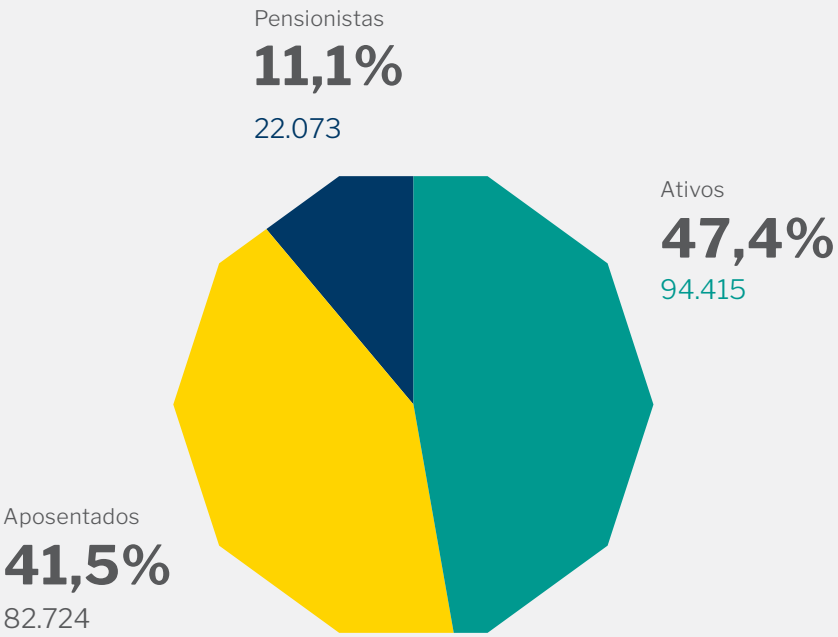
A Previ em números – 2018

Total de participantes

TOTAL: 199.212

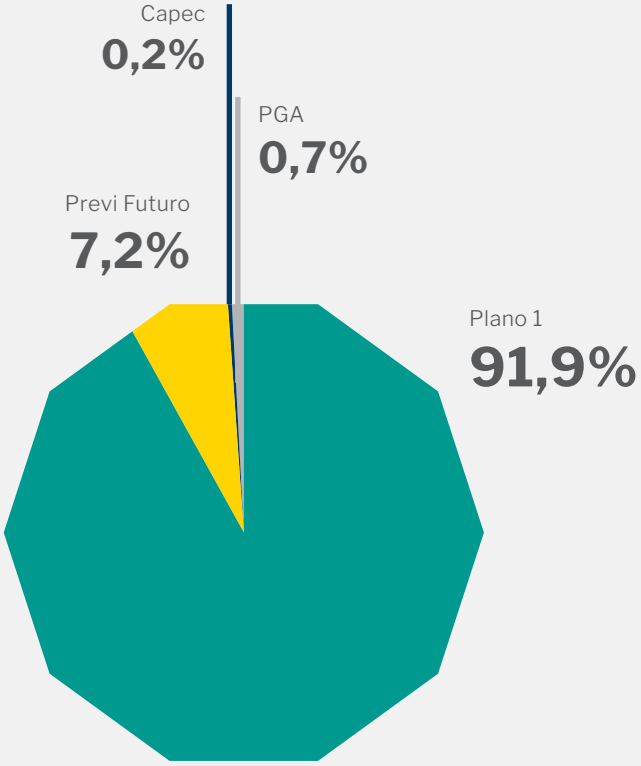
Participantes, por situação

TOTAL: 199.212



Total de ativos

R$ 205,6 bilhões



Governança corporativa

Composição da Diretoria e dos Conselhos em 2018

São três os órgãos estatutários de alta liderança responsáveis pela gestão e pela fiscalização das atividades da Previ.

- A **Diretoria Executiva** é composta por seis membros. Três (presidente, diretor de Investimentos e diretor de Participações) são indicados pelo Banco do Brasil e três (diretor de Seguridade, diretor de Planejamento e diretor de Administração) são eleitos pelos associados. A Diretoria Executiva cuida da administração geral e propõe e executa as diretrizes e políticas aprovadas pelo Conselho Deliberativo, além dos demais atos necessários à gestão. Os mandatos dos diretores são de quatro anos, com possibilidade de uma recondução consecutiva ou de várias não consecutivas e renovação de metade das cadeiras a cada dois anos.

REPRESENTAÇÃO	DIRETORIA	TITULAR (em 31/12/2018)	MANDATO
Indicados pelo Banco do Brasil	Presidência	José Maurício Pereira Coelho [1]	12/07/2018 a 31/05/2022
	Investimentos	Marcus Moreira de Almeida	01/06/2016 a 31/05/2020
	Participações	Renato Proença Lopes	01/06/2016 a 31/05/2020
Eleitos pelos participantes e assistidos	Planejamento	Paula Regina Goto [2]	15/08/2018 a 31/05/2022
	Seguridade	Marcel Juviniano Barros	01/06/2016 a 31/05/2020
	Administração	Márcio de Souza [3]	01/06/2018 a 31/05/2022

1 Em substituição a Gueitiro Matsuo Genso, que renunciou em 11.07.2018
2 Em substituição a Marcus Martins Madureira, com mandato encerrado em 14.08.2018
3 Em substituição a Cecília Mendes Garcez Siqueira, com mandato encerrado em 31.05.2018

A Diretoria Executiva reúne dirigentes indicados pelo Banco do Brasil e outros eleitos diretamente pelos participantes dos planos

- O **Conselho Deliberativo** é o órgão máximo da administração da Previ, responsável pela definição da política geral de administração da Entidade e de seus planos de benefícios. Composto por seis membros titulares e respectivos suplentes. Três são eleitos pelos participantes e assistidos e outros três indicados pelo Banco do Brasil. Os mandatos dos conselheiros são de quatro anos, com possibilidade de uma recondução consecutiva ou de várias não consecutivas. Metade das vagas é renovada a cada dois anos.

REPRESENTAÇÃO	CONSELHEIRO TITULAR (em 31/12/2018)	CONSELHEIRO SUPLENTE	MANDATO
Indicados pelo Banco do Brasil	Walter Malieni Junior (Presidente)	Carlos Célio de Andrade Santos	01/06/2016 a 31/05/2020
	Cicero Przendsiuk [1]	João Pinto Rabelo Junior [3]	01/06/2018 a 31/05/2022
	Márcio Hamilton Ferreira [2]	Lucineia Possar [3]	01/06/2018 a 31/05/2022
Eleitos pelos participantes e assistidos	Carlos Alberto Guimarães de Sousa	Odali Dias Cardoso	01/06/2016 a 31/05/2020
	Wagner de Sousa Nascimento	Rafael Zanon Guerra de Araujo	01/06/2016 a 31/05/2020
	Antonio Sergio Riede [4]	Luciana Athaide Brandão Bagno [5]	01/06/2016 a 31/05/2020 01/06/2018 a 31/05/2022

1 Em substituição a Carlos Alberto Araújo Netto, com mandato encerrado em 31.05.2018.
2 Em substituição a Eduardo Cesar Pasa, com mandato encerrado em 31.05.2018.
3 Cargos vagos até 31.05.2018
4 Em substituição a Antonio José de Carvalho, com mandato encerrado em 31.05.2018.
5 Em substituição a José Bernardo de Medeiros Neto, que renunciou em 01.02.2018

Órgão máximo da administração da Previ, o Conselho Deliberativo responde pela definição da política geral de gestão da Entidade

- O **Conselho Fiscal** é o órgão de controle interno que realiza a fiscalização da gestão administrativa e econômico-financeira da Previ. É formado por quatro membros efetivos e respectivos suplentes, dos quais dois são eleitos por participantes e assistidos, e dois indicados pelo Banco do Brasil. Metade das vagas é renovada a cada dois anos, sendo vedada a recondução.

REPRESENTAÇÃO	CONSELHEIRO TITULAR (em 31/12/2018)	CONSELHEIRO SUPLENTE	MANDATO
Eleitos pelos participantes e assistidos	Rosalina do Socorro Ferreira Amorim (Presidente) [1]	Fábio Santana Santos Ledo	01/06/2016 a 3/.05/2020
	Paulo Cesar Soares de França [2]	Haroldo do Rosário Vieira [3]	01/06/2018 a 31/05/2022
Indicados pelo Banco do Brasil	Eslei José de Morais [4]	Ênio Mathias Ferreira [5]	01/06/2018 a 31/05/2020
	Aureli Carlos Balestrini [6]	José Caetano de Andrade Minchillo [3]	01/06/2018 a 31/05/2022

1 Assumiu a presidência do Conselho Fiscal em 01.06.2018, em substituição ao então presidente Williams Francisco da Silva, que teve seu mandato encerrado em 31.05.2018.
2 Em substituição a Williams Francisco da Silva, com mandato encerrado em 31.05.2018.
3 Cargos vagos até 31.05.2018.
4 O Conselheiro Eslei José de Morais exerceu mandato como Conselheiro Fiscal suplente de 01.06.2016 a 31.05.2018, assumindo a titularidade em lugar de Rudinei dos Santos.
5 Em substituição a Eslei José de Morais, que assumiu a titularidade em 01.06.2018.
6 Em substituição a Adriano Meira Ricci, com mandato encerrado em 31.05.2018.

- Outros dois órgãos – os **Conselhos Consultivos do Plano 1** e do **Previ Futuro**, também compostos por integrantes eleitos e por membros indicados pelo Banco do Brasil, acompanham e formulam propostas sobre a gestão dos respectivos planos.

Conselho Consultivo do Plano 1

REPRESENTAÇÃO	CONSELHEIRO TITULAR (em 31/12/2018)	CONSELHEIRO SUPLENTE	MANDATO
Eleitos pelos participantes e assistidos	José Ulisses de Oliveira	Rita de Cássia de Oliveira Mota	01/06/2016 a 31/05/2020
	Rubens Rodrigues Costa [1]	Antonio Cladir Tremarin [2]	01/06/2018 a 31/05/2022
	Osvaldo Basso [3]	João Cirino Guassi [2]	01/06/2018 a 31/05/2022
Indicados pelo Banco do Brasil	Gerson Eduardo de Oliveira	César José Dhein Hoefling	01/06/2016 a 31/05/2020
	Fernando Carlos Pelisser [4]	Emerson Luis Zanin [5]	01/06/2016 a 31/05/2020
	José Avelar Matias Lopes [6]	Mônica Hackbart [2]	01/06/2018 a 31/05/2022

1 Em substituição a Luiz Carlos Teixeira, com mandato encerrado em 31.05.2018.
2 Cargos vagos até 31.05.2018
3 Em substituição a Paulo Roberto Pavão, com mandato encerrado em 31.05.2018.
4 Iniciou mandato em 01.06.2018, para complemento do mandato iniciado em 01.06.2016 de Marco Tulio Moraes da Costa, que renunciou em 29.05.2018.
5 Iniciou mandato em 01.06.2018, para complemento do mandato iniciado em 01.06.2016 de Célio Cota de Queiroz, que renunciou em 29.05.2018.
6 Em substituição a Augusto Cesar Machado, com mandato encerrado em 31.05.2018.

Conselho Consultivo do Previ Futuro

REPRESENTAÇÃO	CONSELHEIRO TITULAR (em 31/12/2018)	CONSELHEIRO SUPLENTE	MANDATO
Eleitos pelos participantes e assistidos	Deborah Negrão de Campos [1]	Tânia Dalmau Leyva	01/06/2016 a 31/05/2020
	Pablo Sérgio Mereles Ruiz Dias [2]	Davi José Pereira Basso [3]	01/06/2018 a 31/05/2022
	André Luiz Alves [4]	Mariana Coelho de Almeida Akutsu Lopes [5]	01/06/2018 a 31/05/2022
Indicados pelo Banco do Brasil	Emmanoel Schmidt Rondon	Thiago Afonso Borsari [6]	01/06/2016 a 31/05/2020
	Francisco Augusto Lassalvia [7]	Arthur Guilherme do Nascimento Filho	(T) 01/06/2018 a 31/05/2020 (S) 01/06/2016 a 31/05/2020
	Luiz de Lima Giacomini [8]	Eliana David Leão [9]	01/06/2018 a 31/05/2022

1 Assumiu a coordenação do Conselho Consultivo do Plano Previ Futuro em 01.06.2018, em substituição a coordenadora Lissane Pereira Holanda, que teve seu mandato encerrado em 31.05.2018.
2 Em substituição a Felipe Garcia Nazareth, com mandato encerrado em 31.05.2018.
3 Em substituição a Flávia Casarin Nunes, com mandato encerrado em 31.05.2018.
4 Em substituição a Lissane Pereira Holanda, com mandato encerrado em 31.05.2018.
5 Em substituição a Eduardo Henrique de Resende Cunha, com mandato encerrado em 31.05.2018.
6 Iniciou mandato em 01.06.2018, para complemento do mandato iniciado em 01.06.2016 de Inês Maria Saldanha de Matos Neves Lima, que renunciou em 29.05.2018.
7 Iniciou mandato em 01.06.2018, para complemento do mandato iniciado em 01.06.2016 de Cesar Augusto Jacinto Teixeira, que renunciou em 29.05.2018.
8 Em substituição a Felipe Menegaz Lajus, com mandato encerrado em 31.05.2018.
9 Em substituição a Marcelo Gusmão Arnosti, com mandato encerrado em 31.05.2018.

Eleições 2018 e renovação na liderança

A cada dois anos, o quadro de dirigentes da Previ é renovado por meio de eleições diretas. Metade dos membros da Diretoria Executiva e dos Conselhos Deliberativo, Fiscal e Consultivos do Previ Futuro e do Plano 1 é eleita pelos participantes. As eleições de 2018 na Previ foram marcadas pela participação recorde dos associados. Ao todo, 118.102 pessoas, entre ativos, aposentados e pensionistas, exerceram seu direito de escolha. Foi o maior número de eleitores desde a instituição do modelo paritário.

Um dos fatores que contribuíram para o aumento da participação dos associados no processo eleitoral foi a abertura de dois novos canais para a votação: o App Previ e os terminais de autoatendimento do Banco do Brasil. Os dois canais de votação receberam cerca de 27% dos votos computados.

Márcio de Souza foi eleito para a Diretoria de Administração, em substituição a Cecília Mendes Garcez Siqueira, cujo mandato se encerrou em 31 de maio de 2018. Para a Diretoria de Planejamento foi eleita Paula Regina Goto. A Previc habilitou a diretora para o exercício do mandato, mas não para o desempenho da função de Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ). Enquanto os recursos cabíveis eram analisados pela Previc, o mandato do diretor de Planejamento Marcus Martins Madureira foi prorrogado.

118,1 mil

pessoas votaram na eleição 2018, um recorde histórico

Uma novidade da eleição para a Diretoria e os Conselhos: em 2018 foi possível votar pelo App Previ e nos terminais de autoatendimento

Em resposta aos recursos, a Previc analisou a questão e registrou estar assegurado “o direito da ora recorrente ser declarada habilitada para o exercício do cargo de diretora de Planejamento”, apesar de reafirmar a não habilitação para o cargo de AETQ. Em 8 de agosto, a Previc notificou a Previ com a determinação de “no prazo de dez dias, indicar o novo responsável pela função de AETQ”. Considerando a determinação da Previc, a Diretoria Executiva e o Conselho Deliberativo da Previ decidiram por unanimidade, em 14 de agosto, empossar Paula Goto na Diretoria de Planejamento. Para a função de AETQ foi indicado o diretor de Investimentos Marcus Moreira de Almeida, responsável pela gestão, alocação, supervisão e acompanhamento dos recursos garantidores da Entidade.

Cabe destacar que a Resolução CMN 4.661, publicada em maio de 2018, tirou das responsabilidades do AETQ a gestão de riscos, determinando a indicação de um administrador ou comitê para essa função. Essa mudança reforça a importância da segregação entre a gestão de riscos e a gestão, alocação, supervisão e acompanhamento dos investimentos. A Previ conta desde 1997 com uma diretoria responsável pelo controle de riscos (a Diretoria de Planejamento), que tem uma gerência executiva específica para esse fim. Assim, em atendimento à Resolução CMN 4.661, a diretora Paula Goto foi indicada como administradora responsável pela gestão de riscos.

No dia 12 de julho de 2018, o Conselho Deliberativo da Previ aprovou a indicação pelo Banco do Brasil de José Maurício Pereira Coelho como presidente da Entidade, em substituição a Gueitiro Matsuo Genso. Gueitiro exercia o cargo desde fevereiro de 2015 e foi indicado pelo BB para a vice-presidência de Distribuição de Varejo e Gestão de Pessoas. José Maurício ocupava o cargo de diretor-presidente da BB Seguridade antes de ser indicado à presidência da Previ.

3

novos diretores assumiram em 2018> José Maurício Pereira Coelho (Presidente), Paula Goto (Planejamento) e Márcio de Souza (Administração)

MUDANÇAS NO CONSELHO DELIBERATIVO EM 2019

Em janeiro de 2019, o presidente do Conselho Deliberativo, Walter Malieni Junior, e os suplentes Carlos Célio de Andrade Santos, João Pinto Rabelo Junior e Lucineia Possar, indicados pelo patrocinador Banco do Brasil, renunciaram ao mandato. Em substituição, foi indicado Carlos Renato Bonetti, para a vaga de titular. Marcio Hamilton Ferreira assumiu como presidente do Conselho.

Programa de Integridade GRI 102-17, 103 | 205

O Programa de Integridade da Previ reúne as iniciativas da Entidade voltadas à gestão da ética, da governança corporativa e da conformidade e inclui controles internos, definição de padrões de conduta, monitoramento de riscos e canal de denúncias, dentre outras medidas. As ações do Programa são reportadas e encaminhadas à Diretoria Executiva e ao Conselho Fiscal. Além disso, o programa prevê maior envolvimento da Previ na indução de boas práticas de Integridade no mercado brasileiro. As ações estão distribuídas pelos seguintes pilares:

Em 2018, o Conselho Deliberativo aprovou a Política de Integridade, que estabelece diretrizes gerais e específicas sobre o relacionamento com a administração pública e as empresas privadas. O texto integral da Política pode ser consultado em http://www.previ.com.br/a-previ/normativos/. Ainda em 2018, foi concluída a revisão dos controles relacionados aos processos potencialmente suscetíveis à ocorrência de fraude e/ou corrupção. A revisão teve início em 2017 e foi concluída ao final de 2018. Foram revisados no total 91 processos, com 175 riscos avaliados. Em relação aos riscos de corrupção, anualmente os processos da Entidade são avaliados por meio de metodologia referenciada na estrutura integrada de gerenciamento de riscos corporativos publicada pelo Coso - *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (em tradução livre, Comitê das Organizações Patrocinadoras da Comissão Treadway). O Coso é uma organização sem fins lucrativos, dedicada a melhoria dos relatórios financeiros, sobretudo pela aplicação da ética e cumprimento dos controles internos. É patrocinado pelas cinco principais associações de classe de profissionais ligados à área financeira nos EUA.

175

riscos de fraude ou corrupção foram identificados e avaliados

91

processos internos da Previ foram revistos em 2018, de acordo com a Política de Integridade

> O Comitê de Auditoria, criado em dezembro de 2018, vai reforçar o cumprimento dos procedimentos de auditoria e de fiscalização

Entre as demais evoluções registradas em 2018 sob o tema da integridade, destacou-se a criação de um Comitê de Auditoria, cujos membros tomaram posse em dezembro e que vai reforçar o cumprimento dos procedimentos internos de auditoria e fiscalização da gestão. O Comitê é um órgão vinculado diretamente ao Conselho Deliberativo e tem por finalidade assessorá-lo no exercício de suas funções. Sua implantação reflete um amadurecimento e também um aprimoramento das práticas de governança, gestão e controles internos. Vale lembrar que, em 2018, a Previ assinou um convênio com a auditoria interna do Banco do Brasil, que passará a participar do trabalho de fiscalização da gestão; e que, no papel de Entidade Sistemicamente Importante (ESI) para o sistema de previdência complementar, a Previ esteve sujeita à supervisão mais rígida da Previc, realizada por meio de reuniões periódicas entre representantes da Superintendência, diretores e conselheiros, e fiscalizações recorrentes.

De modo a reforçar a posição da Entidade como referência em boas práticas de governança no mercado de previdência complementar e reiterar seu papel como indutora dessas práticas, em 2018 foram realizados eventos que contaram com representantes de outras instituições e empresas. Destacaram-se os seguintes eventos:

- **Seminário "Desafios e Perspectivas para os FIPs no Brasil"**, realizado em fevereiro em parceria com Petros e Funcef, que debateu sobre a necessidade de aprimoramento e ajustes na estruturação, governança e legislação dos Fundos de Investimento em Participações (FIPs);

- **Seminário de Políticas de Investimentos**, em junho, em conjunto com Petros, Funcef e Valia, que reuniu diretores, técnicos e conselheiros da Previ, além de representantes de outros fundos de pensão e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp), do Instituto de Certificação Institucional e dos Profissionais de Seguridade Social (ICSS) e do Sindicato Nacional das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Sindapp), com o objetivo de incentivar o debate sobre os desafios dos fundos de pensão em busca da rentabilidade para cumprir seus compromissos previdenciários;

- **Seminário de Controles Internos**, em novembro, com palestras sobre a nova Lei de Proteção de Dados Pessoais, Segurança da Informação, Programas de Integridade e Linhas de Defesa;

- **Encontro de Advogados da Previ**, que contou com palestras sobre o Programa de Integridade e sobre a atuação da Ouvidoria;

- **Encontro de Sustentabilidade da Previ**, promovido em parceria com o PRI – Princípios para o Investimento Responsável, para tratar sobre questões ambientais e sociais, governança corporativa, integridade e investimento responsável;

- **Encontro Previ de Governança Corporativa**, em outubro, que teve como tema o cenário permanente de transformações na economia e na sociedade, onde foi lançada a terceira edição do Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa da Previ. Na ocasião, foram abordados diversos aspectos da governança corporativa, refletidos nos cinco pilares do novo Código de Governança da Previ: Integridade, Sustentabilidade, Transparência, Direitos dos Acionistas e Órgãos de Controle. A nova versão considerou as recomendações do Código Brasileiro de Governança Corporativa para Companhias Abertas e as recentes mudanças nas normas e regulamentações pertinentes ao tema, bem como a evolução nas práticas de governança da própria Previ desde 2012, quando foi feita a última revisão no documento.

O Encontro Previ de Governança Corporativa 2018 foi palco de debates sobre as transformações na economia e na sociedade

557

funcionários cumpriram, entre 2017 e 2018, de treinamentos sobre a Lei Anticorrupção

162

funcionários participaram do Seminário de Controles Internos, realizado em 2018

Guia de Melhores Práticas de ASGI em Investimentos GRI FS4

A Previ lançou em junho, durante o Seminário de Políticas de Investimentos, seu Guia de Melhores Práticas de ASGI em Investimentos – criado para incentivar que outras entidades de previdência complementar incorporem às suas decisões de investimentos princípios ambientais, sociais, de governança corporativa (ASG) e de integridade (I). A tríade ASG já é bem conhecida pelas entidades do sistema e investidores institucionais em geral; a Previ inovou ao adicionar as questões de integridade aos critérios ASG, reiterando a posição da Instituição como indutora das melhores práticas de governança, transparência e sustentabilidade corporativa.

O Guia ASGI auxilia gestores e analistas na adoção ou no aprimoramento desses critérios nas suas políticas de investimentos. São diretrizes gerais de investimentos, aplicáveis a todas as classes de ativos, e critérios para a seleção de gestores e de fundos de investimentos. Também são apresentadas diretrizes específicas para o segmento imobiliário. O objetivo da Previ é que a difusão dos princípios do Guia ASGI tenha um impacto benéfico no desenvolvimento do mercado brasileiro. Na prática, a adoção desses critérios por investidores institucionais torna o mercado mais sustentável no longo prazo e permite desenvolver estratégias que favoreçam a perenidade dos negócios.

O documento, disponível em versão digital no site da Previ (http://www.previ.com.br/guiaasgi/), não teve uma versão impressa para reduzir o impacto ambiental de sua produção.

Comunicação e treinamento em políticas e procedimentos de combate à corrupção GRI 205-2

A Previ disponibiliza em seu Portal de Educação um conjunto de treinamentos chamado Trilha Ética, composto por sete cursos que abrangem conhecimentos e reflexões como normas de conduta, Lei Anticorrupção, diversidade, ética e integridade. Os cursos estão disponíveis para todos os funcionários cedidos e do quadro próprio. No ano de 2018, mais 13 funcionários finalizaram o curso Lei Anticorrupção, totalizando 557 funcionários treinados neste curso quando observados os anos de 2017 e 2018.

Ainda em relação ao tema de combate à corrupção, 59 funcionários da Previ participaram do Seminário de Política de Investimentos, promovido em junho de 2018, que contemplou o lançamento do Guia de Melhores Práticas de ASGI em Investimentos (que incentiva outras entidades a incorporarem critérios como o de Integridade nas decisões de investimentos). Já no mês de novembro de 2018, 162 funcionários da Previ participaram do Seminário de Controles Internos, realizado pela própria Entidade, que contemplou palestras sobre Programas de Integridade e outros temas. No painel “Integridade - desafios das empresas”, houve o debate das ações coletivas de integridade e melhores práticas adotadas

pelas empresas. No total, 234 funcionários da Previ foram comunicados e treinados sobre o tema "combate à corrupção" durante o ano de 2018.

Além disso, todos os fornecedores da Previ, por força de cláusulas contratuais, devem observar o Código de Ética e a Política de Integridade da Entidade, além da Lei Anticorrupção.

Empregados que foram comunicados e treinados em políticas e procedimentos anticorrupção, por região

Região	Empregados	2017	2018*
Sudeste	número	544	234

** A redução no número de treinados se deve ao fato de que os funcionários treinados em 2017 não passaram novamente pela capacitação em 2018. Assim, apenas as pessoas não treinadas em 2017 cumpriraram a carga horária em 2018.*

Número total e percentual de empregados aos quais foram comunicados e que receberam treinamento sobre as políticas e procedimentos anticorrupção adotados pela organização, por categoria funcional

Categoria funcional	Empregados	2017	2018
Diretoria	Treinados	1	3
Gerência	Treinados	21	30
Técnica/Supervisão*	Treinados	84	3
Administração*	Treinados	331	42
Operacional*	Treinados	5	3

** A redução no número de treinados se deve ao fato de que os funcionários treinados em 2017 não passaram novamente pela capacitação em 2018. Assim, apenas as pessoas não treinadas em 2017 cumpriraram a carga horária em 2018.*

Direitos humanos GRI 103 | 412

A Previ incentiva a defesa dos direitos humanos e se posiciona contra qualquer tipo de discriminação. O Código de Ética e o Guia de Conduta da Entidade orientam sobre a adoção de uma postura contrária a qualquer tipo de discriminação de gênero e raça. O Comitê de Ética (formado por um membro titular e um suplente do quadro de funcionários efetivos e em exercício indicados por cada Diretoria da Previ e um funcionário e um suplente, como representantes dos funcionários da Previ, eleitos pelo quadro de funcionários efetivos e em exercício) está disponível para receber qualquer manifestação de dúvidas, conflitos ou dilemas, sugestões e críticas, de forma a proporcionar debates, ações educativas e propostas de novas soluções para o aprimoramento contínuo do tema.

No relacionamento com os fornecedores, os contratos firmados contêm cláusulas sobre a promoção da equidade de gênero, combate ao trabalho infantil e à discriminação de qualquer natureza. A gerência responsável por compras e contratações realiza pesquisas no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP),no Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Portal do Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS) para detectar fornecedores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas às de trabalho escravo. Dois cursos específicos sobre direitos humanos (“Diversidade nas Organizações” e “Prevenção e Combate ao Assédio Moral e Sexual”) foram disponibilizados aos funcionários em 2018, com carga horária de duas horas cada um. Ambos fazem parte da Trilha Ética do Portal de Educação da Previ.

Dois cursos específicos sobre direitos humanos e diversidade foram oferecidos na Trilha Ética da Previ em 2018

Empregados treinados em Direitos Humanos GRI 412-2

	2018
Horas de treinamento	64
Percentual de empregados treinados	5,57%

Estratégia e planejamento

GRI 103 | 201

Como a Previ planejou as decisões de gestão e de investimentos válidas para os próximos anos

Três documentos – atualizados anualmente com a participação de todas as áreas da Previ e aprovados pelo Conselho Deliberativo – servem como bússolas para as decisões da gestão da Entidade, visando ao cumprimento de sua Missão.

- O **Plano Estratégico** cobre um horizonte de cinco anos; em 2018, a atualização abrangeu o período entre 2019 e 2023. Apesar desse horizonte quinquenal, anualmente o plano é revisitado para eventuais ajustes de rota. Um dos principais insumos para essa atualização vem dos fóruns realizados mensalmente, com diretoria, gerentes executivos e assessores, para atualizar informações e manter a mobilização, integração e foco na realização dos planos definidos no ano anterior. Em 2018, o Planejamento examinou os Valores Corporativos da Previ, buscando torná-los mais claros para todos os associados.

- O **Plano Tático** começa a ser elaborado pouco depois do Estratégico para que o desenho tático feito pelas gerências esteja perfeitamente alinhado aos objetivos estratégicos. Aa aprovação dos dois planos é conjunta, o que permite maior alinhamento entre os dois níveis. A aprovação conjunta permite que o desenho tático feito pelas gerências esteja perfeitamente alinhado aos objetivos estratégicos. Cada objetivo origina de três a cinco diretrizes e cada diretriz se desdobra em diversas ações específicas, com entrega prevista, prazo de execução, áreas responsáveis e metas definidas.

- As **Políticas de Investimentos**, revisadas a cada ano, são formuladas em função das definições do Planejamento Estratégico e do Plano Tático e abrangem períodos de sete anos. Em 2018, foram aprovadas as diretrizes válidas para o período entre 2019 e 2025. As Políticas determinam as estratégias globais de investimentos para os ativos dos planos de benefícios e consideram também os objetivos estratégicos válidos para o período.

5 anos

é o horizonte coberto pelo Plano Estratégico da Previ, que é revisitado anualmente

O Plano Estratégico, o Plano Tático e as Políticas de Investimentos indicam as linhas de ação que a Previ vai tomar nos próximos anos de modo a atingir seus quatro objetivos estratégicos:

- **Fortalecimento na relação com os associados com soluções adequadas a cada segmento.** Para atingir esse objetivo, a Previ faz esforços permanentes para aproximar-se mais dos seus associados. Isso inclui proporcionar canais de relacionamento, identificar e aprimorar soluções em linha com as expectativas dos participantes, implementar estratégia de comunicação e promover a educação financeira e previdenciária.

- **Balanceamento da gestão de ativos e passivos visando ao equilíbrio do Plano 1.** Trata-se de um plano maduro, com quase a totalidade dos participantes já em fase de recebimento de benefícios. Isso traz a necessidade de liquidez na carteira de ativos e de uma gestão de investimentos que reduza a exposição aos riscos de mercado.

- **Maximização dos benefícios e equilíbrio do Plano Previ Futuro.** O cumprimento desse objetivo envolve a gestão do Plano na fase de acumulação, definir estratégias visando à sustentabilidade do Plano e gerar retornos orientados aos perfis de risco dos associados.

- **Sustentabilidade da Previ por meio de uma gestão eficiente e eficaz.** Para atingir esse objetivo, a Previ foca seus esforços em otimizar processos, garantir a sustentabilidade dos conhecimentos, aprimorar a gestão estratégica de Tecnologia da Informação, fortalecer sistemas de controles internos e elevar a rentabilidade do PGA (Plano de Gestão Administrativa).

4

objetivos estratégicos

dão o norte para o planejamento e para as Políticas de Investimento

> Tanto o Plano 1 quanto o Previ Futuro contam com objetivos estratégicos específicos, que consideram as necessidades de seus participantes

Nos últimos anos, a integração entre os processos de construção do Plano Estratégico, do Plano Tático, do Orçamento e das Políticas de Investimento, além do engajamento de um número cada vez maior de colaboradores nesse trabalho, têm sido prioridades no planejamento da Previ. As iniciativas previstas para o Plano Tático passaram a ser refletidas no Acordo de Trabalho (ATB) dos funcionários, o que estimula o envolvimento de todo o público interno já que o não atingimento das metas impacta diretamente no recebimento da remuneração variável.

No decorrer de 2018, os Fóruns Estratégicos e Táticos, que reúnem diretores e executivos em encontros mensais, cumpriram papel importante na discussão do andamento das iniciativas táticas e na evolução dos objetivos e das diretrizes estratégicas. Esses eventos são uma forma de manter o debate estratégico vivo durante todo o ano para gerar insumos e contribuir para o momento de atualização do Plano, que ocorre a partir da metade do ano.

Com a realização mensal de Fóruns Estratégicos e Táticos, a Entidade mobilizou seus funcionários para os debates sobre o planejamento

Um dos objetivos vigentes em 2018 – "Gestão eficiente e eficaz" – foi redefinido para o próximo período como "Sustentabilidade da Previ por meio de uma gestão eficiente e eficaz", refletindo uma visão mais ampla e alinhada à estratégia de longo prazo da Instituição. Para o objetivo do Plano 1 ("Balanceamento da gestão de ativos e passivos visando ao equilíbrio do Plano 1"), foram pensadas ações focadas no aumento da liquidez dos ativos de renda variável, entre outras. Já os debates sobre o objetivo do Previ Futuro ("Maximização dos benefícios e equilíbrio do Plano Previ Futuro") tiveram ênfase nos Perfis de Investimento e em temas como acumulação de reservas e portabilidade. O "Fortalecimento na relação com os associados com soluções adequadas a cada segmento" foi abordado com a busca de mais recursos digitais na

comunicação com os participantes, especialmente pelo App Previ, e a promoção contínua de educação financeira e previdenciária.

No ciclo de 2018, a participação no processo de atualização do Plano Estratégico foi ampliada para incluir um workshop específico com um grupo de funcionários do segmento não gerencial. Foi também publicada na intranet uma pesquisa para que todos os funcionários pudessem opinar diretamente sobre a estratégia da Previ (até então essa contribuição era consolidada e trazida pelos executivos de cada área). Os resultados foram utilizados nos *workshops* estratégicos seguintes, que contaram com a participação de conselheiros, diretores e executivos.

Em agosto, os conselheiros deliberativos, membros dos conselhos consultivos, presidente do Conselho Fiscal, Diretoria Executiva, assessores e gerentes executivos participaram de *workshops* de atualização do Plano Estratégico, que incluíram discussões de cenários macroeconômicos, tendências previdenciárias e outras megatendências. O resultado foi a atualização dos objetivos e diretrizes estratégicas para 2019-2023.

Uma oficina específica para funcionários de nível não gerencial ampliou a participação do público interno no planejamento

Em seguida, iniciou-se a atualização do Plano Tático, para contemplar os ajustes realizados na estratégia e garantir que todos os direcionadores fossem efetivamente desdobrados em iniciativas táticas concretas, com prazos, indicadores e áreas responsáveis. Ao final, Plano Estratégico e Tático foram aprovados em um documento único, reforçando a fundamental integração entre os dois processos. O passo seguinte foi a elaboração do orçamento da Previ para 2019, que foi aprovado considerando as iniciativas táticas aprovadas.

Já as Políticas de Investimentos começaram a ser traçadas em junho, fundamentadas em análises e estudos preparados pela Diretoria de Planejamento, além de uma matriz de atratividade setorial (que mensura os níveis de risco ambiental, legal e de impacto social mais relevantes em cada setor da economia) e a situação das reservas de cada um dos planos de benefícios. As orientações do novo Guia de Melhores Práticas de ASGI em Investimentos também foram consideradas, bem como os princípios de iniciativas como os Princípios para o Investimento Responsável (PRI), o Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU), o Índice Dow Jones de Sustentabilidade (DJSI), os Princípios do Equador e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

3 tipos

de riscos são considerados na Matriz de Atratividade Setorial dos investimentos da Previ: ambiental, legal e impacto social

Materialidade GRI 102-44, 102-47

Complementarmente à sua Missão, sua Visão e seus Valores e ao cumprimento do Plano Estratégico e Tático e das Políticas de Investimentos, a administração da Previ também considera a materialidade da Entidade – os aspectos mais relevantes a serem considerados na sua gestão da sustentabilidade, em seu planejamento e sua estratégia. É uma lista de temas definida a partir de consultas aos principais grupos de relacionamento da Previ e validada pela Diretoria Executiva da Entidade.

Em 2018, a materialidade da Previ passou por uma revisão, de modo a ampliar o entendimento que os públicos têm sobre os temas materiais e considerar as possíveis contribuições da Entidade ao avanço da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU – saiba mais sobre a Agenda em https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/). A Agenda 2030 é um plano de ação para erradicar a pobreza, proteger o planeta e garantir que as pessoas alcancem a paz e a prosperidade. Ela contém um conjunto de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Foram consultados participantes, diretores, conselheiros, além de funcionários e especialistas externos em sustentabilidade e no setor de previdência. GRI 102-40, 102-42, 102-43

Tema material	Descrição	Importância para a Previ	Priorizado por quais públicos?
Inovação e tecnologia da informação	Fazer o melhor para possibilitar o aumento da eficiência e capacidade de execução; gestão integrada de TI; desenvolvimento de aplicativos; autoatendimento. Política de segurança e de gestão da informação; infraestrutura de proteção adequada	Desenvolvimento de ideias que auxiliem no atingimento dos objetivos estratégicos e na melhoria de processos, preparando a Previ para as transformações no setor de previdência e na sociedade	Diretoria, Conselhos, funcionários
Comunicação segmentada	Estratégias e linguagem diferenciada por público, visando atender as expectativas ao longo do ciclo de vida dos participantes com soluções adequadas para cada segmento	Orienta as ações de comunicação voltadas para perfis comportamentais específicos de participantes, identificados por pesquisas qualitativas e quantitativas	Diretoria, Conselhos, funcionários, especialistas
Educação financeira e previdenciária	Estratégias para ampliar o conhecimento dos públicos; valorização da previdência complementar	Amplia a compreensão a respeito dos planos e possibilidades da aposentadoria, do planejamento da aposentadoria e da importância de reduzir o nível de endividamento dos aposentados	Conselhos, participantes, especialistas

Tema material	Descrição	Importância para a Previ	Priorizado por quais públicos?
Gestão de pessoas	Remuneração e benefícios; incentivo ao aprimoramento e capacitação; reconhecimento e sucessão de talentos; qualidade de vida no ambiente de trabalho	Formação de sucessores para cargos de liderança, treinamento e desenvolvimento humano	Participantes, funcionários, especialistas
Investimento responsável	Preocupação com critérios ambientais, sociais, de governança corporativa e de integridade nas decisões de investimento; papel indutor na adoção de boas práticas no segmento de previdência complementar e signatária dos Princípios para o Investimento Responsável (PRI) desde 2006	Tem impacto positivo nos investimentos de longo prazo e na indução de boas práticas	Funcionários, especialistas
Diversidade, equidade e acessibilidade	Inclusão, promoção e valorização da diversidade étnica e racial e estímulo à equidade na ocupação de posições em nível gerencial e técnico. Criação de fóruns de debate sobre questões de equidade e de acessibilidade nas instalações	Promove o respeito aos direitos humanos, a valorização da diversidade no mercado de trabalho e a adequação das instalações para o público com mobilidade reduzida	Diretoria, Conselhos, funcionários
Governança e transparência	Modelo de governança, publicação de relatórios; demonstrações financeiras; boletins de desempenho; relacionamento com todos os públicos; participação em eventos institucionais com os associados	Dada a crise de valores e ética e o contexto do setor de previdência complementar, há uma maior demanda pública por transparência	Especialistas, participantes
Gestão de risco	Avaliação e mitigação dos riscos aos quais os investimentos da Previ estão expostos, considerando o tripé risco, retorno e liquidez	Confere maior segurança no investimento e prepara a Previ para os desafios relacionados à Agenda 2030	Participantes
Integridade e combate à corrupção	Ações pautadas pelo respeito incondicional aos nossos princípios e valores éticos e às normas internas e externas	Fortalece os controles internos	Participantes e fornecedores
Produtos e serviços	Produtos e serviços oferecidos de acordo com os diferentes perfis de associados	Estimula a diversificação de produtos e serviços; e a criação de recursos mais atrativos e serviços adicionais aos planos	Diretoria

Correlação com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU

10 temas materiais em 2019	ODS
Inovação e tecnologia da informação	9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Comunicação segmentada	12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS
Educação financeira e previdenciária	3 SAÚDE E BEM-ESTAR; 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE
Gestão de pessoas	8 TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO
Investimento responsável	7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL; 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES; 17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO
Diversidade, equidade e acessibilidade	5 IGUALDADE DE GÊNERO
Governança e transparência	16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES; 17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO
Gestão de risco	12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS; 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES
Integridade e combate à corrupção	16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES; 17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO
Produtos e serviços	12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

Gestão de riscos GRI 102-15

A Previ possui uma Política de Gestão de Riscos Corporativos que é considerada em seu planejamento estratégico e se baseia no tripé risco/retorno/liquidez, com ações previstas em quatro etapas: identificação dos riscos, avaliação, controle e monitoramento. Essa Política é revista sempre que se faz necessário, não excedendo o período máximo de dois anos. A próxima revisão está prevista para 2019. Com os Indicadores-chave de Riscos (*Key Risk Indicators* ou KRIs), é acompanhada a exposição da Entidade a riscos e feito o monitoramento da eficiência na gestão. Os Indicadores-chave mensuram a evolução dos seguintes riscos corporativos:

Risco (de)	Definição
Estratégia	Possibilidade de perdas decorrentes de mudanças adversas no ambiente de negócios ou de utilização de premissas inadequadas na tomada de decisão
Mercado	Possibilidade de perdas financeiras resultantes das oscilações nos índices, indicadores e preços dos ativos financeiros e investimentos
Solvência	Possibilidade de perdas financeiras e/ou de credibilidade devido à incapacidade dos planos de benefícios administrados pela Previ de cumprir compromissos
Liquidez	Possibilidade de perdas financeiras resultantes da dificuldade de se desfazer de ativos dos planos para honrar seus compromissos
Crédito	Possibilidade de perdas financeiras resultantes de inadimplência, ou seja, não recebimento de montantes financeiros
Contencioso judicial	Possibilidade de perdas financeiras oriundas de decisões desfavoráveis em processos judiciais movidos contra a Previ
Operacional	Possibilidade de perdas financeiras resultantes de falhas humanas ou de sistemas, deficiência de controles, inadequação dos processos internos ou fatores externos
Atuarial	Incapacidade do plano de benefícios de saldar as obrigações assumidas com os participantes, em decorrência da adoção de premissas e hipóteses atuariais que não se confirmem
Governança corporativa	Possibilidade de perda financeira ou de danos à imagem da Previ oriundos da ineficácia do modelo de governança corporativa das empresas nas quais a Entidade possui participação acionária
Imagem	Possibilidade de perda de credibilidade na Previ por ter seu nome desgastado junto ao mercado, aos associados ou às autoridades, em razão de publicidade negativa, verdadeira ou não
Responsabilidade Socioambiental	Possibilidade de perdas financeiras ou de danos à imagem da Previ oriundos da falta de práticas de Responsabilidade Socioambiental por parte da Entidade ou das empresas nas quais ela possui participação acionária

Por força da Resolução nº 4.661 do Conselho Monetário Nacional (CMN), editada em maio e que alterou diversos aspectos da atuação das entidades de previdência complementar, a Previ precisou indicar um gestor responsável pela gestão de riscos; a escolhida para a posição foi a diretora de Planejamento, Paula Regina Goto. A revisão da governança de processos internos (leia mais em *Público interno*), atualmente em curso, incluiu a integração da matriz de riscos ao mapeamento de processos. Novas ferramentas vão permitir a avaliação dos riscos envolvidos em cada atividade da Previ e o acompanhamento desses riscos, por meio de controles internos. Iniciou-se o trabalho de criação de fichas de verificação de conformidade para as áreas mais sensíveis, incluindo as atividades de investimentos, e de identificação dos processos mais expostos ao risco de fraude.

A diretora de Planejamento, Paula Goto, foi escolhida como responsável pela gestão de riscos da Previ em 2018

Em relação à Lei Geral de Proteção de Dados, promulgada em 2018, a Previ participou das discussões realizadas pela Abrapp sobre o tema e estuda as adaptações necessárias para que a Entidade se mantenha em conformidade. A Lei, que determina como os dados de terceiros devem ser coletados e tratados, instituiu uma série de exigências que precisam ser cumpridas até 2020.

A Ouvidoria e a Auditoria da Previ devem informar semestralmente os incidentes envolvendo a segurança da informação, de acordo com a Política de Segurança da Informação (PSI), que se aplica à gestão da privacidade das informações dos terceiros, e às determinações do Código de Ética. Essa privacidade é avaliada periodicamente por meio de testes para detectar vulnerabilidades e auditorias internas e externas que verificam aspectos de segurança de dados. Não houve casos registrados em 2018 envolvendo violações à privacidade dos dados de participantes. **GRI 103 | 418, 418-1**

Responsabilidade socioambiental em investimentos

GRI 102-12, 102-13, 412-3, FS1, FS2, FS3, FS5, FS11, FS15, 103 | 419

A Previ conta com uma Política de Responsabilidade Socioambiental (RSA) com determinações e diretrizes sobre o tratamento de temas ligados ao investimento responsável e à sustentabilidade, e que abrange temas como governança, gestão de pessoal, relação com fornecedores e relação com associados. Seus princípios passam pela disseminação de boas práticas de governança corporativa; respeito aos direitos humanos e à diversidade; promoção da equidade no ambiente empresarial; responsabilidade no uso dos recursos naturais e mitigação de impactos ambientais; e o combate a desvios de conduta ética e a práticas de corrupção, extorsão e propina.

Outros documentos complementam a Política de RSA, como o Guia de Melhores Práticas de ASGI em Investimentos, lançado em 2018, o Código Previ de Melhores Práticas de Governança Corporativa, o Guia Previ de Melhores Práticas de Governança Corporativa para Conselheiros – ambos passaram por revisões em 2018 –, o Guia de Orientação ao Síndico e o Código Previ de Governança Corporativa em Empreendimentos de Base Imobiliária. Todos esses documentos estão disponíveis ao público no endereço http://www.previ.com.br/investimentos/governanca/manuais-e-codigos/.

A Política de Responsabilidade Socioambiental é complementada por documentos auxiliares, como o Guia de Melhores Prátticas de Governança Corporativa

As companhias da carteira de participações são submetidas a pesquisas sobre gestão de riscos e de sustentabilidade e avaliação de relatórios, balanços e demais documentos públicos sobre suas atividades. A avaliação das empresas e demais ativos nos quais a Previ mantém investimentos passou a incluir, em 2017, critérios de integridade e transparência. O *rating* de governança, instrumento interno que mensura a sustentabilidade dos investimentos também analisa as práticas das empresas participadas em relação aos temas ASGI e de que forma essas empresas divulgam essas práticas. No segmento de *private equity*, a contratação de prestadora de serviços de auditoria e avaliação a valor justo das investidas é realizada pelo administrador, a partir da

deliberação dos cotistas, considerando a idoneidade, a credibilidade e a qualidade técnica das empresas, além de observar o princípio de economicidade.

As diretrizes para os votos dos conselheiros nas empresas participadas sobre questões ambientais ou sociais são aprovadas pelo diretor de Participações e implementadas por meio da elaboração de um documento denominado "Posicionamento de Voto". Os aspectos básicos cobertos relacionam-se aos temas ambientais, sociais, de governança corporativa e de integridade. Não existe uma política de voto formalmente estabelecida nem legislação acerca de diretrizes para o voto, mas os posicionamentos de voto são elaborados no melhor interesse das companhias, baseados nos princípios e recomendações do Código Previ de Melhores Práticas de Governança Corporativa, com apoio da Assessoria Jurídica. GRI FS12

4
aspectos

aspectos básicos são avaliados nas decisões de voto da Previ em empresas participadas: temas ambientais, sociais, de governança e de integridade

Os fundos nos quais a Previ investe passam por avaliações semestrais para aferir o cumprimento de princípios de responsabilidade socioambiental

Em 2018, a Diretoria de Participações fez um levantamento das lacunas de informações sobre aspectos ASG (ambientais, sociais e de governança) relevantes nos relatos das empresas participadas. O trabalho resultou na consolidação dessas lacunas, comunicadas por meio de cartas enviadas a cada uma das participadas, para que passem a considerar o fornecimento dessas informações ao mercado nos próximos relatos – de forma a aprimorar a gestão das questões ASG e a comunicação dos geradores de valor de longo prazo.

Em seu relacionamento com gestores de fundos, a Previ incentiva que a promoção de negócios ocorra em ambiente de integridade, por meio de ações de prevenção e combate a atos ilegais, ilegítimos ou de corrupção. Os fundos investidos pela Previ passam por uma avaliação semestral, com o acompanhamento dos princípios de RSA promovidos pelas empresas investidas e seu relacionamento com prestadores de serviços. O desafio para 2019 é, a partir das informações levantadas para o *rating* de avaliação dos ativos, adotar uma metodologia para quantificar, em termos financeiros, os ganhos decorrentes da gestão de sustentabilidade praticada pelas empresas investidas.

Quanto aos investimentos em empreendimentos imobiliários, a Entidade busca ativos que demonstrem, entre outros atributos, o incentivo a um programa de gestão ecoeficiente e a adoção de aspectos de RSA

no processo de avaliação de seus locatários. O tema da integridade também foi incorporado ao Guia de Orientação ao Síndico, que passou a abordar pautas como o combate à corrupção, ao trabalho análogo ao escravo e à exploração de menores.

Em 2018, a Previ permaneceu atuante em iniciativas externas, nacionais e internacionais, de promoção de responsabilidade socioambiental e governança entre investidores institucionais. Em dezembro, a Previ anunciou um termo de compromisso com a BNDESPar, sociedade de participações do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e os fundos de pensão Petros (Petrobras), Valia (Vale) e Real Grandeza (Furnas) para analisar em conjunto os critérios socioambientais e de governança adotados pelas empresas em que investem.

A Entidade ainda obteve o Selo de Autorregulação em Governança de Investimentos, concedido pela Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp) a investidores reconhecidos pela transparência em seus processos de governança de investimentos e pela adoção de práticas que fortaleçam o relacionamento com seus *stakeholders*. Desde 2017, a Previ é signatária do Código de Autorregulação em Governança de Investimentos promovido pela Abrapp, pelo Sindicato Nacional das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Sindapp) e pelo Instituto de Certificação Institucional e dos Profissionais de Seguridade Social (ICSS).

A Previ ainda se manteve como signatária dos Princípios para o Investimento Responsável (PRI), organização internacional apoiada pela ONU; dos Princípios de Responsabilidade Socioambiental da Abrapp; e do Instituto Ethos, que busca mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável. Pela primeira vez desde a criação dos princípios, a Entidade não conseguiu eleger um representante para o *board* do PRI, mas continuou a participar dos encontros e debates promovidos pela iniciativa. Ainda em 2018, foi acordado que em função da sua relevância, a Previ lideraria, em 2019, um grupo de trabalho da rede local de signatários do PRI sobre Políticas de Integridade nos Negócios.

Em 2019, a Previ vai trabalhar junto a outros fundos de pensão e ao BNDES para analisar em conjunto critérios socioambientais e de governança em investimentos

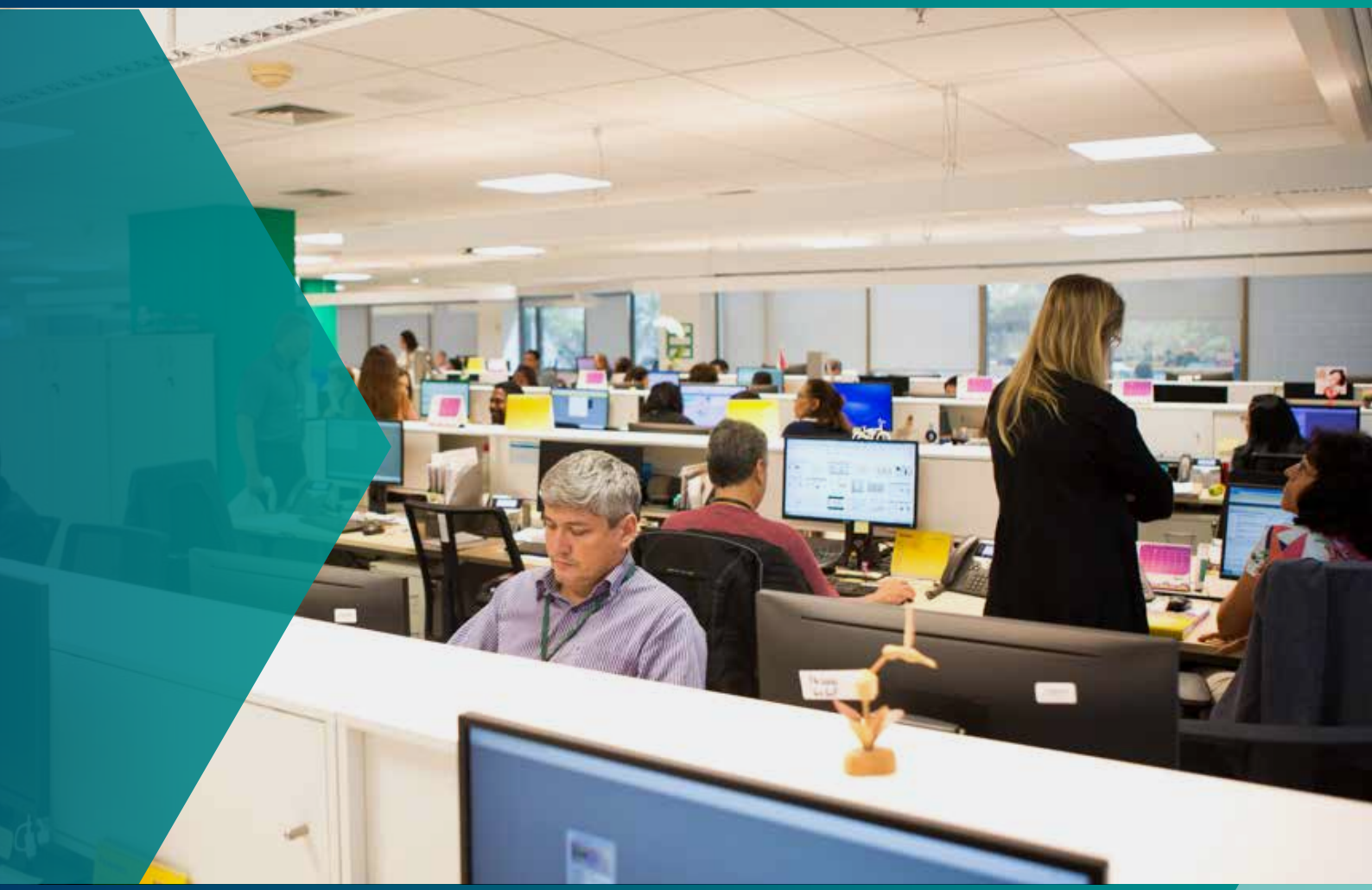
Adesão à *Just Transition*

A Previ anunciou oficialmente em novembro de 2018 que vai apoiar a *Just Transition,* movimento internacional para promover princípios, processos e práticas que contribuam para a transição rumo a uma economia mais justa, inclusiva e menos agressiva ao meio ambiente e à sociedade. Entre os conceitos trabalhados pela iniciativa, estão a regeneração dos recursos naturais, o trabalho cooperativo, o bem-estar ecológico e social como propósito e a promoção de valores democráticos. Instituições como a Climate Justice Alliance (CJA), a Organização Internacional do Trabalho e o Acordo de Paris já declararam apoio às diretrizes da *Just Transition*, que passarão a influenciar a abordagem da responsabilidade socioambiental nos investimentos da Previ.

Impactos econômicos indiretos significativos GRI 102-15, 203-2

A Previ busca identificar os impactos econômicos indiretos significativos de suas atividades por meio do aprimoramento contínuo da mensuração de mudanças em fatores sociais, econômicos e ambientais de alta relevância. Entre as mudanças mais importantes a serem consideradas e seus respectivos impactos (positivos e negativos), destacam-se:

Mudanças sociais, econômicas e ambientais	Impactos positivos	Impactos negativos
Mudanças na produtividade de organizações, setores ou da economia como um todo	Os investimentos da Previ em ativos mobiliários e a participação na governança das mais relevantes companhias brasileiras contribuem para o desenvolvimento do mercado de capitais	Crescimento do consumo de produtos supérfluos; deterioração das condições de trabalho; redução da qualidade dos produtos
Desenvolvimento econômico em áreas com alto índice de pobreza	Melhora das condições de vida das famílias; aumento no nível de emprego e renda	Aumento das desigualdades sociais; aumento da poluição
Impacto econômico da melhoria ou deterioração das condições sociais ou ambientais	Melhora das condições sociais causa aumento da produtividade do fator trabalho	Aumento da criminalidade; aumento dos custos de manutenção de sistemas de tratamento de resíduos
Disponibilidade de produtos e serviços para pessoas de baixa renda	Melhora das condições de vida das famílias	Aumento do endividamento e comprometimento da renda
Fortalecimento das habilidades e conhecimentos de uma comunidade profissional ou em uma região geográfica	Aumento da produtividade do fator trabalho	Desequilíbrios na dinâmica do mercado local
Número de postos de trabalho oferecidos na cadeia de valor	Redução do nível de desemprego; estruturação de cadeias produtivas	Piora das condições de vida em função do aumento da concentração populacional em determinadas localidades
Estímulo, viabilização ou restrição a investimentos externos diretos	Melhora das condições de infraestrutura; melhora da logística e integração entre os modais; melhora das condições econômica, sociais e ambientais; redução dos custos de transporte; aumento no nível de emprego e renda	Deterioração das condições de infraestrutura; piora das condições econômica, sociais e ambientais; redução do nível de emprego e renda; fragilização da logística e da integração entre os modais; aumento dos custos de transporte
Impacto econômico do uso de produtos e serviços	Melhora das condições de vida das famílias; aumento no nível de emprego e renda; uso do App Previ facilitando a comunicação e reduzindo custos	Aumento do consumo de produtos supérfluos



Riscos e oportunidades advindos das mudanças climáticas GRI 102-11, 201-2

A matriz de atratividade setorial empregada nas estratégias de investimento da Previ considera impactos negativos e oportunidades ligados ao tema das mudanças climáticas. A matriz analisa os setores econômicos nos quais a Previ investe em três dimensões: empresarial, setorial e sistêmica. Nesta última dimensão, são abordados o risco ambiental decorrente da atividade do setor estudado, o nível de protecionismo comercial internacional dos principais produtos e serviços e o risco legal, relacionado a potenciais mudanças em regulações e leis no setor em questão.

A Previ analisa constantemente novas oportunidades de negócios por meio de estudos prospectivos. Esse tipo de análise contribui para reduzir as incertezas e enxergar possíveis tendências, além de abordar a sustentabilidade dos setores no longo prazo e a possibilidade de surgimento de novos setores. Como exemplo, o Brasil se comprometeu (no Acordo de Paris) em reduzir 37% os efeitos de emissões de gases do efeito estufa até 2025. Para isso, o país aumentaria a participação em bioenergia sustentável na matriz energética para 18% até 2030, bem como, aumentaria a participação em energias renováveis. A antecipação dessas tendências abre oportunidades importantes para a evolução de longo prazo da matriz setorial na qual a Previ investe.

Políticas e decisões de investimento

GRI 103 | 201

Os movimentos da Previ no mercado em 2018 e os resultados obtidos em cada segmento de ativos

Com seu cronograma vinculado aos processos de Planejamento Estratégico, Tático e Orçamentário da Previ, as Políticas de Investimento norteiam a gestão dos ativos dos planos de benefícios e apontam a forma como a Entidade trabalhará para atingir seus objetivos de investimentos nos próximos sete anos. Sempre considerando a tríade retorno/risco/liquidez, as Políticas são desenhadas de acordo com análises do panorama macroeconômico, a observação de oportunidades de ganhos por meio de investimentos em setores específicos e as necessidades estratégicas de cada um dos planos de benefícios. Paralelamente ao planejamento para o período entre 2019 e 2025, foi realizado um acompanhamento da execução das diretrizes e parâmetros definidos para 2018, de modo a garantir a eficácia das Políticas e sua aderência aos objetivos estratégicos da Entidade. Como um dos elementos definidores das práticas de governança da Previ, permaneceu a segregação de funções: a área que planeja as Políticas (Diretoria de Planejamento) não participa de sua execução (a cargo da Diretoria de Investimentos).

1,3%

crescimento do PIB em 2018, menor que o previsto inicialmente pelo governo

O cenário econômico e as decisões da Previ em 2018

As previsões de uma retomada mais expressiva do crescimento econômico em 2018 não se concretizaram por completo. Enquanto o Ministério do Planejamento projetava, ao fim de 2017, um aumento do Produto Interno Bruto (PIB) de até 3,0%, o resultado final ficou em 1,3% – cifra que confirmou a tendência de recuperação após uma longa recessão, embora em ritmo ainda lento. No cenário externo, a partir do segundo semestre a instabilidade também se intensificou com as disputas comerciais entre Estados Unidos e China e o aprofundamento das crises econômicas na Turquia e na Argentina.

6,5%

taxa Selic em 2018, o mais baixo nível de todos os tempos

A persistência da instabilidade no cenário político, a paralisação da agenda de reformas e ajustes (incluindo a reforma da Previdência) e a greve nacional dos caminhoneiros, deflagrada em maio, impactaram negativamente a atividade em quase todos os segmentos da economia nacional. A inflação ficou abaixo do centro da meta estipulada pelo governo. A taxa básica de juros (Selic) atingiu seu mais baixo nível histórico, 6,5%, em março, percentual que foi mantido até o fim do ano.

O clima mais otimista do começo do ano proporcionou um bom nível de rentabilidade dos títulos públicos de renda fixa e reduziu o ritmo de novas aquisições. No período pós-greve dos caminhoneiros, uma elevação nas taxas dos títulos tornou as aplicações mais atrativas e a Previ aproveitou a oportunidade, chegando a adquirir cerca de R$ 5 bilhões em papéis de prazo mais longo, notadamente as NTN-B (indexadas ao IPCA), em estratégia coerente com a avaliação do equilíbrio entre ativo e passivo (ALM - *Asset Liability Management*) no Plano 1 e no Previ Futuro. Com as taxas em tendência de queda nos últimos meses de 2018, foi possível capturar uma boa rentabilidade.

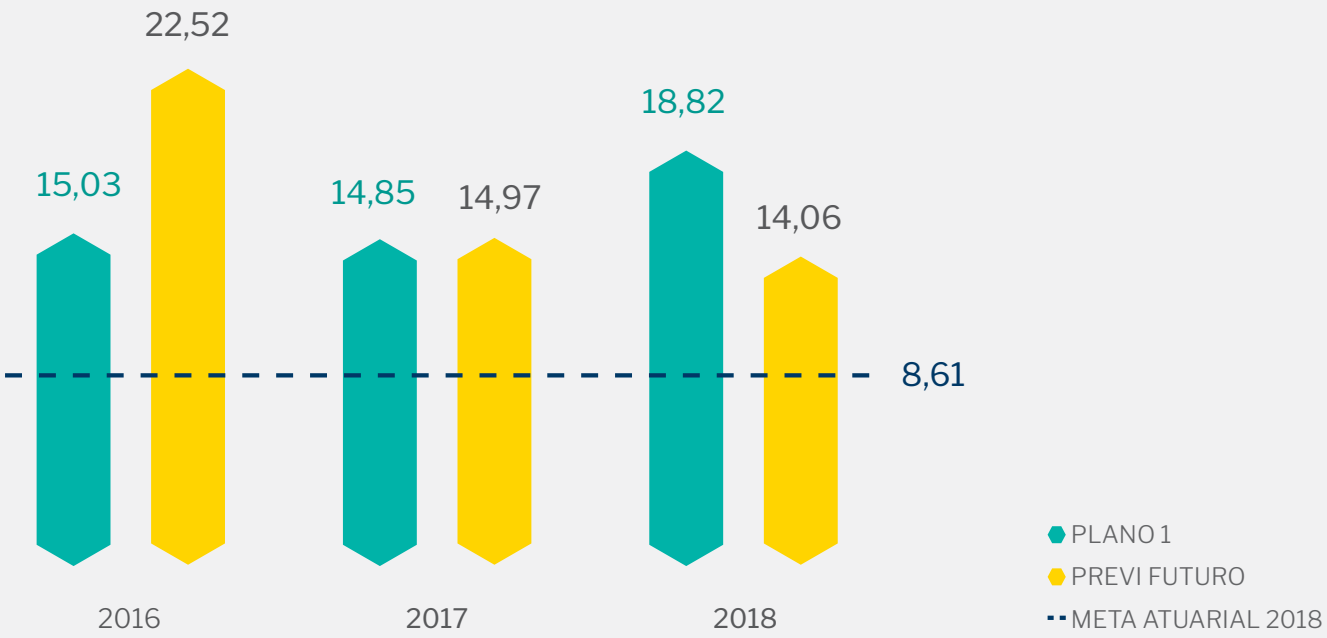
Marcado por forte volatilidade durante todo o período, o segmento de renda variável também iniciou o ano sob perspectiva positiva, mas passou por quedas expressivas de valorização até setembro. O impacto negativo da paralisação dos caminhoneiros foi forte, o que inspirou cautela no cumprimento da estratégia de desinvestimento planejada para o Plano 1. A partir do terceiro trimestre, com a definição do panorama eleitoral, houve boa recuperação nos índices da Bolsa de Valores, o que permitiu acelerar o ritmo de vendas. Ainda foram feitas compras, em volume pequeno, para aumentar a diversificação da carteira em geral e ampliar a exposição do Previ Futuro no segmento.

Nos demais segmentos, nos quais a Previ tem posições proporcionalmente menores do que em renda fixa e renda variável, o ano foi positivo, de modo geral. Ainda sob os efeitos da forte crise que vem marcando o setor nos últimos anos, a carteira de ativos imobiliários obteve rentabilidade favorável, mas não atingiu o *benchmark* proposto pelas Políticas de Investimentos (INPC + 8%). Já os investimentos estruturados repetiram o bom desempenho de 2017 e obtiveram a maior rentabilidade de toda a carteira da Entidade. O resultado se deve ao amadurecimento natural dos ativos investidos, que recuperaram com folga as perdas anotadas em 2015. A valorização de mais de 16% acumulada pelo dólar frente ao real impulsionou os ganhos das aplicações no exterior, também um pouco abaixo da meta proposta (MSCI World Index + variação cambial).

8,61%

meta atuarial proposta para o ano de 2018

Rentabilidade total dos investimentos em 2018 (%)



Políticas de Investimentos 2019-2025

Como em todos os anos, as Políticas de Investimentos foram revistas e atualizadas para o próximo período de sete anos. Em 2018, foram definidas as Políticas para o período entre 2019 e 2025. Cada um dos planos da Previ (Plano 1, Previ Futuro, Capec e o Plano de Gestão Administrativa) conta com a própria Política, que é elaborada tendo em vista, acima de tudo, a Missão da Entidade – "Garantir o pagamento de benefícios a todos nós associados, de forma eficiente, segura e sustentável" – e as diretrizes específicas determinadas pela situação de cada plano.

As Políticas são construídas a partir da análise de quatro cenários econômicos distintos (base, otimista, pessimista e de estresse), cada qual com desafios a serem superados e oportunidades de investimento que podem ser aproveitadas. Sua formulação é vinculada ao Planejamento Estratégico e Tático da Previ, o que fortalece a governança e a busca pela perenidade da Entidade.

Em junho, a Previ realizou, em conjunto com Petros, Funcef e Valia, o Seminário de Políticas de Investimentos. O evento debateu as estratégias e desafios que as entidades fechadas de previdência complementar têm na formulação das políticas de investimentos e de estratégias de alocação de ativos. Depois do seminário, *workshops* reuniram diretores, conselheiros, gerentes executivos e analistas de diversas gerências.

Entre as referências consideradas no processo, constaram a Matriz de Atratividade Setorial (que analisa a diversificação setorial dos investimentos e contribui para a mitigação do risco de concentração), estudos sobre o equilíbrio entre passivos e ativos de cada plano (ALM) e documentos como o Guia de Melhores Práticas de ASGI em Investimentos e o Código Previ de Melhores Práticas de Governança Corporativa.

Mudanças aplicadas às Políticas em 2018

Em 2018, algumas mudanças relevantes alteraram o processo de construção das Políticas de Investimentos.

- **Exigências da Resolução 4.661 do CMN:** publicada em maio, a Resolução nº 4.661, que substitui e revoga e Resolução CMN 3.792/09, dispõe sobre as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos administrados pelas entidades fechadas de previdência complementar e impactou diversas atividades ligadas ao planejamento dos investimentos. Novas exigências de maior detalhamento nos processos de investimentos e na segmentação dos ativos investidos levaram a Previ a formalizar uma Política de Governança de Investimentos, que documenta cada etapa da elaboração das Políticas de Investimentos e a responsabilidade de cada área interveniente no planejamento e na execução das Políticas. O documento foi aprovado pelo Conselho Deliberativo e deverá ser observado por todas as gerências envolvidas com os investimentos da Previ. A Resolução 4.661 também aumentou o nível de detalhamento em torno da análise e do controle de riscos, vetou a aplicação direta de entidades de previdência complementar em empreendimentos imobiliários e alterou as regras para investimentos em *private equity*. Todas essas alterações foram consideradas durante a formulação das Políticas de Investimentos 2019-2025.

- **Introdução de "gatilhos":** os "gatilhos" são circunstâncias específicas que podem acontecer no cenário econômico e que vão "disparar" ações predeterminadas para evitar a exposição da Previ a riscos de mercado ou capturar oportunidades de investimento/desinvestimento. Esses "gatilhos", que respeitam os parâmetros da Resolução 4.661, vão trazer mais agilidade na resposta a mudanças na conjuntura econômica, reduzir potenciais perdas e mitigar eventuais efeitos de volatilidades no cenário.

Em termos gerais, as Políticas do ciclo 2019-2025 não alteraram muito as alocações definidas para o período 2018-2024. Foram mantidas as diretrizes de desinvestimento líquido em renda variável para o Plano 1, complementado por compras em volumes menores de ações com expectativa de gerar dividendos e boa valorização. O Previ Futuro manteve os mesmos limites de aplicação em renda variável, e os gestores dos investimentos do plano estarão atentos às ofertas públicas de ações (IPOs) que devem ocorrer em 2019. Em renda fixa, a tendência de aumento dos percentuais mínimos e máximos a serem investidos persistiu, em coerência com a estratégia de reduzir a exposição do Plano 1 a riscos e garantir um patamar mínimo de rentabilidade para os recursos do Previ Futuro, ainda em acumulação.

Plano 1 - Macroalocação (%)

	2017		2018		2019	
Segmentos	Alocação mínima	Alocação máxima	Alocação mínima	Alocação máxima	Alocação mínima	Alocação máxima
Renda variável	41,75	49,75	43,90	51,90	41,27	49,27
Renda fixa	39,85	47,85	38,20	46,20	40,83	48,83
Imóveis	5,00	7,50	3,90	7,90	4,07	8,07
Operações com participantes	1,50	5,50	1,40	5,40	1,13	5,13
Investimentos estruturados	0	1	0	1	0	1
Investimentos no exterior	0	0,50	0	0,50	0	0,50

Previ Futuro - Macroalocação (%)

	2017		2018		2019	
Segmentos	Alocação mínima	Alocação máxima	Alocação mínima	Alocação máxima	Alocação mínima	Alocação máxima
Renda variável	0	60	0	60	0	60
Renda fixa	21	95	21	95	17	95
Imóveis	0	8	0	8	0	8
Operações com participantes	5	15	5	15	5	15
Investimentos estruturados	0	5	0	5	0	5
Investimentos no exterior	0	1	0	1	0	1

Desempenho dos investimentos – Plano 1

O resultado obtido pelos investimentos do Plano 1 em 2018 permitiu que o plano recuperasse seu equilíbrio técnico e eliminasse o déficit conjuntural registrado em 2015 (leia mais em *Planos de benefícios*). Isso comprova a resiliência da carteira de ativos do plano e que a gestão focada no longo prazo e na preservação do valor não tardaria a se mostrar acertada, assim que a economia do país começasse a se recuperar.

50,31%

dos ativos do Plano 1 estão alocados em renda variável

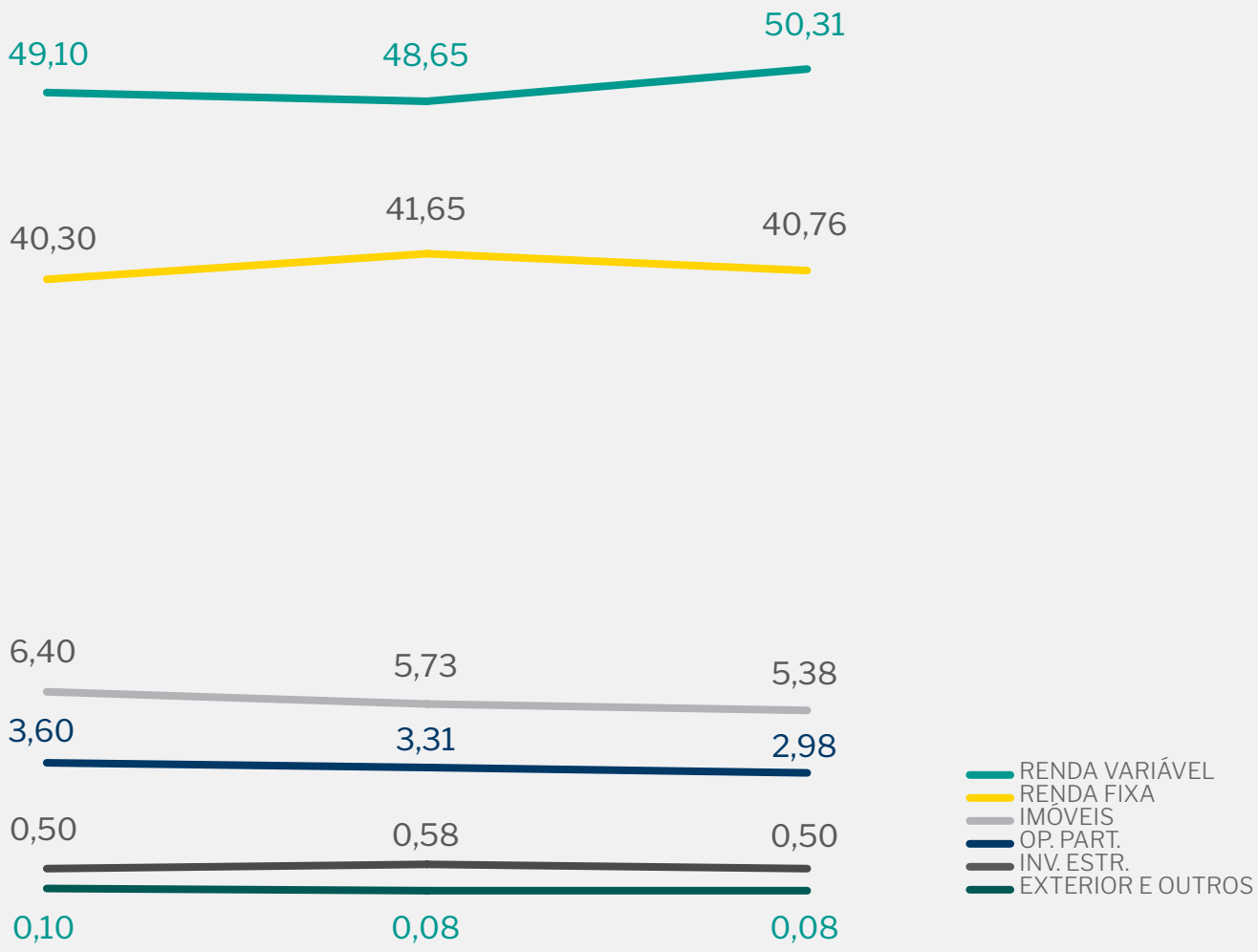
De acordo com o objetivo estratégico traçado para o plano ("Balanceamento da gestão de ativos e passivos visando ao equilíbrio do Plano 1"), foi mantida a orientação de redução da carteira de renda variável. O Plano 1 se encaminha para uma situação com menos investimentos em blocos de controle de empresas participadas – o que favorece a obtenção da liquidez necessária para pagamento de benefícios – e mais participações menores, mais diversificadas. De acordo com essa visão, foram efetuadas compras, em pequenos volumes, de ações de empresas em segmentos que não constavam da carteira de participadas. As participações em empresas como Petrobras, Vale, Banco do Brasil e Itaú Unibanco renderam expressivos retornos em dividendos.

O ano foi marcado por bons retornos em dividendos, pagos pelas empresas da carteira de participações do Plano 1

Dois desafios se apresentaram em 2018 e devem ter repercussão relevante nos próximos anos. Em um cenário de juros em baixa, as aplicações em renda fixa tendem a sofrer queda na rentabilidade, o que já vem ocorrendo. Uma maior estabilidade econômica, somada ao avanço das reformas no Congresso (visando a reduzir o risco fiscal do Governo), podem ensejar uma redução ainda maior nos juros. Entre as medidas em estudo pela Previ está a redução proporcional da meta atuarial, que foi fixada em INPC + 5% a.a. em 2018.

O segundo desafio foi consequência da Resolução nº 4.661 do Conselho Monetário Nacional, que vetou o investimento direto das entidades de previdência complementar em imóveis. A Previ tem um prazo de 12 anos para se desfazer de sua carteira de empreendimentos imobiliários ou migrá-la para fundos de investimento imobiliário (FII).

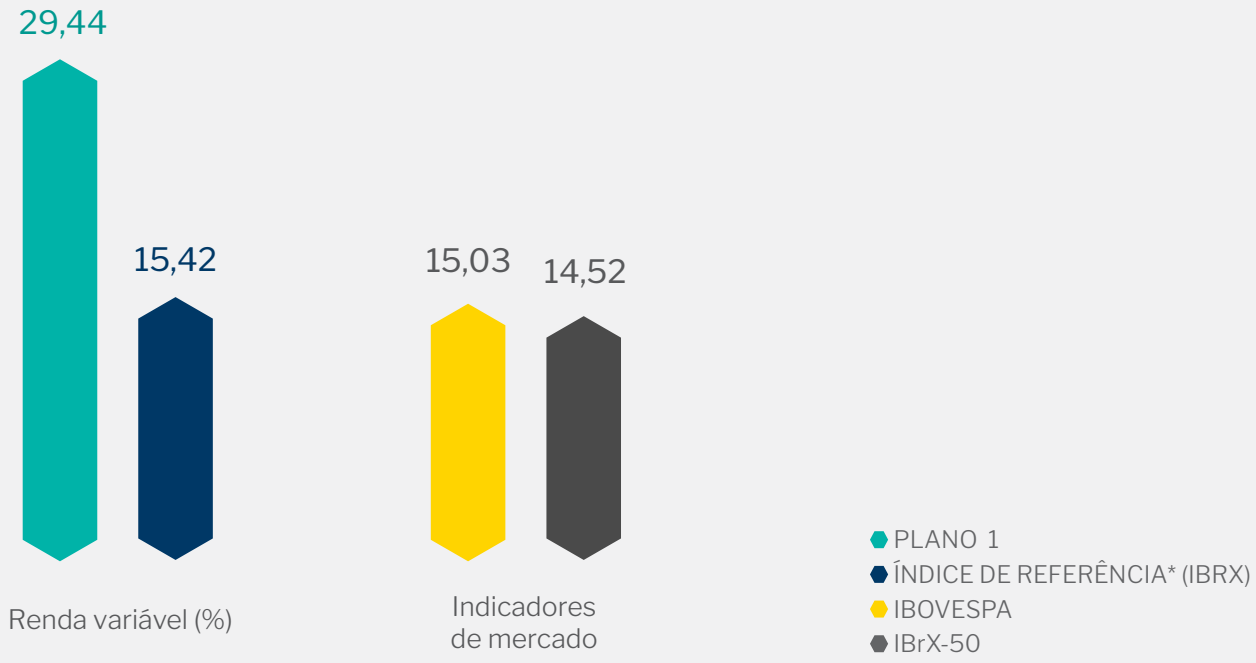
Evolução histórica da alocação de ativos – Plano 1 (%)



Renda variável

Os investimentos no segmento, que concentra cerca de metade dos ativos totais do Plano 1, obtiveram rentabilidade muito superior à meta atuarial de 2018. O volume de desinvestimentos chegou a cerca de R$ 7 bilhões, em linha com as metas previstas, aproveitando o momento de maior valorização dos ativos, no terceiro trimestre.

Rentabilidade total dos investimentos em 2018



**Índice de referência do segmento definido na Política de Investimentos do Plano 1.*

Destaques da carteira em 2018

Vale: As ações da Litel (holding por meio da qual a Previ participa da Vale S.A.), que representam cerca de 25% do patrimônio total do Plano 1, tiveram sua metodologia de precificação revisada em 2018. O novo cálculo, com precificação ao final de cada mês, determina uma média ponderada das cotações das ações da Vale dos três meses anteriores ao último dia útil do mês corrente. A valorização do ativo Vale na bolsa de valores refletida na nova precificação contribuiu decisivamente para o resultado positivo do plano. A Vale, que teve um desempenho financeiro bastante robusto em 2018, também pagou um total de R$ 7,7 bilhões em dividendos e juros sobre capital próprio a seus acionistas, incluindo a Previ. A partir da celebração do novo acordo de acionistas

da Vale firmado em 2017, mais da metade das ações detidas pela Litel ficaram desvinculadas e foram liberadas para serem transacionadas a partir do primeiro semestre de 2018. A Entidade recebeu, ao fim do ano, um volume de ações avaliado em R$ 1,3 bilhão, que já começaram a ser vendidas em mercado. Isso não apenas aumenta o potencial de liquidez da carteira e contribui para a obtenção de recursos para pagamento de benefícios, mas também adequa a posição da Previ na Vale, na transição para participações menores e menos concentradas.

Em 2018, um movimento importante envolvendo a participação da Previ na Vale foi o acordo celebrado entre a Litel, Bradespar e a Elétron S/A. Conclusão de um litígio judicial iniciado há mais de dez anos, o acordo foi celebrado em setembro de 2018. A Justiça determinou, em sentença proferida em julho de 2018, o pagamento pela Litel e Bradespar de R$ 4,01 bilhões à Eletron S.A., que atualizados e acrescidos de multas pelo não pagamento poderiam atingir cerca de R$ 6 bilhões. A referida sentença determinou a solidariedade da obrigação a ser cumprida pela Litel e Bradespar na proporção de 50% cada uma. Com o acordo, Litel e Bradespar pagaram à Eletron, conjuntamente, R$ 2,8 bilhões, cabendo a cada uma o pagamento de R$ 1,4 bilhão, o que reduziu significativamente as perdas com a disputa. O desfecho foi avaliado como positivo para a Previ, pois evitou uma perda financeira maior, além de prever a extinção de duas outras arbitragens iniciadas pela Elétron, que poderiam gerar novas perdas futuras. A medida também impede que novas demandas judiciais ou arbitrais sejam propostas e elimina incertezas no cálculo do valor econômico da Litel.

R$ 1,3 bi

valor das ações da Vale recebidas pela Previ em 2018

Posicionamento sobre o rompimento da barragem da Vale em Brumadinho

A Previ tem acompanhado os desdobramentos do rompimento da barragem de Brumadinho, ocorrido em janeiro de 2019. Assim como toda a sociedade brasileira, a Entidade ficou profundamente sensibilizada e é solidária às vítimas e familiares. Como acionista da Vale, a Previ está se certificando de que a companhia está dando todo o suporte possível para os atingidos, assim como adotará providências para apurar os motivos do acidente.

Sobre o impacto negativo da desvalorização das ações da Vale no balanço da Previ em 2019, é importante ressaltar que a carteira de ativos da Previ é diversificada, capaz de absorver efeitos de curto prazo. A Entidade conta com recursos suficientes para fazer frente ao seu compromisso de pagamento de benefícios, sem a necessidade de venda de ações da Vale.

- **Neoenergia:** a empresa voltou a distribuir dividendos entre seus acionistas. A oferta pública de ações, projetada inicialmente para 2018, foi postergada em função das condições do mercado; pode ser efetuada em 2019, se o momento for propício. A Neoenergia, que incorporou em 2017 a Elektro Holdings S.A., passou por um processo de saneamento de suas contas, com o objetivo de reduzir seu percentual de alavancagem. A Previ vem observando o novo momento com atenção e se prepara para reduzir sua participação na companhia, após a realização da oferta pública.

- **Embraer:** a construtora brasileira de aviões anunciou em 2018 a criação de uma joint-venture com a companhia americana Boeing. O novo negócio (aprovado pelas empresas, mas ainda a ser avaliado por acionistas, reguladores e pelo Governo Federal) contempla as atividades de aviação comercial da Embraer, em uma empresa que terá 20% de participação brasileira e 80% da Boeing. Após a aprovação dos termos do negócio, as ações da Embraer tiveram uma alta expressiva em sua cotação na B3 (bolsa de valores oficial do Brasil).

- **Invepar:** a Previ continuou a acompanhar o trabalho de reestruturação das dívidas da empresa e o processo de saída da OAS da sociedade, passo previsto no acordo de recuperação judicial. A expectativa de capitalização, com a entrada de um novo sócio, não se concretizou.

- **Paranapanema**: após a conclusão da reestruturação interna, promovida sob a supervisão da Previ e dos demais acionistas, a companhia voltou a dar lucro em 2018. A melhoria da situação fiscal e a retomada da estabilidade operacional já permitem à Entidade planejar a geração de liquidez a partir de sua participação na empresa.

- **BRF:** a troca no comando do Conselho de Administração da empresa, com a escolha de Pedro Parente como presidente, foi proposta pela Previ e pela Petros (fundo de pensão dos funcionários da Petrobras). A mudança foi bem recebida pelo mercado. A participação da Previ na BRF corresponde a 1,02% da carteira de renda variável da Entidade.

R$ 1,9 bi

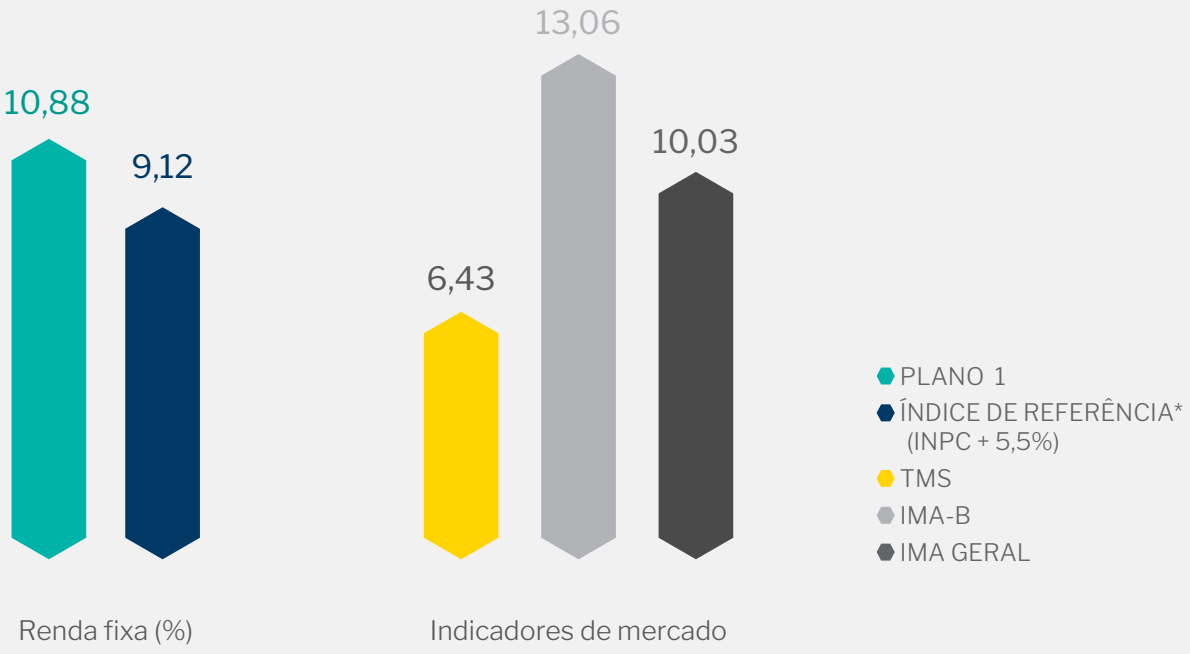
valor aproximado da participação da Previ na BRF em 2018

Parte significativa dos investimentos do Plano 1, a renda variável obteve rentabilidade expressiva em 2018

Renda fixa

A rentabilidade do segmento ficou acima tanto do *benchmark* proposto quanto da meta atuarial. Em 2018, os investimentos em renda fixa representaram cerca de 41% do total de ativos do Plano 1, concentrados principalmente em títulos públicos mantidos até seu vencimento. O grande destaque no segmento foram os títulos marcados a mercado, que somam 18,47% das aplicações do plano no segmento e obtiveram uma rentabilidade muito significativa (12,62%), fruto da estratégia de aquisição de grandes volumes nos vencimentos de prazo mais longo, no momento em que as taxas desses títulos alcançaram patamar próximo a 6% a.a. por conta da volatilidade observada pela instabilidade política do ano (eleições presidenciais).

Renda fixa (%)



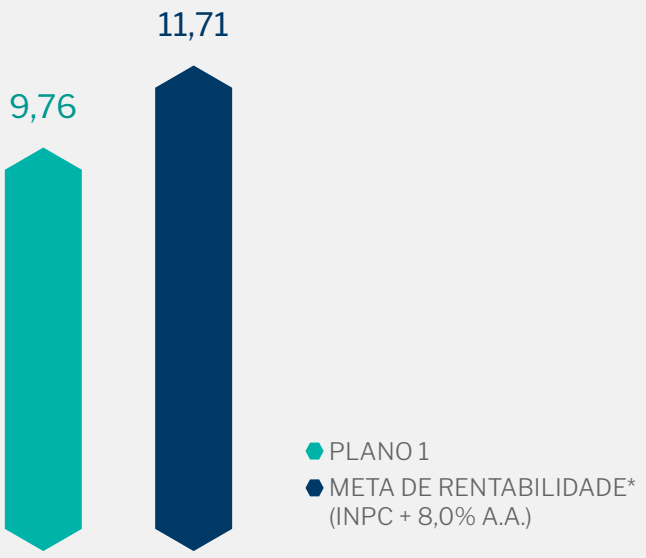
*Índice de referência do segmento definido na Política de Investimentos do Plano 1.

Imóveis

Os investimentos imobiliários não atingiram o *benchmark* (INPC + 8% a.a.) mas voltaram a superar a meta atuarial (INPC + 5% a.a.), confirmando a excelência dos empreendimentos da carteira em um momento de mercado ainda em baixa. O trabalho de renegociação dos contratos e retenção dos locatários resultou em índices de vacância e de inadimplência inferiores às médias do setor, o que contribuiu para a obtenção de liquidez no segmento e gerou cerca de R$ 633 milhões em aluguéis em 2018.

A Previ realizou uma avaliação de toda a carteira para verificar a necessidade de investimentos em reformas e modernizações, de modo a manter a atratividade dos imóveis para os locatários comerciais e de *shopping centers*. Também começaram a ser estudadas alternativas em face das mudanças impostas pela Resolução nº 4.661 do Conselho Monetário Nacional, que determina a venda ou a migração da carteira imobiliária para fundos de investimento imobiliário no prazo de 12 anos. A mudança representa um desafio, visto que os fundos atuais não oferecem liquidez compatível com os compromissos do Plano 1, implicam significativas despesas tributárias e comparativamente apresentam custo de administração mais elevados.

Imóveis (%)



*Meta de rentabilidade do segmento definido na Política de Investimentos do Plano 1.

Destaques da carteira em 2018

- **Shopping Parque da Cidade e Torre Jequitibá:** integram um complexo imobiliário no conceito de parque linear urbano, localizado no principal vetor de crescimento de São Paulo (SP). Os imóveis obtiveram "habite-se" em agosto e o shopping, posicionado como o 1º Life Center do Brasil, tem inauguração prevista para abril de 2019, enquanto na torre o foco é a prospecção de locatários, já com algumas propostas em análise.

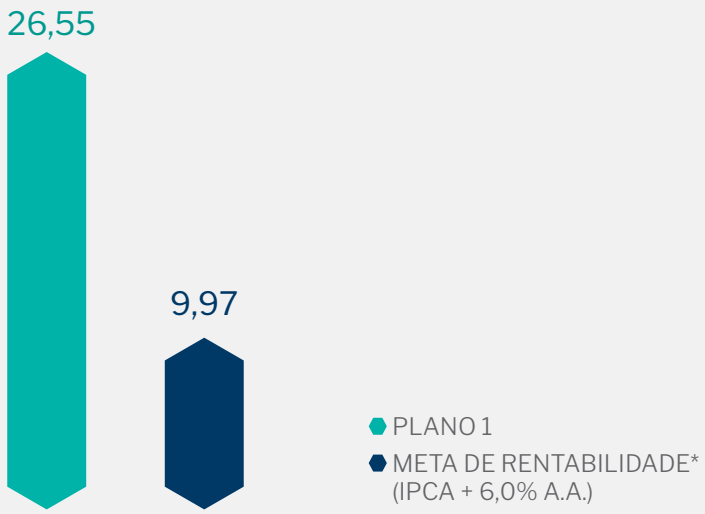
- **Birmann 21:** o edifício comercial em São Paulo (SP) foi relançado, passando a oferecer espaços a diversas empresas (a locatária anterior ocupava todo o prédio), e também passou por um programa de modernização arquitetônica.

- **Shopping ABC:** a região na qual o shopping se localiza (Santo André, SP) é uma das mais concorridas do país. A Previ buscou manter a competitividade do ativo ao trocar a empresa administradora do empreendimento.

Investimentos estruturados

Essa carteira, praticamente toda (99,58%) concentrada em *private equity*, obteve a melhor rentabilidade do ano de 2018, após a consolidação da marcação dos ativos a mercado. De acordo com o cenário traçado para o segmento, a valorização desde 2015 já estava prevista, superando a marca de R$ 1,1 bilhão. Entre os destaques do setor, a Previ recebeu, em amortização, ações de sua participação no FIP Caixa Barcelona, que acumulou quase 900% de rentabilidade total desde 2013, e a venda de participações em FIPs com investimentos na Tempo Participações e na Uniasselvi, que renderam retornos expressivos.

Investimentos estruturados (%)



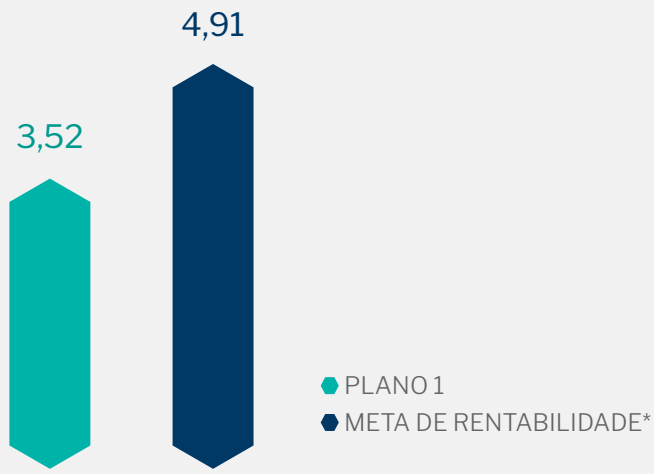
**Meta de rentabilidade do segmento definido na Política de Investimentos do Plano 1.*

Um marco na gestão dos investimentos estruturados foi a realização em conjunto pela Previ, Petros e Funcef do seminário "Desafios e Perspectivas para os FIPs no Brasil" em fevereiro. O evento promoveu um amplo debate sobre a necessidade de aprimoramento e ajustes na estruturação, governança e legislação dos Fundos de Investimento em Participações (FIPs), a importância dos ativos de *private equity* como impulsionadores do crescimento da economia brasileira e os instrumentos de governança necessários a uma boa gestão desses investimentos.

Investimentos no exterior

A rentabilidade dos investimentos do Plano 1 no exterior ficou um pouco abaixo da meta proposta para 2018, apesar da valorização do dólar frente ao real. Nos próximos anos, será possível aproveitar a diversificação nas formas de aplicação propostas pelas novas regras da Resolução nº 4.661 do CMN, incluindo o investimento em fundos exclusivos.

Investimentos no exterior (%)

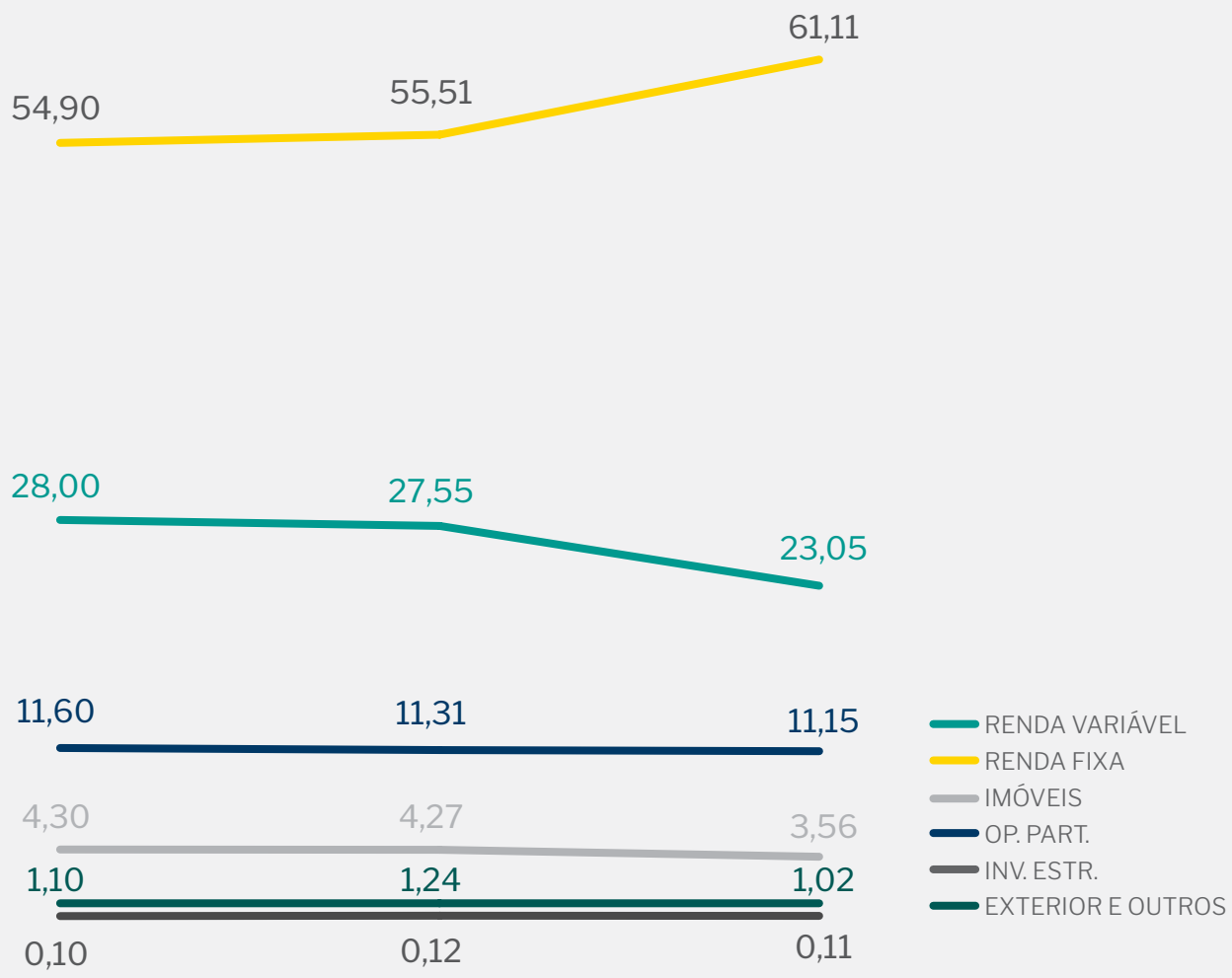


*MSCI World Index + variação cambial.

Desempenho dos investimentos – Previ Futuro

Com uma rentabilidade global de 14,06%, o desempenho dos investimentos do Previ Futuro em 2018 superou a meta atuarial. A gestão dos ativos caminhou lado a lado com o trabalho de conscientização dos participantes em relação à educação previdenciária e ao acompanhamento de suas reservas pessoais (leia mais em *Relacionamento com os públicos*). Com isso, preservou-se o foco no objetivo estratégico "Fortalecimento na relação com os associados com soluções adequadas a cada segmento", que prevê ações de promoção da educação financeira e previdenciária.

Evolução histórica da alocação de ativos – Previ Futuro (%)



Os associados do Previ Futuro podem optar individualmente pelo Perfil de Investimento que melhor se adeque à estratégia de investimento do seu saldo de conta. Os Perfis de Investimento variam em função da alocação dos investimentos em renda variável. Em 2018, a exposição total do plano nesse segmento foi ligeiramente elevada, em função de um desbalanceamento nas alocações de cada Perfil. A decisão redistribuiu de forma mais equilibrada os investimentos do plano. Não houve alteração nos limites de alocação de cada Perfil (Conservador, Moderado, Arrojado e Agressivo).

Perfis de Investimento: limites de alocação

Perfis em 2018	% em renda variável
Conservador	0
Moderado	0 a 20
Arrojado	20 a 40
Agressivo	40 a 60

Total de participantes por Perfil de Investimento

Perfil	2016	2017	2018
Agressivo	1.350	2.211	3.428
Arrojado	66.859	67.389	65.071
Moderado	931	3.539	5.204
Conservador	16.952	11.970	10.527
Total	**86.092**	**85.109**	**84.230**

Rentabilidade acumulada dos Perfis de Investimento (%)

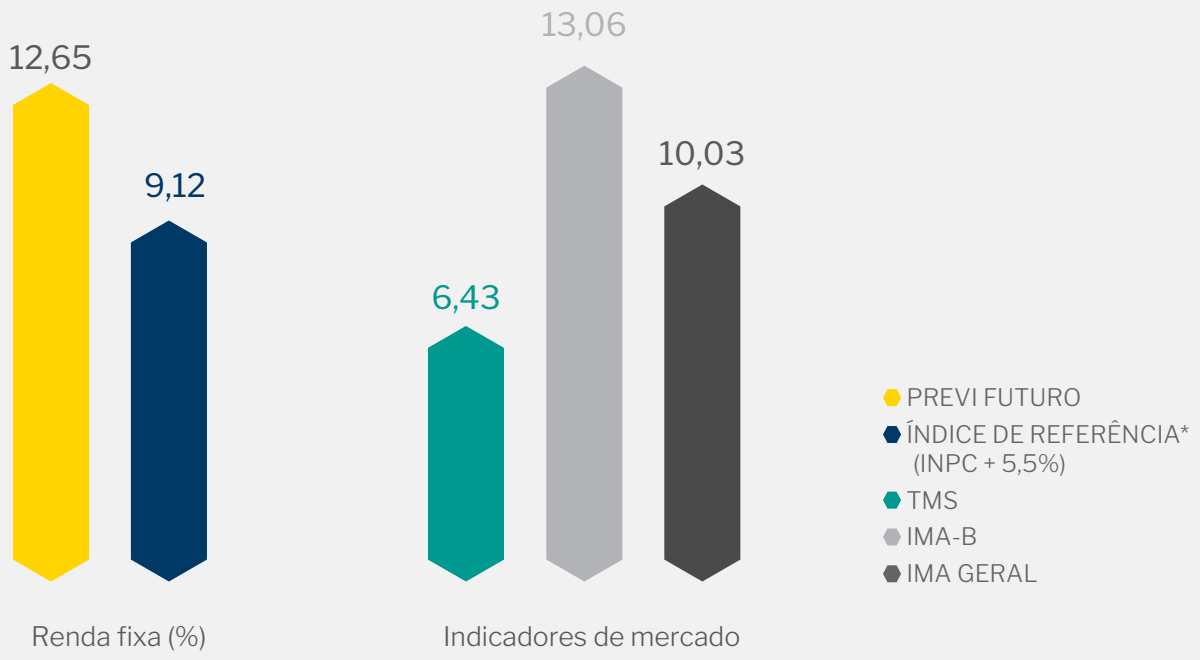
Perfil	2016	2017	2018
Conservador	18,52	10,17	11,77
Moderado	20,92	13,11	12,87
Arrojado	22,86	15,87	14,14
Agressivo	24,96	17,89	15,45

A Previ disponibiliza no Autoatendimento do site e no App Previ a ferramenta Análise do Perfil do Investidor (API), que sinaliza a tolerância ao risco e expectativa de retorno e que pode ajudar na hora da opção por um dos Perfis.

Renda fixa

Com uma divisão quase equânime entre títulos marcados até o vencimento e papéis marcados a mercado (que, reunidos, concentram cerca de 80% dos ativos do plano no segmento), os investimentos em renda fixa superaram a meta atuarial e o *benchmark* estabelecido pela Política de Investimentos do plano.

Renda fixa (%)

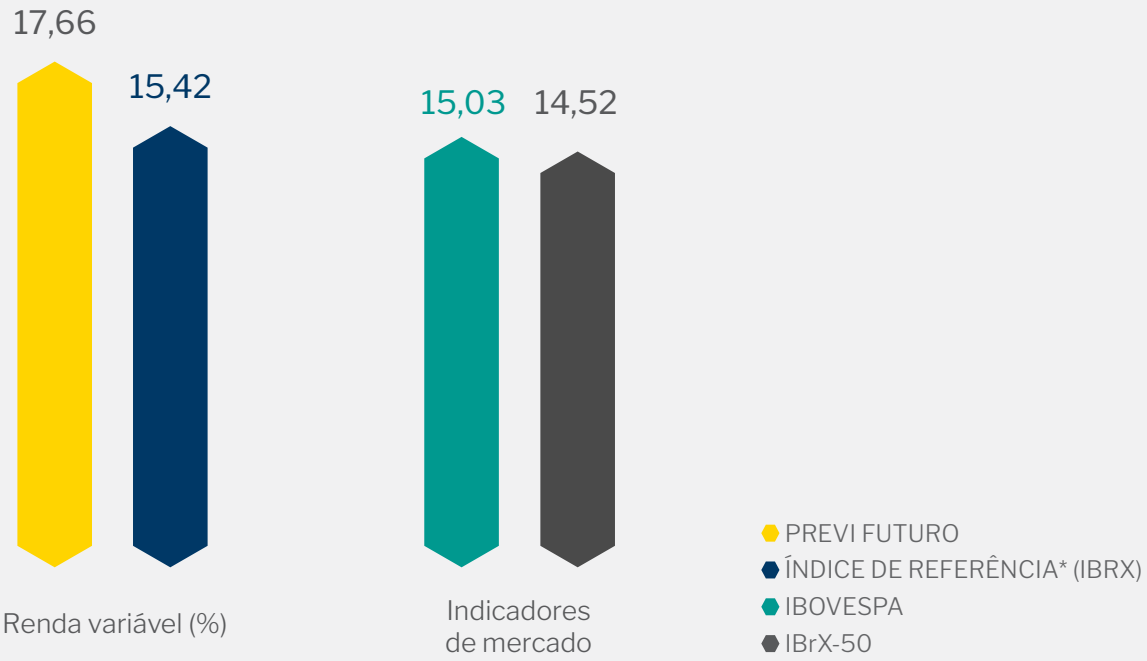


**Índice de referência do segmento definido na Política de Investimentos do Previ Futuro.*

Renda variável

Com a adequação necessária na exposição em renda variável nos Perfis de Investimento e a execução de estratégias de investimento, o Previ Futuro negociou cerca de R$ 1,2 bilhão em ações em 2018. Os investimentos permaneceram focados em empresas sólidas, capazes de gerar bons resultados financeiros, dividendos e valorização no longo prazo.

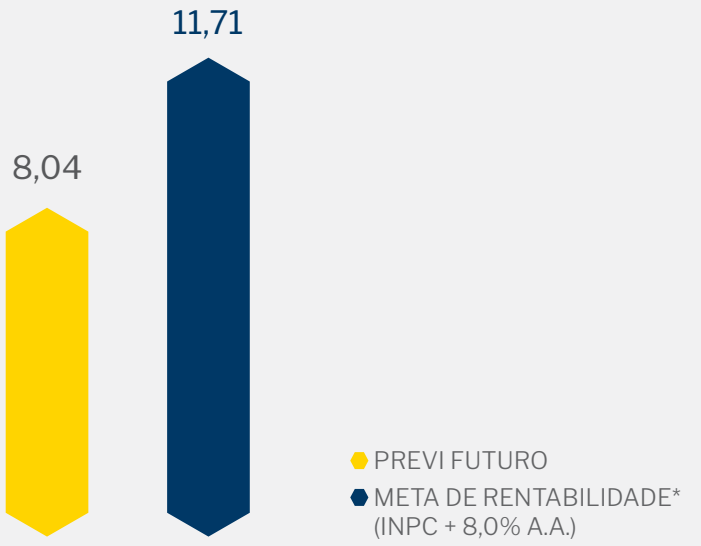
Renda variável (%)



Imóveis

A geração de aluguéis dos investimentos imobiliários do Previ Futuro no exercício 2018 atingiu cerca de R$ 27 milhões. O desempenho sofreu os impactos da conjuntura econômica do país, principalmente no setor varejista, no qual atuam a maioria dos locatários dos imóveis do portfólio. Até 2017 a carteira era composta pela participação em cinco shopping centers em operação, e também no Shopping Parque da Cidade e na Torre Jequitibá, que se tornam operacionais somente em 2019.

Imóveis (%)

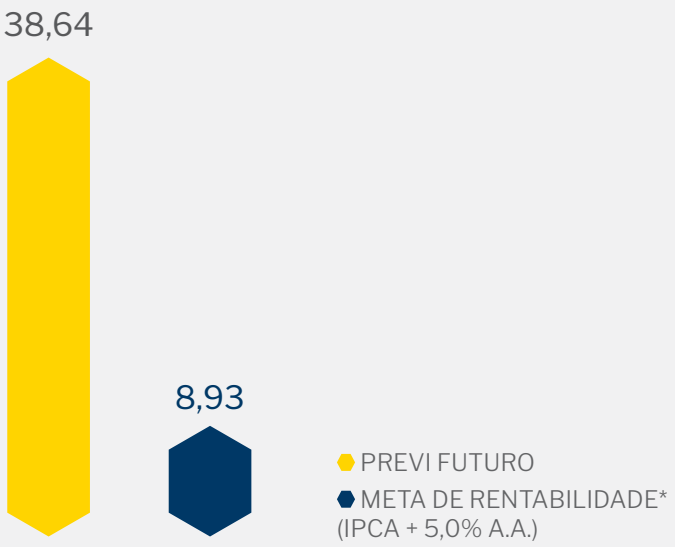


**Meta de rentabilidade do segmento definido na Política de Investimentos do Previ Futuro.*

Investimentos estruturados

Concentrados no FIP Caixa Barcelona, que também rendeu ótimos resultados para o Plano 1, os investimentos estruturados do Previ Futuro obtiveram rentabilidade muito superior às metas previstas para o período, acumulando um valor de mercado de R$ 197,7 milhões.

Investimentos estruturados (%)

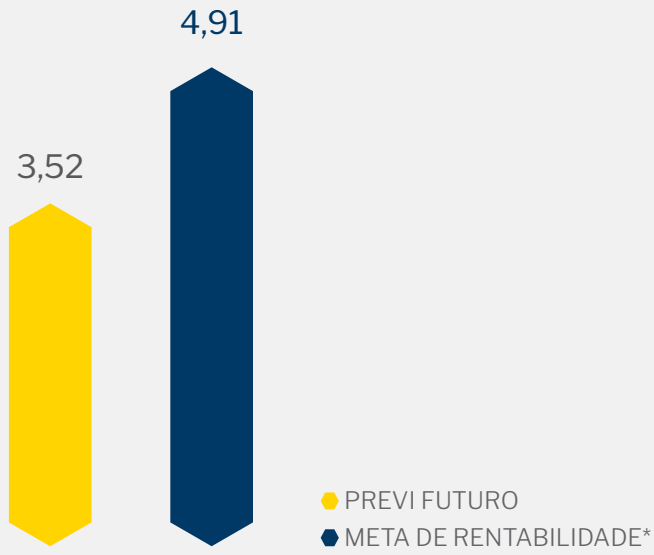


**Meta de rentabilidade do segmento definido na Política de Investimentos do Previ Futuro.*

Investimentos no exterior

O Previ Futuro manteve em 2018 cotas em quatro fundos de investimento, que tiveram desempenho um pouco inferior à meta atuarial do ano.

Investimentos no exterior (%)



**MSCI World Index + variação cambial.*

Operações com participantes

Os participantes da Previ contam com dois tipos de operações financeiras exclusivas, que oferecem prazos e taxas muito competitivas em relação a soluções similares contratáveis em outras instituições.

- O Empréstimo Simples (ES) conjuga linhas de crédito com taxa pós-fixada no nível mínimo permitido pela legislação (5% a.a. + variação do INPC).
- A Carteira de Financiamentos Imobiliários (Carim) viabiliza financiamentos para aquisição de imóveis residenciais, novos ou usados, situados em regiões urbanas, com obras concluídas e devidamente averbados no Registro de Imóveis.

Em 2018, os participantes puderam contratar o Empréstimo Simples por meio do App Previ. Em novembro, foram anunciadas alterações nos parâmetros válidos para a concessão. Entre as novidades estão o aumento do valor do teto de concessão de empréstimo e a redução da carência para as renegociações, que passam de seis prestações para uma. A revisão dos parâmetros do Empréstimo Simples foi baseada em estudos técnicos em busca de melhores condições e de benefícios mais adequados à realidade de todos os associados.

R$ 10 bi

valor aproximado do total das carteiras de ES e da Carim em 2018

Passou a ser possível, em 2018, contratar o Empréstimo Simples por meio do App Previ

Além disso, foram criadas duas novas modalidades de empréstimos rotativos (ES-C e ES-D). Elas possuem as mesmas características dos dois tipos já existentes, o ES-A e o ES-B, ou seja, têm o mesmo teto de concessão, margem, prazo e carência. A criação dessas duas novas modalidades vem para facilitar a administração dos empréstimos contratados pelos associados, que poderão efetuar novas operações e renovar as existentes em meses diferentes. Isso significa que, respeitados os limites legais de descontos em folha e débitos consignados, os participantes passaram a poder ter até quatro ES contratados simultaneamente. Já as regras para o Financiamento Imobiliário não tiveram modificações.

Plano 1

As alterações nas regras do Empréstimo Simples para os participantes do Plano 1 incluíram a elevação do teto de concessão, de R$ 160 mil para R$ 165 mil. A taxa de administração sobre o valor bruto de concessão ou de renovação foi alterada de 0,1% para 0,2%, e a carência para as renegociações foi reduzida de seis prestações para apenas uma prestação.

Para os participantes do Plano 1, continuaram a ser oferecidos o ES Rotativo, o ES 13º Salário (não submetido à margem consignável para desconto em folha) e o ES Finimob (exclusivo para quitação de saldo de Financiamento Imobiliário). As regras do Fundo de Quitação por Morte (usado para quitar o débito no caso de falecimento do participante) não foram alteradas.

Em 2018, as operações com participantes representaram 3,03% dos investimentos totais do Plano 1. O quadro abaixo resume os indicadores mais relevantes sobre contratações e volume total das carteiras de Empréstimo Simples e Financiamento Imobiliário.

Operações com participantes – Plano 1 (2018)

Tipo de operação	Contratações	Renovações	Valor das concessões (R$ mil)	Número de contratos em 2018	Volume total (R$ mil)
Empréstimos Simples	28.772	35.679	813.294	75.492	4.717.198
Financiamento Imobiliário	221	N/A	63.968	10.677	3.654.796

Previ Futuro

Com as alterações nas regras do Empréstimo Simples, anunciadas em novembro de 2018, os associados do Previ Futuro tiveram seu teto de concessão de ES elevado de R$ 60 mil para R$ 63 mil. Assim como foi feito com os ES do Plano 1, a carência para a renegociações foi reduzida de seis prestações para uma. O Fundo de Quitação por Morte também foi modificado e passou a ter seis (em vez de cinco) faixas etárias, conforme a tabela a seguir:

FQM Previ Futuro – 2018

Faixa Etária	Percentual (a.a.)
Até 49 anos	0,10%
50 a 59 anos	0,30%
60 a 69 anos	0,70%
70 a 79 anos	1,70%
80 a 89 anos	3,50%
A partir de 90 anos	4,00%

São três as opções de ES oferecidas aos associados do Previ Futuro: ES Rotativo, ES 13º Salário e ES Reingresso (crédito pessoal para funcionários do BB da ativa que reingressam no Previ Futuro). Em relação ao Financiamento Imobiliário, registrou-se um aumento expressivo no número de novos pedidos em 2018. Para ser aceito pela Carim, o participante precisa ter pelo menos dez anos de contribuição ao plano. É possível financiar até 100% do valor de avaliação do imóvel, por até 420 meses. O quadro a seguir resume a movimentação nas operações com participantes do Previ Futuro, cujo volume de recursos representou 11,20% dos ativos totais do plano.

Operações com participantes – Previ Futuro (2018)

Tipo de operação	Contratações	Renovações	Valor das concessões (R$ mil)	Número de contratos em 2018	Volume total (R$ mil)
Empréstimos Simples	38.531	50.967	497.382	72.921	1.438.161
Financiamento Imobiliário	394	N/A	85.573	1.044	227.161

Relação de empresas participadas

Veja abaixo a relação de empresas, o percentual de participação da Previ em cada uma e os índices que elas integram.

Os índices, listados a seguir, são ferramentas que indicam e mensuram o desempenho de uma carteira teórica de ativos que, nesses casos, segundo alguns critérios, apresentam diferenciação em termos de sustentabilidade e governança corporativa. Esses aspectos tendem a refletir empresas que apresentam uma gestão mais focada na perenidade da companhia. Estão relacionados os seguintes índices: Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE); Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada (IGC-X); Índice BM&FBovespa de Governança Corporativa Trade (IGC-T); Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada – Novo Mercado (IGC-NM); Índice Carbono Eficiente (ICO_2); e Índice de Ações com Tag Along Diferenciado (ITAG).

Empresa participada é toda aquela na qual a Previ possui assento no Conselho de Administração ou Fiscal ou aquela na qual a Entidade possui recursos que ultrapassem 0,25% de seu patrimônio.

Empresa	Segmento	Participação da Previ (%)	Integra quais índices na B3?
Gerdau Metalúrgica	Siderurgia	0,13	IGC-T, IGC-X e ITAG
Invepar	Infraestrutura	25,56	-
Invitel Legacy	Telecom e TI	19,99	-
Itaú Unibanco	Bancos	1,34	ICO2, IGC-T, IGC-X, ISE e ITAG
Itaúsa	Bancos	1,93	ICO2, IGCT, IGCX, ISE e ITAG
Jereissati Participações	Shoppings	18,76	-
Kepler Weber	Bens industriais	17,48	ITAG
Neoenergia	Energia elétrica	38,21	-

Empresa	Segmento	Participação da Previ (%)	Integra quais índices na B3?
Newtel Participações	Telecom e TI	22,54	-
Paranapanema	Metalurgia	19,80	IGC-X, IGC-NM e ITAG
Petrobras	Petróleo, gás e petroquímica	2,01	ICO2, IGC-T, IGC-X e ITAG
Petrobras Distribuidora	Petróleo e Gás	2,84	IGC-T, IGC-X, IGC-NM e ITAG
Randon	Bens industriais	3,09	IGC-T, IGC-X e ITAG
Sul 116 Participações	Telecom e TI	11,17	-
Tupy	Bens industriais	25,88	IGC-T, IGC-X, IGC-NM e ITAG
Ultrapar Participações	Petroquímica	4,22	ICO2, IGC-T, IGC-X, IGC-NM e ITAG
Vale	Mineração	17,55**	IGC-T, IGC-X, IGC-NM e ITAG
521 Participações	Energia elétrica	100,00	-

Obs.: posição em 28 de dezembro de 2018.

* Participação indireta via Neoenergia.
**Reflete a participação direta (Previ Futuro: 0,119%) e indireta (Plano 1: 17,43%).

Planos de benefícios

As posições do Plano 1, do Previ Futuro e da Carteira de Pecúlios em 2018

Os bons resultados financeiros registrados em 2018 asseguraram a estabilidade e o cumprimento de todos os compromissos dos planos da Previ com seus associados. O Plano 1 voltou ao equilíbrio e não precisará elaborar plano para o equacionamento de déficit em 2019. Com a redução no número de novos funcionários empossados pelo Banco do Brasil, o Previ Futuro concentrou esforços na adesão do contingente de ativos que ainda não se filiou ao plano. A mesma estratégia foi aplicada à Capec, com uma grande campanha voltada à captação de novos associados e à regularização dos atuais participantes.

Aprovado o registro de CNPJ por plano de benefícios

Em dezembro de 2018, uma decisão do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) autorizou o registro de Cadastros Nacionais de Pessoa Jurídica (CNPJ) distintos para cada plano de benefícios das entidades de previdência complementar. Com isso, pretende-se afastar, a partir de sua implementação, os riscos decorrentes de decisões judiciais sobre um único plano que possam gerar problemas para todos os participantes, por não levarem em conta a segregação do patrimônio dos distintos planos de uma mesma entidade.

Além de reforçar a independência na gestão e no desempenho de cada plano da Previ e aumentar a segurança sobre o patrimônio dos participantes, a decisão do CNPC reduz riscos jurídicos envolvidos na criação de novos planos de benefícios e demais produtos associados à previdência complementar.

Plano 1 GRI 201-3

Fechado para novos entrantes, o Plano 1 oferece benefícios definidos complementares ao da previdência oficial para os funcionários do Banco do Brasil admitidos até 23 de dezembro de 1997 e seus beneficiários. De acordo com a Previc, é o maior plano de benefícios do sistema brasileiro de previdência complementar, concentrando cerca de 21% dos ativos totais do mercado. Cerca de 90% de seus participantes já recebem benefícios de aposentadoria (por invalidez, por tempo de contribuição, antecipado ou por idade). Seus beneficiários habilitados pela Previ têm direito ao complemento de pensão por morte.

Em janeiro de 2018, o Plano 1 já registrava superávit suficiente para voltar ao equilíbrio atuarial. O acumulado no decorrer do ano, somado ao resultado final de 2017, permitiu ao Plano 1 retomar seu equilíbrio em setembro – com uma consonância entre o patrimônio líquido, o passivo atuarial e a meta atuarial.

Ao encerramento do ano, o desempenho dos investimentos contribuiu para o superávit técnico no exercício de R$ 10,82 bilhões, que permitiu reverter o déficit acumulado de R$ 4,29 bilhões em 2017 para um superávit acumulado de R$ 6,52 bilhões em 2018. Todo o déficit conjuntural de 2015 foi coberto, sem a necessidade da elaboração de um novo plano de equacionamento e de contribuições extras dos participantes.

O superávit acumulado de R$ 6,52 bilhões já considera o impacto referente ao aumento da Reserva Matemática em R$ 4,11 bilhões, em decorrência da atualização da Tábua de Mortalidade (leia a seguir em Atualização da Tábua de Mortalidade). Esse valor passa a constituir a Reserva de Contingência do Plano. Eventuais destinações do superávit acumulado só poderão ser consideradas caso o limite da Reserva de Contingência calculada para o Plano 1, que equivale a cerca de R$ 33 bilhões, seja ultrapassado.

PLANO 1 EM NÚMEROS EM 2018

113.173 participantes

72,2% aposentados,

18,8% pensionistas,

9,0% ativos

18,82% de rentabilidade, superior à taxa atuarial do ano (8,61%)

R$ 11,99 bi pagos em benefícios

R$ 154,51 bi de Reserva Matemática

Atualização da Tábua de Mortalidade

Ao fim de 2018, a Previ concluiu o estudo para implementação de uma nova Tábua de Mortalidade válida a partir de 2019 para todos os seus associados. A Tábua é um instrumento usado pelos técnicos atuariais da Entidade para estimar a longevidade dos participantes dos planos. Seus dados são fundamentais na definição do volume de recursos necessários ao cumprimento de todos os compromissos da Previ; o Plano 1 prevê pagamentos de aposentadorias e pensões até o ano de 2090.

O aumento da longevidade dos associados da Previ foi constatado nos estudos que a Previ realiza anualmente para verificar se a expectativa de vida da Tábua de Mortalidade utilizada tem se confirmado ou não. Com base nessas análises, a Previ pode definir as premissas que melhor mensuram os recursos necessários para pagar aposentadorias e pensões. Essa constatação levou à troca das Tábuas de Mortalidade do Plano 1 e do Previ Futuro. As novas premissas, válidas desde o dia 1º de janeiro de 2019, proporcionam mais segurança: o objetivo é medir de forma precisa o passivo atuarial da Previ, ou seja, o quanto a Entidade pagará para seus associados e seus beneficiários ao longo do tempo.

A revisão da Tábua de Mortalidade acarretará um aumento do compromisso financeiro do plano, porque significa que a Previ precisa ter mais dinheiro para pagar benefícios por mais tempo. No Plano 1, um plano maduro, constituído na modalidade Benefício Definido, a alteração das Tábuas representa um aumento de R$ 4,1 bilhões nos compromissos, registrados na Reserva Matemática. Esse montante foi suportado pelo superávit técnico registrado pelo Plano 1 em 2018.

> A revisão da Tábua de Mortalidade dá mais segurança aos cálculos do passivo atuarial do Plano 1, o que reduz riscos e favorece a estabilidade

Demandas judiciais

Como toda entidade de previdência complementar, a Previ lida com demandas (judiciais e extrajudiciais) de participantes que solicitam revisões de seus benefícios. São casos que envolvem vitórias obtidas na Justiça do Trabalho em demandas ao Banco do Brasil, sobre questões como 7ª e 8ª horas extraordinárias, anuênios, quinquênios, desvio de função, verbas transacionadas em comissão de conciliação prévia (CCP), etc. A Entidade reconhece o direito de todo participante de questionar os valores dos benefícios pagos, mas cabe o esclarecimento sobre os potenciais impactos sobre todo o Plano 1 causados por essas revisões. A previdência complementar funciona sob o princípio do mutualismo, no qual ganhos e perdas são divididos por toda a coletividade dos associados. Acréscimos em valores de benefícios não dimensionados no cálculo atuarial atingem as reservas matemáticas do Plano 1 e geram riscos de desequilíbrios futuros.

R$ 4,1 bi

aumento nos compromissos do Plano 1 com a alteração na Tábua de Mortalidade, valor suportado pelo superávit técnico de 2018

Em 2018, uma deliberação do Supremo Tribunal de Justiça (STJ) determinou que quando já concedido o benefício de complementação de aposentadoria, é inviável a inclusão de horas extras habituais reconhecidas pela Justiça do Trabalho no cálculo da renda mensal. Casos excepcionais ainda podem admitir a revisão, desde que o recálculo inclua "o prévio e integral restabelecimento das reservas matemáticas, por meio de aporte a ser vertido pelo participante". A decisão, que deve ser replicada para os casos que ainda tramitam em cortes inferiores, foi questionada por liminar para determinar se a recomposição das reservas deve ser dividida entre o participante e o patrocinador ou se o ônus cabe inteiramente a uma das partes. De todo modo, a decisão do STJ é positiva para a Previ e para os associados do Plano 1, cujo patrimônio não será afetado pela necessidade de recomposição de reservas em caso de revisão de benefícios.

A Previ vem trabalhando para aprimorar o tratamento das demandas judiciais acumuladas. Houve um grande incremento no número de demandas encerradas e na redução do total de processos ativos, por meio da contratação de novos escritórios de advocacia e de ações de comunicação voltadas aos participantes, que buscam esclarecer sobre os riscos envolvidos na judicialização dos benefícios. O objetivo é fazer com que o participante que tenha dúvidas sobre os valores de seu benefício procure a Entidade antes de levar o caso à Justiça, buscando uma resolução positiva para todas as partes.

R$ 6,52 bi

Reserva de Contingência acumulada em 2018

Evolução histórica do Plano 1

	2014	2015	2016	2017	2018
Ativos	23.981	18.658	11.268	10.637	9.694
Aposentados	68.395	72.586	78.724	78.224	78.055
Ativos externos[1]	760	712	594	527	491
Aposentados externos[2]	3.573	3.588	3.645	3.665	3.675
Pensionistas	20.154	20.385	20.712	20.977	21.258
Total	**116.863**	**115.929**	**114.943**	**114.030**	**113.173**

1 Inclui autopatrocinados, Benefício Proporcional Diferido, pensão mínima e participantes ainda sem opção.
2 Inclui autopatrocinados, Benefício Proporcional Diferido e pensão mínima.

Valores desembolsados em pagamento de benefícios (R$ bilhões)

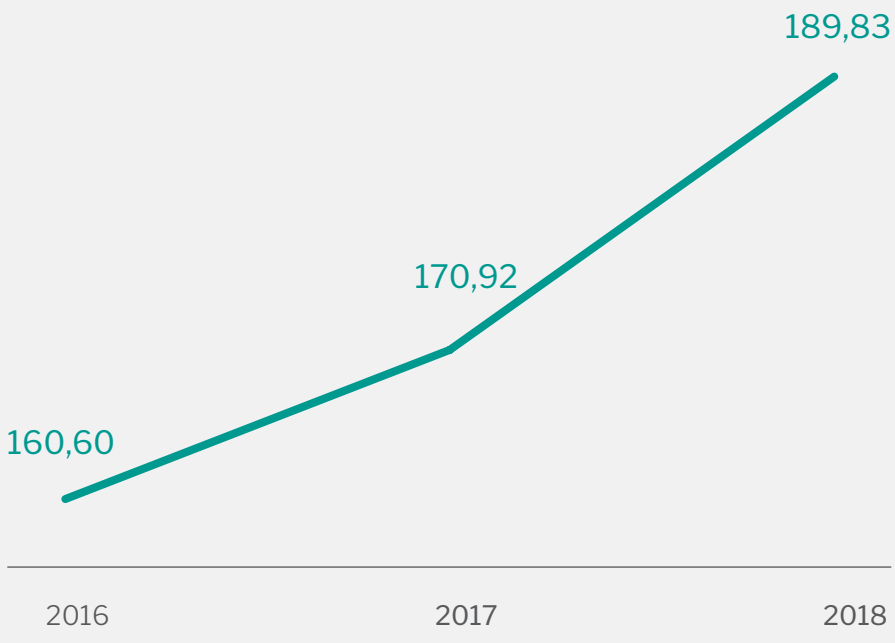
	2014	2015	2016	2017	2018
Previ *	8,40	9,43	10,35	12,22	11,99
INSS**	2,27	2,43	2,73	2,96	3,08
Banco do Brasil***	0,18	0,18	0,18	0,18	0,17
Total	**10,85**	**12,04**	**13,26**	**15,36**	**15,24**

*Os Benefícios Previ compreendem Complemento Previ, benefícios regulamentares, BET e benefícios provenientes de decisões judiciais.
**Considera os valores que foram repassados pela Previ, por meio da folha de pagamentos, em face do Convênio Prisma.
***O Banco do Brasil é responsável pelo pagamento de benefícios aos participantes fundadores da Previ, por obrigações originadas de demandas trabalhistas, entre outras.

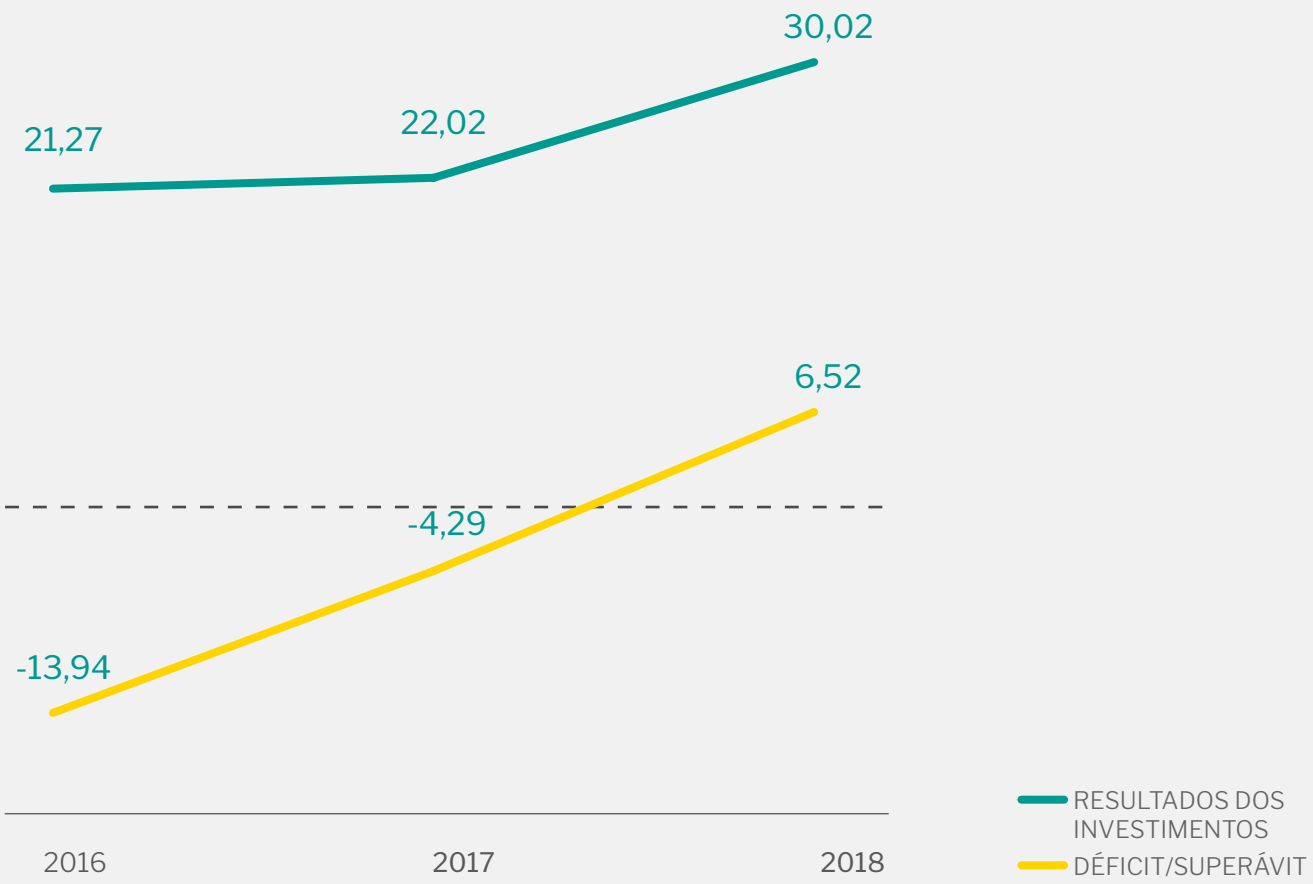
Plano 1: Evolução do resultado acumulado (R$ bilhões)

	2016	2017	2018
Reserva de Contingência	--	--	6,52
Reserva Especial	--	--	--
Déficit Técnico Acumulado	13,94	4,29	--

Resultados acumulados (R$ bilhões)



Resultados dos investimentos x déficit/superávit acumulado (R$ bilhões)



Previ Futuro GRI 201-3

O Previ Futuro é o plano de previdência complementar para funcionários que ingressaram no Banco do Brasil após 24 de dezembro de 1997. Como plano de contribuição variável, os benefícios a serem pagos após a aposentadoria dependem do volume de contribuições, do tempo de contribuição e da rentabilidade dos investimentos. Quanto maior o saldo de conta, maior poderá ser o valor do benefício. A contribuição básica do Plano é de 7% do salário de participação, e esse valor é acompanhado pelo patrocinador (Banco do Brasil). Mas o associado do Previ Futuro não precisa se limitar necessariamente às contribuições regulares. Também é possível contribuir a partir de uma pontuação baseada em dois fatores: salário de participação e tempo de filiação ao plano. Esta contribuição é relativa à progressão na carreira e chamada de Adicional (2B). Além disso, o participante do Previ Futuro também pode fazer contribuições por sua conta, sem a contrapartida do Banco. Essa contribuição é chamada Complementar (2C) e pode ser mensal, em percentual não inferior a 2% do salário, ou esporádica, desde que não seja inferior a 20% do salário. O Previ Futuro ainda prevê o amparo em caso de invalidez e a extensão da proteção aos seus dependentes, por meio do pagamento do complemento de pensão, em caso de falecimento do participante.

Em 2018 prosseguiram os esforços para tornar os associados cada vez mais corresponsáveis pela gestão de seus investimentos e pela acumulação de suas reservas. O trabalho incluiu o lançamento de recursos digitais para facilitar o acompanhamento das reservas, a rentabilidade dos ativos e a realização de contribuições adicionais pelo App Previ, além de iniciativas de educação previdenciária e financeira. As opções de Perfis de Investimento (que também podem ser alterados e acompanhados pelo App Previ) e suas características mereceram divulgações extras, complementadas com o envio de análises de cenários macroeconômicos para serem consideradas em conjunto com o perfil de cada participante.

PREVI FUTURO EM NÚMEROS EM 2018

86.039 participantes

14,06% de rentabilidade, superior à taxa atuarial do ano (8,61%)

1,2% aposentados,

0,9% pensionistas,

97,9% ativos

R$ 15,01 bi pagos em benefícios

95% dos funcionários do BB empossados após 24/12/1997 são associados

Evolução histórica do Previ Futuro

	2014	2015	2016	2017	2018
Ativos	74.342	78.396	78.942	78.037	77.171
Aposentados	244	350	398	767	888
Ativos externos1	7.217	7.222	7.167	7.072	7.059
Aposentados externos2	17	28	33	92	106
Pensionistas	535	595	689	756	815
Total	**82.355**	**86.591**	**87.229**	**86.724**	**86.039**

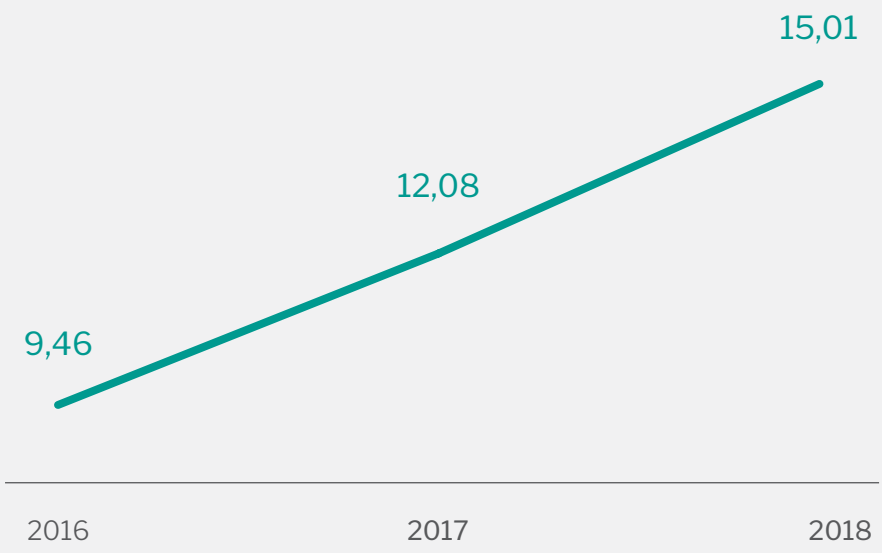
1 Inclui autopatrocinados, Benefício Proporcional Diferido e participantes ainda sem opção.
2 Inclui autopatrocinados e Benefício Proporcional Diferido.

Valores desembolsados em pagamento de benefícios (R$ milhões)

	2014	2015	2016	2017	2018
Previ*	6,17	8,43	11,97	23,17	25,48
INSS	14,24	17,28	23,61	32,47	38,62
Banco do Brasil**	0,007	0,008	0,02	0,03	0,04
Total	**20,41**	**25,71**	**35,60**	**55,67**	**64,14**

*Os Benefícios Previ compreendem o Complemento Previ (Benefícios de Risco) e o Benefício Proporcional Diferido.
**Considera os valores que foram repassados pela Previ, por meio da folha de pagamentos, em face do Convênio Prisma.
***O Banco do Brasil é responsável pelo pagamento de benefícios provenientes de obrigações originadas de demandas trabalhistas.

Patrimônio acumulado (R$ bilhões)



	TMS	Atuarial	Ibovespa	Arrojado	Conservador	Moderado	Agressivo
2016	14,02	11,91	38,94	22,86	18,52	20,92	24,96
2017	9,94	7,17	26,86	15,87	10,17	13,11	17,89
2018	6,43	8,61	15,03	14,14	11,77	12,87	15,45
Acumulado	33,41	30,25	102,74	62,49	45,94	54,38	70,08

Mais recursos no App Previ

Uma das inovações nos serviços e processos da Previ em 2018 (*leia mais sobre inovação em Relacionamento com os públicos*) foi a inclusão do serviço Meu Benefício no App Previ. A ferramenta permite ao participante efetuar simulações e definir o planejamento que o ajudará a alcançar o benefício desejado no futuro. O usuário determina qual valor complementar deseja receber, a idade em que pretende se aposentar e o tipo de renda pretendida (com ou sem reversão em pensão). Usado em conjunto com os Perfis de Investimento e os resultados dos investimentos, também acessáveis pelo App, o Meu Benefício é mais uma ferramenta que aumenta o conhecimento dos participantes sobre a formação de suas reservas e as opções disponíveis para maximizá-las, além de permitir o acompanhamento do plano de aposentadoria.

Outra inovação do App voltada ao Previ Futuro foi a introdução do Simulador de Dedução de Imposto de Renda, um programa que calcula quanto o participante pode abater de seu imposto a pagar ao fazer uma contribuição complementar (2C) a suas reservas. Antes, essa conta tinha de ser feita pelo próprio participante ou pelos técnicos da Previ, em atendimentos presenciais. A ferramenta teve grande adesão por parte dos associados.

Em 2018, o App Previ também passou a possibilitar a realização de contribuições extras e a migração dos Perfis de Investimento, o que trouxe mais facilidade para o participante do Previ Futuro.

Novas posses e adesões

O Previ Futuro registrou uma diminuição no total de participantes na comparação entre 2018 e 2017. A causa principal para isso foi a estagnação no número de novos funcionários empossados pelo Banco do Brasil. Não há previsão de reversão desse cenário no BB nos próximos anos, algo que, somado a eventuais saídas de participantes, pode impactar, no futuro, as expectativas de patrimônio, despesas e gestão de riscos do plano.

Para contrabalançar esses efeitos, a Entidade foi proativa na captação de novos participantes. Cerca de 4% dos funcionários do Banco aptos a aderir ao Previ Futuro, entre pessoas que não se associaram na posse e

96%

dos funcionários do BB aptos a participar do Previ Futuro já aderiram ao plano

outras que em algum momento deixaram o plano, ainda não o fizeram; esse público foi contatado via mala direta e em encontros realizados em parceria com o Banco, como as apresentações de resultados e os eventos do Previ Itinerante (*leia mais em Relacionamento com os públicos*). Contatos diretos via telefone também foram feitos com um grupo selecionado de funcionários. Como resultado, durante 2018 foram registradas 313 filiações e 62 reingressos de ex-participantes.

As contribuições extras ao Previ Futuro mudaram de denominação em 2018, para dar mais clareza às suas finalidades

Contribuições extras em 2018

Os participantes do Previ Futuro contam com a possibilidade de fazer contribuições extras além do valor aportado todos os meses (7% do salário de participação, com igual valor pago pelo Banco do Brasil). Esses aportes mudaram de denominação, para dar mais clareza à finalidade de cada um deles. A contribuição adicional, antes conhecida como 2B, pode variar de 1% a 10% do salário de participação, de acordo com a pontuação individual do participante – PIP (calculada mensalmente em função de sua evolução na carreira e o tempo de filiação ao plano). O patrocinador (Banco do Brasil) se compromete a aportar o mesmo valor desembolsado pelo associado. Já a antiga 2C passou a se chamar contribuição complementar. Ela é paga apenas pelo associado, sem contrapartida do patrocinador, e pode ser feita de forma esporádica (a partir de um mínimo de 20% do salário de participação) ou mensal (com um mínimo de 2% do salário de participação).

Em 2018, as contribuições passaram a ser feitas também pelo App Previ, o que facilitou o acesso dos participantes. Além disso, por meio de uma parceria entre a Entidade, o Banco do Brasil e o programa de fidelidade Livelo, as contribuições complementares podem ser ressarcidas com o uso de pontos Livelo, em uma operação realizada nos terminais de autoatendimento do Banco. Uma campanha de comunicação informou aos participantes sobre essas vantagens e as demais características das contribuições, o que elevou em quase 50% o volume de aportes em 2018 na comparação com o ano anterior.

375

pessoas aderiram ao Previ Futuro em 2018, entre novos entrantes e reingressos

Carteira de Pecúlios (Capec)

A Carteira de Pecúlios da Previ (Capec) paga benefícios em parcela única aos participantes ou a seus beneficiários indicados, cobrindo pagamentos por morte, invalidez e morte do cônjuge (Pecúlio Especial). Aprovada a proposta, não há carência. Imediatamente o participante passa a contar com a proteção da Capec. Funcionários ativos da Previ e do Banco não têm limite de idade para contratação. Os aposentados podem aderir à Capec até os 56 anos. Como não tem fins lucrativos e conta com uma estrutura de custos solidária (as despesas com pagamentos de pecúlios são divididas entre todos os associados), a Capec permite oferecer condições muito competitivas em comparação com planos similares no mercado.

Em 2018, 1.336 pessoas filiaram-se aos planos de pecúlios, o que representou um incremento de aproximadamente 1,17% do número de filiados. Duas prioridades foram assumidas em 2018 no trabalho de comunicação sobre a Capec. A primeira frente foi a busca por novos associados, especialmente entre o público do Previ Futuro (do qual 62% ainda não são filiados à carteira). O contato foi feito por meio dos canais de comunicação com o associado e nos encontros presenciais do Previ Itinerante. O segundo foco foi a regularização da situação de participantes já associados, incluindo atualização de cadastros e de informações como nomes dos beneficiários e dependentes.

CAPEC EM NÚMEROS EM 2018

127.037
participantes

92,61%
dos participantes do Plano 1 e

R$280,4 mi
pagos em pecúlios

1.660
novos associados

38,63%
do Previ Futuro são associados à Capec.

R$478,94 mi
em ativos totais

Evolução histórica da Capec

Participantes: série histórica

Plano	2014	2015	2016	2017	2018
Plano 1	90.579	89.267	87.868	86.481	85.112
Previ Futuro	24.623	28.824	30.702	32.197	32.918
Outros	8.605	8.652	8.751	8.893	9.007
Total	**123.807**	**126.743**	**127.321**	**127.552**	**127.037**

*Participantes não vinculados ao Plano 1 e ao Previ Futuro.

Valores desembolsados pela Capec: série histórica

	2016	2017	2018
Valor (R$ milhões)	264,64	278,81	280,4
Beneficiários	3.962	3.789	3.734

Plano de Gestão Administrativa (PGA)

O Plano de Gestão Administrativa (PGA) cumpre com o pagamento das despesas administrativas previdenciais e de investimentos relativas à gestão dos planos de benefícios. São usados recursos provenientes da taxa de carregamento dos planos (4% no Plano 1 e no Previ Futuro, 2,5% na Capec) e, caso necessário, recursos do Fundo Administrativo – que é formado pela rentabilidade dos investimentos próprios do PGA e pelos excedentes das contribuições provenientes das taxas de carregamento.

Em 2018, o objetivo estratégico diretamente ligado ao PGA ganhou um novo enunciado e passou a ser "Sustentabilidade da Previ por meio de uma gestão eficiente e eficaz". A premissa buscou não focar apenas na economia de recursos e no corte de despesas previstas para o ano, mas também melhorar a rentabilidade do PGA com um olhar aprofundado para as receitas e a forma como elas são gastas, de modo a garantir um modelo sustentável de gestão para a Entidade no longo prazo.

Pelo terceiro ano consecutivo, não houve revisão no valor nominal do orçamento da Previ, que permanece o mesmo desde 2016. Ainda assim, a Entidade conseguiu manter os gastos em um nível abaixo do total orçado para 2018. Entre as medidas tomadas para manter o orçamento sob controle, destacaram-se a revisão da gestão da área jurídica, que gerou economia estimada em R$ 6 milhões, e os primeiros impactos positivos do projeto de otimização do uso da sede, iniciado em 2017. Outra contribuição importante para o controle foi o trabalho de recuperação de créditos, feito em conjunto com escritórios de advocacia e empresas especializadas. Em 2018, o montante recuperado relativo a operações com participantes e dívidas previdenciárias superou o valor obtido em 2017. O eficaz controle orçamentário permitiu que determinadas medidas de revisão de processos internos – como o aumento da estrutura da auditoria interna, parte do Programa de Integridade – pudessem ser tomadas sem o emprego de verbas suplementares.

Em 2019, além de uma reestruturação dos métodos de controle e distribuição de sobras orçamentárias, a progressiva implementação do Projeto Plataformas (*leia mais em Relacionamento com os públicos*) vai potencializar ainda mais a eficiência nos gastos e a sustentação do esforço de toda a equipe em fazer mais e melhor, com despesas menores. Os "pacoteiros" – gerentes executivos responsáveis por grupos orçamentários, com poder de negociação junto às áreas e metas a cumprir –, que já atuam desde 2017, passarão a trabalhar o ano inteiro no acompanhamento da gestão das despesas e das sobras.

Detalhamento das despesas administrativas de 2018 (R$ mil)

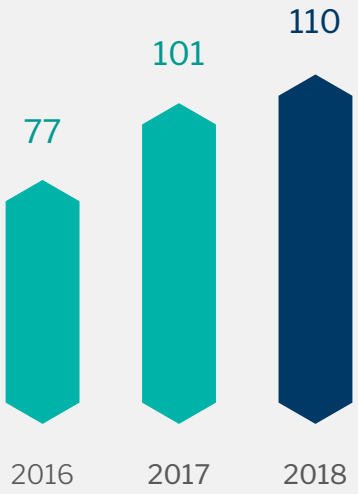
COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS	Plano Administrativo		
	2017	2018	Variação (%)
Total das despesas administrativas	308.432	320.715	4,0%
Pessoal e encargos	185.262	200.4033	8,2%
Treinamento/Congressos e seminários	3.703	2.047	(44,7%)
Viagens e estadias	1.835	1.757	(4,3%)
Serviços de terceiros	44.113	36.566	(17,1%)
Despesas gerais	46.466	51.753	11,4%
Depreciações e amortizações	7.791	7.232	(7,2%)
Tributos	8.219	9.049	10,1%
Outras	11.042	11.908	7,8%
Constituições/Reversões de contingências	28.719	10.087	(64,9%)
Reversão de recursos para os planos de benefícios	19	31	60,2%

Compras e relacionamento com fornecedores GRI 102-9

Os fornecedores são fundamentais para os negócios da Previ. A Entidade valoriza e reforça parcerias saudáveis e a construção de relacionamentos sustentáveis de longo prazo. O processo de contratação de bens e serviços é conduzido de forma centralizada pela Gerência de Suporte Administrativo (Gesad), que tem como objetivo formular, propor, implementar, acompanhar e avaliar políticas, normas e critérios de compras de produtos e serviços, gerenciar o relacionamento com fornecedores e realizar compras e contratações, entre outros.

Os contratos com fornecedores incluem cláusulas específicas sobre o adequado monitoramento de questões ligadas à Lei Anticorrupção, à Política de Integridade e ao Código de Ética. No caso de identificação de irregularidades, poderão ser aplicadas penalidades que incluem, entre outras, a suspensão ou a rescisão do respectivo contrato.

Quantidade de fornecedores



Fornecedores por tipo de atividade (%)

Jurídico	8,68%
Campanhas e eventos	34,40%
Treinamento	10,61%
Tecnologia da informação	34,40%
Manutenção	2,57%
Outros	9,34%
TOTAL	**100%**

Relacionamento com os públicos

A comunicação e o engajamento com participantes, funcionários e demais grupos relevantes de *stakeholders*

Além dos associados dos planos de benefícios – referenciados na própria Missão da Entidade –, a Previ mantém relações com vários outros grupos de pessoas, instituições e empresas que atuam direta ou indiretamente no setor de previdência complementar. Os mais relevantes grupos de stakeholders da Entidade estão relacionados a seguir:

Relação de públicos de interesse da Previ GRI 102-40

TIPO DE PÚBLICO	DESCRIÇÃO
Participantes	Associados do Plano 1, do Previ Futuro e da Capec, pensionistas e seus beneficiários
Público interno	Funcionários da Previ, incluindo os cedidos pelo BB, quadro próprio e terceirizados
Banco do Brasil	Patrocinador da Previ. Inclui os funcionários da ativa e demais empresas do conglomerado BB
Governo Federal	Ministério da Fazenda, Conselho Nacional de Previdência Complementar, Previc, Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS) e órgãos reguladores e fiscalizadores
Sindicatos e outras associações de classe	Entidades representativas dos funcionários e aposentados do BB
Entidades do mercado de previdência complementar	Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp) e outros fundos de pensão
Empresas e empreendimentos imobiliários participados	Acionistas, conselhos de Administração e Fiscal, síndicos, administradoras e coproprietários dos empreendimentos imobiliários
Entidades externas de governança e boas práticas	Princípios para o Investimento Responsável (PRI), Conselho Internacional para o Relato Integrado (IIRC) e outras
Mercado financeiro e imobiliário	Bancos, corretoras, consultorias
Fornecedores e parceiros	Fornecedores de produtos e serviços e parceiros do Clube de Benefícios
Imprensa	Veículos de comunicação e mídia em geral, formadores de opinião

A comunicação com esses públicos se dá por meio de encontros presenciais, iniciativas de comunicação e marketing, prestações oficiais de contas, atendimentos diretos aos associados, representações em eventos externos e em conselhos de administração e/ou fiscais de empresas participadas.

Participantes

O relacionamento com os participantes continuou a ser um dos objetivos estratégicos da Previ (“Fortalecimento na relação com os associados com soluções adequadas a cada segmento”). De acordo com o planejamento definido ainda em 2017, ações de comunicação e engajamento específicas para os associados foram criadas, levando em consideração os diferentes segmentos de participantes que convivem em cada plano – de acordo com sua proximidade com os temas previdenciários, seus hábitos de consumo e de poupança e sua ligação pessoal com a Previ. Esses segmentos foram definidos com os dados obtidos por uma pesquisa feita em 2017 em contatos presenciais e telefônicos com participantes de todas as regiões do país. Em 2018, o avanço no emprego de recursos digitais na comunicação e na prestação de serviços ao associado também foi uma prioridade. Campanhas de contato ativo com participantes, estimulando a retenção dos associados aos planos e o aumento das contribuições adicionais ao Previ Futuro, também foram conduzidas.

96%

dos participantes da pesquisa de satisfação em 2018 deram opiniões positivas a respeito da Previ

Pesquisa indica percentual recorde de associados satisfeitos GRI 102-43. 102-44

Foi realizada em 2018 uma pesquisa para aferir a satisfação dos participantes com os serviços e os benefícios prestados pela Previ e com a Entidade de um modo geral. O levantamento apontou 96% de respostas positivas (“Ótimo” e “Bom”), o que representa um recorde na série histórica de pesquisas feitas com os associados. Realizado em outubro e novembro por um instituto independente, o trabalho envolveu grupos de discussão presenciais nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Salvador e entrevistas telefônicas com participantes de todo o país.

As impressões colhidas sobre a Previ junto aos entrevistados ressaltaram atributos positivos como a solidez e a robustez da Entidade, além da segurança e da credibilidade. A posição de destaque no universo dos fundos de pensão, tanto pelos resultados positivos quanto por não ter se envolvido em casos de corrupção, também foi apontada.

Plano 1

O Plano 1 concentra praticamente todos os participantes da Previ que já estão em fase de recebimento de benefícios; aposentados e pensionistas compõem cerca de 90% do total de associados. Eles podem ser agrupados em três segmentos principais:

- Aqueles que têm controle sobre seus gastos, mas gostariam de poder poupar mais. Priorizam os momentos de lazer e a realização de alguns sonhos e avaliam bem a Previ;
- Os que têm menos dependentes financeiros e mais facilidade para poupar. Gostam de viajar e de praticar esportes e têm bom nível de conhecimento sobre a Previ;
- Aqueles que vivem momentos de insegurança financeira e recorrem mais frequentemente a operações como o Empréstimo Simples. Têm um número maior de dependentes.

Os participantes do Plano 1 estão, em geral, mais familiarizados com o funcionamento da previdência complementar e com os serviços prestados pela Previ. Estão habituados a consultar o site da Entidade na internet e acompanham com atenção as notícias divulgadas no site e na *Revista Previ*. Também são o principal público do serviço de Assessoria Previdenciária, prestado por telefone para aqueles participantes que já se preparam para deixar a ativa.

> Os participantes do Plano 1, mais familiarizados com a previdência complementar, são o público principal da Assessoria Previdenciária

Previ Futuro

O Previ Futuro encontra-se em situação oposta à do Plano 1, com um número muito pequeno de participantes em fase de recebimento de benefícios. Seus associados se dividem em três perfis básicos:

- Os associados em um momento de menor preocupação com o futuro, com poucos dependentes e que mantêm uma relação distante com a Previ;
- Aqueles que se preocupam mais com o futuro e que gostariam de aumentar seu conhecimento sobre o plano. A maioria já é casada e com filhos;
- Um terceiro grupo com um número maior de dependentes e que passa por momentos de maior insegurança financeira. É o perfil que se considera mais próximo da Previ.

A prioridade no relacionamento com esses participantes foi a conscientização sobre temas como a educação previdenciária, a acumulação de reservas e o acompanhamento dos investimentos do plano – em suma, a importância do planejamento antecipado da vida de cada associado. Na comparação com o Plano 1, os participantes do Previ Futuro são menos familiarizados com os conceitos relativos à previdência complementar e com o próprio funcionamento da Entidade. Informações relativas aos resultados dos investimentos, às iniciativas de educação previdenciária e aos serviços e produtos da Previ passaram a ser divulgadas com mais ênfase nos canais de comunicação interna do Banco do Brasil, acessados com mais frequência pelos participantes na ativa. O App Previ também ganhou funcionalidades voltadas ao Previ Futuro, como o Meu Benefício e o Simulador de Dedução de IR.

> O relacionamento com os associados do Previ Futuro enfatiza a educação financeira e previdenciária

Iniciativas de relacionamento e serviços GRI 102-43, 103 | 417

Os regulamentos e as cartilhas dos planos de benefícios são entregues aos participantes no momento da adesão aos planos e também estão disponíveis no site, junto a instruções sobre os serviços oferecidos pela Previ. Após a confirmação da adesão do participante, são encaminhados Certificados de Adesão, nos quais constam os requisitos que regulam a admissão e a manutenção da qualidade de participante, bem como os requisitos de elegibilidade e forma de cálculo do benefício. Nas Cartilhas, estão reunidas, em linguagem simples e precisa, as principais informações sobre o funcionamento dos planos, como previstos na Lei Complementar 109, de 2001, no Decreto 4.942, de 2003, e na Resolução CGPC 23, de 2006. GRI 417-1

App Previ e portal na internet

Diversos serviços e facilidades para os participantes foram incorporados ao aplicativo da Previ para dispositivos móveis (*smartphones e tablets*). Além dos novos recursos voltados ao Previ Futuro (*leia mais em Planos de benefícios*), pela primeira vez os participantes puderam votar nas eleições da Entidade (*leia mais em A Previ*) por meio do App. A contratação de Empréstimo Simples também foi disponibilizada no aplicativo, com a possibilidade de consultas e amortizações feitas diretamente no celular ou no *tablet*.

As inovações de 2018 se somaram às seções tradicionais do App, como a divulgação de informações relevantes sobre a Previ, dados sobre resultados de investimentos, cenários macroeconômicos e rentabilidades, informações sobre o Clube de Benefícios e demais produtos e serviços e uma área para esclarecimento de dúvidas frequentes.

Já o portal da Previ na internet (www.previ.com.br) teve sua *homepage* reformulada, o que a tornou mais atraente, moderna e funcional. As demais seções do portal serão atualizadas no decorrer de 2019, de modo a aumentar a facilidade no acesso aos recursos de autoatendimento e às áreas informativas.

Prestação de contas

A agenda de apresentações presenciais dos resultados de 2017 levou os diretores da Previ às seguintes capitais em 2018: Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP), Brasília (DF), Belo Horizonte (MG), Porto Alegre (RS), Salvador (BA), Vitória (ES), Curitiba (PR), Florianópolis (SC), Goiânia (GO), João Pessoa (PB), Recife (PE), Fortaleza (CE), Belém (PA) e Cuiabá (MT). Nos encontros, realizados entre março e novembro, a Diretoria da Entidade não apenas falou sobre os resultados financeiros atualizados mensalmente e os principais destaques do ano, mas também se dirigiu de forma diferenciada a um total de 3.376 participantes do Plano 1 e do Previ Futuro, informando-os sobre a situação de cada plano. A equipe do Previ Itinerante participou de cada encontro, esclarecendo dúvidas sobre produtos e serviços e realizando atendimentos e captação de novos associados para a Capec e para o Previ Futuro.

Um total de **3.376** participantes do Plano 1 e do Previ Futuro assistiram às apresentações presenciais dos diretores em 2018

O acompanhamento dos resultados financeiros foi feito com os Boletins de Desempenho, publicados mensalmente no portal da Previ e também enviados por e-mail aos participantes. Informações complementares estão disponíveis por meio do Painel Informativo, com séries históricas de dados sobre a situação de cada plano; das notícias divulgadas regularmente no portal e na *Revista Previ*; e da publicação do Relatório Anual.

> Entre março e novembro, membros da Diretoria Executiva se encontraram com participantes de 14 estados e do Distrito Federal

Previ Itinerante GRI FS16

É o programa de atendimento presencial aos participantes da Previ, que leva técnicos e analistas da Entidade a eventos nos quais há grandes concentrações de funcionários e a dependências do Banco do Brasil. Em 2018, a equipe acompanhou toda a agenda de apresentação de resultados nas capitais e esteve presente em eventos como a Semana Previ de Educação Financeira e Previdenciária, a Jornada Esportiva Nacional de Funcionários do Banco do Brasil (Jenaf), o Campeonato de Integração dos Funcionários Aposentados do Banco do Brasil (Cinfabb) e encontros de administradores do Banco em várias unidades da federação.

Um calendário de visitas a unidades administrativas, descoladas de grandes eventos, também foi cumprido para prestar informações sobre os planos de benefícios, esclarecimento de dúvidas sobre regulamentos e questões previdenciárias, campanhas de adesão ao Previ Futuro e à Capec e outros temas. Como em toda a estratégia de comunicação e educação previdenciária, houve palestras diferenciadas para os participantes do Plano 1 e do Previ Futuro.

A tabela a seguir mostra as datas e locais em que o Previ Itinerante esteve presente, totalizando 2.093 atendimentos realizados:

Evento	Local	Data
Apresentação de Resultados	Rio de Janeiro	12/mar
Apresentação de Resultados	Brasília	14/mar
Apresentação de Resultados	São Paulo	15/mar
Apresentação de Resultados	Salvador	16/mar
Apresentação de Resultados	Belo Horizonte	22/mar
Apresentação de Resultados	Porto Alegre	26/mar
Apresentação de Resultados	Vitória	18/maio
Apresentação de Resultados	Florianópolis	13/set
Apresentação de Resultados	Curitiba	14/set
Apresentação de Resultados	Goiânia	25/set
Apresentação de Resultados	João Pessoa	09/out
Apresentação de Resultados	Recife	10/out
Apresentação de Resultados	Fortaleza	11/out
Apresentação de Resultados	Cuiabá	07/nov
Apresentação de Resultados	Belém	09/nov
CINFAABB – BA	Salvador	17 a 20/mar
PREVI Itinerante Sedan-RJ	Rio de Janeiro	15 a 17/mai
JENAF-DF	Brasília	03 a 05/ago
Previ Itinerante SAC-SP	São Paulo	21 a 23/ago
ENCAD-BB	São Paulo Capital	16/out
ENCAD-BB	Belo Horizonte	17/out
ENCAD-BB	Atibaia	18/out
ENCAD-BB	São Paulo Governo	23 e 24/out
ENCAD-BB	Curitiba	29 e 30/nov
ENCAD-BB	Salvador	05/dez
ENCAD-BB	Recife	05/dez

Canais de atendimento

A Central de Atendimento funciona de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h. O participante também pode usar o serviço de autoatendimento no portal da Previ ou por telefone, 24 horas por dia, sete dias por semana. Vale lembrar que alguns serviços de autoatendimento foram estendidos para o App Previ e que o portal da Entidade (www.previ.com.br) oferece respostas rápidas às dúvidas mais comuns no endereço https://www.previ.com.br/menu-auxiliar/fale-conosco/.

Cerca de 4,4 milhões de atendimentos foram prestados aos participantes em 2018, por telefone, carta, internet ou presencialmente

Quantidade de atendimentos por ano

Canal	2016	2017	2018
Telefone	235.978	224.784	206.400
E-mail/carta	57.211	58.194	55.045
Presencial	6.030	6.533	73
Evento externo			2.093
Autoatendimento via internet	9.001.380	9.572.244	4.030.068
Autoatendimento telefônico automatizado	**55.895**	**53.295**	**46.442**
Total	**9.356.494**	**9.915.050**	**4.430.024**

95,3%

dos usuários pesquisados se dizem “muito satisfeitos” ou “satisfeitos” com a Central de Atendimento

Até 2017 a apuração dos números considerava todos os serviços realizados pelos participantes no Autoatendimento do site da Previ. A partir de 2018 informaremos a quantidade de acessos à página do Autoatendimento.

Em 2018, 11.341 participantes e assistidos que acionaram a Central de Atendimento responderam a uma pesquisa de satisfação a respeito do serviço prestado. Os resultados apontaram um percentual de 95,3% usuários “muito satisfeitos” ou “satisfeitos” e apenas 1,9% de atendidos “insatisfeitos”. Em 2019, a Previ vai aplicar também uma pesquisa de satisfação junto aos usuários da seção Fale Conosco do portal, que será enviada por e-mail aos participantes.

Ouvidoria

Além dos canais regulares de atendimento, a Ouvidoria da Previ acolhe demandas de seus públicos, atuando como canal de denúncias e recursal, para reclamações de segunda instância. Com garantia de sigilo das fontes e anonimato no tratamento de cada caso, a Ouvidoria atende não apenas aos associados, mas também a funcionários, fornecedores, entidades de classe e órgãos fiscalizadores.

No segundo semestre de 2018 foram desenvolvidas ações para fortalecer a cultura do diálogo e a prevenção de conflitos, inclusive com contatos iniciados pela própria Ouvidoria.

Outro aspecto da sua atuação é que as demandas tratadas servem de subsídios para a melhoria de processos, contribuindo com o aprimoramento do relacionamento com o conjunto de participantes. Desde sua criação, 79% das indicações resultaram em aperfeiçoamento de processos.

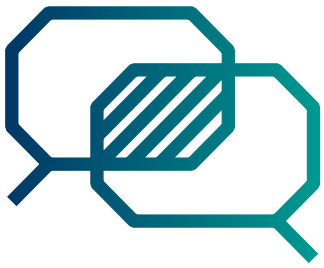
O acesso à Ouvidoria pode ser feito pelo portal da Previ (http://previ.com.br/ouvir), a qualquer dia e horário ou por telefone (0800 729 030), de segunda à sexta-feira das 10 às 16h.

Mecanismos de queixa em 2018 e série histórica GRI 103-2

Queixas	2016	2017	2018			
Canais de queixa	Total	Total	0800	web	e-mail	Total
Número de queixas identificadas por meio do mecanismo	182	198	75	96	12	183
Número de queixas endereçadas	163	181	72	92	12	176
Número de queixas resolvidas	163	181	72	92	12	171

Clube de Benefícios

O Clube de Benefícios oferece, por meio de parcerias e convênios com empresas, descontos e vantagens aos associados da Previ. A lista completa de promoções e de companhias participantes está em http://www.previ.com.br/sala-do-participante/clube-de-beneficios/. São descontos em produtos, serviços, pacotes de viagens, mensalidades e outras vantagens. Em 2018, passaram a integrar a lista de parceiros as marcas Intimissimi (moda íntima), L'Occitane (cosméticos), Movida, Unidas (ambas de aluguel de veículos), Phillips (eletroeletrônicos) e Zattini (moda unissex). As ofertas são válidas somente para compras realizadas na loja *on-line* das marcas, por meio dos hotsites especiais das parcerias. Os benefícios são concedidos pelos parceiros diretamente aos participantes da Previ.



93,4%

das queixas recebidas pela Previ em 2018 foram resolvidas

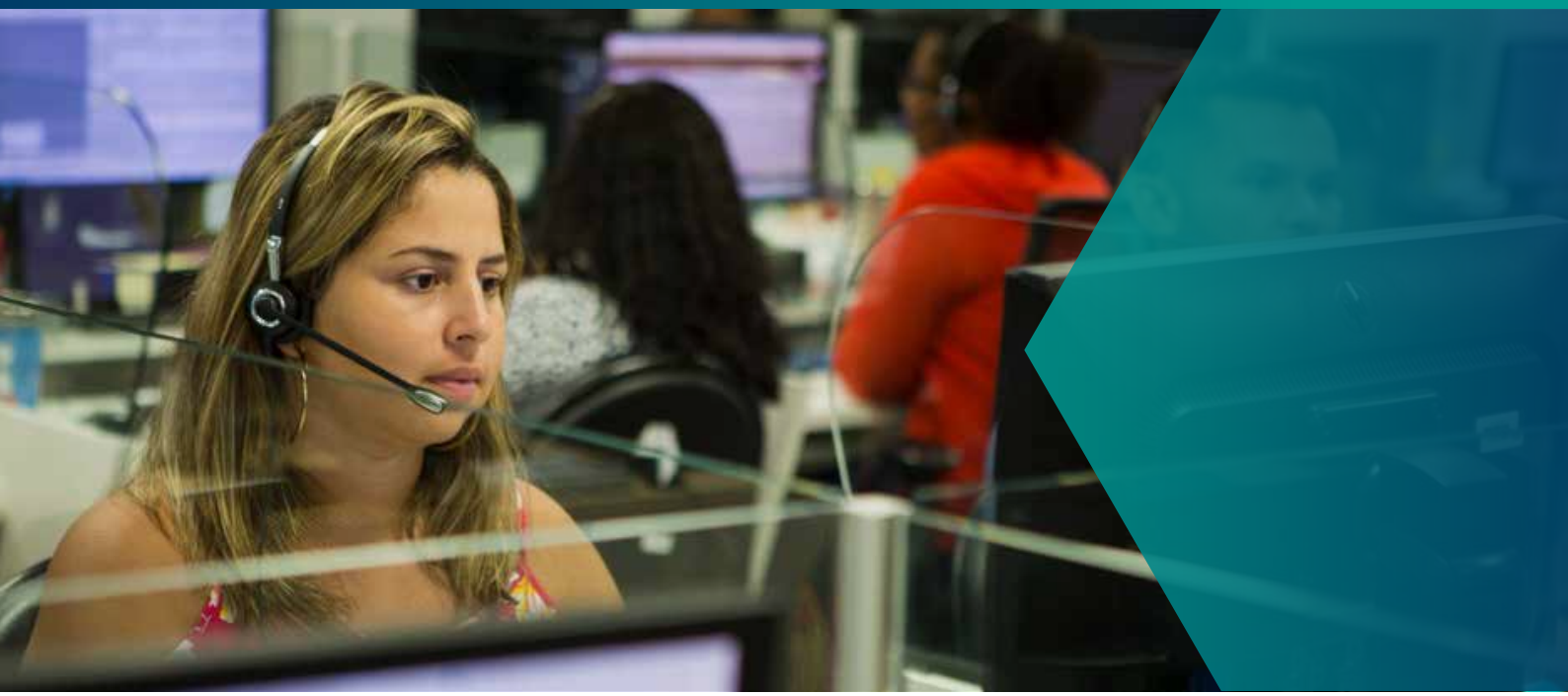
Educação previdenciária (Mais Previ) GRI 103 | 417, FS16

Por meio do Mais Previ, seu programa próprio de educação previdenciária, a Entidade busca disseminar informações e conceitos básicos sobre os princípios da previdência complementar, a importância do planejamento financeiro, organização do orçamento familiar e como poupar recursos para o futuro. As ações do programa incluem atendimentos presenciais, cursos e organização de palestras e encontros; o portal da Previ na internet conta com um espaço exclusivo para o Mais Previ, com vídeos específicos para os participantes do Plano 1 e do Previ Futuro, reportagens e links para publicações.

Em 2018, a Previ foi reconhecida com o Selo Estratégia Nacional de Educação Financeira (Selo Enef), concedido pelo Comitê Nacional de Educação Financeira (Conef) a organizações que se destacam no oferecimento de iniciativas públicas de educação financeira. Duas ações do Mais Previ – o serviço de Assessoria Previdenciária e a Trilha de Educação Previdenciária – foram citadas pelo Conef. O Previ Itinerante também mereceu menção por parte do Comitê.

Com eventos realizados durante quatro dias do mês de maio, na sede da Previ (RJ), no Parque Botânico da Vale (Vitória, ES) e na Superintendência do Banco do Brasil no Espírito Santo, a segunda Semana Previ de Educação Financeira e Previdenciária promoveu palestras sobre planejamento financeiro e previdência complementar. Apresentações diferenciadas para o Plano 1 e para o Previ Futuro foram incluídas, além de atendimentos presenciais prestados pelo Previ Itinerante. Mais de 550 associados participaram dos eventos, que integraram a 5ª Semana Nacional de Educação Financeira, organizada para promover a Estratégia Nacional de Educação Financeira (Enef).

> Em 2018, mais uma vez a Previ mereceu o Selo Enef, concedido pelo Comitê Nacional de Educação Financeira (Conef)



Outros destaques do Mais Previ em 2018 incluíram:

- Assessoria Previdenciária: voltada aos participantes que já planejam sua aposentadoria, que são atendidos por telefone em uma consulta pré-agendada (pelo portal, ou via Central de Atendimento). Especialistas ajudam o associado a calcular seu benefício futuro, fazer um planejamento financeiro e planejar seus gastos na nova fase pós-aposentadoria. Em 2018, foram realizadas 2.403 assessorias previdenciárias para participantes do Plano 1 e do Futuro. De acordo com a evolução natural dos públicos de cada plano, a Assessoria Previdenciária se prepara para atender a um número crescente de funcionários associados ao Previ Futuro, uma vez que o total de ativos do Plano 1 se reduz a cada ano.
  Uma pesquisa de satisfação sobre a Assessoria Previdenciária foi realizada em 2018, da qual participaram cerca de 40% dos associados atendidos. As respostas “muito satisfeito” e “satisfeito” representaram 99,7% do total de avaliações. GRI 102-43

- Trilha de Educação Previdenciária: criada em 2017 em parceria com o Banco do Brasil, a trilha está disponível no portal da Universidade Corporativa (UniBB) do Banco. São conteúdos educativos com temas que vão dos fundamentos da previdência complementar a detalhes sobre os planos de benefícios, investimentos e recursos da Previ. Quatro novos cursos foram incorporados em 2018, elevando para 15 o total de conteúdos disponíveis. Em 2018, 19.813 funcionários do Banco foram treinados na Trilha.

- Cartilha do Pensionista revisada: a Cartilha é destinada especificamente aos beneficiários de pensão por morte e dos pecúlios da Capec e foi revisada em 2018, para adequação às recentes mudanças na legislação da previdência complementar. Uma campanha de comunicação foi realizada junto às associações regionais de aposentados para divulgar as novidades na Cartilha.

Público interno GRI 103 | 401

Em 2018, o relacionamento da Previ com seus empregados foi mais uma vez regido pela Política de Gestão de Pessoas (PGP), pela Política de Responsabilidade Socioambiental, pelo Código de Ética e pelo Guia de Conduta. Ao fim de 2018, além dos 131 colaboradores terceirizados, um total de 575 pessoas compunha a força de trabalho, entre funcionários cedidos pelo Banco do Brasil e empregados do quadro próprio. São profissionais especializados em gestão de seguridade, finanças, investimentos, análises de mercado, contabilidade, atendimento e questões jurídicas, entre outros temas – um corpo técnico altamente qualificado e considerado como referência no setor de previdência complementar.

Indicadores de recursos humanos* GRI 102-8

Empregados por tipo de contrato de trabalho e gênero

Tipo de contrato	2016			2017			2018		
	H	M	T	H	M	T	H	M	T
Tempo indeterminado	329	236	565	323	243	566	322	253	575

H= Homens
M= Mulheres
T= Total

Empregados por região

Região	2016	2017	2018
Rio de Janeiro	557	558	567
Brasília	8	8	8
Total	**565**	**566**	**575**

Empregados por categoria funcional e região

		2016	2017	2018
Diretoria		6	6	6
Gerência Executiva		28	24	25
Gerência	Rio de Janeiro	56	60	64
	Brasília	1	1	1
Administrativo	Rio de Janeiro	317	331	336
	Brasília	2	2	2
Técnica/supervisão		103	84	84
Operacional	Rio de Janeiro	47	53	52
	Brasília	5	5	5
Total		**565**	**566**	**575**

Indivíduos dos órgãos de governança		2016	2017	2018
Conselho Deliberativo	Titulares	6	6	6
	Suplentes	6	4	6
Conselho Fiscal	Titulares	4	4	4
	Suplentes	4	2	4
Conselho Consultivo do Plano I	Titulares	5	5	6
	Suplentes	5	4	6
Conselho Consultivo do Previ Futuro	Titulares	5	5	6
	Suplentes	5	5	6
Total	**Titulares**	**20**	**20**	**22**
	Suplentes	**20**	**15**	**22**

* Dados extraídos do Sistema de Administração do Quadro de Funcionários (AQF). Estagiários e aprendizes são contratados através de convênio com instituições externas, portanto não são contratadas diretamente pela Previ.

Taxa de novos empregados e rotatividade GRI 401-1

Empregados contratados, por faixa etária

	2016		2017		2018	
	Nº	Taxa	Nº	Taxa	Nº	Taxa
< 30 anos	3	0,01	1	0,00	2	0,00
De 30 a 50 anos	18	0,03	28	0,05	37	0,06
> 50 anos	4	0,01	0	0,00	2	0,01
Total	**25**	**0,04**	**29**	**0,05**	**41**	**0,07**

Empregados contratados, por gênero

	2016		2017		2018	
	Nº	Taxa	Nº	Taxa	Nº	Taxa
Homens	13	0,04	10	0,02	21	0,04
Mulheres	12	0,04	19	0,03	20	0,03
Total	**25**	**0,08**	**29**	**0,05**	**41**	**0,07**

Empregados contratados, por região

	2016		2017		2018	
	Nº	Taxa	Nº	Taxa	Nº	Taxa
CO	-	-	-	-	1	0,00
SE	25	0,08	29	0,05	40	0,07
Total	**25**	**0,08**	**29**	**0,05**	**41**	**0,07**

Empregados que deixaram a empresa, por faixa etária

	2016		2017		2018	
	Nº	Taxa	Nº	Nº	Taxa	Nº
< 30 anos	0	0,00	2	0,00	3	0,01
De 30 a 50 anos	17	0,05	9	0,02	19	0,03
> 50 anos	57	0,17	3	0,01	10	0,02
Total	**74**	**0,22**	**14**	**0,02**	**32**	**0,06**

Empregados que deixaram a empresa, por gênero

	2016		2017		2018	
	Nº	Taxa	Nº	Taxa	Nº	Taxa
Homens	39	0,12	10	0,02	19	0,03
Mulheres	35	0,11	4	0,01	13	0,02
Total	**74**	**0,22**	**14**	**0,02**	**32**	**0,06**

Empregados que deixaram a empresa, por região

	2016		2017		2018	
	Nº	Taxa	Nº	Taxa	Nº	Taxa
CO	-	-	-	-	1	0,00
SE	74	0,22	14	0,02	31	0,05
Total	**74**	**0,22**	**14**	**0,02**	**32**	**0,06**

Licença maternidade e paternidade

		2016	2017	2018
Empregados que tiveram direito a usufruir da licença	homens	329	323	322
	mulheres	236	243	253
Total de empregados que tiraram a licença maternidade/paternidade no ano vigente	homens	20	7	15
	mulheres	8	4	11
Total de empregados que tiraram a licença maternidade/paternidade no ano vigente, e cuja licença termina no ano vigente	homens	19	7	15
	mulheres	6	1	6
Total de empregados que tiraram a licença maternidade/paternidade no ano vigente, e cuja licença termina no ano seguinte	homens	1	0	0
	mulheres	2	3	5
Total de empregados com expectativa de retorno no ano vigente	homens	23	8	15
	mulheres	6	3	9
Total de empregados que retornaram ao trabalho, no período de relatório, após o término da licença maternidade/paternidade	homens	19	7	15
	mulheres	6	1	6
Total de empregados que NÃO retornaram ao trabalho, no período de relatório, após o término da licença maternidade/paternidade	homens	4	1	0
	mulheres	0	2	3
Total de empregados que voltaram a trabalhar após a licença maternidade/paternidade e que ainda estiveram empregadas 12 meses após o retorno ao trabalho	homens	14	7	7
	mulheres	8	4	3
Taxa de retorno	homens	1	1	1
	mulheres	1	0	1
Taxa de retenção	homens	100%	37%	100%
	mulheres	100%	67%	100%

Gestão e desenvolvimento de pessoas

O trabalho de desenvolvimento de pessoas em 2018 teve como foco o ciclo de sucessão de líderes e gestores. A Previ mapeou as competências definidas como necessárias para todas as posições de liderança e fez uma avaliação para identificar em qual patamar de desenvolvimento cada funcionário se encontra, em relação às competências mapeadas. Uma atenção especial foi dada aos gerentes executivos e de núcleo, verificando o nível de preparação de cada um para assumir postos mais graduados. O trabalho foi conduzido no mesmo formato que o patrocinador Banco do Brasil utiliza para a alta liderança, visto que os funcionários da Previ podem retornar ao Banco e continuar sua progressão de carreira.

Os dados coletados em 2018 vão ajudar a estruturar um programa de sucessão, centrado na inclusão do maior número possível de profissionais no processo de seleção de novos líderes. Os funcionários do nível gerencial e do cargo técnico imediatamente inferior a esse segmento serão avaliados de acordo com seu nível de prontidão para novos cargos e sua aderência às competências necessárias. Aqueles com maior nível de prontidão para assumir funções de gestão passarão por treinamentos voltados a experiências práticas de aplicação de conhecimentos.

Os funcionários da Previ passam por capacitações que os habilitam não apenas a ascender dentro da Entidade, mas também nos quadros do Banco do Brasil

Participação na pesquisa As Melhores Empresas para Trabalhar (Você S/A)

Pela primeira vez em sua história, em 2018 a Previ participou da pesquisa *As 150 Melhores Empresas para Trabalhar*, conduzida anualmente pela revista Você S/A e que visa identificar as 150 companhias brasileiras que mantêm as melhores práticas de gestão de pessoas e de clima organizacional do país. O levantamento passa por uma avaliação das políticas e práticas de recursos humanos das empresas, uma auditoria presencial feita por um jornalista do veículo e entrevistas feitas com os funcionários, que classificam sua experiência na organização no tocante a temas como comunicação interna, sustentabilidade, carreira, processos e organização, saúde e educação corporativa.

A Previ se classificou entre as 200 empresas mais bem avaliadas pela Você S/A – um resultado considerado notável para uma organização que participava da pesquisa pela primeira vez. A revista destacou a qualidade e a franqueza dos feedbacks dados pelos funcionários sobre o clima organizacional. Em 2019, as informações coletadas na pesquisa serão usadas no planejamento de gestão de pessoas, buscando a evolução necessária para que, na próxima edição, a Entidade entre na lista final das 150 melhores empresas.

Um dos destaques entre as iniciativas de capacitação foi o terceiro ciclo de Mentorias, que faz parte do Programa de Desenvolvimento e Sucessão. A iniciativa permite o compartilhamento de conhecimentos e experiências entre gestores com reconhecido nível de excelência e funcionários em formação para a carreira gerencial. Entre os conteúdos novos apresentados no Portal de Educação, destacaram-se trilhas voltadas a Governança e Gestão por Processos, que tratam de questões como a importância e os benefícios da governança e modelagem de processos, bem como os indicadores aplicados ao desempenho dos processos de trabalho; e a ampliação da Trilha Ética, que testa conhecimentos sobre integridade, conduta e conformidade.

Uma novidade do ano foi o início do Programa Bem-Vindo à Previ, que propicia aos funcionários recém-admitidos experiências estruturadas de ambientação e desenvolvimento de competências profissionais, com o objetivo de acelerar sua inserção na cultura organizacional e o alcance dos resultados esperados pela Entidade.

98,96%

dos empregados passaram por processos de avaliação de desempenho

Indicadores de treinamento e educação em 2018 GRI 103 | 404

A educação corporativa na Previ visa desenvolver e aprimorar as competências necessárias ao cumprimento da Missão e da estratégia da Entidade. As ações da gestão educacional por competências incluem treinamentos de curta duração (cursos, oficinas, seminários) e estímulo à participação em eventos externos como congressos, feiras e encontros diversos. Já o programa de educação continuada concede bolsas ou incentivos para formação superior (graduação, pós-graduação *lato sensu* e pós-graduação *stricto sensu*), incentivos para cursos de idiomas e ressarcimento das certificações legais e internacionais de idiomas.

Média de horas de treinamento, por ano, por empregado GRI 404-1

Média de horas de treinamento de empregados por gênero

	2018	
	Horas de treinamento	Média de horas de treinamento
Homens	7.894	24,52
Mulheres	6.584	26,02
Total	**14.478**	**25,18**

Média de horas de treinamento de empregados por categoria funcional*

	2018	
	Horas de treinamento	Média de horas de treinamento
Diretoria	181	30,17
Gerência	2.589	28,77
Técnica/supervisão	2.257	26,37
Administrativo	8.947	26,47
Operacional	504	8,84
Total	**14.478**	**25,18**

Empregados que recebem análises de desempenho por categoria funcional (%) GRI 404-3

	2018		
	Homens	Mulheres	Total
Diretoria	0	0	0
Gerência	100	100	100
Técnica/supervisão	100	100	100
Administrativo	100	100	100
Operacional	100	100	100
Total	**98,45**	**99,60**	**98,96**

DESTAQUES DO ANO

R$ 1,6 mi **investimento total** em ações de treinamento e desenvolvimento

38 bolsas/ incentivos para formação superior concedidos

Oferta de **11 cursos** da grade fundamental

31 duplas formadas no terceiro ciclo do Programa de Mentoria

Um total de **R$ 332 mil** investidos em inscrições em cursos externos, congressos e seminários

6 novas trilhas de conhecimento para o Portal de Educação

Projeto Governança de Processos

O projeto, concluído em 2018, definiu a Metodologia de Gestão e Governança de Processos, dando início ao cronograma de mapeamento dos processos empregados pela Previ e lançando bases que irão aprimorar significativamente a gestão e os resultados organizacionais da Entidade. O Escritório de Processos, localizado na Gerência de Talentos Humanos e Organização (Getho), é o responsável pela Governança de Processos e as ações, métodos e padrões a ela vinculados. As ações favorecem a inovação institucional e estão diretamente ligadas ao objetivo estratégico "Sustentabilidade da Previ por meio de uma gestão eficiente e eficaz", trazendo ganhos para todos os associados.

Equidade de gênero e raça GRI 103-2 | 203, 103 | 405, 103 | 406

A Previ intensificou, em 2018, sua atuação em prol de promover a igualdade de oportunidades e de tratamento a todas as pessoas de seu quadro funcional, independentemente de gênero, raça, orientação sexual e crença religiosa. A criação de um Comitê de Equidade de Gênero e Raça reforçou a importância dessas questões na gestão de pessoas da Entidade, contando com representantes de todas as diretorias. O trabalho realizado, que incluiu pesquisas internas sobre diversidade e equidade, foi conduzido como parte do plano de ação para obtenção do Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República.

Em janeiro de 2018, a Entidade anunciou sua adesão ao Movimento Mulher 360 (MM360), uma associação independente e sem fins lucrativos, comprometida em promover a equidade de gênero e o aumento da participação feminina no ambiente corporativo, nas comunidades e na cadeia de valor. A Previ se comprometeu também a participar da pesquisa Ethos/MM360, para monitorar suas práticas internas e avaliar a evolução da gestão da equidade de gênero.

Já em setembro, a Previ assinou uma parceria com a Iniciativa Empresarial pela Igualdade, que une mais de 40 grandes empresas na divulgação e promoção de espaço de diálogo do empresariado brasileiro em torno dos seus compromissos com a inclusão, promoção e valorização da diversidade étnica e racial. O acordo envolve o cumprimento de dez compromissos em prol da igualdade.

Diversidade nos órgãos de governança e entre os empregados

GRI 405-1

Porcentagem de indivíduos dentro dos órgãos de governança da organização, por faixa etária

Faixa Etária Número		Conselho de Administração	
			Percentual
2016	Abaixo de 30 anos	0	0,00%
	Entre 30 e 50 anos	12	66,67%
	Acima de 50 anos	6	33,33%
	Total	**18**	**100,00%**
2017	Abaixo de 30 anos	0	0,00%
	Entre 30 e 50 anos	11	68,75%
	Acima de 50 anos	5	31,25%
	Total	**16**	**100,00%**
2018	Abaixo de 30 anos	0	0,00%
	Entre 30 e 50 anos	10	50,00%
	Acima de 50 anos	10	50,00%
	Total	**20**	**100,00%**

Porcentagem de empregados, por categoria funcional, por gênero

Gênero		2018		
		Homens	Mulheres	Total
Diretoria	Número	5	1	6
	Percentual	83,33%	16,67%	100,00%
Gerência	Número	61	29	90
	Percentual	67,78%	32,22%	100,00%
Técnica/Supervisão	Número	39	45	84
	Percentual	46,43%	53,57%	100,00%
Administrativo	número	209	129	338
	percentual	61,83%	38,17%	100,00%
Operacional	número	8	49	57
	percentual	14,04%	85,96%	100,00%
Total	número	322	253	575
	percentual	56,00%	44,00%	100,00%

Empregados, por categoria funcional e faixa etária (%)

	2018		
	< 30 anos	30 a 50 anos	> 50 anos
Diretoria	0	33,33	66,67
Gerência	0	75,56	24,44
Técnica/supervisão	2,38	86,90	10,71
Administrativo	0,89	88,76	10,36
Operacional	3,51	80,70	15,79
Total	**1,22**	**85,04**	**13,74**

Projeto de otimização da sede

Iniciado em 2017, o projeto cumpriu seu cronograma sem atrasos em qualquer etapa. Ao fim de 2018, cerca de 90% do projeto já tinham sido implementados, com a redução em 37,5% da área ocupada pelos funcionários na sede. Além dos benefícios financeiros, com a redução dos gastos com aluguel e demais despesas administrativas, a nova

disposição dos funcionários aumentou a integração e a união entre as equipes. O projeto arquitetônico prevê melhor aproveitamento dos espaços, reduz custos de manutenção e permite acessibilidade total às dependências.

Iniciativas de inovação e transformação

O setor de previdência complementar não está imune às transformações que vêm ocorrendo não apenas na sociedade brasileira, mas no mundo como um todo. Uma nova realidade, que vai apresentar desafios econômicos, tecnológicos, sociais e ambientais, está em pleno processo de construção. Para fazer frente a esses desafios e continuar a cumprir sua Missão, a Previ já começou a investir em projetos inovadores, que vão mudar o modo como a Entidade administra seus processos, produtos e serviços, garantindo a sustentabilidade no longo prazo.

O programa Inova Previ, lançado em 2017, busca motivar continuamente os funcionários para o desenvolvimento de ideias que auxiliem no atingimento dos objetivos estratégicos e na melhoria geral de processos. Palestras com especialistas buscaram estimular o pensamento inovador no público interno, com foco em sugestões que façam diferença no cotidiano da Entidade.

Um exemplo concreto foi a ideia sugerida por um funcionário da Previ de adotar o uso de tecnologia para geração de energia solar fotovoltaica (energia gerada pela luz do sol) e assim, reduzir os custos com energia na sede da Previ. Toda energia gerada pelos painéis fotovoltaicos é transformada em energia elétrica e injetada diretamente na rede da concessionária, que por sua vez providencia a compensação de créditos (em kWs) na conta de luz gerando o benefício financeiro. Devido a limitações de legislação, o projeto sofreu uma atualização e a Previ espera, com esta iniciativa, reduzir cerca de R$ 1,5 milhão nos próximos anos, garantindo também benefícios ao meio ambiente.

Projeto Plataformas

É a principal iniciativa de modernização tecnológica da Previ, envolvendo 47 sistemas de seguridade e gestão empresarial que serão substituídos, até o ano de 2021, por soluções modernas e de mercado. As novas plataformas permitirão a redução de custos de manutenção e o suporte a novos produtos e serviços, com mais flexibilidade e opções de customização. A mudança também facilitará a integração e comunicação digital com os participantes.

O primeiro módulo do projeto será o piloto a ser iniciado na Gerência de Contabilidade e Controle, cuja implementação ocorrerá no primeiro trimestre de 2019.

Garagem

Trabalhando em um esquema similar ao laboratório de inovação do BB, a Garagem é um laboratório de inovação criado na Gerência de Tecnologia da Informação para apoiar ideias inovadoras de toda a Previ que estejam alinhadas aos objetivos estratégicos da Instituição. O trabalho da Garagem é realizado com base no conceito de inovação disruptiva, que procura ir além dos processos já existentes de operação e evolução tecnológicas existentes na Entidade. Os métodos e processos propostos são constituídos por metodologias ágeis utilizadas por *startups* e hoje adotadas por grandes empresas no mundo todo.

Uma primeira experiência, já em uso, foi a aplicação interativa PET (uma referência ao nome “Plano Estratégico e Tático”), que permite aos funcionários acompanharem os avanços no cumprimento do Plano Estratégico e Tático sob diferentes perspectivas de análise.

Relacionamento institucional GRI FS4 103 | 415

Em 2018, a Previ continuou a exercer papel de liderança no mercado de previdência complementar nacional e nos debates reunindo demais investidores institucionais, com uma atuação pautada pela indução e pela promoção da integridade, pela adoção de critérios de sustentabilidade nas decisões de investimento e pela disseminação das melhores práticas de governança corporativa. A Entidade participa ativamente dos trabalhos e eventos desenvolvidos pelas associações de classe e órgãos reguladores do setor, como o Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) e a Abrapp (cujo conselho deliberativo passou a ser presidido em setembro por José Maurício Coelho, presidente da Previ).

Como em todos os anos desde 2000, essas e outras questões relacionadas ao protagonismo institucional da Entidade estiveram em debate no Encontro Previ de Governança Corporativa, realizado em outubro de 2018. Sob o tema "Só a Mudança é Permanente", o evento reuniu presidentes de conselhos de administração de grandes empresas, gestores de recursos e de bancos de investimentos, representantes de outros fundos de pensão e de órgãos reguladores da previdência complementar e conselheiros das empresas participadas da Previ. Durante o Encontro, foi apresentada ao público a nova versão do Código Previ de Governança Corporativa (leia mais em A Previ).

> Diversos encontros setoriais contaram com a presença da Previ, que continuou a exercer seu papel de liderança no segmento

Outro evento de destaque foi o Encontro de Sustentabilidade da Previ, organizado em parceria com os Princípios para o Investimento Responsável (PRI), e que contou com a presença de diretores, executivos e técnicos da Previ, além de convidados externos como o representante do PRI no Brasil, Marcelo Seraphim, o diretor de gestão de ativos da BB DTVM, Carlos André, e a head de finanças verdes do Consulado Britânico no Brasil, Maud Chalamet. No evento, foi debatida a importância das práticas de ASGI (ambientais, sociais, de governança e de integridade) na avaliação das decisões de investimento e apresentados os avanços do Programa de Integridade da Previ.

Em relação à imagem pública da Previ, um trabalho ativo da área de comunicação procurou ressaltar a posição de exceção da Entidade em comparação com os demais fundos de pensão estatais. As boas práticas de governança, gestão e transparência foram reforçadas como diferenciais, bem como o fato de a Previ ter colaborado com diversas investigações (incluindo a Comissão Parlamentar de Inquérito sobre os fundos de pensão, em 2015) sem que qualquer irregularidade fosse constatada.

Em 2018, a Previ continuou a participar do grupo de instituições que compõem o Sistema de Expectativas do Banco Central, ferramenta *on-line* que reúne projeções de variáveis econômicas feitas por mais de cem bancos, gestores de ativos e consultorias. O Sistema condensa informações importantes sobre a macroeconomia brasileira, que, divulgadas publicamente, permitem que agentes econômicos planejem melhor suas ações. Ao participar do Sistema, a Previ contribui para o fortalecimento do mercado e reforça a inteligência envolvida na sua gestão de investimentos e em seu planejamento.

Compromisso setorial entre investidores institucionais GRI 102-12, 102-13

Em dezembro, a Previ anunciou um termo de compromisso com a BNDESPar, sociedade de participações do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e os fundos de pensão Petros (Petrobras), Valia (Vale) e Real Grandeza (Furnas) para analisar os critérios socioambientais e de governança adotados pelas empresas em que investem. Por meio de um questionário socioambiental desenvolvido em conjunto pelas entidades, as companhias deverão indicar suas ações nesse âmbito.

A primeira etapa da iniciativa consiste em diagnosticar como as companhias atuam em temas socioambientais e de governança, seguida da análise das informações obtidas para subsidiar processos de decisão de investimentos sustentáveis. A ideia é integrar questões sociais, ambientais e de governança com as práticas de investimentos e diálogo com as empresas, o que minimiza riscos e contribui para a criação de valor no longo prazo. A atuação coordenada é pioneira entre os investidores e busca incentivar as empresas investidas a adotarem práticas socioambientais e de governança sob padrões mais elevados de desempenho.

Prêmio Abrasca

O Relatório Anual 2017 da Previ ficou em terceiro lugar no Prêmio Abrasca de Relatório Anual, categoria Organizações Não Empresariais; o ranking foi divulgado em dezembro de 2018. O prêmio é organizado pela Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca) e destinado aos melhores relatórios anuais do ano. A Previ vem sendo citada consistentemente na última década pela Abrasca, e seus relatórios vêm recebendo pontuações elevadas em quesitos como Demonstrações Contábeis e Perfil da Organização, entre outros.

Anexo GRI

Sobre o relatório

O Relatório Anual 2018 da Previ reúne informações referentes ao período entre 1º de janeiro de 2018 e 31 de dezembro de 2018. Exceções estão discriminadas no texto ou no sumário de conteúdo GRI. A única entidade considerada nas demonstrações financeiras é a própria Previ. As diretrizes aplicadas ao conteúdo e aos indicadores foram as GRI Standards, sem verificação externa. Dúvidas, críticas e sugestões podem ser encaminhadas por meio de mensagem no canal Fale Conosco, no endereço http://www.previ.com.br/menu--auxiliar/fale-conosco. **GRI 102-45, 102-46, 102-50, 102-53, 102-54, 102-56**

Sumário de conteúdo GRI

Perfil organizacional

GRI Standard	Divulgação	Página/URL	Omissão	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
Divulgações gerais				
GRI 102: Divulgações gerais 2016	**102-1** Nome da organização	12		
	102-2 Atividades, marcas, produtos e serviços	13		
	102-3 Localização da sede	12		
	102-4 Localização das operações	12		
	102-5 Natureza da propriedade e forma jurídica	12		
	102-6 Mercados atendidos	12		
	102-7 Porte da organização	12		
	102-8 Informações sobre empregados e trabalhadores	103		8
	102-9 Cadeia de fornecedores	90		
	102-10 Mudanças significativas na organização e na sua cadeia de fornecedores	Não houve		
	102-11 Abordagem ou princípio da precaução	46		
	102-12 Iniciativas desenvolvidas externamente	42, 117		
	102-13 Participação em associações	42, 117		
Estratégia				
GRI 102: Divulgações gerais 2016	**102-14** Declaração do tomador de decisão sênior	5		
	102-15 Principais impactos, riscos e oportunidades	40		

GRI Standard	Divulgação	Página/URL	Omissão	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
Ética e integridade				
GRI 102: Divulgações gerais 2016	**102-16** Valores, princípios, padrões e normas de comportamento	12		16
	102-17 Mecanismos de aconselhamento e preocupações sobre ética	26		16
Engajamento de stakeholders				
GRI 102: Divulgações gerais 2016	**102-40** Lista de grupos de stakeholders	37, 92		
	102-41 Acordos de negociação coletiva	100% dos funcionários próprios estão cobertos por acordos de negociação coletiva		8
	102-42 Identificação e seleção de stakeholders	37		
	102-43 Abordagem para engajamento de stakeholders	37		
	102-44 Principais tópicos e preocupações levantadas	37		
Práticas de reporte				
GRI 102: Divulgações gerais 2016	**102-45** Entidades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas	119		
	102-46 Definindo o conteúdo do relatório e limites do tópico	119		
	102-47 Lista dos tópicos materiais	37		
	102-48 Reformulações de informações	Não houve		
	102-49 Mudanças no relatório	Não houve		
	102-50 Período do relatório	119		
	102-51 Data do relatório mais recente	30/03/2018		
	102-52 Ciclo do relatório	Anual		
	102-53 Ponto de contato para perguntas sobre o relatório	119		
	102-54 Opção de acordo com o GRI Standards	119		
	102-55 Sumário de Conteúdo GRI	119		
	102-56 Asseguração externa	119		

Tópicos materiais

GRI Standard	Divulgação	Página/URL	Omissão	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
Desempenho econômico				
GRI 103: Abordagem de gestão 2016	**103-1** Explicação sobre o tópico material e seus limites	32-74		
	103-2 Abordagem de gestão e seus componentes	32-74		1, 5, 8, 16
	103-3 Evolução da abordagem de gestão	32-74		
GRI 201: Desempenho econômico 2016	**201-1** Valor econômico direto gerado e distribuído	254		2, 5, 7, 8, 9
	201-2 Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades devido as mudanças climática	46		13
	201-3 - Obrigações do plano de benefício definido e outros planos de aposentadoria	77, 82		
Impactos econômicos indiretos				
GRI 103: Abordagem de gestão 2016	**103-1** Explicação sobre o tópico material e seus limites	45		
	103-2 Abordagem de gestão e seus componentes	45		
	103-3 Evolução da abordagem de gestão	45		
GRI 203: Impactos econômicos indiretos 2016	**203-2** Impactos econômicos indiretos significativos	45		1, 2, 3, 8, 10, 17
Combate à corrupção				
GRI 103: Abordagem de gestão 2016	**103-1** Explicação sobre o tópico material e seus limites	26-30		
	103-2 Abordagem de gestão e seus componentes	26-30		
	103-3 Evolução da abordagem de gestão	26-30		
GRI 205: Combate à corrupção 2016	**205-2** Comunicação e treinamento em políticas e procedimentos de combate à corrupção	29		16
	205-3 Casos confirmados de corrupção e medidas tomadas	Não houve casos identificados em 2018		16
Treinamento e educação				
GRI 103: Abordagem de gestão 2016	**103-1** Explicação sobre o tópico material e seus limites	109-110		
	103-2 Abordagem de gestão e seus componentes	109-110		
	103-3 Evolução da abordagem de gestão	109-110		
GRI 404: Treinamento e educação 2016	**404-1** Média de horas de treinamento por ano por empregado	110		4, 5, 8
	404-3 Percentual de empregados que recebem regularmente análises de desempenho e de desenvolvimento de carreira	110		5, 8

GRI Standard	Divulgação	Página/URL	Omissão	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
Diversidade e igualdade de oportunidades				
GRI 103: Abordagem de gestão 2016	**103-1** Explicação sobre o tópico material e seus limites	111-113		
	103-2 Abordagem de gestão e seus componentes	111-113		
	103-3 Evolução da abordagem de gestão	111-113		
GRI 405: Diversidade e igualdade de oportunidades 2016	**405-1** Diversidade nos órgãos de governança e empregados	112		5, 8
	405-2 Razão matemática do salário e remuneração entre mulheres e homens	A razão matemática do salário e remuneração entre mulheres e homens em 2018, para todos as categorias funcionais, foi de 1,00.		5, 8, 10
Não-discriminação				
GRI 103: Abordagem de gestão 2016	**103-1** Explicação sobre o tópico material e seus limites	111-113		
	103-2 Abordagem de gestão e seus componentes	111-113		
	103-3 Evolução da abordagem de gestão	111-113		
GRI 406: Não-discriminação 2016	**406-1** Casos de discriminação e medidas corretivas tomadas	Não foram registrados casos em 2018.		5, 8, 16
Avaliação em direitos humanos				
GRI 103: Abordagem de gestão 2016	**103-1** Explicação sobre o tópico material e seus limites	31		
	103-2 Abordagem de gestão e seus componentes	31		
	103-3 Evolução da abordagem de gestão	31		
GRI 412: Avaliação em direitos humanos 2016	**412-2** Empregados treinados em políticas e práticas de direitos humanos	31		
	412-3 Acordos e contratos de investimentos significativos que incluem cláusulas de direitos humanos ou que foram submetidos à avaliação referente a direitos humanos	42		
Comunidades locais				
Suplemento Setorial Financeiro – Comunidades locais	**FS14** Iniciativas para melhorar o acesso aos serviços financeiros de pessoas com deficiência	Não foram desenvolvidas em 2018		1, 8, 10
Política pública				
GRI 103: Abordagem de gestão 2016	**103-1** Explicação sobre o tópico material e seus limites	116-117		
	103-2 Abordagem de gestão e seus componentes	116-117		
	103-3 Evolução da abordagem de gestão	116-117		

GRI Standard	Divulgação	Página/URL	Omissão	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
GRI 415: Política pública 2016	**415-1** Contribuições políticas	A Previ não faz contribuições a partidos ou a campanhas políticas		16
Marketing e rotulagem				
GRI 103: Abordagem de gestão 2016	**103-1** Explicação sobre o tópico material e seus limites	96		
	103-2 Abordagem de gestão e seus componentes	96		
	103-3 Evolução da abordagem de gestão	96		
GRI 417: Marketing e rotulagem 2016	**417-1** Exigências para informações e rotulagem de produtos e serviços	96		12, 16
	417-2 Casos de não-conformidade relacionados a informações e rotulagem de produtos e serviços	Não houve casos a relatar		16
	417-3 Casos de não-conformidade relativos a comunicação de marketing	Não houve casos a relatar		
Suplemento Setorial Financeiro-Marketing e rotulagem	**FS15** Políticas para o correto desenvolvimento, a estruturação e a venda de produtos e serviços financeiros	42		10
	FS16 Iniciativas para melhorar a educação financeira por tipo de beneficiário	97, 101		1, 8, 10
Privacidade do cliente				
GRI 103: Abordagem de gestão 2016	**103-1** Explicação sobre o tópico material e seus limites	41		
	103-2 Abordagem de gestão e seus componentes	41		
	103-3 Evolução da abordagem de gestão	41		
GRI 418: Privacidade do cliente 2016	**418-1** Queixas comprovadas relativas à violação de privacidade e perda de dados de clientes	41		16
Conformidade socioeconômica				
GRI 103: Abordagem de gestão 2016	**103-1** Explicação sobre o tópico material e seus limites	42-44		
	103-2 Abordagem de gestão e seus componentes	42-44		
	103-3 Evolução da abordagem de gestão	42-44		
GRI 419: Conformidade socioeconômica 2016	**419-1** Não-conformidade com leis e regulamentos sociais e econômicos	Não houve casos a relatar		16

GRI Standard	Divulgação	Página/URL	Omissão	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
Portfólio do produto				
Suplemento Setorial Financeiro – Portfólio do produto	**FS1** Políticas com componentes ambientais e sociais específicos aplicadas às linhas de negócio	42		10
	FS2 Procedimentos para avaliação e classificação de riscos ambientais e sociais nas linhas de negócios	42		10
	FS3 Processos para monitorar a implementação e cumprimento dos requisitos ambientais e sociais dos clientes em acordos ou transações	42		
	FS4 Processo(s) para melhorar a competência do pessoal para implementar as políticas e procedimentos ambientais e sociais aplicados nas linhas de negócios	116		10
	FS5 Interações com clientes, empresas investidas e parceiros de negócios sobre riscos e oportunidades ambientais e sociais	42		10
Auditoria				
Suplemento Setorial Financeiro - Auditoria	**FS9** Cobertura e frequência das auditorias para avaliar a implementação de políticas ambientais e sociais e os procedimentos de avaliação de risco	O Planejamento de Auditoria não foi 100% cumprido devido a demandas extraordinárias. Houve replanejamento do trabalho para 2019, aprovado pelo Conselho Deliberativo		10
Propriedade dos ativos				
Suplemento Setorial Financeiro – Propriedade dos ativos	**FS10** Percentual e número de empresas na carteira da instituição com a qual a organização relatora interagiu em questões ambientais ou sociais	A Previ interagiu sobre temas socioambientais com 100% dos 43 empreendimentos imobiliários em seu portfólio. Entre as empresas participadas, o percentual foi de 25% (28 de 110) empresas		10
	FS11 Percentual de ativos sujeitos à triagem ambiental ou social, positiva e negativa	42		10
	FS12 Política(s) de voto como acionista aplicada a questões ambientais para ações de que a organização relatora detém o direito a voto ou para as quais dá aconselhamento quanto a voto	43		10

Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
Erradicação da pobreza
Fome zero
Boa saúde e bem-estar
Educação de qualidade
Igualdade de gênero
Água limpa e saneamento
Energia acessível e limpa
Emprego digno e crescimento econômico
Indústria, inovação e infraestrutura
Redução das desigualdades
Cidades e comunidades sustentáveis
Consumo e produção responsáveis
Combate às alterações climáticas
Vida debaixo d'água
Vida sobre a terra
Paz, justiça e instituições fortes
Parcerias em prol das metas

Demonstrações Financeiras 2018

Custos com a Administração de Recursos

Dezembro / 2018

I – Composição dos Recursos da Entidade

Segmento	Dezembro / 2018 R$	Dezembro / 2018 Alocação % Resolução nº 4.661	Dezembro / 2017 R$	Dezembro / 2017 Alocação % Resolução nº 3.792
RENDA FIXA	85.972.545.503,86	42,61	77.372.573.439,39	42,91
RENDA VARIÁVEL	96.900.360.352,53	48,03	84.700.747.097,98	46,98
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	1.072.632.254,94	0,53	1.118.834.338,07	0,62
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	155.085.081,81	0,08	145.665.778,04	0,08
IMÓVEIS	-	-	10.092.903.823,15	5,60
IMOBILIÁRIO	10.501.717.381,73	5,21	-	-
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	7.171.827.624,09	3,55	6.868.129.618,77	3,81
DERIVATIVOS	-12.329.181,16	-0,01	-	-
*** Recursos da Entidade**	**201.761.839.017,80**	**100,00**	**180.298.854.095,40**	**100,00**

* Recursos: Disponível + Realizável do Programa de Investimentos - Exigível Operacional do Programa de Investimentos - Exigível Contingencial do Programa de Investimentos.

II – Composição dos Recursos dos Planos de Benefícios

Segmento	Dezembro / 2018 R$	Dezembro / 2018 Alocação % Resolução CMN nº 4.661	Dezembro / 2017 R$	Dezembro / 2017 Alocação % Resolução CMN nº 3.792
Plano 1	**185.574.093.405,19**	**100,00**	**167.153.380.291,97**	**100,00**
RENDA FIXA	75.652.144.188,61	40,77	69.614.229.230,97	41,65
RENDA VARIÁVEL	93.366.221.756,34	50,31	81.316.400.162,06	48,65
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	922.162.639,51	0,50	972.565.648,93	0,58
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	139.571.932,07	0,07	131.099.200,25	0,08
IMÓVEIS	-	-	9.588.438.319,66	5,74
IMOBILIÁRIO	9.975.161.348,59	5,38	-	-
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	5.531.160.721,23	2,98	5.530.647.730,10	3,30
DERIVATIVOS	-12.329.181,16	-0,01	-	-
Plano PREVI Futuro	**14.710.064.962,51**	**100,00**	**11.821.274.339,18**	**100,00**
RENDA FIXA	8.989.230.177,18	61,11	6.562.201.150,57	55,51
RENDA VARIÁVEL	3.390.349.356,13	23,05	3.256.290.529,52	27,55

» CONTINUA

» CONTINUAÇÃO

INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	150.469.615,43	1,02	146.268.689,14	1,24
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	15.513.149,74	0,11	14.566.577,79	0,12
IMÓVEIS	-	-	504.465.503,49	4,27
IMOBILIÁRIO	523.835.761,17	3,56	-	-
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	1.640.666.902,86	11,15	1.337.481.888,67	11,31
Plano CAPEC	**417.696.432,90**	**100,00**	**338.728.438,87**	**100,00**
RENDA FIXA	417.696.432,90	100,00	338.728.438,87	100,00
Plano PGA	**1.059.984.217,20**	**100,00**	**985.471.025,38**	**100,00**
RENDA FIXA	913.474.705,17	86,18	857.414.618,98	87,01
RENDA VARIÁVEL	143.789.240,06	13,56	128.056.406,40	12,99
IMOBILIÁRIO	2.720.271,97	0,26	-	-

〉III – Alocação dos Recursos por Segmento de Aplicação

	Política de Investimentos Ano 2018		Limites Resolução nº 4.661	Alocação
Plano de Benefício Segmento	**Limite Mínimo (%)**	**Limite Máximo (%)**	**%**	**%**
Plano 1				
RENDA FIXA	38,20	46,20	100,00	40,77
RENDA VARIÁVEL	43,90	51,90	70,00	50,31
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	1,00	20,00	0,50
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00	0,50	10,00	0,07
IMOBILIÁRIO	-	-	20,00	5,38
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	1,40	5,40	15,00	2,98
Plano PREVI Futuro				
RENDA FIXA	21,00	95,00	100,00	61,11
RENDA VARIÁVEL	0,00	60,00	70,00	23,05
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	5,00	20,00	1,02
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00	1,00	10,00	0,11
IMOBILIÁRIO	-	-	20,00	3,56
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	5,00	15,00	15,00	11,15
Plano CAPEC				
RENDA FIXA	0,00	100,00	100,00	100,00
Plano PGA				
RENDA FIXA	85,00	100,00	100,00	86,18
RENDA VARIÁVEL	0,00	15,00	70,00	13,56
IMOBILIÁRIO	-	-	20,00	0,26

IV – Rentabilidade dos Planos de Benefícios (% no ano)

	Rentabilidade Bruta	Rentabilidade Líquida	Política de Investimentos	
Plano de Benefício	**%**	**%**	**Benchmarks**	**%**
Plano 1	**18,82%**	**18,70%**	**INPC + 5,0%**	**8,61**
RENDA FIXA	10,88%	10,78%	INPC + 5,25%	8,86
RENDA VARIÁVEL	29,44%	29,31%	Superar IBrX	15,42
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	26,55%	26,45%	IPCA + 6,0%	9,97
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	3,52%	3,43%	MSCI World Index + Variação Cambial	4,91
IMOBILIÁRIO	9,76%	9,66%	INPC + 8,00%	11,71
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	10,48%	10,48%	Superar Meta Atuarial	8,61
Plano PREVI Futuro	**14,06%**	**13,94%**	**INPC + 5,0%**	**8,61**
RENDA FIXA	12,65%	12,55%	INPC + 5,25%	8,86
RENDA VARIÁVEL	17,66%	17,57%	Superar IBrX	15,42
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	38,64%	38,55%	IPCA + 5,0%	8,93
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	3,52%	3,44%	MSCI World Index + Variação Cambial	4,91
IMOBILIÁRIO	8,04%	7,96%	INPC + 8,00%	11,71
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	9,15%	9,15%	Superar Meta Atuarial	8,61
Plano CAPEC	**8,21%**	**8,09%**	**TMS**	**6,43**
RENDA FIXA	8,26%	8,14%	TMS	6,43
Plano PGA	**11,74%**	**11,74%**	**TMS**	**6,43**
RENDA FIXA	11,18%	11,18%	INPC + 5,25%	8,86
RENDA VARIÁVEL	15,75%	15,75%	Superar IBrX	15,42

⟩ V – Custos com a Administração de Recursos (R$ no ano)

Plano de Benefício / Itens de Custo	Despesas com Administração		Despesa Total
	Própria	Terceirizada	
Plano 1	**174.936.520,15**	**55.791.126,00**	**230.727.646,15**
Administração/Gestão	124.029.991,73	40.353.648,92	164.383.640,65
Taxa de Performance	-	1.178.220,85	1.178.220,85
Custódia	1.864.775,86	5.207.977,76	7.072.753,62
Corretagem	3.728.241,51	339.745,43	4.067.986,94
Consultoria	11.099.330,44	1.676.124,31	12.775.454,75
Honorários Advocatícios	5.632.023,13	1.373.492,26	7.005.515,39
Auditoria	299.407,46	464.386,97	763.794,43
Viagens e Transporte	856.926,78	-	856.926,78
Despesas Gerais	13.826.264,33	-	13.826.264,33
Despesas Judiciais	8.532.181,88	-	8.532.181,88
Aluguel da Sede	1.159.745,07	-	1.159.745,07
Depreciações/Amortizações	3.377.063,24	-	3.377.063,24
Outras	530.568,72	5.197.529,50	5.728.098,22
Plano PREVI Futuro	**13.961.602,59**	**6.239.612,01**	**20.201.214,60**
Administração/Gestão	9.971.553,18	4.483.770,91	14.455.324,09
Taxa de Performance	-	130.913,43	130.913,43
Custódia	59.740,01	637.016,19	696.756,20
Corretagem	580.152,01	37.420,16	617.572,17
Consultoria	858.357,08	233.063,34	1.091.420,42
Honorários Advocatícios	328.715,49	140.896,05	469.611,54
Auditoria	22.812,58	63.452,84	86.265,42
Viagens e Transporte	66.089,02	-	66.089,02
Despesas Gerais	1.065.620,56	-	1.065.620,56
Despesas Judiciais	654.456,76	-	654.456,76
Aluguel da Sede	72.898,20	-	72.898,20
Depreciações/Amortizações	258.511,54	-	258.511,54
Outras	22.696,16	513.079,09	535.775,25

» CONTINUA

» CONTINUAÇÃO

Plano CAPEC	**433.479,55**	**197.536,89**	**631.016,44**
Administração/Gestão	312.969,44	96.536,43	409.505,87
Custódia	-	42.418,77	42.418,77
Consultoria	27.362,20	-	27.362,20
Honorários Advocatícios	21.027,80	-	21.027,80
Auditoria	713,00	5.125,67	5.838,67
Viagens e Transporte	2.099,78	-	2.099,78
Despesas Gerais	33.616,23	-	33.616,23
Despesas Judiciais	20.758,59	-	20.758,59
Depreciações/Amortizações	6.009,20	-	6.009,20
Aluguel da Sede	8.190,47	-	8.190,47
Outras	732,84	53.456,02	54.188,86
Plano PGA	**7.634,25**	**450.898,32**	**458.532,57**
Administração/Gestão	-	293.249,63	293.249,63
Custódia	4.587,31	75.140,89	79.728,20
Corretagem	3.046,94	-	3.046,94
Auditoria	-	5.359,59	5.359,59
Outras	-	77.148,21	77.148,21

VI – Distribuição dos Investimentos - Gestão Terceirizada

Gestor	R$	%
Plano 1		
ANGÁ ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS LTDA.	30.989.565,84	0,02
ANGRA PARTNERS GESTÃO DE RECURSOS S.A.	14.544.179,16	0,01
BANCO FATOR S.A.	1.840.135,99	0,00
BB GESTÃO DE RECURSOS DTVM S.A.	122.103.262.166,48	65,80
BOZANO PRIVATE EQUITY GESTÃO LTDA.	96.388.042,60	0,05
BRAM-BRADESCO ASSET MANAGEMENT S.A. DTVM LTDA.	165.096.094,65	0,09
BRKB DTVM S.A.	57.703.885,58	0,03
(PROVISÃO - PANAMBY)	-52.921.880,78	-0,03
BRZ INVESTIMENTOS LTDA.	243.689.081,87	0,13

» CONTINUA

» CONTINUAÇÃO

BTG PACTUAL ASSET MANAGEMENT S.A. DTVM	165.558.703,82	0,09
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	156.362.909,54	0,08
CRP COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES	10.960.434,34	0,01
DGF INVEST. GESTÃO DE FUNDOS LTDA.	15.332.490,39	0,01
IDEAL INVEST S.A	3.673.370,71	0,00
ITAU UNIBANCO S.A.	109.353.270,88	0,06
KINEA INVESTIMENTOS LTDA.	62.202.271,18	0,03
LEBLON EQUITIES GESTÃO DE RECURSOS LTDA.	29.054.634,65	0,02
MANTIQ INVESTIMENTOS LTDA.	44.960.880,17	0,02
MODAL ADM. DE RECURSOS S.A.	21.044.101,94	0,01
NEO GESTÃO DE RECURSOS LTDA.	65.553.197,98	0,04
TCG GESTOR LTDA.	160.194.117,18	0,09
VALORA GESTÃO DE INVEST. LTDA.	7.185.712,35	0,00
VINCI GESTORA DE RECURSOS LTDA.	91.947.449,84	0,05
VOTORANTIM ASSET MANAGEMENT DTVM LTDA.	5.751.407,34	0,00
XP GESTÃO DE RECURSOS LTDA.	41.061.640,40	0,02
2BCAPITAL S.A.	34.274.283,92	0,02
Total Gestão Terceirizada	**123.685.062.148,02**	**66,65**
Total dos Recursos do Plano	**185.574.093.405,19**	**100,00**
Plano PREVI Futuro		
ANGÁ ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS LTDA.	30.989.565,84	0,21
BB GESTÃO DE RECURSOS DTVM S.A.	7.596.239.771,50	51,64
BOZANO PRIVATE EQUITY GESTÃO LTDA.	13.199.758,29	0,09
BRAM-BRADESCO ASSET MANAGEMENT S.A. DTVM LTDA.	18.344.010,51	0,12
BRZ INVESTIMENTOS LTDA.	16.753.325,06	0,11
BTG PACTUAL ASSET MANAGEMENT S.A. DTVM	18.169.914,26	0,12
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	39.090.727,38	0,27
CRP COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES	7.306.956,23	0,05
DGF INVEST. GESTÃO DE FUNDOS LTDA.	2.751.606,56	0,02
IDEAL INVEST S.A	1.469.348,48	0,01
ITAU UNIBANCO S.A.	12.150.363,43	0,08

KINEA INVESTIMENTOS LTDA.	20.734.090,39	0,14
MANTIQ INVESTIMENTOS LTDA.	1.464.391,33	0,01
MODAL ADM. DE RECURSOS S.A.	2.338.233,55	0,02
NEO GESTÃO DE RECURSOS LTDA.	11.136.061,41	0,08
TCG GESTOR LTDA.	17.799.346,34	0,12
VALORA GESTÃO DE INVEST. LTDA.	1.796.428,08	0,01
VINCI GESTORA DE RECURSOS LTDA.	28.176.295,35	0,19
VOTORANTIM ASSET MANAGEMENT DTVM LTDA.	639.045,26	0,00
XP GESTÃO DE RECURSOS LTDA.	41.061.640,40	0,28
2BCAPITAL S.A.	14.688.979,14	0,10
Total Gestão Terceirizada	**7.896.299.858,79**	**53,68**
Total dos Recursos do Plano	**14.710.064.962,51**	**100,00**
Plano CAPEC		
BB GESTÃO DE RECURSOS DTVM S.A.	331.318.083,88	79,32
Total Gestão Terceirizada	**331.318.083,88**	**79,32**
Total dos Recursos do Plano	**417.696.432,90**	**100,00**
Plano PGA		
BB GESTÃO DE RECURSOS DTVM S.A.	699.783.494,21	66,02
VINCI GESTORA DE RECURSOS LTDA.	6.252.464,75	0,59
Total Gestão Terceirizada	**706.035.958,96**	**66,61**
Total dos Recursos do Plano	**1.059.984.217,20**	**100,00**

Desenquadramentos e Justificativas

Dezembro / 2018

PLANO 1

Limites de Alocação por Emissor

-> A EFPC deve observar, em relação aos Recursos de cada Plano, o limite de até 10% para os demais emissores. (art. 27, inciso III)	
VALE S.A.	25,16%
(Participação direta e por intermédio da Litel Participações S.A.)	

ENTIDADE

Limites de Concentração por Emissor

> A EFPC deve observar, considerada a soma dos recursos por ela administrados, o limite de concentração por emissor: até 25% (vinte e cinco por cento) do capital total e do capital votante, incluindo os bônus de subscrição e os recibos de subscrição, de uma mesma sociedade por ações de capital aberto admitida ou não à negociação em bolsa de valores.	
-> O total das aplicações de uma mesma companhia não pode exceder 25% do respectivo **capital total**. (art. 28, inciso I)	
521 PARTICIPAÇÕES S.A.	100,00%
INVESTIMENTOS E PART.INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR	25,56%
NEOENERGIA S.A.	38,21%
TUPY S.A.	25,88%
-> O total das aplicações de uma mesma companhia não pode exceder 25% do respectivo capital votante. (art. 28, inciso I)	
521 PARTICIPAÇÕES S.A.	100,00%
NEOENERGIA S.A.	38,21%
TUPY S.A.	25,88%
-> No caso da Carteira de Fundo de Investimento Imobiliário, o total das aplicações em um mesmo Fundo não pode exceder 25% do Patrimônio Líquido. (art. 28, inciso II, alínea e)	
FUNDO INVEST. IMOBILIÁRIO PANAMBY	30,91%

JUSTIFICATIVAS

"Os desenquadramentos atualmente existentes perante a nova Resolução CMN 4.661/18 vem sendo tratados ao longo do tempo, estando em situação excepcional de desenquadramento, e com envio semestral de Relatório à PREVIC com justificativas, e estão amparados pelo Ofício nº 790/2015/CGMI/DIACE/PREVIC.

O Ofício nº 790/2015/CGMI/DIACE/PREVIC, de 30/03/2015 reconheceu, com base na legislação vigente, em especial os artigos 55º e 4º, ambos da Resolução antecessora CMN Nº 3.792, de 24.09.2009, o entendimento de que é possível a manutenção de ativos em situação excepcional de desenquadramento, continuando os envios de relatórios semestrais para a PREVIC."

Demonstrativo de Investimentos - Plano de Benefícios 1

Relação dos Investimentos

Dezembro / 2018

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR	%
RECURSOS		**185.574.093.405,20**	**100,00**
FUNDOS DE INVESTIMENTOS (GESTÃO TERCEIRIZADA)		**123.685.062.148,02**	**66,65**
FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO	**234.412,0000**	**4.782.004,80**	**0,00**
FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO PANAMBY	234.412,0000	57.703.885,58	
(PROVISÃO - PANAMBY)		-52.921.880,78	
FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÃO	**288.776.423,1507**	**922.162.653,90**	**0,50**
BOZANO EDUCACIONAL II	45.492,5748	52.799.033,12	
BRASIL AGRONEGÓCIO	110.544,0000	95.532.328,87	
BRASIL EQUITY PROPERTIES	732,2244	0,00	
BRASIL GOVERNANÇA CORPORATIVA	104.292,5492	43.589.009,48	
BRASIL INTER. DE EMPRESAS	75.915,7604	67.941.841,99	
BRASIL INTER. DE EMPRESAS II	70.158,2182	92.252.275,19	
BRASIL ÓLEO E GÁS	27.424,0000	7.185.712,35	
BRASIL PETRÓLEO 1	31.769,7190	5.857.565,36	
BRASIL PORTOS E ATIVOS LOGÍSTICOS	27.627,2000	17.929.242,42	
BRASIL SUSTENTABILIDADE	44.884.210,0000	43.212.443,73	
CAIXA AMBIENTAL	35.910,0000	2.662.438,07	
CAIXA BARCELONA	57.942,4000	156.362.895,15	
CRP EMPREENDEDOR	8.080.137,0000	10.960.434,34	
DGF FIPAC 2	11.302,4000	11.006.426,26	
INFRABRASIL	8.615,2898	36.440.876,74	
INVEST. INSTITUCIONAIS	182.244,6353	4.416.451,22	
INVEST. INSTITUCIONAIS III	26.279,7804	9.396.034,86	
KINEA PRIVATE EQUITY II	52.887,0000	62.202.271,18	
LOGÍSTICA BRASIL	6.000,0000	87.015.066,85	
NEO CAPITAL MEZANINO	51.209.067,3600	37.816.114,16	
NEO CAPITAL MEZANINO III	26.558.594,0240	27.737.083,82	

» CONTINUA

» CONTINUAÇÃO

NORDESTE III	13.168.497,7500	11.243.846,48	
RB NORDESTE II - FMIEE	132,4429	2.899,82	
SONDAS	143.999.999,6000	14,39	
TERRA VIVA	341,5533	4.326.064,13	
2bCAPITAL-BRASIL CAPITAL	305,6690	34.274.283,92	
FUNDOS DE RENDA FIXA	**11.137.980.362,7075**	**71.689.897.026,07**	**38,63**
BB LIQUIDEZ II RF	157.678.381,9849	165.332.782,22	
BB RENDA FIXA IV	1.701.229.108,9904	52.960.910.117,90	
BB RENDA FIXA LIQUIDEZ	9.215.752.440,7255	18.461.427.397,44	
BTG PACTUAL	39.572.261,4723	4.312.652,34	
FATOR SINERGIA	23.614,0000	1.840.135,99	
MODAL GAIA RF CRÉDITO PRIVADO	23.201.563,5992	21.044.101,94	
VINCI RF IMOBILIÁRIO	522.991,9352	75.029.838,24	
FUNDOS DE RENDA VARIÁVEL	**1.003.713.268,2211**	**50.850.746.835,65**	**27,40**
ANGRA PARTNERS VOLT	811.078,1881	731.693,08	
BB CARTEIRA ATIVA	871.754.329,5878	49.233.982.968,44	
BB CARTEIRA LIVRE I	130.163.541,0986	1.048.397.165,40	
LEBLON EQUITY PARTNERS IV	677.838,1013	29.054.634,65	
BB SML 1	63.582,3466	102.884.957,07	
SML 2	90.239,2004	161.246.051,48	
SML 4	63.135,8689	109.353.270,88	
SML 7	89.523,8294	165.096.094,65	
FUNDOS MULTIMERCADO INVESTIMENTO NO EXTERIOR	**62.488.340,6576**	**136.078.185,35**	**0,07**
BB MM BLACKROCK INVEST. EXTERIOR	16.312.820,0229	34.336.126,75	
BB MM GLOBAL SELECT EQUITY INVEST. EXTERIOR	23.344.871,3590	53.376.457,03	
BB MM SCHRODER INVEST. EXTERIOR	19.522.143,3872	42.614.194,23	
VOTO MM ALLIANZGI EUROPE INVEST. EXTERIOR	3.308.505,8885	5.751.407,34	
FIDC	**43.697.276,6843**	**81.395.442,25**	**0,04**
FIDC ANGÁ SABEMI	29.550,0000	30.989.565,84	
FIDC CRÉDITO UNIVERSITÁRIO	3.662.337,0000	3.673.370,71	
FIDC LIGHT	40.000.000,0000	41.061.640,40	
FIDC VINCI ENERGIA SUSTENTÁVEL	5.389,6843	5.670.865,30	
CARTEIRA PRÓPRIA		**61.889.031.257,18**	**33,35**
DISPONÍVEL		**47.542.533,35**	**0,03**
RENDA FIXA - TÍTULOS PÚBLICOS	**21.830**	**90.823.266,43**	**0,05**
LETRAS FINANCEIRAS DO TESOURO	33	326.021,66	

» CONTINUA

» CONTINUAÇÃO

NOTAS DO TESOURO NACIONAL SÉRIE C	21.797	90.497.244,77	
RENDA FIXA CERTIFICADO DE DEPÓSITO BANCÁRIO	**20.000**	**20.243.278,88**	**0,01**
BCO. BTG PACTUAL S.A.	20.000	20.243.278,88	
RENDA FIXA DEBÊNTURE	**88.814.729**	**2.175.054.687,08**	**1,17**
AES TIETÊ S.A.	39.702.500	44.749.442,09	
ALGAR TELECOM S.A.	22.353	27.370.371,99	
BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. - BNDESPAR	121.949	187.375.301,99	
CCR S.A.	29.466	30.546.070,66	
CEMIG GERAÇÃO TRANSMISSÃO S.A.	485	5.746.875,51	
CENTRAIS ELÉTRICAS PARÁ S.A. - CELPA	1.662	16.762.942,95	
CIA. ELETRICIDADE ESTADO BAHIA - COELBA	18.242	18.257.691,69	
CIA. ENERGÉTICA PERNAMBUCO - CELPE	20.002.586	34.191.370,95	
CIA. SANEAMENTO BÁSICO ESTADO SÃO PAULO - SABESP	12.775	12.031.680,54	
CIA. SANEAMENTO MINAS GERAIS - COPASA MG	7.864	7.301.504,46	
CIA. SANEAMENTO PARANÁ - SANEPAR	3.133	39.031.076,36	
CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A.	120.000	151.751.708,18	
ECORODOVIAS CONCESSÕES SERVIÇOS S.A.	42.635	116.316.042,61	
ELEKTRO ELETRICIDADE SERVIÇOS S.A.	4.662	63.754.589,38	
EMPRESA CONCESSIONÁRIA RODOVIAS NORTE S.A. - ECONORTE	4.000	15.602.820,57	
INVESTIMENTOS E PART. EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR	7.842	100.833.119,03	
JSL S.A.	50.233	71.825.670,90	
LOCALIZA RENT A CAR S.A.	1.165	11.802.756,31	
LOJAS AMERICANAS S.A.	7.974	102.800.310,73	
MRV ENGENHARIA PARTICIPAÇÕES S.A.	4.675	50.950.814,47	
NCF PARTICIPAÇÕES S.A.	21.000	212.523.706,20	
NEOENERGIA S.A.	2.500	25.727.105,45	
RIO PARANAPANEMA ENERGIA S.A.	68.848	149.990.695,93	
SABER SERVIÇOS EDUCACIONAIS S.A.	1.700	15.197.119,32	
SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.	3.311	44.941.963,77	
SONAE SIERRA BRASIL S.A.	15.625	17.491.705,70	
SUL AMÉRICA S.A.	2.160	31.249.177,71	
TELEFÔNICA BRASIL S.A.	12.000	20.320.170,61	
TERMOPERNAMBUCO S.A.	1.940	25.126.107,48	
TRANSMISSORA ALIANÇA ENERGIA ELÉTRICA S.A.	75.995	111.613.751,00	
UNIDAS S.A.	15.600	13.881.136,54	

» CONTINUA

» CONTINUAÇÃO

VALE S.A.	28.427.849	397.989.886,00	
RENDA FIXA LETRA FINANCEIRA	**1.304**	**1.575.978.654,97**	**0,85**
BCO. BRADESCO S.A.	157	199.943.349,54	
BCO. BRASIL S.A.	740	692.651.042,50	
BCO. BTG PACTUAL S.A.	20	21.193.356,42	
BCO. ITAÚ S.A.	250	490.562.586,28	
BCO. SAFRA S.A.	92	112.578.955,57	
BCO. SANTANDER (BRASIL) S.A.	45	59.049.364,66	
RENDA FIXA - A RECEBER / A PAGAR		**0,00**	**0,00**
RENDA VARIÁVEL - EMPRÉSTIMO DE AÇÕES	**315.462**	**14.583.808,26**	**0,01**
TELEFÔNICA BRASIL S.A., PN	315.462	14.583.808,26	
RENDA VARIÁVEL - AÇÕES À VISTA	**11.958.720.690**	**42.132.466.169,83**	**22,70**
AFLUENTE TRANSMISSÃO ENERGIA ELÉTRICA S.A.,ON	1.445.606	8.023.113,30	
AMBEV S.A.,ON	241.390.925	3.712.592.426,50	
B3 S.A. - BRASIL, BOLSA, BALCÃO,ON	7.783.500	208.675.635,00	
BB SEGURIDADE PARTICIPAÇÕES S.A.,ON	10.997.200	303.412.748,00	
BCO. BRADESCO S.A.,ON	32.453.734	1.098.558.895,90	
BCO. BRADESCO S.A.,PN	30.725.632	1.187.545.676,80	
BCO. BRASIL S.A.,ON	174.097.045	8.093.771.622,05	
BICICLETAS MONARK S.A.,ON	39.704	11.216.380,00	
BOMBRIL S.A.,PN	3.740.100	9.799.062,00	
BR MALLS PARTICIPAÇÕES S.A.,ON	11.951.800	156.210.026,00	
BRF BRASIL S.A.,ON	84.735.803	1.858.256.159,79	
CIA. ELETRICIDADE ESTADO BAHIA - COELBA,ON	4.621.407	122.929.426,20	
CIA. ELETRICIDADE ESTADO BAHIA - COELBA,PNA	1.385.110	41.584.395,71	
CIA. ENERGÉTICA RIO GRANDE NORTE - COSERN,ON	1.854.848	31.810.643,20	
CIA. ENERGÉTICA RIO GRANDE NORTE - COSERN,PNA	359.031	4.813.678,33	
CIA. ENERGÉTICA RIO GRANDE NORTE - COSERN,PNB	382.135	5.123.443,29	
EMBRAER S.A.,ON	23.543.803	510.429.649,04	
FRAS-LE S.A.,ON	27.006.698	124.230.810,80	
INVITEL LEGACY S.A.,ON	317.311.938	89.164,65	
IRB BRASIL RESSEGUROS S.A.,ON	2.718.250	226.865.145,00	
ITAU UNIBANCO HOLDING S.A.,PN	120.866.353	4.290.755.531,50	
ITAUSA INVESTIMENTOS ITAU S.A.,PN	152.395.974	1.840.943.365,92	
JEREISSATI PARTICIPAÇÕES S.A.,ON	16.489.536	375.796.525,44	
KEPLER WEBER S.A.,ON	4.598.648	68.611.828,16	

» CONTINUA

» CONTINUAÇÃO

LOCALIZA RENT A CAR S.A.,ON			1.210.500	36.012.375,00
LOJAS AMERICANAS S.A.,PN			2.482.622	48.907.653,40
LOJAS RENNER S.A.,ON			1.894.300	80.318.320,00
NEOENERGIA S.A.,ON			463.790.668	8.815.832.268,54
NEWTEL PARTICIPAÇÕES S.A.,ON			382.709.514	2.306.590,24
PARANAPANEMA S.A.,ON			137.120.603	191.968.844,20
PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A.,ON			31.333.333	805.266.658,10
PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS,PN			246.427.915	5.588.985.112,20
RAIA DROGASIL S.A.,ON			436.500	24.945.975,00
RANDON S.A. - IMPLEMENTOS PARTICIPAÇÕES,ON			10.308.300	69.993.357,00
RUMO LOGÍSTICA OPERADORA MULTIMODAL,ON			6.017.188	102.292.196,00
SUL 116 PARTICIPAÇÕES S.A.,ON			9.339.700.539	1.307.558,07
SUZANO PAPEL CELULOSE S.A.,ON			468.462	17.839.032,96
TELEFÔNICA BRASIL S.A.,PN			350.528	16.204.909,44
TUPY S.A.,ON			37.314.154	751.880.203,10
ULTRAPAR PARTICIPAÇÕES S.A.,ON			22.299.900	1.186.354.680,00
VALE S.A.,ON			1.960.884	100.005.084,00
RENDA VARIÁVEL - A RECEBER / A PAGAR				**399.883.596,38** **0,22**
DERIVATIVOS				**-12.329.181,16** **-0,01**
OPÇÃO DE ÍNDICE				-12.329.181,16
IMÓVEIS				**9.861.012.414,85** **5,31**
ALAMEDA MAMORÉ, 989	CRYSTAL TOWER	BARUERI - SP		93.918.399,96
RUA LEOPOLDO PEREIRA, 45	APTO 203 - ED. SILVIO ANTONIO	BELO HORIZONTE - MG		183.455,83
AVENIDA VIA ÁPIA, SAI/SO AI, 6580	PARKSHOPPING	BRASILIA - DF		301.309.398,42
CONDOMÍNIO SCS B, QUADRA 9, BLOCO A, 1	PARQUE CIDADE CORP - TORRE C	BRASILIA - DF		293.046.783,11
CONDOMÍNIO SETOR COMERCIAL SUL, 9	PARQUE CIDADE CORP - TORRE A	BRASILIA - DF		293.213.987,31
RODOVIA ANHANGUERA, KM 36	CONDOMINIO JORDANESIA PARK	CAJAMAR - SP		182.832.130,00
RODOVIA ANHANGUERA, KM 36	CAJAMAR INDUSTRIAL PARK	CAJAMAR - SP		299.742.543,33
RUA BRIGADEIRO FRANCO, 2300	SHOPPING CURITIBA	CURITIBA - PR		167.077.734,38
RUA BRIGADEIRO FRANCO, 2300	COMPLEXO SHOPPING CURITIBA	CURITIBA - PR		7.207.578,10
AVENIDA BARRETO DE MENEZES, 800	HIPERMERCADO	JABOATÃO DOS GUARARAPES - PE		32.224.817,31
AVENIDA CEL. FERNANDO FERREIRA LEITE, 1540	RIBEIRÃO SHOPPING	RIBEIRAO PRETO - SP		125.823.134,84
AVENIDA DAS AMÉRICAS, 5000	NEW YORK CITY CENTER	RIO DE JANEIRO - RJ		134.622.658,86

» CONTINUA

» CONTINUAÇÃO

AVENIDA DAS AMÉRICAS, 4666	BARRASHOPPING	RIO DE JANEIRO - RJ	551.824.663,81
AVENIDA DAS AMÉRICAS, 700	BLOCOS 4 E 5	RIO DE JANEIRO - RJ	92.385.889,85
AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, 3131	SALAS 1601 A 1606	RIO DE JANEIRO - RJ	18.500.712,74
AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, 3131	SALAS 1501 A 1506	RIO DE JANEIRO - RJ	18.500.712,78
AVENIDA REPÚBLICA DO CHILE, 500	PAVS. 16 A 25	RIO DE JANEIRO - RJ	98.857.886,39
AVENIDA RIO BRANCO, 1	PAVS. 9 A 12	RIO DE JANEIRO - RJ	88.831.055,77
AVENIDA SUBURBANA, 5474	NORTESHOPPING	RIO DE JANEIRO - RJ	184.496.341,08
AVENIDA SUBURBANA, 5474	NORTESHOPPING	RIO DE JANEIRO - RJ	300.474.395,31
PRAÇA PIO X, 54	MARQUES DOS REIS	RIO DE JANEIRO - RJ	87.826.247,79
PRAIA DE BOTAFOGO, 501	PAV. 2	RIO DE JANEIRO - RJ	69.543.283,34
PRAIA DE BOTAFOGO, 501	PAVS. 7 E 8, LJS E HEALTH CLUB	RIO DE JANEIRO - RJ	106.433.468,27
PRAIA DE BOTAFOGO, 501	PAVS. 3 E 4	RIO DE JANEIRO - RJ	148.112.150,00
PRAIA DO FLAMENGO, 154	PAVS. 3 A 9	RIO DE JANEIRO - RJ	82.308.460,97
RUA DA CANDELÁRIA, 65	PAVS. 18 A 22	RIO DE JANEIRO - RJ	29.074.473,93
RUA DA CANDELÁRIA, 65	CANDELÁRIA CORPORATE	RIO DE JANEIRO - RJ	26.869.426,12
RUA DA CANDELÁRIA, 65	CANDELÁRIA CORPORATE	RIO DE JANEIRO - RJ	63.355.198,79
RUA DA QUITANDA, 196	EDIFÍCIO GARAGEM	RIO DE JANEIRO - RJ	1.304.895,90
RUA DA QUITANDA, 196	EDIFÍCIO GARAGEM	RIO DE JANEIRO - RJ	2.000.840,38
RUA DAS LARANJEIRAS, 475	LOJA	RIO DE JANEIRO - RJ	3.468.327,51
AVENIDA CENTENÁRIO, 2992	SHOPPING BARRA	SALVADOR - BA	117.809.367,94
AVENIDA PEREIRA BARRETO, 42	SHOPPING ABC	SANTO ANDRÉ - SP	543.025.537,49
AVENIDA CHUCRI ZAIDAN, 80	PRÉDIO	SÃO PAULO - SP	31.433.306,18
AVENIDA DAS NAÇÕES UNIDAS, 7221	LOJAS, PAVS. 9 A 21	SÃO PAULO - SP	208.207.071,64
AVENIDA DAS NAÇÕES UNIDAS, 7221	LOJAS E PAVS. 1/7 E 23/26	SÃO PAULO - SP	219.757.900,51
AVENIDA DAS NAÇÕES UNIDAS, 7815	WTORRE NAÇÕES UNIDAS	SÃO PAULO - SP	397.234.963,09
AVENIDA ENGENHEIRO LUIZ CARLOS BERRINI, 1376	ECO BERRINI	SÃO PAULO - SP	837.937.777,79
AVENIDA FRANCISCO MATARAZZO, 1400	ÁGUA BRANCA	SÃO PAULO - SP	358.766.469,34
AVENIDA MAJOR SYLVIO DE MAG. PADILHA, 5200	EDS. ATLANTA E PHILADELPHIA	SÃO PAULO - SP	92.725.000,03
AVENIDA PAULISTA, 1230	CENTRO EMPRESARIAL	SÃO PAULO - SP	835.272.256,89
AVENIDA PAULISTA, 2163	PRÉDIO	SÃO PAULO - SP	134.244.401,41
AVENIDA ROQUE PETRONI JÚNIOR, 1089	SHOPPING MORUMBI	SÃO PAULO - SP	327.913.891,67
AVENIDA ROQUE PETRONI JÚNIOR, 999	PAVS. 8,9,10	SÃO PAULO - SP	38.345.156,83

» CONTINUA

» CONTINUAÇÃO

AVENIDA ROQUE PETRONI JÚNIOR, 999	LOJA , PAVS. 3, 11 A 16	SÃO PAULO - SP	93.879.521,78	
RUA DOMINGOS AGOSTIN, 91	SHOPPING METRÔ TATUAPÉ	SÃO PAULO - SP	525.785.491,37	
RUA ENGENHEIRO MESQUITA SAMPAIO, 782	SHOPPING PARQUE DA CIDADE	SÃO PAULO - SP	399.724.400,75	
RUA ENGENHEIRO MESQUITA SAMPAIO, 782	TORRE PARQUE DA CIDADE	SÃO PAULO - SP	482.030.105,17	
RUA EUGÊNIO BETARELLO, 55	APARTAMENTO	SÃO PAULO - SP	588.866,67	
AVENIDA IZORAIDA MARQUES PERES, 401	SHOPPING ESPLANADA	SOROCABA - SP	105.952.999,62	
AVENIDA AMÉRICO BUAIZ, 200	SHOPPING VITÓRIA	VITÓRIA - ES	107.993.839,74	
AVENIDA GISELE CONSTANTINO, S/N	SHOPPING IGUATEMI ESPLANADA	VOTORANTIM - SP	97.013.036,76	
IMÓVEIS - A RECEBER / A PAGAR			**52.611.307,08**	**0,03**
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES			**5.558.968.951,12**	**3,00**
FINANCIAMENTOS - IMOBILIÁRIO			3.653.577.574,91	
(PROVISÃO P/ DEVEDORES DUVIDOSOS FINANCIAMENTOS - IMOBILIÁRIO)			-2.777.998.301,45	
EMPRÉSTIMOS - PESSOAL			4.716.705.882,22	
(PROVISÃO P/ DEVEDORES DUVIDOSOS EMPRÉSTIMOS - PESSOAL)			-33.316.204,56	
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES - A RECEBER / A PAGAR			**-27.808.229,89**	**-0,01**

Demonstrativo de Investimentos - Plano de Benefícios PREVI FUTURO

Relação dos Investimentos

Dezembro / 2018

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR	%
RECURSOS		**14.710.064.962,51**	**100,00**
FUNDOS DE INVESTIMENTOS (GESTÃO TERCEIRIZADA)		**7.896.299.858,79**	**53,68**
FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÃO	**64.609.350,4563**	**150.469.619,03**	**1,02**
BOZANO EDUCACIONAL II	11.373,1437	13.199.758,29	
BRASIL AGRONEGÓCIO	7.056,0000	6.097.808,22	
BRASIL EQUITY PROPERTIES	81,9138	0,00	
BRASIL INTER. DE EMPRESAS	8.435,0845	7.549.093,55	
BRASIL INTER. DE EMPRESAS II	7.795,3576	10.250.252,79	
BRASIL ÓLEO E GÁS	6.856,0000	1.796.428,08	
BRASIL PETRÓLEO 1	7.942,4297	1.464.391,33	
BRASIL PORTOS E ATIVOS LOGÍSTICOS	6.906,8000	4.482.310,60	
BRASIL SUSTENTABILIDADE	6.412.030,0000	6.173.206,24	
CAIXA BARCELONA	14.485,6000	39.090.723,78	
CRP EMPREENDEDOR	5.386.758,0000	7.306.956,23	
DGF FIPAC 2	2.825,6000	2.751.606,56	
KINEA PRIVATE EQUITY II	17.629,0000	20.734.090,39	
NEO CAPITAL MEZANINO	5.689.896,3700	4.201.790,46	
NEO CAPITAL MEZANINO III	6.639.648,5060	6.934.270,95	
NORDESTE III	4.389.499,2500	3.747.948,82	
SONDAS	36.000.000,4000	3,60	
2bCAPITAL-BRASIL CAPITAL	131,0010	14.688.979,14	
FUNDOS DE RENDA FIXA	**2.302.954.469,6079**	**7.591.671.606,31**	**51,61**
BB MAXI LIQUIDEZ RF	2.126.167.074,0754	4.286.010.861,47	
BB MAXI RF	171.750.907,7581	3.284.311.343,74	
BTG PACTUAL	2.327.788,1286	253.686,32	
MODAL GAIA RF CRÉDITO PRIVADO	2.577.951,5110	2.338.233,55	
VINCI RF IMOBILIÁRIO	130.748,1348	18.757.481,23	

» CONTINUA

» CONTINUAÇÃO

FUNDOS DE RENDA VARIÁVEL	**34.053,4717**	**59.842.263,77**	**0,41**
BB SML 1	7.064,7052	11.431.661,89	
SML 2	10.026,5778	17.916.227,94	
SML 4	7.015,0965	12.150.363,43	
SML 7	9.947,0922	18.344.010,51	
FUNDOS MULTIMERCADO INVESTIMENTO NO EXTERIOR	**6.945.508,8436**	**15.124.949,66**	**0,10**
BB MM BLACKROCK INVEST. EXTERIOR	1.812.535,5581	3.815.125,19	
BB MM GLOBAL SELECT EQUITY INVEST. EXTERIOR	2.593.874,5954	5.930.717,44	
BB MM SCHRODER INVEST. EXTERIOR	2.171.486,9247	4.740.061,77	
VOTO MM ALLIANZGI EUROPE INVEST. EXTERIOR	367.611,7654	639.045,26	
FIDC	**41.499.874,6843**	**79.191.420,02**	**0,54**
FIDC ANGÁ SABEMI	29.550,0000	30.989.565,84	
FIDC CRÉDITO UNIVERSITÁRIO	1.464.935,0000	1.469.348,48	
FIDC LIGHT	40.000.000,0000	41.061.640,40	
FIDC VINCI ENERGIA SUSTENTÁVEL	5.389,6843	5.670.865,30	
CARTEIRA PRÓPRIA		**6.813.765.103,72**	**46,32**
DISPONÍVEL		**18.247,66**	**0,00**
RENDA FIXA CERTIFICADO DE DEPÓSITO BANCÁRIO	**10.000**	**10.121.639,44**	**0,07**
BCO. BTG PACTUAL S.A.	10.000	10.121.639,44	
RENDA FIXA DEBÊNTURE	**59.995.915**	**728.951.507,45**	**4,96**
AES TIETÊ S.A.	39.702.500	44.749.442,09	
ALGAR TELECOM S.A.	22.353	27.370.371,99	
BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. - BNDESPAR	2.448	3.761.365,29	
BR MALLS PARTICIPAÇÕES S.A.	440	3.467.358,74	
CCR S.A.	14.733	15.273.035,33	
CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.	8.253	11.565.651,37	
CEMIG GERAÇÃO TRANSMISSÃO S.A.	20.965	32.719.165,14	
CENTRAIS ELÉTRICAS PARÁ S.A. - CELPA	1.662	16.762.942,95	
CIA. ELETRICIDADE ESTADO BAHIA - COELBA	15.636	15.649.450,02	
CIA. ENERGÉTICA PERNAMBUCO - CELPE	20.002.586	34.191.370,95	
CIA. SANEAMENTO BÁSICO ESTADO SÃO PAULO - SABESP	11.981	29.797.475,24	
CIA. SANEAMENTO MINAS GERAIS - COPASA MG	7.864	7.301.504,46	
CIA. SANEAMENTO PARANÁ - SANEPAR	1.460	16.384.649,58	
CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A.	60.000	75.876.383,75	
ECORODOVIAS CONCESSÕES SERVIÇOS S.A.	34.863	62.120.525,06	
ELEKTRO ELETRICIDADE SERVIÇOS S.A.	2.331	31.877.294,69	

» CONTINUA

» CONTINUAÇÃO

EMPRESA CONCESS. DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE	1.000	3.900.705,14	
IGUATEMI EMPRESA SHOPPING CENTERS S.A.	215	2.709.976,34	
JSL S.A.	13.979	19.824.009,06	
LOCALIZA RENT A CAR S.A.	1.165	11.802.756,31	
LOJAS AMERICANAS S.A.	4.117	48.779.136,70	
MRV ENGENHARIA PARTICIPAÇÕES S.A.	3.697	40.363.259,18	
NCF PARTICIPAÇÕES S.A.	2.800	28.336.494,16	
NEOENERGIA S.A.	2.500	25.727.105,45	
RIO PARANAPANEMA ENERGIA S.A.	24.847	41.950.063,90	
SABER SERVIÇOS EDUCACIONAIS S.A.	850	7.598.559,66	
SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.	700	9.501.472,25	
SONAE SIERRA BRASIL S.A.	15.625	17.491.705,70	
SUL AMÉRICA S.A.	1.080	15.624.588,85	
TELEFÔNICA BRASIL S.A.	3.000	5.080.042,65	
TERMOPERNAMBUCO S.A.	970	12.563.053,74	
TRANSMISSORA ALIANÇA ENERGIA ELÉTRICA S.A.	2.995	3.224.748,11	
UNIDAS S.A.	6.300	5.605.843,60	
RENDA FIXA LETRA FINANCEIRA	**514**	**589.963.921,98**	**4,01**
BCO. BRADESCO S.A.	127	161.740.256,19	
BCO. BRASIL S.A.	100	97.384.510,28	
BCO. BTG PACTUAL S.A.	20	21.193.356,42	
BCO. ESTADO RIO GRANDE SUL S.A.	30	31.932.504,05	
BCO. SAFRA S.A.	192	218.663.930,38	
BCO. SANTANDER (BRASIL) S.A.	45	59.049.364,66	
RENDA FIXA - A RECEBER / A PAGAR		**-999.378,32**	**-0,01**
RENDA VARIÁVEL - EMPRÉSTIMO DE AÇÕES	**2.740.084**	**50.792.875,32**	**0,35**
CIELO S.A.,ON	516.000	4.587.240,00	
KROTON EDUCACIONAL S.A.,ON	1.585.800	14.066.046,00	
RAIA DROGASIL S.A.,ON	241.000	13.773.150,00	
TELEFÔNICA BRASIL S.A.,PN	397.284	18.366.439,32	
RENDA VARIÁVEL - AÇÕES CDA	**3.123.257**	**91.613.050,70**	**0,62**
BCO. SANTANDER (BRASIL) S.A.,UNT	762.150	32.543.805,00	
CIA. SANEAMENTO PARANÁ - SANEPAR,UNT	139.520	8.580.480,00	
ENERGISA S.A.,UNT	549.387	20.382.257,70	
KLABIN S.A.,UNT	1.212.100	19.248.148,00	
TRANSMISSORA ALIANÇA ENERGIA ELÉTRICA S.A.,UNT	460.100	10.858.360,00	

» CONTINUA

» CONTINUAÇÃO

RENDA VARIÁVEL - AÇÕES À VISTA	121.460.222	3.165.122.144,60	21,52
AMBEV S.A.,ON	7.667.580	117.927.380,40	
ATACADÃO S.A.,ON	701.700	12.693.753,00	
AZUL S.A.,PN	775.940	27.933.840,00	
BB SEGURIDADE PARTICIPAÇÕES S.A.,ON	1.375.750	37.956.942,50	
BCO. BRADESCO S.A.,ON	1.800.196	60.936.634,60	
BCO. BRADESCO S.A.,PN	6.796.364	262.679.468,60	
BCO. BRASIL S.A.,ON	2.943.559	136.846.057,91	
BCO. ESTADO RIO GRANDE SUL S.A.,PNB	422.804	9.377.792,72	
BR MALLS PARTICIPAÇÕES S.A.,ON	2.304.965	30.125.892,55	
BRADESPAR S.A.,PN	462.800	14.666.132,00	
BRASKEM S.A.,PNA	540.400	25.604.152,00	
BRF BRASIL S.A.,ON	1.701.675	37.317.732,75	
B2W CIA.DIGITAL,ON	347.500	14.601.950,00	
B3 S.A. - BRASIL, BOLSA, BALCÃO,ON	4.324.546	115.941.078,26	
CCR S.A.,ON	2.291.043	25.659.681,60	
CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRA S.A. - ELETROBRAS,ON	563.692	13.658.257,16	
CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRA S.A. - ELETROBRAS,PNB	472.008	13.296.465,36	
CESP - CIA. ENERGÉTICA SÃO PAULO,PNB	385.278	8.399.060,40	
CIA. ENERGÉTICA MINAS GERAIS - CEMIG,PN	1.977.882	27.413.444,52	
CIA. PARANAENSE ENERGIA - COPEL,PNB	211.800	6.470.490,00	
CIA. SANEAMENTO MINAS GERAIS - COPASA MG ,ON	129.200	7.949.676,00	
CIA. BRASILEIRA DISTRIBUIÇÃO,PN	316.956	25.667.096,88	
CIA. SANEAMENTO BÁSICO ESTADO SÃO PAULO - SABESP,ON	636.488	20.049.372,00	
CIA. SIDERÚRGICA NACIONAL,ON	1.324.660	11.709.994,40	
CIELO S.A.,ON	561.512	4.991.841,68	
COSAN S.A. IND.COM.,ON	325.066	10.876.708,36	
CVC BRASIL OPERADORA AGÊNCIA VIAGENS S.A.,ON	527.670	32.282.850,60	
CYRELA BRAZIL REALTY S.A. EMPREENDIMENTOS PARTICIPAÇÕES,ON	536.900	8.305.843,00	
DURATEX S.A.,ON	566.700	6.704.061,00	
ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA S.A.,ON	381.100	3.574.718,00	
EDP ENERGIAS BRASIL S.A.,ON	623.285	9.193.453,75	
EMBRAER S.A.,ON	1.412.340	30.619.531,20	
ENGIE BRASIL ENERGIA S.A.,ON	521.036	17.204.608,72	
EQUATORIAL ENERGIA S.A.,ON	405.100	30.204.256,00	

» CONTINUA

» CONTINUAÇÃO

ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.,ON	641.750	15.247.980,00
EZ TEC EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.,ON	110.500	2.764.710,00
FIBRIA CELULOSE S.A.,ON	468.300	31.657.080,00
FLEURY S.A.,ON	631.394	12.488.973,32
GERDAU S.A.,PN	2.022.037	29.966.588,34
GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES S.A.,PN	271.300	6.809.630,00
HYPERMARCAS S.A.,ON	812.050	24.523.910,00
IGUATEMI EMPRESA SHOPPING CENTERS S.A.,ON	358.700	14.921.920,00
IOCHPE MAXION S.A.,ON	286.885	6.830.731,85
IRB BRASIL RESSEGUROS S.A.,ON	473.762	39.540.176,52
ITAU UNIBANCO HOLDING S.A.,PN	10.183.074	361.499.127,00
ITAUSA INVESTIMENTOS ITAU S.A.,PN	9.306.100	112.417.688,00
JBS S.A.,ON	3.280.470	38.020.647,30
KROTON EDUCACIONAL S.A.,ON	1.135.928	10.075.681,36
LIGHT S.A.,ON	191.200	3.154.800,00
LINX S.A.,ON	277.800	9.056.280,00
LOCALIZA RENT A CAR S.A.,ON	1.519.460	45.203.935,00
LOG COMMERCIAL PROPERTIES PARTICIPAÇÕES S.A.,ON	42.879	786.829,65
LOJAS AMERICANAS S.A.,ON	377.680	5.676.530,40
LOJAS AMERICANAS S.A.,PN	1.402.526	27.629.762,20
LOJAS RENNER S.A.,ON	1.832.570	77.700.968,00
MAGAZINE LUIZA S.A.,ON	217.000	39.292.190,00
MARCOPOLO S.A.,PN	1.089.853	4.446.600,24
MARFRIG GLOBAL FOODS S.A.,ON	794.400	4.337.424,00
METALÚRGICA GERDAU S.A.,PN	1.194.891	8.292.543,54
MINERVA S.A.,ON	299.629	1.495.148,71
MRV ENGENHARIA PARTICIPAÇÕES S.A.,ON	609.800	7.537.128,00
MULTIPLAN EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.,ON	559.331	13.597.336,61
NATURA COSMÉTICOS S.A.,ON	360.400	16.218.000,00
PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A.,ON	1.701.700	43.733.690,00
PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS,ON	6.111.003	155.219.476,20
PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS,PN	9.011.480	204.380.366,40
PORTO SEGURO S.A.,ON	197.800	10.315.270,00
QUALICORP S.A.,ON	401.270	5.172.370,30
RAIA DROGASIL S.A.,ON	192.151	10.981.429,65
RANDON S.A. IMPLEMENTOS PARTICIPAÇÕES,PN	351.392	3.253.889,92

» CONTINUA

» CONTINUAÇÃO

RUMO S.A.,ON			2.290.563	38.939.571,00
SÃO MARTINHO S.A.,ON			164.600	2.994.074,00
SMILES FIDELIDADE S.A.,ON			114.700	5.020.419,00
SUZANO PAPEL CELULOSE S.A.,ON			982.300	37.405.984,00
TELEFÔNICA BRASIL S.A.,PN			239.539	11.073.887,97
TIM PARTICIPAÇÕES S.A.,ON			1.654.800	19.609.380,00
ULTRAPAR PARTICIPAÇÕES S.A.,ON			1.106.192	58.849.414,40
USINAS SIDERÚRGICAS MINAS GERAIS S.A. - USIMINAS,PNA			1.081.300	9.969.586,00
VALE S.A.,ON			6.431.148	327.988.548,00
VIA VAREJO S.A.,ON			827.300	3.631.847,00
WEG S.A.,ON			1.513.820	26.552.402,80
RENDA VARIÁVEL - A RECEBER / A PAGAR				**24.518.422,89** **0,17**
IMÓVEIS				**513.005.639,12** **3,49**
AVENIDA DOM HELDER CÂMARA, 5474	NORTE SHOPPING	RIO DE JANEIRO - RJ		118.528.107,53
AVENIDA CENTENÁRIO, 2992	SHOP. BARRA EXPANSÃO	SALVADOR - BA		23.947.805,00
AVENIDA CENTENÁRIO, 2992	SHOPPING BARRA	SALVADOR - BA		92.257.083,68
AVENIDA PEREIRA BARRETO, 42	SHOPPING ABC	SANTO ANDRÉ - SP		47.205.675,00
RUA ENGENHEIRO MESQUITA SAMPAIO, 782	TORRE PARQUE DA CIDADE	SÃO PAULO - SP		53.558.900,58
RUA ENGENHEIRO MESQUITA SAMPAIO, 782	SHOPPING PARQUE DA CIDADE	SÃO PAULO - SP		44.413.822,31
RUA DOMINGOS AGOSTIN, 91	SHOPPING METRÔ TATUAPÉ	SÃO PAULO - SP		52.566.646,06
AVENIDA AMÉRICO BUAIZ, 200	SHOPPING VITÓRIA	VITÓRIA - ES		80.527.598,96
IMÓVEIS - A RECEBER / A PAGAR				**-9.869,98** **-0,00**
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES				**1.654.307.977,50** **11,25**
FINANCIAMENTOS - IMOBILIÁRIO				227.160.880,80
(PROVISÃO P/ DEVEDORES DUVIDOSOS FINANCIAMENTOS - IMOBILIÁRIO)				-944.164,30
EMPRÉSTIMOS - PESSOAL				1.437.957.499,33
(PROVISÃO P/ DEVEDORES DUVIDOSOS EMPRÉSTIMOS - PESSOAL)				-9.866.238,33
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES - A RECEBER / A PAGAR				**-13.641.074,64** **-0,09**

Demonstrativo de Investimentos - Plano CAPEC

Relação dos Investimentos

Dezembro / 2018

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR	%
RECURSOS		**417.696.432,90**	**100,00**
FUNDOS DE INVESTIMENTOS (GESTÃO TERCEIRIZADA)		**331.318.083,88**	**79,32**
FUNDO DE RENDA FIXA	**54.958.686,5691**	**331.318.083,88**	**79,32**
BB CAPEC RF	54.958.686,5691	331.318.083,88	
CARTEIRA PRÓPRIA		**86.378.349,02**	**20,68**
DISPONÍVEL		**3.100,87**	**0,00**
RENDA FIXA CERTIFICADO DE DEPÓSITO BANCÁRIO	**10.000**	**10.121.639,44**	**2,42**
BCO. BTG PACTUAL S.A.	10.000	10.121.639,44	
RENDA FIXA LETRA FINANCEIRA	**65**	**76.297.014,04**	**18,27**
BCO. BRADESCO S.A.	15	19.088.979,95	
BCO. BTG PACTUAL S.A.	5	5.298.339,10	
BCO. ESTADO RIO GRANDE SUL S.A.	10	10.644.168,01	
BCO. SAFRA S.A.	30	34.704.486,47	
BCO. SANTANDER (BRASIL) S.A.	5	6.561.040,51	
RENDA FIXA - A RECEBER / A PAGAR		**-43.405,33**	**-0,01**

Demonstrativo de Investimentos - Plano PGA

Relação dos Investimentos

Dezembro / 2018

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR	%
RECURSOS		**1.059.984.217,20**	**100,00**
FUNDOS DE INVESTIMENTOS (GESTÃO TERCEIRIZADA)		**706.035.958,96**	**66,61**
FUNDO DE RENDA FIXA	**248.700.856,7033**	**706.035.958,96**	**66,61**
BB PGA RF	248.657.274,1938	699.783.494,21	
VINCI RF IMOBILIÁRIO	43.582,5095	6.252.464,75	
CARTEIRA PRÓPRIA		**353.948.258,24**	**33,39**
DISPONÍVEL		**13.335,07**	**0,00**
RENDA FIXA CERTIFICADO DE DEPÓSITO BANCÁRIO	**10.000**	**10.121.639,44**	**0,95**
BCO. BTG PACTUAL S.A.	10.000	10.121.639,44	
RENDA FIXA DEBÊNTURE	**5.030.574**	**59.178.428,32**	**5,58**
CEMIG GERAÇÃO TRANSMISSÃO S.A.	9.800	15.505.268,99	
CIA. ELETRICIDADE ESTADO BAHIA - COELBA	2.606	2.608.241,67	
CIA. ENERGÉTICA PERNAMBUCO - CELPE	5.000.000	5.202.505,00	
CIA. SANEAMENTO MINAS GERAIS - COPASA MG	1.122	1.041.745,67	
CIA. SANEAMENTO BÁSICO ESTADO SÂO PAULO - SABESP	2.129	2.005.123,12	
ECORODOVIAS CONCESSÕES SERVIÇOS S.A.	10.000	11.271.321,98	
MRV ENGENHARIA PARTICIPAÇÕES S.A.	517	5.662.298,10	
NCF PARTICIPAÇÕES S.A.	700	7.084.123,54	
NEOENERGIA S.A.	500	5.145.421,09	
SABER SERVIÇOS EDUCACIONAIS S.A.	100	893.948,19	
UNIDAS S.A.	3.100	2.758.430,97	
RENDA FIXA LETRA FINANCEIRA	**117**	**140.845.615,35**	**13,29**
BCO. BRADESCO S.A.	51	64.839.439,78	
BCO. BRASIL S.A.	10	11.488.096,85	
BCO. BTG PACTUAL S.A.	10	5.298.339,10	
BCO. ESTADO RIO GRANDE SUL S.A.	10	10.644.168,01	
BCO. SAFRA S.A.	36	42.014.531,10	
BCO. SANTANDER (BRASIL) S.A.	5	6.561.040,51	

» CONTINUA

» CONTINUAÇÃO

RENDA FIXA - A RECEBER / A PAGAR		**0,00**	**0,00**
RENDA VARIÁVEL - AÇÕES CDA	**203.467**	**5.269.658,70**	**0,50**
AES TIETÊ ENERGIA S.A.,UNT	27.325	273.796,50	
ALUPAR INVESTIMENTO S.A.,UNT	13.900	254.787,00	
BCO. SANTANDER (BRASIL) S.A.,UNT	35.140	1.500.478,00	
CIA. SANEAMENTO PARANÁ - SANEPAR,UNT	6.160	378.840,00	
ENERGISA S.A.,UNT	22.888	849.144,80	
KLABIN S.A.,UNT	55.600	882.928,00	
SUL AMÉRICA S.A.,UNT	25.554	730.844,40	
TRANSMISSORA ALIANÇA ENERGIA ELÉTRICA S.A.,UNT	16.900	398.840,00	
RENDA VARIÁVEL - AÇÕES À VISTA	**5.467.723**	**137.439.309,78**	**12,97**
AMBEV S.A.,ON	392.145	6.031.190,10	
AREZZO IND. COM. S.A.,ON	3.700	203.722,00	
ATACADÃO S.A.,ON	29.700	537.273,00	
AZUL S.A.,PN	25.860	930.960,00	
B2W CIA.DIGITAL,ON	15.324	643.914,48	
B3 S.A. - BRASIL, BOLSA, BALCÃO,ON	183.792	4.927.463,52	
BB SEGURIDADE PARTICIPAÇÕES S.A.,ON	61.600	1.699.544,00	
BCO. BRADESCO S.A.,ON	80.262	2.716.868,70	
BCO. BRADESCO S.A.,PN	291.552	11.268.484,80	
BCO. BRASIL S.A.,ON	119.910	5.574.615,90	
BCO. ESTADO RIO GRANDE SUL S.A.,PNB	16.096	357.009,28	
BR MALLS PARTICIPAÇÕES S.A.,ON	77.037	1.006.873,59	
BRADESPAR S.A.,PN	20.300	643.307,00	
BRASKEM S.A.,PNA	24.400	1.156.072,00	
BRF BRASIL S.A.,ON	69.474	1.523.564,82	
CCR S.A.,ON	102.437	1.147.294,40	
CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRA S.A. - ELETROBRAS,ON	24.808	601.097,84	
CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRA S.A. - ELETROBRAS,PNB	20.692	582.893,64	
CESP - CIA. ENERGÉTICA SÃO PAULO,PNB	16.722	364.539,60	
CIA. BRASILEIRA DISTRIBUIÇÃO,PN	14.344	1.161.577,12	
CIA. ENERGÉTICA MINAS GERAIS - CEMIG,PN	88.586	1.227.801,96	
CIA. HERING,ON	11.446	334.681,04	
CIA. PARANAENSE ENERGIA - COPEL,PNB	9.300	284.115,00	
CIA. SANEAMENTO BÁSICO ESTADO SÃO PAULO - SABESP,ON	27.612	869.778,00	

» CONTINUA

» CONTINUAÇÃO

CIA. SANEAMENTO MINAS GERAIS - COPASA MG,ON	5.700	350.721,00
CIA. SIDERÚRGICA NACIONAL,ON	55.100	487.084,00
CIELO S.A.,ON	102.526	911.456,14
COSAN S.A. IND. COM.,ON	14.134	472.923,64
CTEEP - CIA.TRANSMISSÃO ENERGIA ELÉTRICA PAULISTA,PN	9.100	629.538,00
CVC BRASIL OPERADORA AGÊNCIA VIAGENS S.A.,ON	12.400	758.632,00
CYRELA BRAZIL REALTY S.A. EMPREENDIMENTOS PARTICIPAÇÕES,ON	22.400	346.528,00
DURATEX S.A.,ON	24.925	294.862,75
ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA S.A.,ON	17.200	161.336,00
EDP ENERGIAS BRASIL S.A.,ON	27.142	400.344,50
EMBRAER S.A.,ON	67.300	1.459.064,00
ENGIE BRASIL ENERGIA S.A.,ON	23.363	771.446,26
EQUATORIAL ENERGIA S.A.,ON	18.200	1.356.992,00
ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.,ON	28.400	674.784,00
EZ TEC EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.,ON	5.282	132.155,64
FIBRIA CELULOSE S.A.,ON	21.100	1.426.360,00
FLEURY S.A.,ON	28.106	555.936,68
GERDAU S.A.,PN	91.472	1.355.615,04
GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES S.A.,PN	8.800	220.880,00
HYPERMARCAS S.A.,ON	36.300	1.096.260,00
IGUATEMI EMPRESA SHOPPING CENTERS S.A.,ON	8.000	332.800,00
IOCHPE MAXION S.A.,ON	11.481	273.362,61
IRB BRASIL RESSEGUROS S.A.,ON	8.300	692.718,00
ITAU UNIBANCO HOLDING S.A.,PN	424.309	15.062.969,50
ITAUSA INVESTIMENTOS ITAU S.A.,PN	401.643	4.851.847,44
JBS S.A.,ON	139.600	1.617.964,00
KROTON EDUCACIONAL S.A.,ON	134.168	1.190.070,16
LIGHT S.A.,ON	9.000	148.500,00
LINX S.A.,ON	12.100	394.460,00
LOCALIZA RENT A CAR S.A.,ON	45.465	1.352.583,75
LOG COMMERCIAL PROPERTIES PARTICIPAÇÕES S.A.,ON	1.883	34.553,05
LOJAS AMERICANAS S.A.,ON	17.780	267.233,40
LOJAS AMERICANAS S.A.,PN	61.601	1.213.539,70
LOJAS RENNER S.A.,ON	64.653	2.741.287,20
M. DIAS BRANCO S.A. IND. COM. ALIMENTOS,ON	7.900	338.120,00

» CONTINUA

» CONTINUAÇÃO

MAGAZINE LUIZA S.A.,ON	6.300	1.140.741,00	
MARCOPOLO S.A.,PN	51.031	208.206,48	
MARFRIG GLOBAL FOODS S.A.,ON	36.903	201.490,38	
METALÚRGICA GERDAU S.A.,PN	52.463	364.093,22	
MINERVA S.A.,ON	26.627	132.868,73	
MRV ENGENHARIA PARTICIPAÇÕES S.A.,ON	26.100	322.596,00	
MULTIPLAN EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.,ON	24.906	605.464,86	
NATURA COSMÉTICOS S.A.,ON	15.835	712.575,00	
ODONTOPREV S.A.,ON	24.253	333.478,75	
PETROBRÁS DISTRIBUIDORA S.A.,ON	29.500	758.150,00	
PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS,ON	244.580	6.212.332,00	
PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS,PN	384.780	8.726.810,40	
PORTO SEGURO S.A.,ON	8.661	451.671,15	
QUALICORP S.A.,ON	22.100	284.869,00	
RAIA DROGASIL S.A.,ON	19.369	1.106.938,35	
RANDON S.A. IMPLEMENTOS PARTICIPAÇÕES,PN	16.487	152.669,62	
RUMO S.A.,ON	102.289	1.738.913,00	
SÃO MARTINHO S.A.,ON	14.100	256.479,00	
SER EDUCACIONAL S.A.,ON	3.745	58.234,75	
SMILES S.A.,ON	5.300	231.981,00	
SUZANO PAPEL CELULOSE S.A.,ON	42.653	1.624.226,24	
TELEFÔNICA BRASIL S.A.,PN	38.037	1.758.450,51	
TIM PARTICIPAÇÕES S.A.,ON	74.178	879.009,30	
TOTVS S.A.,ON	12.377	336.035,55	
ULTRAPAR PARTICIPAÇÕES S.A.,ON	49.558	2.636.485,60	
USINAS SIDERÚRGICAS MINAS GERAIS S.A. - USIMINAS,PNA	46.800	431.496,00	
VALE S.A.,ON	276.143	14.083.293,00	
VALID SOLUÇÕES E SERV. DE SEG. EM MEIOS DE PGTO. E IDENT. S.A.,ON	6.300	113.400,00	
VIA VAREJO S.A.,ON	37.200	163.308,00	
WEG S.A.,ON	68.016	1.193.000,64	
WIZ SOLUÇÕES CORRETAGEM SEGUROS S.A.,ON	7.200	50.472,00	
RENDA VARIÁVEL - A RECEBER / A PAGAR		**1.080.271,58**	**0,10**

Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas 2018

Balanço Patrimonial

R$ mil

ATIVO	(Notas)	2018	2017
DISPONÍVEL		**1.522**	**939**
REALIZÁVEL		**205.593.598**	**183.651.105**
Gestão Previdencial	(5)	3.331.855	2.956.695
Gestão Administrativa	(6)	311.689	286.575
Investimentos	(7)	201.950.054	180.407.835
Títulos Públicos	(7.1)	90.823	83.632
Créditos Privados e Depósitos	(7.1)	5.396.879	8.144.533
Ações	(7.2)	46.075.690	46.957.740
Fundos de Investimento	(7.3)	132.618.715	108.122.045
Derivativos	(7.4)	62.279	0
Investimentos Imobiliários	(7.5)	10.431.502	10.138.259
Empréstimos e Financiamentos	(7.6)	7.228.112	6.920.536
Depósitos Judiciais/Recursais	(12.2)	46.054	41.090
PERMANENTE	(8)	**17.725**	**16.164**
Imobilizado		10.895	9.416
Intangível		6.830	6.748
TOTAL DO ATIVO		**205.612.845**	**183.668.208**

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis.

José Maurício Pereira Coelho
Presidente
CPF: 853.535.907-91

Márcio de Souza
Diretor de Administração
CPF: 844.274.347-20

Antonio Henrique Pereira dos Santos
Contador CRC DF 12.360/O-T-RJ
CPF: 224.430.703-44

Vanessa Ferreira Ennes
Atuário MIBA 1194
CPF: 855.313.757-57

Balanço Patrimonial

R$ mil

PASSIVO	(Notas)	2018	2017
EXIGÍVEL OPERACIONAL	(11)	**25.332.099**	**25.477.981**
Gestão Previdencial		25.194.992	25.401.478
Gestão Administrativa		4.796	15.217
Investimentos		132.311	61.286
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	(12)	**2.026.482**	**1.830.568**
Gestão Previdencial		1.676.387	1.521.970
Gestão Administrativa		309.532	277.544
Investimentos		40.563	31.054
PATRIMÔNIO SOCIAL		**178.254.264**	**156.359.659**
Patrimônio de Cobertura do Plano		175.111.485	153.795.330
Provisões Matemáticas	(14)	168.587.226	157.938.419
Benefícios Concedidos		151.498.683	143.674.033
Benefícios a Conceder		31.370.420	28.872.577
(-) Provisões Matemáticas a Constituir		-14.281.877	-14.608.191
Equilíbrio Técnico	(15)	6.524.259	-4.143.089
Resultados realizados		6.524.259	-4.143.089
Superávit Técnico Acumulado		6.524.259	0
Déficit Técnico Acumulado		0	-4.143.089
Fundos	(16)	3.142.779	2.564.329
Fundos Previdenciais		963.149	568.911
Fundos Administrativos		1.094.838	1.015.931
Fundos dos Investimentos		1.084.792	979.487
TOTAL DO ATIVO		**205.612.845**	**183.668.208**

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis.

José Maurício Pereira Coelho
Presidente
CPF: 853.535.907-91

Márcio de Souza
Diretor de Administração
CPF: 844.274.347-20

Antonio Henrique Pereira dos Santos
Contador CRC DF 12.360/O-T-RJ
CPF: 224.430.703-44

Vanessa Ferreira Ennes
Atuário MIBA 1194
CPF: 855.313.757-57

Demonstração da Mutação do Patrimônio Social

R$ mil

DESCRIÇÃO (Nota 17)	2018	2017	Variação (%)
A) Patrimônio Social - início do exercício	**156.359.659**	**141.752.705**	**10,3**
1. Adições	**36.919.851**	**28.870.909**	**27,9**
(+) Contribuições Previdenciais(*)	4.671.633	4.586.697	1,9
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	31.733.171	23.479.584	35,2
(+) Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	0	321.917	-
(+) Receitas Administrativas	296.535	284.632	4,2
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	113.207	128.525	-11,9
(+) Constituição de Fundos de Investimento	105.305	69.554	51,4
2. Destinações	**-15.025.246**	**-14.263.955**	**5,3**
(-) Benefícios	-14.635.179	-13.926.805	5,1
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-59.263	0	-
(-) Despesas Administrativas	-320.717	-308.431	4,0
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Administrativa	-10.087	-28.719	-64,9
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	**21.894.605**	**14.606.954**	**49,9**
(+/-) Provisões Matemáticas	10.648.807	4.560.057	133,5
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	10.667.348	9.800.249	8,8
(+/-) Fundos Previdenciais	394.238	101.107	289,9
(+/-) Fundos Administrativos	78.907	75.987	3,8
(+/-) Fundos dos Investimentos	105.305	69.554	51,4
B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3)	**178.254.264**	**156.359.659**	**14,0**

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis.
(*) Contribuições líquidas, conforme Anexo B, da Resolução CNPC nº 8, de 31/10/2011.

José Maurício Pereira Coelho
Presidente
CPF: 853.535.907-91

Márcio de Souza
Diretor de Administração
CPF: 844.274.347-20

Antonio Henrique Pereira dos Santos
Contador CRC DF 12.360/O-T-RJ
CPF: 224.430.703-44

Vanessa Ferreira Ennes
Atuário MIBA 1194
CPF: 855.313.757-57

Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios 1

R$ mil

DESCRIÇÃO	2018	2017	Variação (%)
1. Ativos	**189.827.286**	**170.919.605**	**11,1**
Disponível	**1.495**	**922**	**62,1**
Recebível	4.078.267	3.682.937	10,7
Investimento	185.747.524	167.235.746	11,1
Títulos Públicos	90.823	83.632	8,6
Créditos Privados e Depósitos	3.771.277	6.449.756	-41,5
Ações	42.599.855	43.614.615	-2,3
Fundos de Investimento	123.685.062	101.844.286	21,4
Derivativos	62.279	0	-
Investimentos Imobiliários	9.918.496	9.633.786	3,0
Empréstimos	4.683.399	4.616.272	1,5
Financiamentos Imobiliários	890.286	952.313	-6,5
Depósitos Judiciais/Recursais	46.047	41.086	12,1
2. Obrigações	**26.977.424**	**26.950.037**	**0,1**
Operacional	25.265.182	25.401.326	-0,5
Contingencial	1.712.242	1.548.711	10,6
3. Fundos Não Previdenciais	**1.818.386**	**1.694.968**	**7,3**
Fundos Administrativos	758.514	736.214	3,0
Fundos dos Investimentos	1.059.872	958.754	10,5
5. Total do Ativo Líquido (1-2-3-4)	**161.031.476**	**142.274.600**	**13,2**
Provisões Matemáticas	154.506.120	146.567.429	5,4
Superávit / Déficit Técnico	6.524.259	-4.295.067	-251,9
Fundos Previdenciais	1.097	2.238	-51,0
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado (Nota 15)			
a) Equilíbrio Técnico	6.524.259	-4.295.067	-251,9
b) Ajuste de Precificação	0	2.607.979	-100,0
c) Equilíbrio Técnico Ajustado (a + b)	6.524.259	-1.687.088	-486,7

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis.

José Maurício Pereira Coelho
Presidente
CPF: 853.535.907-91

Márcio de Souza
Diretor de Administração
CPF: 844.274.347-20

Antonio Henrique Pereira dos Santos
Contador CRC DF 12.360/O-T-RJ
CPF: 224.430.703-44

Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios PREVI Futuro

R$ mil

DESCRIÇÃO	2018	2017	Variação (%)
1. Ativos	**15.013.000**	**12.086.462**	**24,2**
Disponível	**11**	**6**	**83,3**
Recebível	288.166	238.606	20,8
Investimento	14.724.823	11.847.850	24,3
Créditos Privados e Depósitos	1.329.037	1.392.831	(4,6)
Ações	3.332.046	3.215.069	3,6
Fundos de Investimento	7.896.300	5.383.522	46,7
Investimentos Imobiliários	513.006	504.473	1,7
Empréstimos	1.428.113	1.203.775	18,6
Financiamentos Imobiliários	226.314	148.176	52,7
Depósitos Judiciais/Recursais	7	4	75,0
2. Obrigações	**22.304**	**32.441**	**(31,2)**
Operacional	22.126	32.295	(31,5)
Contingencial	178	146	21,9
3. Fundos Não Previdenciais	**309.366**	**256.222**	**20,7**
Fundos Administrativos	284.446	235.489	20,8
Fundos dos Investimentos	24.920	20.733	20,2
5. Total do Ativo Líquido (1-2-3-4)	**14.681.330**	**11.797.799**	**24,4**
Provisões Matemáticas	14.081.106	11.370.990	23,8
Superávit / Déficit Técnico	0	151.978	(100,0)
Fundos Previdenciais	600.224	274.831	118,4

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis.

José Maurício Pereira Coelho
Presidente
CPF: 853.535.907-91

Márcio de Souza
Diretor de Administração
CPF: 844.274.347-20

Antonio Henrique Pereira dos Santos
Contador CRC DF 12.360/O-T-RJ
CPF: 224.430.703-44

Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios Capec

R$ mil

DESCRIÇÃO	2018	2017	Variação (%)
1. Ativos	**478.945**	**390.790**	**22,6**
Disponível	3	5	-40,0
Recebível	61.205	52.019	17,7
Investimento	417.737	338.766	23,3
Créditos Privados e Depósitos	86.419	86.161	0,3
Fundos de Investimento	331.318	252.605	31,2
2. Obrigações	**65.239**	**54.720**	**19,2**
Operacional	60.709	50.553	20,1
Contingencial	4.530	4.167	8,7
3. Fundos Não Previdenciais	**51.878**	**44.228**	**17,3**
Fundos Administrativos	51.878	44.228	17,3
5. Total do Ativo Líquido (1-2-3-4)	**361.828**	**291.842**	**24,0**
Fundos Previdenciais	361.828	291.842	24,0

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis.

José Maurício Pereira Coelho
Presidente
CPF: 853.535.907-91

Márcio de Souza
Diretor de Administração
CPF: 844.274.347-20

Antonio Henrique Pereira dos Santos
Contador CRC DF 12.360/O-T-RJ
CPF: 224.430.703-44

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano de Benefícios 1

R$ mil

DESCRIÇÃO	2018	2017	Variação (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	**142.274.600**	**130.432.473**	**9,1**
1. Adições	**33.100.099**	**25.455.292**	**30,0**
(+) Contribuições	3.082.198	3.106.359	-0,8
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	30.017.901	22.028.383	36,3
(+) Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	0	320.550	-100,0
2. Destinações	**-14.343.223**	**-13.613.165**	**5,4**
(-) Benefícios	-14.235.713	-13.565.234	4,9
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-59.328	0	-
(-) Custeio Administrativo	-48.182	-47.931	0,5
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	**18.756.876**	**11.842.127**	**58,4**
(+/-) Provisões Matemáticas	7.938.691	2.196.090	261,5
(+/-) Fundos Previdenciais	-1.141	-2.234	-48,9
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	10.819.326	9.648.271	12,1
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	**161.031.476**	**142.274.600**	**13,2**
C) Fundos não Previdenciais	**1.818.386**	**1.694.968**	**7,3**
(+) Fundos Administrativos	758.514	736.214	3,0
(+) Fundos dos Investimentos	1.059.872	958.754	10,5

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis.

José Maurício Pereira Coelho
Presidente
CPF: 853.535.907-91

Márcio de Souza
Diretor de Administração
CPF: 844.274.347-20

Antonio Henrique Pereira dos Santos
Contador CRC DF 12.360/O-T-RJ
CPF: 224.430.703-44

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano de Benefícios PREVI Futuro

R$ mil

DESCRIÇÃO	2018	2017	Variação (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	**11.797.799**	**9.240.311**	**27,7**
1. Adições	**3.045.083**	**2.687.942**	**13,3**
(+) Contribuições	1.359.128	1.268.258	7,2
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	1.685.955	1.419.615	18,8
(+) Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	0	69	-100,0
2. Destinações	**-161.552**	**-130.454**	**23,8**
(-) Benefícios	-107.807	-80.019	34,7
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-11	0	-
(-) Custeio Administrativo	-53.734	-50.435	6,5
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	**2.883.531**	**2.557.488**	**12,7**
(+/-) Provisões Matemáticas	2.710.116	2.363.967	14,6
(+/-) Fundos Previdenciais	325.393	41.543	683,3
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	-151.978	151.978	-200,0
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	**14.681.330**	**11.797.799**	**24,4**
C) Fundos não Previdenciais	**309.366**	**256.222**	**20,7**
(+) Fundos Administrativos	284.446	235.489	20,8
(+) Fundos dos Investimentos	24.920	20.733	20,2

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis.

José Maurício Pereira Coelho
Presidente
CPF: 853.535.907-91

Márcio de Souza
Diretor de Administração
CPF: 844.274.347-20

Antonio Henrique Pereira dos Santos
Contador CRC DF 12.360/O-T-RJ
CPF: 224.430.703-44

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano de Benefícios Capec

R$ mil

DESCRIÇÃO	2018	2017	Variação (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	**291.842**	**230.044**	**26,9**
1. Adições	**370.120**	**351.287**	**5,4**
(+) Contribuições	340.729	318.403	7,0
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	29.315	31.586	-7,2
(+) Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	76	1.298	-94,1
2. Destinações	**-300.134**	**-289.489**	**3,7**
(-) Benefícios	-291.659	-281.552	3,6
(-) Custeio Administrativo	-8.475	-7.937	6,8
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	**69.986**	**61.798**	**13,2**
(+/-) Fundos Previdenciais	69.986	61.798	13,2
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	**361.828**	**291.842**	**24,0**
C) Fundos não Previdenciais	**51.878**	**44.228**	**17,3**
(+) Fundos Administrativos	51.878	44.228	17,3

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis.

José Maurício Pereira Coelho
Presidente
CPF: 853.535.907-91

Márcio de Souza
Diretor de Administração
CPF: 844.274.347-20

Antonio Henrique Pereira dos Santos
Contador CRC DF 12.360/O-T-RJ
CPF: 224.430.703-44

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (Consolidada)

R$ mil

DESCRIÇÃO (Nota 18)	2018	2017	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	**1.015.931**	**939.944**	**8,1**
1. Custeio da Gestão Administrativa	**409.742**	**413.157**	**-0,8**
1.1. Receitas	**409.742**	**413.157**	**-0,8**
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	110.422	106.323	3,9
Custeio Administrativo dos Investimentos	174.005	168.109	3,5
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	9.094	7.912	14,9
Receitas Diretas	1.754	2.271	-22,8
Resultado Positivo dos Investimentos	113.207	128.525	-11,9
Outras Receitas	1.260	17	-
2. Despesas Administrativas	**-320.717**	**-308.431**	**4,0**
2.1. Administração Previdencial	**-137.618**	**-132.410**	**3,9**
Pessoal e encargos	-73.082	-67.543	8,2
Treinamentos / congressos e seminários	-863	-1.608	-46,3
Viagens e estadias	-832	-864	-3,7
Serviços de terceiros	-18.277	-24.318	-24,8
Despesas gerais*	-26.382	-20.241	30,3
Depreciações e amortizações	-3.588	-3.769	-4,8
Tributos	-3.240	-3.034	6,8
Outras Despesas	-11.354	-11.033	2,9
2.2. Administração dos Investimentos	**-183.099**	**-176.021**	**4,0**
Pessoal e encargos	-127.320	-117.719	8,2
Treinamentos / congressos e seminários	-1.184	-2.095	-43,5
Viagens e estadias	-925	-971	-4,7
Serviços de terceiros	-18.290	-19.795	-7,6
Despesas gerais	-25.372	-26.225	-3,3
Depreciações e amortizações	-3.644	-4.022	-9,4
Tributos	-5.810	-5.185	12,1
Outras Despesas	-554	-9	-
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	**-10.087**	**-28.719**	**-64,9**
4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	**-31**	**-20**	**55,0**
6. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)	**78.907**	**75.987**	**3,8**
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	**78.907**	**75.987**	**3,8**
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7+8)	**1.094.838**	**1.015.931**	**7,8**

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis.
(*) Inclui gastos com aluguel e manutenção da sede, manutenção de software, publicações, despesas judiciais, cartorárias e informações eletrônicas.

José Maurício Pereira Coelho
Presidente
CPF: 853.535.907-91

Márcio de Souza
Diretor de Administração
CPF: 844.274.347-20

Antonio Henrique Pereira dos Santos
Contador CRC DF 12.360/O-T-RJ
CPF: 224.430.703-44

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios 1

R$ mil

DESCRIÇÃO	2018	2017	Variação (%)
PROVISÕES TÉCNICAS (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	**189.068.772**	**170.183.391**	**11,1**
1. PROVISÕES MATEMÁTICAS	**154.506.120**	**146.567.429**	**5,4**
1.1. Benefícios Concedidos	**151.088.250**	**143.352.341**	**5,4**
Benefício Definido	151.088.250	143.352.341	5,4
1.2. Benefícios a Conceder	**17.699.747**	**17.823.279**	**-0,7**
Contribuição Definida	36	2.481	-98,5
Saldo de contas - parcela participantes	36	2.481	-98,5
Benefício Definido	17.699.711	17.820.798	-0,7
1.3. (-) Provisões Matemáticas a Constituir	**-14.281.877**	**-14.608.191**	**-2,2**
(-) Serviço Passado	-14.281.877	-14.608.191	-2,2
(-) Patrocinador	-14.281.877	-14.608.191	-2,2
2. EQUILÍBRIO TÉCNICO	**6.524.259**	**-4.295.067**	**-251,9**
2.1. Resultados Realizados	**6.524.259**	**-4.295.067**	**-251,9**
(-) Déficit técnico acumulado	0	-4.295.067	-100,0
3. Fundos	**1.060.969**	**960.992**	**10,4**
3.1. Fundos Previdenciais	**1.097**	**2.238**	**-51,0**
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	**1.059.872**	**958.754**	**10,5**
4. Exigível Operacional	**25.265.182**	**25.401.326**	**-0,5**
4.1. Gestão Previdencial	**25.130.820**	**25.349.093**	**-0,9**
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	**134.362**	**52.233**	**157,2**
5. Exigível Contingencial	**1.712.242**	**1.548.711**	**10,6**
5.1. Gestão Previdencial	**1.671.679**	**1.517.657**	**10,1**
5.2. Investimentos - Gestão Previdencial	**40.563**	**31.054**	**30,6**

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis.

José Maurício Pereira Coelho
Presidente
CPF: 853.535.907-91

Márcio de Souza
Diretor de Administração
CPF: 844.274.347-20

Antonio Henrique Pereira dos Santos
Contador CRC DF 12.360/O-T-RJ
CPF: 224.430.703-44

Vanessa Ferreira Ennes
Atuário MIBA 1194
CPF: 855.313.757-57

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios PREVI Futuro

R$ mil

DESCRIÇÃO	2018	2017	Variação (%)
PROVISÕES TÉCNICAS (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	**14.728.554**	**11.850.973**	**24,3**
1. PROVISÕES MATEMÁTICAS	**14.081.106**	**11.370.990**	**23,8**
1.1. Benefícios Concedidos	**410.433**	**321.692**	**27,6**
Benefício Definido	410.433	321.692	27,6
1.2. Benefícios a Conceder	**13.670.673**	**11.049.298**	**23,7**
Contribuição Definida	13.163.856	10.575.076	24,5
Saldo de contas - parcela patrocinador	6.502.876	5.229.695	24,3
Saldo de contas - parcela participantes	6.660.980	5.345.381	24,6
Benefício Definido	506.817	474.222	6,9
2. EQUILÍBRIO TÉCNICO	**0**	**151.978**	**-100,0**
2.1. Resultados Realizados	**0**	**151.978**	**-100,0**
Superavit técnico acumulado	**0**	**151.978**	**-100,0**
Reserva de Contingência	0	151.978	-100,0
3. FUNDOS	**625.144**	**295.564**	**111,5**
3.1. Fundos Previdenciais	**600.224**	**274.831**	**118,4**
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	**24.920**	**20.733**	**20,2**
4. EXIGÍVEL OPERACIONAL	**22.126**	**32.295**	**-31,5**
4.1. Gestão Previdencial	**7.356**	**5.714**	**28,7**
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	**14.770**	**26.581**	**-44,4**
5. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	**178**	**146**	**21,9**
5.1. Gestão Previdencial	**178**	**146**	**21,9**

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis.

José Maurício Pereira Coelho
Presidente
CPF: 853.535.907-91

Márcio de Souza
Diretor de Administração
CPF: 844.274.347-20

Antonio Henrique Pereira dos Santos
Contador CRC DF 12.360/O-T-RJ
CPF: 224.430.703-44

Vanessa Ferreira Ennes
Atuário MIBA 1194
CPF: 855.313.757-57

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano CAPEC

R$ mil

DESCRIÇÃO	2018	2017	Variação (%)
PROVISÕES TÉCNICAS (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	**427.067**	**346.562**	**23,2**
1. PROVISÕES MATEMÁTICAS	**0**	**0**	**-**
1.1. Benefícios Concedidos	**0**	**0**	**-**
Benefício Definido	0	0	-
1.2. Benefícios a Conceder	**0**	**0**	**-**
Contribuição Definida	0	0	-
Saldo de contas - parcela patrocinador	0	0	-
Saldo de contas - parcela participantes	0	0	-
Benefício Definido	0	0	-
1.3. (-) Provisões Matemáticas a Constituir	**0**	**0**	**-**
(-) Serviço Passado	0	0	-
(-) Patrocinador	0	0	-
2. EQUILÍBRIO TÉCNICO	**0**	**0**	**-**
2.1. Resultados Realizados	**0**	**0**	**-**
Superavit técnico acumulado	**0**	**0**	**-**
Reserva de Contingência	0	0	-
Reserva Especial para Revisão de Plano	0	0	-
(-) Déficit técnico acumulado	**0**	**0**	**-**
2.2. Resultados a realizar	**0**	**0**	**-**
3. FUNDOS	**361.828**	**291.842**	**24,0**
3.1. Fundos Previdenciais	**361.828**	**291.842**	**24,0**
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	**0**	**0**	**-**
4. EXIGÍVEL OPERACIONAL	**60.709**	**50.553**	**20,1**
4.1. Gestão Previdencial	**60.666**	**50.511**	**20,1**
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	**43**	**42**	**2,4**
5. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	**4.530**	**4.167**	**8,7**
5.1. Gestão Previdencial	**4.530**	**4.167**	**8,7**
5.2. Investimentos - Gestão Previdencial	**0**	**0**	**-**

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis.

José Maurício Pereira Coelho
Presidente
CPF: 853.535.907-91

Márcio de Souza
Diretor de Administração
CPF: 844.274.347-20

Antonio Henrique Pereira dos Santos
Contador CRC DF 12.360/O-T-RJ
CPF: 224.430.703-44

Vanessa Ferreira Ennes
Atuário MIBA 1194
CPF: 855.313.757-57

Sumário das Notas Explicativas

1 CONTEXTO OPERACIONAL 43
2 PLANOS ADMINISTRADOS 43
3 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 44
4 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS 45
4.1 Premissas e Estimativas Contábeis 45
4.2 Gestão de Riscos 45
4.3 Gestão Previdencial 47
4.4 Gestão Administrativa 47
4.5 Investimentos 47
4.5.1 Instrumentos Financeiros 48
4.5.2 Propriedade para Investimento 48
4.6 Imobilizado e Intangível 49
4.7 Provisão para Perdas e para Créditos de Liquidação Duvidosa 49
4.8 Exigível Operacional 49
4.9 Provisões, Passivos e Ativos Contingentes 50
4.9.1 Provisões e Passivos Contingentes 51
4.9.2 Depósitos Judiciais e Recursais 51
4.9.3 Ativos Contingentes 51
4.10 Provisões Matemáticas 51
4.11 Equilíbrio Técnico 51
4.12 Fundos 51
4.13 Apuração do Resultado 51
4.14 Custeio Administrativo 51
5 REALIZÁVEL – GESTÃO PREVIDENCIAL 52
6 REALIZÁVEL – GESTÃO ADMINISTRATIVA 52
7 REALIZÁVEL – INVESTIMENTOS 53
7.1 Títulos Públicos, Créditos Privados e Depósitos .. 54
7.1.1 Títulos Para Negociação 56
7.2 Ações 57
7.2.1 Ações sem Mercado Ativo e/ou Bloqueadas – Plano 1 58
7.3 Fundos de Investimento 61
7.3.1 Títulos para Negociação 64
7.3.2 Títulos Mantidos até o Vencimento 65
7.3.3 Fundo de Participações 66
7.4 Derivativos 66
7.5 Investimentos Imobiliários 68
7.6 Empréstimos e Financiamentos Imobiliários 71
7.6.1 Empréstimos Simples 72
7.6.2 Financiamentos Imobiliários 73
8 PERMANENTE 74
9 COMPOSIÇÃO DOS ATIVOS E ANÁLISE DE SENSIBILIDADE 75
9.1 Alocação por Segmento 75
9.2 Análise de Sensibilidade 77
9.2.1 Carteira de Renda Fixa 77
9.2.2 Carteira de Renda Variável 77
10 TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS 78
11 EXIGÍVEL OPERACIONAL 80
11.1 Contrato BB X PREVI – Grupo Pré-67, Paridade – Acordo 2006 e Contribuição Amortizante – Grupo Especial 81
11.2 Utilização do Superávit 2010 81
12 EXIGÍVEL CONTINGENCIAL 81
12.1 Contingências – Perda Provável 82
12.1.1 Gestão Previdencial 82
12.1.2 Gestão Administrativa 82
12.1.3 Investimentos 83
12.2 Depósitos e Bloqueios Judiciais 83
13 PASSIVOS E ATIVOS CONTINGENTES 84
13.1 Passivos Contingentes 84
13.2 Ativos Contingentes 84
13.2.1 Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento – OFND 84
13.2.2 Dividendos da Telebrás 85
14 PROVISÕES MATEMÁTICAS 85
14.1 Plano de Benefícios 1 85
14.2 Plano de Benefícios PREVI Futuro 87
15 EQUILÍBRIO TÉCNICO 88
15.1 Plano de Benefícios 1 88
15.2 Plano de Benefícios PREVI Futuro 89
16 FUNDOS 89
16.1 Gestão Previdencial 90
16.2 Gestão Administrativa 91
16.3 Investimentos 92
17 MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL 93
17.1 Gestão Previdencial 93
17.2 Resultados e Rentabilidade por Tipo de Emissor 94
18 GESTÃO ADMINISTRATIVA 94
19 AJUSTES E ELIMINAÇÕES DE CONSOLIDAÇÃO 97
20 EVENTOS SUBSEQUENTES 98
20.1 Vale S.A. – Rompimento da Barragem em Brumadinho 98
21 FATO RELEVANTE 98

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Exercícios de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A PREVI – Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil ("PREVI" ou "Entidade"), pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, criada em 1904, é uma entidade fechada de previdência complementar que tem como objetivo a instituição e administração de planos de benefícios, em conformidade com as normas emanadas do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, da Secretaria de Políticas de Previdência Complementar – SPPC e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc.

Os recursos de que a PREVI dispõe são oriundos de contribuições das suas patrocinadoras, Banco do Brasil S.A. e PREVI, e de seus participantes, vertidas de forma paritária, e pelos rendimentos das aplicações desses recursos, que devem obedecer ao disposto em resoluções do Conselho Monetário Nacional – CMN.

Durante o exercício de 2018, a PREVI efetuou diversas operações nos mercados financeiro e de capitais com o Banco do Brasil S.A. e com sua subsidiária BB DTVM S.A., além de outras instituições financeiras. Mantém ainda com o Banco do Brasil S.A. contrato de prestação de serviços de liquidação financeira e custódia de seus ativos de renda fixa e de renda variável, de acordo com a Resolução CMN nº 4.661, de 25/05/2018 e a Resolução CMN nº 4.695, de 27/11/2018.

As entidades de previdência complementar estão isentas de Imposto de Renda Pessoa Jurídica desde janeiro de 2005, e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, de acordo com a Lei nº 11.053, de 29/12/2004, e com a Instrução Normativa SRF nº 588 de 21/12/2005, alteradas pelas Instruções Normativas SRF nº 667 e nº 1.315, de 27/07/2006 e de 03/01/2013, respectivamente.

2 PLANOS ADMINISTRADOS

A PREVI administra três planos de benefícios, que estão inscritos no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios – CNPB das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), mantido pela Previc. Além dos planos de benefícios, a PREVI também possui um Plano de Gestão Administrativa:

- **Plano 1** – CNPB nº: 19.800.001-74, de benefício definido estruturado em regime financeiro de capitalização, em extinção desde 23/12/1997. Participam deste plano aqueles que detinham a condição de associados da PREVI naquela data. O Plano 1, cujos patrocinadores são o Banco do Brasil e a PREVI, é composto pelas partes Geral e Opcional, que proporciona benefícios apenas para os que a contratarem, arcando com as respectivas contribuições. Seus benefícios podem ser:

  a) Parte Geral

  - Complemento de Aposentadoria por Tempo de Contribuição;
  - Complemento Antecipado de Aposentadoria;
  - Complemento de Aposentadoria por Invalidez;
  - Complemento de Aposentadoria por Idade;
  - Complemento de Pensão por Morte;
  - Renda Mensal Vitalícia;
  - Renda Mensal de Pensão por Morte; e
  - Renda Mensal Temporária por Desligamento do Plano.

  b) Benefícios da Parte Opcional

  - Renda Mensal de Aposentadoria; e
  - Renda Mensal de Pensão por Morte.

- **Plano de Benefícios PREVI Futuro – PREVI Futuro** – CNPB nº: 19.980.035-74, de Contribuição Variável (Contribuição Definida na fase de acumulação para os benefícios programados e Benefício Definido para os benefícios de risco) estruturado em regime financeiro de capitalização. Instituído pelo Banco do Brasil S.A. e pela PREVI para os funcionários que ingressaram a partir de 1998. Este plano

encontra-se ativo. Os benefícios assegurados pelo Plano PREVI Futuro são de dois tipos:

a) Benefícios de Risco

- Complemento de Aposentadoria por Invalidez; e
- Complemento de Pensão por Morte.

b) Benefícios Programados

- Renda Mensal de Aposentadoria;
- Renda Mensal Antecipada de Aposentadoria;
- Renda Mensal Vitalícia; e
- Renda Mensal de Pensão por Morte.

- **Plano de Benefícios Carteira de Pecúlios – Capec** – CNPB nº: 19.040.001-18, de Pagamento Único estruturado em regime financeiro de repartição simples. Executa, sob forma e condições fixadas em regulamento próprio, sistema de pecúlios composto de planos para cobertura de falecimento e invalidez, mantidos com contribuições exclusivas dos seus participantes. Os ativos do Plano Capec são segregados, as reservas são próprias e não se confundem com as dos planos de aposentadorias e de pensões. Este plano encontra-se ativo. Os pecúlios oferecidos atualmente são: Pecúlio por Morte, Especial, Mantença e Invalidez.

- **Plano de Gestão Administrativa – PGA** – tem a finalidade de registrar as atividades referentes à gestão administrativa da PREVI, na forma do seu Regulamento, aprovado pelo Conselho Deliberativo da PREVI por intermédio da Decisão nº 90, de 18/12/2009.

PARTICIPANTES

	Plano 1		PREVI Futuro		Capec	
Situação	**2018**	**2017**	**2018**	**2017**	**2018**	**2017**
Ativos [1] [2]	10.055	11.035	83.873	84.729	127.104	126.905
Aposentados [2]	81.757	81.912	1.000	862		
Pensões [3]	18.640	18.254	486	438		
Total	**110.452**	**111.201**	**85.359**	**86.029**	**127.104**	**126.905**
Idade Média da População [4]	**65**	**64**	**41**	**40**	**58**	**58**

[1] A maioria dos participantes da CAPEC também são participantes do Plano 1 ou PREVI Futuro. [2] Inclui Autopatrocinados, conforme Parecer Atuarial.
[3] Considera apenas as pensões de responsabilidade da PREVI. [4] Idade média de participantes ativos e aposentados.

3 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, e observam as seguintes normas específicas: Resolução CNPC nº 29, de 13/04/2018, Anexos A e B da Resolução CNPC nº 8, de 31/10/2011, e suas alterações posteriores e Instrução MPS/SPC nº 34, de 24/09/2009, e suas alterações posteriores. Desde que aplicável, foram observados pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e homologados pelos órgãos reguladores.

De acordo com as normas específicas, são apresentadas as seguintes demonstrações, respectivamente com a finalidade de evidenciar:

- **Balanço Patrimonial -** De forma consolidada, os saldos das contas de ativo, passivo e patrimônio social dos planos.

- **Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS -** De forma consolidada, as modificações ocorridas no Patrimônio Social dos planos.

- **Demonstração do Ativo Líquido – DAL -** Por plano de benefícios, a composição do ativo líquido disponível para cobertura das obrigações atuariais.

- **Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – DMAL -** Por plano de benefícios, as mutações ocorridas no Ativo Líquido ao final do exercício.

- **Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA -** De forma consolidada, o resultado da atividade administrativa da Entidade e as mutações do fundo administrativo ocorridas ao final do exercício.

- **Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT -** Por plano de benefícios, a composição das Provisões Técnicas.

As Demonstrações Contábeis consolidadas incluem os saldos das contas dos Planos de Benefícios 1, PREVI Futuro, Capec e do PGA. Cada plano de benefícios tem sua contabilidade estruturada em Gestão Previdencial e Investimentos.

A moeda funcional e de apresentação destas Demonstrações Contábeis é o Real (R$). Essa é a moeda do principal ambiente econômico em que a PREVI opera.

Os ajustes e eliminações necessários à consolidação das Demonstrações Contábeis foram realizados de acordo com o item 29 do Anexo A da Instrução MPS/SPC nº 34, de 24/09/2009. As contas passíveis desses ajustes e eliminações, dentre outras, são "Superávit Técnico", "Déficit Técnico", "Migrações entre Planos", "Compensações de Fluxos Previdenciais", "Participação no Plano de Gestão Administrativa" e Participação no Fundo Administrativo PGA" (Nota 19).

As Demonstrações Contábeis foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo em 28/02/2019.

4 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

4.1 PREMISSAS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

A Administração se utiliza de julgamentos na determinação e registro de estimativas contábeis. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos. As principais mensurações patrimoniais que utilizam estimativas ou premissas por parte da Administração são: provisão para demandas previdenciais, trabalhistas, fiscais e cíveis, valor justo de determinados instrumentos financeiros, valor justo dos ativos imobiliários, definição da vida útil de determinados ativos, passivos atuariais e outras provisões. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas Demonstrações Contábeis, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

4.2 GESTÃO DE RISCOS

A PREVI entende que para atender aos seus compromissos de pagamentos de benefícios e pensões precisa gerir de forma adequada os seus investimentos e considerar a totalidade de riscos a que está exposta em suas diversas classes de ativos, em conformidade com as normas em vigor, com destaque à Resolução CMN nº 4.661, de 25/05/2018 e a Resolução CMN nº 4.695, de 27/11/2018, e a Resolução CGPC nº 13, de 01/10/2004.

A gestão de riscos considera alguns conceitos e parâmetros como o impacto das variações de preços negociados no mercado financeiro e de capitais (risco de mercado), os riscos provenientes do não pagamento de obrigações assumidas por contrapartes (risco de crédito), riscos decorrentes de não disponibilidade de recursos (risco de liquidez), o risco de ocorrência de déficits futuros (risco de solvência), o risco da não formação de reserva adequada em função da adoção de premissas atuariais não aderentes à população do plano (risco atuarial), o risco de perdas decorrentes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, sistemas e eventos externos (risco operacional) ou de ações legais (risco legal).

- **Risco de Mercado** – O gerenciamento do risco de mercado dos ativos da PREVI considera diversas métricas para sua mensuração e acompanhamento. A seleção da métrica mais apropriada depende diretamente do objetivo do portfólio, sua meta e dos tipos de instrumentos financeiros considerados. Algumas das métricas utilizadas são:

  a) ***Value-at-Risk* (VaR)** – calculado diariamente usando a metodologia não paramétrica, com cenário histórico de 504 dias úteis, utilizando opcionalmente a técnica do EWMA – média móvel ponderada exponencialmente – para os cenários históricos, com fator de decaimento de 0,93 (métrica mais utilizada para ativos líquidos com gestão ativa). Para comparação com o mercado, calcula-se também o VaR da carteira teórica dos diversos *benchmarks* cadastrados (IBrX, IMA etc.). O intervalo de confiança padrão adotado pela PREVI é de 99%.

  b) **Divergência Não Planejada (DNP)** – calculada mensalmente, utilizando geralmente o retorno acumulado de 12 e 36 meses. O *benchmark* utilizado pode ser o atuarial do plano (para análise de desempenho) ou qualquer *benchmark*

predeterminado pela Política de Investimentos, dependendo do objetivo da carteira. Apesar de a DNP ser essencialmente uma medida de desempenho, serve com um bom indicador do risco de solvência do plano principalmente quando utiliza o atuarial como *benchmark*.

c) ***Tracking Error* (TE)** – indica a intensidade da variação do descolamento entre a rentabilidade de uma carteira/ativo e um *benchmark*. Tipo de medida utilizada principalmente para ativos de gestão passiva. Representa o risco do desempenho de uma carteira não refletir o desempenho do *benchmark*. É normalmente calculado com o horizonte de 12 e 36 meses.

d) **Simulações de Stress** – apresenta uma simulação de perda/ganho dado o acontecimento de um determinado cenário. Os cenários utilizados podem refletir os choques usualmente observados no mercado e/ou cenários traçados com base em projeções macroeconômicas. A periodicidade pode ser semanal, mensal, ou eventual, previamente à realização de alguma operação relevante. Além dos cenários de choque nos fatores de risco, existem os choques nas posições, simulando compra/venda de ativos e seu impacto no risco global.

- **Risco de Crédito** – Pode ser segmentado em três grandes conjuntos:

  a) **Risco de Crédito de Instituições Financeiras** – utiliza metodologia própria para cálculo de *rating* interno e limite operacional para instituições financeiras. A aplicação dessa metodologia é feita por sistema institucional, integrado a outros sistemas da PREVI. Além do *rating* interno e limite operacional, há um processo de acompanhamento diário de fatos de mercado e de avaliação da qualidade de crédito de contrapartes.

  b) **Risco de Crédito de Instituições Não Financeiras** – utiliza metodologia própria para obtenção de *rating* interno para operações com instituições não financeiras. Esse processo também engloba a análise do risco de operações estruturadas, o que demanda uma avaliação da estrutura da operação proposta.

  c) **Risco de Crédito de Operações com Participantes** – utiliza metodologia de cálculo de fundo de *hedge* e liquidez, que visa à formação de reserva para suportar eventos de inadimplência ou descasamento de taxas, tanto na carteira de Empréstimos a Participantes quanto na de Financiamentos Imobiliários.

- **Risco de Liquidez e Solvência** – O Risco de Liquidez no curto prazo é acompanhado e mitigado por meio da formação de um caixa mínimo, composto por ativos de altíssima liquidez, em volume suficiente para arcar com o pagamento de benefícios para os próximos seis meses. Para o longo prazo realizamos o *cash flow matching*, que tem como objetivo o casamento de fluxo de caixa no médio e no longo prazo, visando mitigar riscos de liquidez dos próximos anos. O caixa mínimo e o *cash flow matching* são calculados mensalmente e acompanhados pela Diretoria de Investimentos a fim de aproveitar as oportunidades de mercado.

O Risco de Solvência é medido pelo impacto das projeções de resultado no balanço da Entidade. Os cenários que impactam os fatores de riscos são gerados utilizando o método de Monte Carlo. Dessa maneira, há uma projeção das necessidades de caixa e do resultado de cada plano, ao longo do tempo, que permite fazer uma alocação de recursos mais eficiente.

A combinação do risco de liquidez e do risco de solvência é o centro do processo de ALM (Gestão de Ativos e Passivos). Além das projeções, é utilizada a simulação do passivo estocástico (ver Risco do Passivo Atuarial). Dessa forma, são traçadas estratégias de alocação futura de recursos, visando garantir liquidez e solvência do plano no longo prazo.

- **Risco Operacional** – A PREVI utiliza metodologia própria para identificação e avaliação anual do nível de criticidade (extrema, alta, média e baixa) e da perda financeira potencial dos riscos operacionais, a partir de uma análise de probabilidade, impactos (financeiro, de imagem e legal), fragilidades e controles.

  Os riscos de criticidade baixa e média são mantidos sob supervisão, de forma que qualquer variação que possa ocasionar a sua materialização seja tempestivamente identificada e devidamente corrigida.

  Os riscos de criticidade extrema e alta são tratados por meio de planos de ação com o objetivo de implementar ou aprimorar controles que sejam capazes de reduzir a probabilidade de materialização do risco a níveis aceitáveis.

  O comportamento dos riscos é monitorado tanto para atestar se estes foram devidamente

mitigados quanto para subsidiar a composição dos indicadores-chave de risco. Também são monitoradas as ações corretivas para tratamento das falhas operacionais nos processos da PREVI.

- **Risco Legal** – Refere-se à possibilidade de perdas financeiras decorrentes do descumprimento de dispositivos legais que importem em: (i) sanções impostas por órgãos de supervisão e controle; (ii) indenizações por danos a terceiros; ou (iii) criação de tributos ou nova interpretação quanto à sua incidência. Seu acompanhamento é constante e envolve o provisionamento dos processos judiciais e/ou administrativos a partir da classificação da probabilidade de perda estimada pela Administração da PREVI com base no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes ("provável", "possível" ou "remota") e da mensuração dos valores envolvidos. Paralelamente, são elaboradas ações mitigadoras junto às partes envolvidas.

- **Risco do Passivo Atuarial** – É o risco de não formação de reserva adequada em função da adoção de premissas atuariais não aderentes à população do plano, tais como aumento de longevidade, alteração na taxa de entrada em invalidez etc. Uma inovação complementar ao cálculo normalmente realizado para o passivo atuarial é o cálculo do passivo estocástico: para cada participante são simulados diversos caminhos aleatórios, o que faz com que cada participante possua uma distribuição de possíveis provisões matemáticas. O total desse conjunto de provisões matemáticas forma a reserva matemática estocástica, que é utilizada no processo de ALM para a mensuração do risco de solvência. Por se tratar de uma distribuição, conceitos estatísticos como intervalo de confiança, desvio-padrão etc. podem ser aplicados para melhor mensuração da probabilidade de insolvência no futuro.

  Neste processo, cada reserva matemática da distribuição considera uma projeção de fluxo de caixa atuarial, que por sua vez é utilizada pelo ALM para determinação do risco de liquidez.

  Dessa forma, o processo de ALM é realizado de maneira completamente estocástica, tanto pelo lado dos ativos quanto pelo lado do passivo atuarial.

4.3 GESTÃO PREVIDENCIAL

Representa os recursos a receber de cada plano de benefícios, relativos às contribuições normais dos patrocinadores, participantes, assistidos e autopatrocinados, observando-se o plano de custeio, assim como os adiantamentos do INSS, depósitos judiciais e recursais.

4.4 GESTÃO ADMINISTRATIVA

Registra as receitas e despesas inerentes às atividades administrativas da Entidade. A apuração da participação dos planos de benefícios no Fundo Administrativo prevista no Regulamento do PGA é feita da seguinte forma:

a) A rentabilidade obtida pela aplicação dos recursos do Fundo Administrativo será creditada mensalmente ao Fundo, de forma proporcional à parcela registrada para cada Plano no último dia do mês anterior.

b) Os recursos arrecadados para o custeio do PGA, oriundos das contribuições dos participantes e patrocinadores, serão creditados no Fundo Administrativo, de forma que a arrecadação oriunda de cada plano seja incorporada ao saldo do respectivo Plano.

c) As despesas administrativas comuns da PREVI serão suportadas pelo Fundo Administrativo. A totalidade das despesas comuns incorridas mensalmente, deduzidas as receitas administrativas, será debitada do Fundo, impactando o saldo registrado em nome de cada Plano de forma proporcional à sua parcela verificada no último dia do mês.

d) As despesas administrativas específicas de cada plano de benefícios serão integralmente deduzidas do saldo do Fundo Administrativo relativo ao respectivo plano de benefícios.

4.5 INVESTIMENTOS

Os limites operacionais de aplicações dos recursos garantidores das provisões matemáticas e fundos são determinados pela Resolução CMN nº 4.661, de 25/05/2018 e a Resolução CMN nº 4.695, de 27/11/2018.

Para precificação dos títulos e valores mobiliários, conforme indica a Instrução MPS/SPC nº 34, de 24/09/2009, utilizamos os critérios definidos na Deliberação CVM nº 699, de 20/12/2012, que estabelece três níveis de hierarquia para mensuração do valor justo:

- **Nível 1** – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, para ativos e passivos idênticos a que a Entidade possa ter acesso na data de mensuração.

- **Nível 2** – Informações (*inputs*) que são observáveis para o ativo ou o passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.

- **Nível 3** – Dados não observáveis para o ativo ou o passivo.

4.5.1 Instrumentos Financeiros

4.5.1.1 Títulos Públicos, Créditos Privados e Depósitos

São classificados e registrados como "Títulos para negociação" e "Títulos mantidos até o vencimento" conforme norma específica do CNPC. Os títulos de renda fixa são registrados ao custo de aquisição, incluídas as corretagens e emolumentos, acrescidos dos rendimentos auferidos *pro rata die* até a data das Demonstrações Contábeis.

Os títulos classificados como "para negociação" são ajustados ao valor de mercado.

Para os títulos que não possuem mercado ativo, a PREVI emprega as seguintes metodologias de precificação:

- preço referencial indicativo de entidade de renome que represente instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais brasileiros (exemplo: Anbima); ou

- custo amortizado com aplicação do teste de *impairment* considerado o risco de crédito do emissor. Caso o emissor não tenha risco de crédito calculado por nenhuma empresa de *rating*, a PREVI atribui o grau de risco máximo.

4.5.1.2 Ações

As ações adquiridas no mercado à vista são registradas em sua mensuração inicial pelo custo de aquisição, acrescido de despesas de corretagem e de outras taxas. Nas mensurações subsequentes, são precificadas ao valor de mercado pela cotação de fechamento na data mais próxima à de encerramento das Demonstrações Contábeis. Os rendimentos como bonificações, dividendos e juros sobre capital próprio são registrados pelo regime de competência e são reconhecidos contabilmente a partir da data em que a ação ficou ex-dividendo.

Para as ações sem um mercado ativo, o valor justo é baseado em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares.

4.5.1.3 Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados para proteger, no todo ou em parte, dos riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos financeiros e são considerados instrumentos de proteção (*hedge*), em obediência à Política de Investimentos da Entidade. O registro contábil das operações com derivativos obedece às normas emanadas pelo CNPC e CVM, com aderência à Política Contábil da Previ.

A PREVI utiliza o *hedge* com o objetivo de proteger suas operações contra os riscos de flutuação no mercado de ações. Essa metodologia não é utilizada para fins especulativos em consonância às Políticas de Investimentos dos Planos de Benefícios.

O valor justo dos derivativos é determinado pelo modelo de precificação de mercado observável (por meio de provedores de informações) e amplamente utilizado pelos agentes de mercado para mensuração de instrumentos similares. Para os derivativos que não possuem cotação em mercados ativos, utiliza-se o modelo de precificação *Black & Scholes*.

4.5.1.4 Fundos de Investimentos

São contabilizados pelo valor efetivamente desembolsado nas aquisições de cotas e podem incluir custos de transação em sua mensuração inicial. Os montantes relativos aos fundos de investimentos são representados pelo valor de suas cotas na data de encerramento das Demonstrações Contábeis, e alguns ativos relevantes alocados nesses fundos são precificados ao valor justo (nível 2), caso haja preço cotado em mercado ativo.

4.5.1.5 Empréstimos e Financiamentos Imobiliários

São operações com participantes, e seus saldos incluem principal, juros e atualização monetária até a data de encerramento das Demonstrações Contábeis. O registro é feito pelo custo amortizado e as operações estão sujeitas à provisão para créditos de liquidação duvidosa.

4.5.2 Propriedade para Investimento

4.5.2.1 Investimentos Imobiliários

São registrados ao custo de aquisição ou construção e são ajustados periodicamente, por meio de avaliações a valor de mercado em, no máximo, três anos. Os investimentos imobiliários do Plano 1 são reavaliados a cada dois anos e os do plano PREVI Futuro anualmente. Os ajustes da reavaliação, positivos ou negativos, são contabilizados nas

contas específicas de resultado de acordo com norma específica da Previc.

Para determinação dos valores dos imóveis são utilizados os métodos de Capitalização da Renda e Comparativo Direto de Dados de Mercado. O método de Custo de Reprodução é utilizado para divisão dos valores entre Terreno e Benfeitorias, conforme Norma Brasileira para Avaliações de Bens (NBR) da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Os valores registrados como a receber a título de aluguéis e de alienação são atualizados pelos índices contratados, acrescidos de multa e juros em caso de inadimplência.

4.6 IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos e incorpóreos, destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, que contribuem para a formação do resultado de mais de um exercício, usados para fins administrativos.

Os bens corpóreos são demonstrados ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada.

Os bens incorpóreos constituem o ativo intangível abrangido pelo CPC 04 (R1) e estão sujeitos ao teste anual de *impairment*, caso não tenham vida útil definida. As estimativas desses ativos não monetários identificáveis e sem substância física observam as normas do CFC. Caso um item abrangido pelo CPC 04 (R1) não atenda à definição de ativo intangível, os gastos incorridos na sua aquisição ou geração interna são reconhecidos como despesa do exercício. Os softwares constituem o ativo intangível e são registrados ao custo, deduzidos da amortização pelo método linear durante a vida útil-econômica estimada, a partir da data da sua disponibilidade para uso, de acordo com o item 23 das Normas Complementares da Instrução MPS/SPC nº 34, de 24/09/2009.

BENS	Taxa Anual % Depreciação / Amortização
Computadores e Periféricos	20%
Máquinas e Equipamentos	10%
Móveis e Utensílios	10%
Intangível	20%

4.7 PROVISÃO PARA PERDAS E PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

As Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) são registradas para os direitos creditórios mensurados ao custo amortizado e contabilizadas em conta de resultado, em contrapartida com a conta redutora do respectivo segmento do ativo. Os investimentos sujeitos à Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) são apresentados por seu valor líquido.

Perda por *Impairment* – um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A análise de recuperabilidade é uma análise comparativa do valor do ativo para verificar se o mesmo está desvalorizado. Considera-se ativo desvalorizado quando seu valor contábil excede seu valor recuperável. A análise de recuperabilidade deve ser realizada, no mínimo, a cada encerramento de exercício.

A PREVI constitui provisões para perdas em investimentos decorrentes de redução ao valor recuperável, considerados os riscos e incertezas e, para os direitos creditórios de liquidação duvidosa, segundo critérios definidos no item 11 das Normas Complementares da Instrução MPS/SPC nº 34, de 24/09/2009, e apresentados abaixo.

PCLD

Atraso (em dias)		Faixa de Provisionamento[1]
De	Até	
61	120	25%
121	240	50%
241	360	75%
≥ 361		100%

[1] Incidem sobre os créditos vencidos e vincendos.

4.8 EXIGÍVEL OPERACIONAL

Estão demonstrados valores conhecidos ou calculáveis com critérios apropriados e consistentes. Estão acrescidos, quando aplicável, de encargos e variações monetárias, representados por obrigações presentes decorrentes de acordos firmados com o patrocinador Banco do Brasil S.A., por direitos a benefícios pelos participantes e por obrigações fiscais.

4.9 PROVISÕES, PASSIVOS E ATIVOS CONTINGENTES

4.9.1 Provisões e Passivos Contingentes

São passivos de prazo ou valor incerto, em conformidade com a definição do pronunciamento técnico CPC 25, homologada pelo CFC e ratificada pelo CNPC. A Entidade é parte em diversos processos judiciais e/ou administrativos (Nota 12) e suas provisões são constituídas para todos os processos em que a Entidade é ré e representam perda provável ou se encontram em fase de execução.

Nos processos em que a Entidade é ré e que o risco de perda é classificado como possível, ocorre apenas a evidenciação em Nota Explicativa e, quando a probabilidade de perda for remota, não há constituição de provisão e/ou divulgação nas Demonstrações Contábeis.

Para os processos em que a Entidade é autora, a chance de êxito é classificada como possível ou provável. Adicionalmente, quando há previsão de honorários de êxito no contrato com os escritórios terceirizados, há constituição da respectiva provisão para honorários. A avaliação da probabilidade de perda dos processos é feita pelos advogados internos, com classificação das contingências conforme resolução do CFC, incluindo a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível e decisões mais recentes dos tribunais, conforme sua relevância no ordenamento jurídico.

O valor da provisão é obtido por meio de cálculo prévio a depender da natureza e do objeto do pedido da ação judicial para os processos em fase de conhecimento. Para os processos em fase de execução, o cálculo da provisão leva em conta o valor exato da execução da demanda judicial assim como o valor da atualização monetária dos depósitos judiciais e recursais.

As provisões são revisadas, no mínimo, a cada encerramento do exercício. A Administração acredita que as provisões constituídas para os processos judiciais e administrativos são suficientes para atender a eventuais perdas decorrentes desses processos.

4.9.2 Depósitos Judiciais e Recursais

Os depósitos judiciais têm por finalidade garantir o juízo para discussão de valores em processos judiciais na fase de cumprimento de sentença, quando a Entidade é ré no processo. Já os depósitos recursais são efetuados somente na justiça do trabalho e permitem que a Entidade apresente recurso caso tenha sido sucumbente na demanda.

Os depósitos judiciais e recursais são registrados na Gestão Previdencial, Gestão Administrativa, bem como em Investimentos.

Todos os depósitos judiciais e recursais são registrados pelos valores depositados e atualizados monetariamente.

4.9.3 Ativos Contingentes

A Entidade se utiliza dos seguintes conceitos:

- **Praticamente Certo** – reflete uma situação na qual um evento futuro é certo, apesar de não ocorrido. A certeza advém de situações cujo controle está com a administração da Entidade e depende apenas dela, ou de situações em que há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos. Neste caso, a Entidade reconhece o Ativo pois este não é contingente.

- **Provável** – quando o posicionamento dominante nos tribunais é favorável à tese jurídica da Entidade envolvida na demanda. Neste caso, apenas divulga em Notas Explicativas o Ativo Contingente (Nota 13.2).

- **Possível e Remota** – nestes casos, a Entidade não reconhece e não divulga em Notas Explicativas ou porque não há posicionamento predominante nos tribunais ou o posicionamento dominante é contrário à tese jurídica da Entidade, respectivamente.

4.10 PROVISÕES MATEMÁTICAS

As provisões matemáticas dos planos de benefícios, chamadas de reservas matemáticas no parecer atuarial, correspondem ao valor presente dos compromissos futuros líquidos do Plano, apurado atuarialmente, para o pagamento dos benefícios previstos no Regulamento:

- **Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos** – representam os compromissos futuros do Plano com os benefícios já concedidos para os aposentados e pensionistas, líquido das contribuições futuras, quando houver.

- **Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder** – representam os compromissos futuros líquidos do Plano com os participantes em atividade.

- **Provisões Matemáticas a Constituir** – correspondem à parcela de provisão a constituir relativa aos empregados do Banco do Brasil com posse até 14/04/1967, que vem sendo integralizada na forma do Acordo celebrado em 1997, aditado em 1998, bem como ao valor das provisões matemáticas garantidoras do complemento adicional de aposentadoria do Grupo Especial disciplinado no contrato firmado em 2012 (Nota 14.1).

As estimativas das provisões matemáticas são calculadas de acordo com as premissas apresentadas anualmente no parecer atuarial da Entidade e de acordo com o regulamento do respectivo plano de benefícios.

4.11 EQUILÍBRIO TÉCNICO

Apurado pela diferença entre o Ativo Líquido e as Provisões Matemáticas e Fundos Previdenciais. O Superávit Técnico Acumulado é registrado em Reserva de Contingência até o limite definido em lei. O que ultrapassa este limite é registrado em Reserva Especial para Revisão de Plano a cada exercício, conforme determina a legislação vigente. O Déficit Técnico Acumulado registra a insuficiência patrimonial em relação aos compromissos totais do plano de benefícios.

O cálculo do Superávit/Déficit Técnico Acumulado e o respectivo registro em Reserva de Contingência são contabilizados segundo normas do CNPC e da Previc.

4.12 FUNDOS

São registrados recursos destinados a um propósito específico, conforme a seguir:

- **Previdenciais** – são fundos criados a partir de avaliação atuarial. A exceção é o Fundo de Renda Certa, que é financeiro. Têm sua destinação especificada no Parecer Atuarial.

- **Administrativo** – o Fundo Administrativo tem por finalidade garantir os recursos futuros necessários à manutenção da estrutura administrativa da Entidade. O Fundo é constituído pela diferença positiva entre os recursos para o custeio administrativo e os gastos realizados pela Entidade na administração dos planos de benefícios.

- **Investimentos** – são fundos constituídos para fazer face à quitação de Empréstimos Simples e de Financiamentos Imobiliários em caso de morte do mutuário, de resíduos existentes após o prazo contratual, no caso de financiamentos, e de risco de crédito da carteira de empréstimos, depois de esgotadas todas as medidas cabíveis de recuperação. Sua constituição ocorre a partir de taxas contratuais cobradas dos mutuários.

4.13 APURAÇÃO DO RESULTADO

Representa as adições e deduções da gestão previdencial, receitas e despesas da gestão administrativa e as rendas ou variações positivas e deduções ou variações negativas dos investimentos registradas pelo regime de competência, que estabelece a apuração de resultado nos períodos em que ocorrerem, independentemente do seu recebimento ou pagamento.

4.14 CUSTEIO ADMINISTRATIVO

Representa o valor líquido das importâncias transferidas à Gestão Administrativa para cobertura dos gastos com a Gestão Previdencial e Investimentos dos respectivos planos de benefícios.

O custeio administrativo tem origem nas seguintes fontes:

- **Custeio Administrativo da Gestão Previdencial** – corresponde a 4% dos recursos previdenciais ordinários arrecadados mensalmente nos Planos de Benefícios 1 e PREVI Futuro e a 2,5% das contribuições da Capec. As despesas que excederem esses percentuais serão cobertas pelo Fundo Administrativo.

- **Custeio Administrativo de Investimentos** – baseia-se na transferência mensal de recursos dos Investimentos correspondentes aos gastos administrativos realizados na sua gestão (Nota 18).

5 REALIZÁVEL – GESTÃO PREVIDENCIAL

Apresentamos abaixo o realizável da gestão previdencial que registra, além dos depósitos judiciais e recursais de natureza previdencial, o adiantamento realizado no dia 20/12/2018 dos benefícios de responsabilidade do INSS, cujo ressarcimento ocorre no quinto dia útil do mês subsequente (Nota 4.3).

	PLANO 1		PREVI Futuro		Capec		Consolidado[1]	
Descrição	**2018**	**2017**	**2018**	**2017**	**2018**	**2017**	**2018**	**2017**
Adiantamento por Conta do INSS	236.233	230.008	3.051	2.669	0	0	239.284	232.677
Depósitos Judiciais [2] [3]	3.069.052	2.705.238	347	298	9.325	7.791	3.078.724	2.713.327
Bloqueios Judiciais [3]	11.750	9.626	0	0	0	0	11.750	9.626
Demais Realizáveis	2.718	1.851	322	150	2	0	2.097	1.065
Total	**3.319.753**	**2.946.723**	**3.720**	**3.117**	**9.327**	**7.791**	**3.331.855**	**2.956.695**

[1] Ajustes e eliminações para consolidação detalhados na Nota 19. [2] Ingresso de processos na fase de execução com necessidade de depósito judicial.
[3] Vide Nota 12.2.

6 REALIZÁVEL – GESTÃO ADMINISTRATIVA

Descrição	2018	2017
Gestão Administrativa	**311.689**	**286.575**
Contas a Receber	338	431
Despesas Antecipadas	944	207
Depósitos Judiciais / Recursais [1]	308.190	281.855
Trabalhistas	4.670	5.634
INSS de Cooperativas	0	4.897
PIS/Cofins	303.520	271.324
Demais Realizáveis	2.217	4.082

[1] Vide Nota 12.2.

7 REALIZÁVEL – INVESTIMENTOS

A carteira de investimentos consolidada é composta por Títulos Públicos, Créditos Privados e Depósitos, Ações, Fundos de Investimento, Derivativos, Investimentos Imobiliários, Empréstimos e Financiamentos e Depósitos Judiciais/Recursais. Alcançou o montante de R$ 201.950.054 (R$ 180.407.835, em 2017), a seguir demonstrado.

INVESTIMENTOS - Consolidado	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Custo Amortizado	2018	2017
Títulos Públicos	[1] **90.823**	**0**	**0**	**0**	**90.823**	**83.632**
Títulos Públicos Federais	90.823	0	0	0	90.823	83.632
Créditos Privados e Depósitos	**893.100**	**2.070.084**	**2.433.695**	**0**	**5.396.879**	**8.144.533**
Instituições Financeiras	0	0	1.632.171	0	1.632.171	1.909.274
Companhias Abertas	893.100	[2] 2.070.084	0	0	2.963.184	2.886.579
Patrocinador	0	0	801.524	0	801.524	3.348.680
Ações	**37.204.633**	**8.871.057**	**0**	**0**	**46.075.690**	**46.957.740**
Instituições Financeiras	7.390.021	0	0	0	7.390.021	6.678.224
Companhias Abertas	20.969.914	8.871.057	0	0	29.840.971	32.028.815
Patrocinador	8.778.234	0	0	0	8.778.234	8.139.479
Empréstimos de ações	66.464	0	0	0	66.464	111.222
Fundos de Investimento	**220.435**	**79.620.451**	**0**	**52.777.829**	**132.618.715**	**108.122.045**
Fundo de Renda Fixa	0	27.743.999	0	[3] 52.574.923	80.318.922	69.362.463
Fundo de Ações	0	50.910.589	0	0	50.910.589	37.541.012
Fundo Multimercado	0	151.203	0	0	151.203	145.756
Fundo de Direitos Creditórios	11.342	0	0	149.244	160.586	5.146
Fundo de Empresas Emergentes	0	3	0	0	3	4.830
Fundo de Participações	204.311	814.657	0	[4] 53.662	1.072.630	1.058.121
Fundo Imobiliário	4.782	0	0	0	4.782	4.717
Derivativos	**0**	**62.279**	**0**	**0**	**62.279**	**0**
Investimentos Imobiliários	**0**	[5] **5.590.067**	[6] **4.841.435**	**0**	**10.431.502**	**10.138.259**
Empréstimos	**0**	**0**	**0**	**6.111.512**	**6.111.512**	**5.820.047**
Financiamentos Imobiliários	**0**	**0**	**0**	**1.116.600**	**1.116.600**	**1.100.489**
Depósitos Judiciais/ Recursais	**46.054**	**0**	**0**	**0**	**46.054**	**41.090**
Total	**38.455.045**	**96.213.938**	**7.275.130**	**60.005.941**	**201.950.054**	**180.407.835**

[1] Títulos Públicos Federais bloqueados e oferecidos como garantia nos processos em que a Entidade é autora. [2] Metodologia própria para as debêntures sem cotação de mercado. [3] Títulos Mantidos até o Vencimento dos Fundos Exclusivos (Nota 7.3.2). [4] Avaliados ao custo, conforme regulamento do Fundo. [5] Avaliados ao valor justo e depreciados pela vida útil estimada. [6] Shopping Centers e imóvel Torre Matarazzo avaliados pelo método de Fluxo de Caixa Descontado.

7.1 TÍTULOS PÚBLICOS, CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS

	PLANO 1		PREVI Futuro		Capec		PGA		Consolidado	
CARTEIRA	**2018**	**2017**	**2018**	**2017**	**2018**	**2017**	**2018**	**2017**	**2018**	**2017**
Títulos Públicos	[1] **90.823**	**83.632**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**90.823**	**83.632**
Créditos Privados e Depósitos	**3.771.277**	**6.449.756**	**1.329.037**	**1.392.831**	**86.419**	**86.161**	**210.146**	**215.785**	**5.396.879**	**8.144.533**
Instituições Financeiras	903.571	1.160.435	502.701	522.723	86.419	86.161	139.480	139.955	1.632.171	1.909.274
Companhias Abertas	[2] 2.175.055	2.133.065	728.951	707.128	0	0	59.178	46.386	2.963.184	2.886.579
Patrocinador (Nota 10)	692.651	3.156.256	97.385	162.980	0	0	11.488	29.444	801.524	3.348.680
Total	**3.862.100**	**6.533.388**	**1.329.037**	**1.392.831**	**86.419**	**86.161**	**210.146**	**215.785**	**5.487.702**	**8.228.165**

[1] Títulos Públicos Federais bloqueados e oferecidos como garantia nos processos em que a Entidade é autora. [2] Valor líquido - deduzida provisão de R$ 8.828.124 (R$ 7.279.124, em 2017) referente às debêntures de Invesc, bem como a provisão no valor de R$ 5.589 aplicada às debêntures repactuadas do Parque Hopi Hari.

Detalhamos a seguir as baixas das debêntures emitidas pelas empresas Embaúba e Teka, já provisionadas desde 12/1984 e 11/2009, respectivamente. As baixas dos ativos não causarão prejuízo à tese de defesa na esfera judicial.

BAIXAS DE PROVISÕES	**Tipo**	**Provisão**	**Valor 2018**
Teka	Debêntures Não Conversíveis	11/2009	54.828
Embaúba	Debêntures Conversíveis	12/1984	25
Total			**54.853**

Cinco Maiores Emissores por Plano		Tipo	Vencimento	Taxa média negociada	Qtde.	Valor	Carteira (%)
Plano 1	Banco do Brasil S.A.	Letra Financeira	15/04/20 e 16/05/22	IPCA + 5,30% e 8,08% a.a.	740	692.651	18,4
	Itaú Unibanco S.A.	Letra Financeira	21/11/22	IPCA + 5,27% a.a.	250	490.563	13,0
	Vale S.A.	Debênture não conversível	(3)	IGPM	28.427.849	397.990	10,6
	NCF Participações S.A.	Debênture não conversível	23/12/20	CDI (112,00%)	21.000	212.524	5,6
	Banco Bradesco S.A.	Letra Financeira	22/03/19 a 18/11/19	IPCA + 6,55% a 6,90% a.a. e TMS (2) (105,65%)	157	199.943	5,3
					Total	**1.993.671**	**52,9** (1)
PREVI Futuro	Banco Safra S.A.	Letra Financeira	21/01/19 a 15/12/20	IPCA + 5,70% a 6,91% a.a. e TMS (2) (103,35% e 103,41%)	192	218.664	16,5
	Banco Bradesco S.A.	Letra Financeira	22/03/19 a 18/11/19	IPCA + 6,55% a 6,90% a.a. e TMS (2) (105,65%)	127	161.740	12,2
	Banco do Brasil S.A.	Letra Financeira	15/04/20 e 16/05/22	IPCA + 5,30% e 8,08% a.a.	100	97.385	7,3
	Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.	Debênture não conversível	15/12/24	IPCA + 5,80% e 6,05% a.a.	60.000	75.876	5,7
	Banco Santander S.A.	Letra Financeira	22/03/19	TMS (2) (105,50%)	45	59.049	4,4
					Total	**612.714**	**46,1** (1)
Capec	Banco Safra S.A.	Letra Financeira	21/01/19 a 15/12/20	IPCA + 5,70% a 6,91% a.a. e TMS (2) (103,35% e 103,41%)	30	34.705	40,2
	Banco Bradesco S.A.	Letra Financeira	22/03/19 a 15/10/19	IPCA + 6,55% a 6,90% a.a. e TMS (2) (105,65%)	15	19.089	22,1
	Banco BTG Pactual S.A.	Letra Financeira e CDB	24/04/19 e 15/04/21	IPCA + 6,52% a.a. e TMS (2) (104,50%)	10.005	15.420	17,8
	Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.	Letra Financeira	23/06/20	TMS (2) (106,50%)	10	10.644	12,3
	Banco Santander S.A.	Letra Financeira	22/03/19	TMS (2) (105,50%)	5	6.561	7,6
					Total	**86.419**	**100,0** (1)
PGA	Banco Bradesco S.A.	Letra Financeira	22/03/19 a 18/11/19	IPCA + 6,55% a 6,90% a.a. e TMS (2) (105,65%)	51	64.839	30,8
	Banco Safra S.A.	Letra Financeira	21/01/19 a 15/12/20	IPCA + 5,70% a 6,91% a.a. e TMS (2) (103,35 e 103,41%)	36	42.014	20,0
	Cemig Geração e Transm. S.A.	Debênture não conversível	15/02/22	IPCA + 6,20% a.a.	9.800	15.505	7,4
	Banco BTG Pactual S.A.	Letra Financeira e CDB	24/04/19 e 15/04/21	IPCA + 6,52% a.a. e TMS (2) (104,50%)	10.005	15.420	7,3
	Banco do Brasil S.A.	Letra Financeira	15/04/20	IPCA + 5,30%	10	11.488	5,5
					Total	**149.266**	**71,0** (1)

(1) Representatividade na carteira própria que não se encontram em Fundos de Investimento. (2) Taxa Média Selic ou taxa Selic Over é apurada no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) e obtida mediante o cálculo da taxa média ponderada e ajustada das operações de financiamento por um dia, lastreadas em títulos públicos federais e cursadas no referido Sistema na forma de operações compromissadas. (3) Debênture de prazo indeterminado.

Em observância aos Artigos 36 e 37 da Resolução CNPC 29 de 13/04/2018, estão indicados a seguir os valores dos títulos privados, classificados como "Títulos para Negociação" ou "Títulos Mantidos Até o Vencimento", comparado ao custo amortizado:

7.1.1 Títulos Para Negociação

	Vencimento	0 - 1 ano	1 - 5 anos	5 - 10 anos	> 15 anos	Total	Total por Plano 2018	Total por Plano 2017
	Títulos Privados - Valor de Mercado							
Plano 1	CDB	20.243	0	0	0	20.243		
	Debêntures	282.937	816.179	677.949	397.990	2.175.055		
	Letras Financeiras	348.642	1.227.337	0	0	1.575.979	**3.771.277**	**6.345.291**
Previ Futuro	CDB	10.122	0	0	0	10.122		
	Debêntures	84.668	327.632	316.651	0	728.951		
	Letras Financeiras	332.007	257.957	0	0	589.964	**1.329.037**	**1.392.831**
Capec	CDB	10.122	0	0	0	10.122		
	Letras Financeiras	44.057	32.240	0	0	76.297	**86.419**	**86.161**
PGA	CDB	10.122	0	0	0	10.122		
	Debêntures	2.608	38.600	17.970	0	59.178		
	Letras Financeiras	97.118	43.728	0	0	140.846	**210.146**	**215.785**
	Total	**1.242.646**	**2.743.673**	**1.012.570**	**397.990**	**5.396.879**		
	Títulos Privados - Custo Amortizado [1]							
Plano 1	CDB	20.243	0	0	0	20.243		
	Debêntures	282.918	815.603	642.350	1.424	1.742.295		
	Letras Financeiras	348.642	1.227.336	0	0	1.575.978	**3.338.516**	**6.060.870**
Previ Futuro	CDB - PREVI Futuro	10.122	0	0	0	10.122		
	Debêntures - PREVI Futuro	84.717	325.793	315.193	0	725.703		
	Letras Financeiras - PREVI Futuro	332.007	257.957	0	0	589.964	**1.325.789**	**1.397.891**
Capec	CDB - CAPEC	10.122	0	0	0	10.122		
	Letras Financeiras - CAPEC	44.057	32.240	0	0	76.297	**86.419**	**86.161**
PGA	CDB - PGA	10.122	0	0	0	10.122		
	Debêntures - PGA	2.646	38.066	18.009	0	58.721		
	Letras Financeiras - PGA	97.118	43.728	0	0	140.846	**209.689**	**216.497**
	Total	**1.242.714**	**2.740.723**	**975.552**	**1.424**	**4.960.413**		

[1] Para fins de simples comparação com os precificados a valor de mercado.

7.2 AÇÕES

CARTEIRA DE AÇÕES	PLANO 1		PREVI Futuro		PGA		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Ações	**42.599.855**	**43.614.615**	**3.332.046**	**3.215.069**	**143.789**	**128.056**	**46.075.690**	**46.957.740**
Instituições Financeiras	6.625.077	6.025.972	733.635	626.849	31.309	25.403	7.390.021	6.678.224
Companhias Abertas	27.365.303 [1]	29.528.391	2.370.545	2.403.100	105.123	97.324	29.840.971	32.028.815
Patrocinador [2]	8.594.331	8.002.223	176.546	131.927	7.357	5.329	8.778.234	8.139.479
Empréstimos de ações	15.144	58.029	51.320	53.193	0	0	66.464	111.222

[1] Valor líquido - deduzida provisão de R$ 944 referente ao IR a recuperar sobre ações da Celesc.
[2] Considera ações da BB Seguridade (Nota 10).

Detalhamos a seguir as baixas das ações de emissão das empresas Banco Econômico S.A., Casa Anglo e Gazeta Mercantil, já provisionadas desde 12/1995, 12/1999 e 08/2007, respectivamente. As baixas dos ativos não causarão prejuízo à tese de defesa na esfera judicial.

BAIXAS DE PROVISÕES	Provisão	Valor 2018
Casa Anglo	12/1999	4.915
Banco Econômico S.A.	12/1995	1.857
Gazeta Mercantil	08/2007	210
Total		**6.982**

SEIS MAIORES AÇÕES POR PLANO		Tipo	Qtde.	Valor	Carteira (%)
Plano 1	Neoenergia	ON	463.790.668	8.815.832	20,7
	Banco do Brasil	ON	174.097.045	8.093.772	19,0
	Petrobrás	PN	246.427.915	5.588.985	13,1
	Itaú Unibanco	PN	120.866.353	4.290.756	10,1
	Ambev S/A	ON	241.390.925	3.712.592	8,7
	BRF S.A	ON	84.735.803	1.858.256	4,4
			Total	**32.360.193**	**76,0** (1)
PREVI Futuro	Itaú Unibanco	PN	10.183.074	361.499	10,9
	Vale (2)	ON	6.431.148	327.989	9,8
	Bradesco	PN	6.796.364	262.679	7,9
	Petrobrás	PN	9.011.480	204.380	6,1
	Petrobrás	ON	6.111.003	155.219	4,7
	Banco do Brasil	ON	2.943.559	136.846	4,1
			Total	**1.448.612**	**43,5** (1)
PGA	Itaú Unibanco	PN	424.309	15.063	10,5
	Vale (2)	ON	276.143	14.083	9,8
	Bradesco	PN	291.552	11.268	7,8
	Petrobrás	PN	384.780	8.727	6,1
	Petrobrás	ON	244.580	6.212	4,3
	Ambev S/A	ON	392.145	6.031	4,2
			Total	**61.384**	**42,7** (1)

(1) Representatividade na carteira própria de ações que não se encontram em Fundos de Investimento.
(2) Vide Nota 20.

7.2.1 Ações sem Mercado Ativo e/ou Bloqueadas – Plano 1

Em 18/09/2018, foi aprovado pela Diretoria da PREVI a atualização da metodologia para precificação da Litel (Vale), que passou a ser a média ponderada das cotações dos três meses anteriores ao último dia útil do mês corrente (Nota 7.3).

As participações detidas pela PREVI na Invepar e Neoenergia são avaliadas pelo método do Fluxo de Caixa Descontado, também conhecido como Avaliação a Valor Econômico, porque captura as oportunidades, incorpora efeitos de investimentos futuros e ajusta distorções extraordinárias. A PREVI utiliza este método de avaliação desde 2002 e os ativos são classificados como Nível 2, pois são utilizados *inputs* de mercado prontamente observáveis, além de *inputs* não observáveis.

A metodologia do Fluxo de Caixa Descontado reflete a estimativa da administração da Entidade sobre a capacidade de geração de riqueza da empresa e, no cálculo da taxa de desconto, estão refletidos os riscos e volatilidades, bem como a alavancagem do mercado e da própria empresa.

A definição das premissas operacionais e financeiras das empresas baseia-se em informações históricas

e futuras, sendo observado, entre outras coisas, o cronograma de investimentos e/ou projetos divulgados que impactam as respectivas operações, as empresas comparáveis correspondentes a cada setor, além das demais informações públicas disponíveis. As premissas macroeconômicas utilizadas nas avaliações dos referidos ativos são estabelecidas internamente na PREVI a partir de suas análises e observações da economia brasileira e mundial.

Os valores justos dos títulos patrimoniais mensurados pelo método de Fluxo de Caixa Descontado de Invepar e Neoenergia, que representam mais do que 0,25% dos recursos garantidores da Entidade, foram aprovados pelo Conselho Deliberativo em 13 de dezembro de 2018. A PREVI analisou e concluiu que não ocorreram notificações relevantes nas principais premissas utilizadas na modelagem desde a data do laudo até 31/12/2018.

PREMISSAS DE ESTIMATIVAS

Macroeconômicas [1] [2]		Características	Taxa
INVEPAR [11]	Taxa Média de Retorno de Investimento Livre de Risco [3]	Bônus do Tesouro Norte-americano	3,50%a.a.
	Taxa de Risco Soberano Brasileiro [4] [5]	EMBI+ Brasil, calculado pelo J.P. Morgan Private Bank	264 pontos base
	Prêmio de Risco de Mercado [6]	Reflete o retorno que um investidor exige por assumir riscos adicionais ao investir em um portfolio de empresas, comparado ao retorno exigido em um ativo livre de risco.	5,00%a.a.
NEOENERGIA	Taxa Média de Retorno de Investimento Livre de Risco [8]	Bônus do Tesouro Norte-americano	2,49%a.a.
	Taxa de Risco Soberano Brasileiro [9]	EMBI+ Brasil, calculado pelo J.P. Morgan Private Bank	278 pontos base
	Prêmio de Risco de Mercado [10]	Retorno médio histórico do mercado de ações, líquido do retorno de investimento livre de risco.	6,38%a.a.

Operacionais [7]

Principais: demanda, preços, custos, nível de investimentos e nível de alavancagem financeira.

[1] A principal premissa é a taxa desconto. Determinada, ano a ano, pela média ponderada dos custos da dívida e de capital próprio.
[2] Considera a estrutura de capital estimada de cada empresa, e está diretamente relacionada ao risco associado a seus fluxos de caixa futuros.
[3] US T-Bond 20 anos. Segundo a Duff&Phelps, devido ao atual ambiente econômico, a taxa livre de risco está excepcionalmente baixa. Portanto, foi utilizada uma taxa livre de risco normalizada.
[4] EMBI - Emerging Markets Bond Index: índice que reflete o comportamento de títulos da dívida externa brasileira.
[5] Média dos últimos 10 anos (2008-2018). Fonte: Ipeadata, disponível em http://www.ipeadata.gov.br.
[6] Análise Duff &Phelps. Fonte: https://costofcapital.duffandphelps.com/estimate/studies/crsp/capm.
[7] Utilizadas na avaliação dos principais ativos.
[8] US T-Bond 10 anos - taxa média diária dos últimos 2 anos. Fonte: Bloomberg.
[9] EMBI-BR: Média dos últimos 2 anos. Fonte: Ipeadata, disponível em http://www.ipeadata.gov.br/.
[10] Média do Spread Anual entre S&P 500 e US T-Bond (1928-2017). Fonte: Damodaran.
[11] Fundo BB Carteira Livre I (Nota 7.3).

O valor econômico da Neoenergia foi obtido a partir da soma do valor econômico de suas participações diretas e indiretas nos ativos de distribuição, geração, transmissão de energia elétrica e outros. Na avaliação das empresas distribuidoras do grupo Neoenergia considerou-se as circunstâncias dos contratos atuais. Para os empreendimentos de geração e transmissão, contudo, foi projetado o período de concessão atual até o término, sem renovação.

AÇÕES SEM COTAÇÃO EM MERCADO ATIVO (1)

Empresa	Tipo	2018	2017	Ajuste	Nível de Mensuração
Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A. (5)	ON	0	3.644	-3.644	2
Cia. Eletricidade Estado Bahia S.A. (5)	ON	0	131.771	-131.771	2
Cia. Eletricidade Estado Bahia S.A.	PNA	41.584	39.494	2.090	2
Cia. Energética do Rio Grande do Norte S.A. (5)	ON	0	13.393	-13.393	2
Cia. Energética do Rio Grande do Norte S.A.	PNA / PNB	9.937	5.351	4.586	2
Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. (4)	ON/PN	1.022.999	1.578.031	(3) -555.032	2
Invitel Legacy S.A.	ON	89	89	0	Custo Amortizado
Jereissati Participações S.A. (5)	ON	0	136.660	-136.660	2
Litel Participações S.A. (2)	ON/PNA /PRB	45.064.375	30.840.770	14.223.605	2
Neoenergia S.A.	ON	8.815.832	8.025.351	(3) 790.481	2
Newtel Participações S.A.	ON	2.307	2.286	21	Custo Amortizado
Sauípe S.A. (6)	ON / PN	0	98.478	-98.478	2
Sul 116 Participações S.A.	ON	1.308	1.326	-18	Custo Amortizado

(1) Plano PREVI Futuro e PGA não possuem ações sem cotação em mercado ativo. (2) Ações no fundo de investimentos BB Carteira Ativa - Renda Variável (Notas 7.3 e 20). (3) R$ 375.850 referem-se a ajuste da reavaliação econômica e R$ 414.631 à subscrição de ações ocorrida em 27/03/2018. (4) Ações no fundo de investimentos BB Carteira Livre I - Renda Variável (Nota 7.3). (5) Não estava no critério de ativos sem liquidez ao final do exercício de 2018. (6) Vendidos em 02/01/2018.

A PREVI tem ações bloqueadas para negociação por estarem vinculadas a acordo de acionistas que permite participar do bloco de controle da empresa.

VINCULADAS AO ACORDO DE ACIONISTAS

Ações	Tipo	Quantidade	Valor Justo
Tupy S.A.	ON	24.510.175	493.880
Invitel Legacy	ON	317.311.938	89
Neonergia (1)	ON	463.790.668	8.815.832
Newtel Participações	ON	382.709.514	2.307
Invepar	ON	35.764.281	333.505
Invepar	PN	73.939.746	689.494
Total	ON + PN	**1.298.026.322**	**10.335.107**

(1) Em 26/03/2018, ocorreu aumento de capital da Neoenergia, no qual a PREVI aumentou sua posição em mais 22.784.672.

7.3 FUNDOS DE INVESTIMENTO

COMPOSIÇÃO DOS FUNDOS	PLANO 1		PREVI Futuro		Capec		PGA		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Fundos de Investimento	**123.685.062**	**101.844.286**	**7.896.300**	**5.383.522**	**331.318**	**252.605**	**706.035**	**641.632**	**132.618.715**	**108.122.045**
Fundo de Renda Fixa [1]	**71.689.897**	**63.300.906**	**7.591.672**	**5.167.320**	**331.318**	**252.605**	**706.035**	**641.632**	**80.318.922**	**69.362.463**
BB Renda Fixa IV [2]	52.960.910	49.448.252	0	0	0	0	0	0	52.960.910	49.448.252
BB Liquidez [2]	18.461.427	13.738.006	0	0	0	0	0	0	18.461.427	13.738.006
BB Maxi [2]	0	0	3.284.311	3.071.816	0	0	0	0	3.284.311	3.071.816
BB Maxi Liquidez [2]	0	0	4.286.011	2.071.866	0	0	0	0	4.286.011	2.071.866
BB Capec [2]	0	0	0	0	331.318	252.605	0	0	331.318	252.605
BB PGA [2]	0	0	0	0	0	0	699.783	634.795	699.783	634.795
Demais Fundos RF	267.560	114.648	21.350	23.638	0	0	6.252	6.837	295.162	145.123
Fundo de Ações	**50.850.747**	**37.487.125**	**59.842**	**53.887**	**0**	**0**	**0**	**0**	**50.910.589**	**37.541.012**
Angra Partners Volt [2]	732	136.598	0	0	0	0	0	0	732	136.598
BB Carteira Ativa [2]	49.233.983	35.216.433	0	0	0	0	0	0	49.233.983	35.216.433
BB Carteira Livre I [2]	1.048.397	1.603.540	0	0	0	0	0	0	1.048.397	1.603.540
Leblon Equities	29.055	45.571	0	0	0	0	0	0	29.055	45.571
Small Caps [2]	538.580	484.983	59.842	53.887	0	0	0	0	598.422	538.870
Fundo Multimercado	**136.078**	**131.180**	**15.125**	**14.576**	**0**	**0**	**0**	**0**	**151.203**	**145.756**
Fundo de Direitos Creditórios [3]	**81.395**	**3.676**	**79.191**	**1.470**	**0**	**0**	**0**	**0**	**160.586**	**5.146**
Fundo de Empresas Emergentes	**3**	**4.830**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**3**	**4.830**
Fundo de Participações	**922.160**	**911.852**	**150.470**	**146.269**	**0**	**0**	**0**	**0**	**1.072.630**	**1.058.121**
Global Equity PR [4]	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sondas [4]	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Infrabrasil Sênior B	36.441	51.513	0	0	0	0	0	0	36.441	51.513
Brasil Governança Corporativa	43.589	33.730	0	0	0	0	0	0	43.589	33.730
Brasil Agronegócios	95.532	90.603	6.098	5.783	0	0	0	0	101.630	96.386
Caixa Barcelona	156.363	156.265	39.091	39.066	0	0	0	0	195.454	195.331
Logística Brasil	87.015	102.405	0	0	0	0	0	0	87.015	102.405
BR Internacional	67.942	60.770	7.549	6.752	0	0	0	0	75.491	67.522
BR Internacional II	92.252	61.670	10.250	6.852	0	0	0	0	102.502	68.522
Demais	343.026	354.896	87.482	87.816	0	0	0	0	430.508	442.712
Fundo Imobiliário [5]	**4.782**	**4.717**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**4.782**	**4.717**

[1] Plano 1 - BB Renda Fixa IV - 92,88% e BB Liquidez - 78,28% dos ativos alocados em Títulos de Responsabilidade do Governo Federal. PREVI Futuro - BB Maxi - 98,15% e BB Maxi Liquidez - 82,73% dos ativos alocados em Títulos de Responsabilidade do Governo Federal. Capec - 40,03% dos ativos alocados em Títulos de Responsabilidade do Governo Federal. PGA - 88,18% dos ativos alocados em Títulos de Responsabilidade do Governo Federal. [2] Fundos de investimento exclusivos. [3] R$ 16.484 com aquisição substancial dos riscos e benefícios e R$ 144.102 sem aquisição substancial dos riscos e benefícios, conforme classificação da Instrução CVM nº 489, de 14/01/2011. [4] Em 2016, foram efetuadas provisões para perdas no valor dos ativos. [5] Foi efetuado impairment no valor de R$ 52.922, no Fundo de Investimento Imobiliário Panamby, reduzindo seu valor patrimonial de R$ 57.704 para R$ 4.782. [6] Vide Nota 20.

Os fundos de ações representam 38,4% do valor total dos fundos de investimentos. Os dois mais relevantes são o BB Carteira Ativa e o BB Carteira Livre I, ambos do Plano 1. A avaliação do BB Carteira Ativa está descrita a seguir (metodologia já detalhada na Nota 7.2.1).

Após a privatização da Vale S.A, em 1997, a holding Valepar Participações exerceu o controle da mineradora brasileira até sua incorporação pela investida, em agosto de 2017. Nessa ocasião, a Valepar tinha como principais acionistas BNDESPar, Bradespar, Mitsui e Litel Participações, incluindo sua controlada Litela Participações.

A Litel Participações S.A foi constituída com o objetivo de congregar investimentos dos fundos de pensão (Previ, Funcef, Petros e Funcesp) na Valepar. A participação da PREVI em Litel se dá pelo fundo BB Carteira Ativa, do qual a Entidade é cotista exclusivo.

Dada a proximidade do vencimento do acordo de acionistas celebrado em 1997, os acionistas signatários iniciaram negociações sobre a celebração de um novo acordo de acionistas objetivando, dentre outros propósitos, a pulverização do capital social e migração da Vale S.A para o Novo Mercado da B3. O novo Acordo de Acionistas, celebrado em 2017, determinou que parte das ações da Vale, detidas pelos acionistas, fosse desvinculada do mesmo e parte permanecesse vinculada até 2020, data do seu vencimento.

Até 2017, as ações da Litel eram precificadas pelo método do fluxo de caixa descontado – valor econômico, pelo fato de não possuírem liquidez e estarem vinculadas ao Acordo de Acionistas da Valepar que venceu naquele ano.

Considerando a reorganização ocorrida na estrutura societária da Vale, com a incorporação da Valepar, a transformação das ações preferenciais em ações ordinárias e a adesão ao Novo Mercado (nível mais elevado de práticas de governança corporativa), assinatura de novo Acordo de Acionistas com validade até 2020, a desvinculação de parte considerável das ações da Vale detidas pelos acionistas signatários do Acordo, nova metodologia de precificação das ações da Litel fez-se necessária.

A partir de setembro de 2018, e ao final de cada mês, é apurado valor que considera a média ponderada das cotações da Vale dos 3 meses anteriores ao último dia útil do mês corrente, além dos valores constantes dos balanços da própria Litel.

Essa metodologia reflete com maior fidedignidade a atual situação societária envolvendo os acionistas signatários do Acordo, além da previsibilidade da desvinculação total de todas as suas ações da Vale ao final do Acordo em 2020.

No âmbito do contencioso originado quando da privatização da Vale, a justiça determinou, em sentença proferida em 07/2018, o pagamento por Litel e Bradespar de R$ 4,01 bilhões à Elétron S.A., que atualizados e acrescidos de multas pelo não pagamento poderiam atingir cerca de R$ 6 bilhões. A referida sentença determinou a solidariedade da obrigação a ser cumprida por Litel e Bradespar na proporção de 50% cada uma.

Visando evitar perda bilionária e encerrar definitivamente o litígio que se prolongava por mais de 10 anos, Litel e Bradespar, celebraram, em 09/2018, acordo com a Elétron. Com o acordo firmado, Litel e Bradespar pagaram à Elétron, conjuntamente, R$ 2,8 bilhões, cabendo a cada uma o pagamento de R$ 1,4 bilhão, reduzindo significativamente as perdas com a disputa. Além disso, o acordo firmado prevê a extinção de duas outras arbitragens iniciadas pela Elétron, que também poderiam gerar novas perdas.

No acordo, a Elétron renuncia a qualquer tipo de litígio relacionado à Valepar contra a Litel e Bradespar no futuro, impedindo a geração futura de novos passivos.

PLANO 1	Ativo/Passivo		Ajuste	Nível de Mensuração
FUNDOS DE INVESTIMENTO EXCLUSIVOS	2018	2017		
Fundo BB Carteira Ativa	**49.233.982**	**35.216.433**	**15.364.546**	
Disponível	4	1		
Operações Compromissadas	8.464	9.861		
Ações à vista [1]	46.205.316	30.840.770	15.364.546	
Litel PRB	5.758.743	3.941.119	1.817.624	2
Litel ON	39.305.582	26.899.616	12.405.966	2
Litel PNA	50	35	15	2
Vale ON [2]	1.140.941 [3]	0	1.140.941	2
Valores a receber	3.020.568	4.366.171		
JCP Litel [2]	3.020.568	4.366.171		
Valores a pagar	-370	-370		

[1] Vide Nota 20. [2] Em 11/12/2018, foram convertidos R$ 1.371.312 de Juros sobre Capital Próprio (JCP) da Litel em 26.371.394 ações da Vale ON. Deste montante R$ 208.000 (4.000.000 ações) foram transferidos, em 13/12/2018, do Fundo BB Carteira Ativa para a Carteira Própria. A diferença de R$ 1.163.312 mil (22.371.394 ações) será transferida à carteira própria em 02/01/2019. [3] Em 31.12.2018, 22.371.394 ações ao valor justo de R$ 51,00/ação.

PLANO 1	Ativo/Passivo		Ajuste	Nível de Mensuração
FUNDOS DE INVESTIMENTO EXCLUSIVOS	2018	2017		
Fundo BB Carteira Livre I	**1.048.397**	**1.603.540**	**-555.032**	
Disponível	3	8		
Operações Compromissadas	8.395	8.501		
Ações à vista	1.035.034	1.590.066	-555.032	
Invepar ON [1]	333.505	514.449	-180.944 [2]	2
Invepar PN [1]	689.494	1.063.582	-374.088 [2]	2
521 Participações ON	12.035	12.035	0	
Valores a receber	5.839	5.839		
Dividendos Invepar	5.839	5.839		
Valores a pagar	-874	-874		

[1] Ações vinculadas ao acordo de acionistas. [2] Ajuste da reavaliação econômica.

7.3.1 Títulos para Negociação

Os títulos públicos classificados como "Títulos para Negociação" ou "Títulos Mantidos até o Vencimento" em observância ao Artigos 36 e 37 da Resolução CNPC nº 29, de 13/04/2018, estão indicados nos quadros abaixo:

								Total por Plano	
	Vencimento	**0 - 1 ano**	**1 - 5 anos**	**5 - 10 anos**	**10 - 15 anos**	**> 15 anos**	**Total**	**2018**	**2017**
	Títulos Públicos - Valor de Mercado								
Plano 1	LFT	0	326	0	0	0	326		
	NTN-C	0	90.497	0	0	0	90.497		
	Op. Compromissadas [3]	3.768.520	0	0	0	0	3.768.520	**3.859.343**	**2.182.427**
Previ Futuro	Op. Compromissadas [3]	60.747	0	0	0	0	60.747	**60.747**	**10.048**
PGA	LFT	4.940	0	9.870	0	0	14.810		
	LTN	0	55.404	0	0	0	55.404		
	NTN-B	4.600	200.589	43.644	0	79.683	328.516		
	NTN-F	0	59.983	0	0	0	59.983		
	Op. Compromissadas [3]	82.701	0	0	0	0	82.701	**541.414**	**482.735**
	Total [1]	**3.921.508**	**406.799**	**53.514**	**0**	**79.683**	**4.461.504**		
	Títulos Públicos - Custo Amortizado [2]								
Plano 1	LFT	0	326	0	0	0	326		
	NTN-C	0	85.191	0	0	0	85.191		
	Op. Compromissadas [3]	3.768.520	0	0	0	0	3.768.520	**3.854.037**	**2.178.301**
Previ Futuro	Op. Compromissadas [3]	60.747	0	0	0	0	60.747	**60.747**	**10.048**
PGA	LFT	4.940	0	9.870	0	0	14.810		
	LTN	0	53.909	0	0	0	53.909		
	NTN-B	4.545	189.261	40.807	0	70.358	304.971		
	NTN-F	0	55.501	0	0	0	55.501		
	Op. Compromissadas [3]	82.701	0	0	0	0	82.701	**511.892**	**461.865**
	Total [1]	**3.921.453**	**384.188**	**50.677**	**0**	**70.358**	**4.426.676**		

[1] Inclui os Títulos Públicos Federais registrados na carteira própria e em Fundos Exclusivos.
[2] Para fins de simples comparação com os precificados a valor de mercado.
[3] Lastreadas em Títulos Públicos Federais junto à BBDTVM.

7.3.2 Títulos Mantidos até o Vencimento

Vencimento	0 - 1 ano	1 - 5 anos	5 - 10 anos	10 - 15 anos	> 15 anos	Total	Total por Plano 2018	Total por Plano 2017
Títulos Públicos - Custo Amortizado								
NTN-B - Plano 1	385.000	10.617.138	7.231.465	1.935.300	29.024.044	49.192.947	**49.192.947**	**47.349.982**
NTN-B - PREVI Futuro	41.255	986.540	274.102	171.132	1.750.570	3.223.599	**3.223.599**	**3.061.797**
NTN-B - PGA	26.105	38.480	0	31.562	62.230	158.377	**158.377**	**152.070**
Total [1]	**452.360**	**11.642.158**	**7.505.567**	**2.137.994**	**30.836.844**	**52.574.923**		
Títulos Públicos - Valor de Mercado [2]								
NTN-B - Plano 1	389.893	11.215.301	8.174.139	2.127.872	30.496.493	52.403.698	**52.403.698**	**48.606.213**
NTN-B - PREVI Futuro	41.820	1.054.130	301.857	189.555	1.962.762	3.550.124	**3.550.124**	**3.247.591**
NTN-B - PGA	26.430	40.431	0	35.678	74.107	176.646	**176.646**	**165.510**
Total [1]	**458.143**	**12.309.862**	**8.475.996**	**2.353.105**	**32.533.362**	**56.130.468**		

[1] Inclui os Títulos Públicos Federais registrados em Fundos Exclusivos.
[2] Apresentados pelo valor de mercado para fins de simples comparação com os precificados pelo custo amortizado.

Em 2018, não houve reclassificação de Títulos Públicos Federais (TPFs) entre as categorias "Títulos para Negociação" e "Mantidos até o Vencimento" no Plano 1, no PREVI Futuro e no PGA.

Demonstramos abaixo, os Títulos Públicos Federais alienados que estavam classificados na categoria "Títulos Mantidos até o Vencimento". Estas alienações foram realizadas simultaneamente à aquisição de novos títulos da mesma natureza, com vencimento posterior ao dos títulos alienados, o que não descaracteriza a intenção da Entidade quando da classificação dos mesmos na referida categoria, conforme a Resolução CGPC nº 29, de 13/04/2018:

		ALIENAÇÕES				AQUISIÇÕES				Saldo Negociação (A-B)
	Data Negociação	Título	Vencimento	Qtde	Valor (A)	Título	Vencimento	Qtde	Valor (B)	
Plano 1	29/11/18	NTN-B	15/08/24	99.514	337.152	NTN-B	15/05/55	92.854	337.155	3
			Subtotal	**99.514**	**337.152**			**92.854**	**337.155**	**3**
Previ Futuro	17/05/18	NTN-B	15/05/21	20.000	65.067	NTN-B	15/05/55	19.326	65.068	1
			Subtotal	**20.000**	**65.067**			**19.326**	**65.068**	**1**
			Total	**119.514**	**402.219**			**112.180**	**402.223**	**4**

Justificativas em atendimento ao Artigo 32, parágrafo 2º, da Resolução CNPC 29, de 13/04/2018:

Estas operações de troca de títulos, já contabilizados pelo custo amortizado, foram realizadas em leilões de permuta do Tesouro Nacional pelos motivos abaixo:

- Mitigação do risco de reinvestimento dos ativos de renda fixa; e
- Adequação do prazo dos Títulos Públicos Federais ao fluxo de caixa de longo prazo da PREVI, de acordo com as necessidades de caixa apontadas pela gestão de ativos e passivos.

O plano Capec não possui títulos marcados nesta categoria.

A Entidade atesta que os Planos de Benefícios possuem capacidade financeira para manutenção dos títulos públicos federais até os respectivos vencimentos, sem comprometimento de sua liquidez, conforme relatório elaborado pelas áreas técnicas responsáveis, representantes das Diretorias de Investimento, de Planejamento e de Seguridade.

7.3.3 Fundo de Participações

Em observância ao Artigo 14º, da Instrução CVM nº 578, de 30/08/2016, a composição da carteira está classificada a seguir por planos:

	2018		2017	
CLASSIFICAÇÃO	**Plano 1**	**PREVI Futuro**	**Plano 1**	**PREVI Futuro**
Empresas Emergentes [1]	3	0	4.830	0
Multiestratégia [2]	922.160	150.470	911.852	146.269

[1] Investimentos em empresas com receita bruta anual até R$ 300 milhões.
[2] Não se classifica nas demais categorias e admite o investimento em diferentes tipos e portes de sociedades investidas.

7.4 DERIVATIVOS

O instrumento financeiro derivativo utilizado pela PREVI é uma estrutura denominada *zero-cost collar*, que consiste na compra de opções de venda (*puts*) e na venda de opções de compra (*calls*) do mesmo índice bursátil, sem desembolso para a PREVI, e com preços de exercícios (*strikes*) diferentes. O valor justo destes instrumentos é determinado pelo modelo de precificação de mercado observável (por meio de provedores de informações) e amplamente utilizado pelos participantes de mercado para mensuração de instrumentos similares.

Para a precificação de opções sobre o Ibovespa é utilizado modelo de precificação de opções *Black & Scholes* e dados de volatilidade implícita de opções (superfície de volatilidade) e taxas de juros, disponíveis através de provedores de informações financeiras, como *Broadcast* e *Bloomberg*, juntamente com os demais parâmetros já conhecidos.

Ao se aplicar o teste de efetividade às operações, obteve-se um resultado dentro do intervalo de 80% a 125%, o que comprova que a finalidade de proteção está sendo atingida, conforme preceitua a Política de Investimentos do Plano 1.

				Put				***Call***			
Operação	**Data Operação**	**Pontos do Índice na contratação**	**Vencimento**	***Strike*** [1]	**Qtde. de Contratos** [2]		**Nocional** [3]	***Strike*** [1]	**Qtde. de Contratos** [2]		**Nocional** [3]
					Bovespa	**BM&F Flex**			**Bovespa**	**BM&F Flex**	
Opções sobre Ibovespa	09 e 12/01/18	79.000 e 79.300	12/02/20	79.000	950	8.544	750.026	97.000	780	6.962	750.974
	22 e 23/02/18	86.200 e 86.700	12/02/20	86.000	190	1.533	148.178	106.000	150	1.160	138.860
	26/02/18	87.300	12/02/20	86.000	290	2.645	252.410	107.000	240	2.120	252.520
					1.430	**12.722**	**1.150.614**		**1.170**	**10.242**	**1.142.354**

[1] Valor do exercício da opção no vencimento (pontos do índice). [2] Cada ponto do índice equivale a R$ 1,00 em cada contrato. [3] Representa o ativo subjacente a ser protegido. Valores totais da Put e da Call no zero-cost collar tendem a uma equivalência.

A análise de sensibilidade sobre os derivativos em carteira da PREVI é realizada apurando-se o resultado de tais operações levadas até os seus vencimentos, a partir de choques aplicados sobre o ativo-objeto.

Atualmente, a PREVI conta somente com opções (*calls e puts*) sobre o índice Ibovespa em sua carteira. Desta forma, para elaboração da análise de sensibilidade, foram aplicados choques na variação acumulada do ativo-objeto (o índice Ibovespa) durante os períodos de vigência das operações. O resultado é apresentado abaixo:

PLANO 1	Valor Nocional	Choques			
		-25%	-10%	10%	25%
Opções sobre IBOVESPA	1.150.614	217.714	32.082	-65	-111.423

A análise de sensibilidade acima demonstra que as operações de hedge em carteira da PREVI são favoráveis à Entidade, uma vez que se o índice apresentar queda acumulada de 25% no período de vigência das operações, elas apresentarão um resultado financeiro de R$ 217.714, enquanto que uma alta de mesma magnitude provocará uma perda menor, de R$ 111.423.

Em 31/12/2018, os valores justos dos Instrumentos financeiros derivativos foram reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial conforme quadro abaixo:

Valor Justo dos Derivativos [1]	2018	2017
ATIVO		
Investimentos - *Put*	62.279	0
Custo	84.797	0
Variação Acumulada (ao valor justo)	-22.518	0
PASSIVO		
Investimentos - *Call*	74.608	0
Custo	84.953	0
Variação Acumulada (ao valor justo)	-10.345	0

[1] Efeito no resultado foi de R$ 11.192, conforme Nota 17.2.

7.5 INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

Os ativos deste segmento, pertencentes em sua quase totalidade ao Plano 1, somaram R$ 10.431.502 (R$ 10.138.259, em 2017) no Consolidado.

	EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	2017	Aquisição	Alienação	Avaliação ao Valor Justo	Depreciação	Incorporação de Custo [1]	Transferência	A Receber - Movimentação	2018
Plano 1	Edificações para Renda	4.206.599	0	0	132.502	-56.138	4.067	0	-5.374	4.281.656
	Imóveis em Construção	884.300	0	0	0	0	4.662	0	0	888.962
	Uso Próprio	155.611	0	0	-6.230	-1.462	193	0	27	148.139
	Locadas a Patrocinador(es)	1.032.439	0	0	-14.810	-11.548	976	0	1.046	1.008.103
	Shopping Centers	3.354.331	0	0	301.426	-64.631	0	0	4	3.591.130
	Direitos de Alienação	506	0	0	0	0	0	0	0	506
	Subtotal	**9.633.786**	**0**	**0**	**412.888**	**-133.779**	**9.898**	**0**	**-4.297**	**9.918.496**
PREVI Futuro	Imóveis em Construção	97.455	0	0	0	0	518 [2]	0	0	97.973
	Shopping Centers	407.018	0	0	16.477	-8.462	0	0	0	415.033
	Subtotal	**504.473**	**0**	**0**	**16.477**	**-8.462**	**518**	**0**	**0**	**513.006**
	CONSOLIDADO	**10.138.259**	**0**	**0**	**429.365**	**-142.241**	**10.416**	**0**	**-4.297**	**[3]10.431.502**

[1] Valor desembolsado em benfeitorias (obras e construções). [2] Torre Parque Cidade e Shopping Parque da Cidade. [3] Conforme artigo 37, parágrafo 5º, da Resolução CMN nº 4.661, de 25/05/2018, a Entidade deverá alienar o estoque de imóveis e terrenos pertencentes à sua carteira própria ou constituir Fundo de Investimento Imobiliário para abrigá-los em até 12 anos, a contar de 29/05/2018.

Dos imóveis que compõem a carteira da Previ, 30 foram avaliados a valor justo em 2018, com base em laudos de empresas especializadas, o que gerou variação patrimonial positiva na carteira de R$ 429.365, conforme quadros a seguir:

IMÓVEIS AVALIADOS A VALOR JUSTO POR CLASSE

Classe	Valor Justo	Valor Contábil	Ajuste
Edificações para Renda	2.777.827	2.645.325	132.502
Uso Próprio	148.808	155.038	-6.230
Locadas a Patrocinador(es)	152.870	167.680	-14.810
Shopping Centers	3.421.669	3.103.766	317.903
Total	**6.501.174**	**6.071.809**	**429.365**

IMÓVEIS REAVALIADOS NO EXERCÍCIO

Empreendimento	Imóvel	Reavaliação	Valor Contábil	Ajuste	Data do Laudo	Empresa (1) Avaliadora
Água Branca	Av. Francisco Matarazzo, 1400 - São Paulo (SP)	362.655	331.510	31.145	26/2	5
Ansarah	Av. Paulista, 2.163 - São Paulo (SP)	136.900	150.196	-13.296	8/5	11
Barra Salvador - Plano 1	Av. Centenário, 2.992 - Salvador (BA)	118.788	117.667	1.121	26/3	4
Barra Salvador - Previ Futuro (2)	Av. Centenário, 2.992 - Salvador (BA)	117.117	117.684	-567	26/3	4
Barrashopping	Av. das Américas, 4666 - Rio de Janeiro (RJ)	557.840	486.747	71.093	26/1	7
Birmann 21	Av. Nações Unidas, 7.221 - São Paulo (SP)	431.800	346.655	85.145	25/4	11
Centro Empresarial Mourisco	Praia de Botafogo, 501 - Rio de Janeiro (RJ)	325.301	355.431	-30.130	4/9	17
Citta América	Av. das Américas, 700 - Rio de Janeiro (RJ)	92.926	104.758	-11.832	27/7	9
Eco Berrini	Av. Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 1376 - São Paulo (SP)	845.000	756.372	88.628	25/4	12
Hiper Bompreço Guararapes	Av. Barreto De Menezes, 800 - Recife (PE)	33.000	52.035	-19.035	2/1	1
Loja BB Laranjeiras	Rua das Laranjeiras, 475, Loja A - Rio de Janeiro (RJ)	3.474	3.599	-125	26/11	3
Metrô Tatuapé - Plano 1	Rua Domingos Agostin, 91 - São Paulo (SP)	540.938	474.307	66.631	29/1	10
Metrô Tatuapé - Plano Previ Futuro (2)	Rua Domingos Agostin, 91 - São Paulo (SP)	54.081	47.532	6.549	29/1	10
Morumbi Square	Av. Chucri Zaidan, 80 - São Paulo (SP)	31.936	31.198	738	27/2	5
New York City Center	Av. das Américas, 5000 - Rio de Janeiro (RJ)	136.910	110.662	26.248	26/1	7
Norte Shopping - Plano 1	Av. Suburbana, 5474 - Rio de Janeiro (RJ)	494.807	471.582	23.225	28/5	13
Norte Shopping - Previ Futuro (2)	Av. Suburbana, 5474 - Rio de Janeiro (RJ)	121.437	119.419	2.018	28/5	13
Parque Cidade Corporate (Torre A)	CND Setor Comercial Sul, 9 - Quadra 9 Lote C - Torre A - Brasília (DF)	294.637	295.855	-1.218	24/7	8
Parque Cidade Corporate (Torre C)	CND Setor Comercial Sul, 9 - Quadra 9 Lote C - Torre C - Brasília (DF)	294.470	294.935	-465	24/7	8
Residencial Jardim Guedala (3)	Rua Eugenio Betarello, 55, apto32 , Bloco D - São Paulo (SP)	591	562	29	13/6	2
Residencial Leopoldo Pereira (3)	Rua Leopoldo Pereira, 45, apto 203 - Belo Horizonte (MG)	185	188	-3	18/7	16
Rio Branco 1	Av. Rio Branco, 1 - Rio de Janeiro (RJ)	89.200	92.526	-3.326	25/7	15
Rio Metropolitan	Av. Chile, 500 - Rio de Janeiro (RJ)	100.000	105.645	-5.645	23/2	9

» CONTINUA

» CONTINUAÇÃO

Shopping ABC - Plano 1	Av. Pereira Barreto, 42 - Santo André (SP)	546.952	502.720	44.232	26/6	14
Shopping ABC - Plano Previ Futuro (2)	Av. Pereira Barreto, 42 - Santo André (SP)	47.547	43.730	3.817	26/6	14
Shopping Curitiba	Rua Brigadeiro Franco, 2.300 - Curitiba (PR)	167.460	169.946	-2.486	26/11	13
Shopping Morumbi	Av. Roque Petroni Jr, 1089 - São Paulo (SP)	328.942	270.221	58.721	28/8	14
Shopping Vitória - Plano 1	Av. Américo Buaiz, 200 - Vitória (ES)	108.150	95.509	12.641	11/10	1
Shopping Vitória - Plano Previ Futuro (2)	Av. Américo Buaiz, 200 - Vitória (ES)	80.700	76.040	4.660	11/10	1
Teleporto	Av. Presidente Vargas, 3131 - Rio de Janeiro (RJ)	37.430	46.578	-9.148	22/2	6
Total Consolidado		6.501.174	6.071.809	429.365		

(1) Empresas responsáveis pelos laudos de avaliação: 1 - Fide Serviços de Engenharia e Consultoria Ltda; 2 - Elo Engenharia Comércio e Construções Ltda - EPP; 3 - Anexxa - Engenharia, Consultoria e Comércio Ltda ME; 4 - Predictor Avaliações Patrimoniais e Consultoria Ltda; 5 - Avalibens Engenharia e Avaliação Patrimonial Ltda; 6 - Câmara de Consultores Associados Ltda; 7 - Mercatto Assessoria e Avaliações Ltda; 8 - WG Barboza Construções Ltda - ME; 9 - TCA Tonelli Assessoria e Arquitetura Ltda. (2) Imóvel pertencente a Carteira Imobiliária do Plano PREVI Futuro: 10 - Gaiga Engenharia e Consultoria Ltda; 11 - Exata Perícias e Avaliações Ltda; 12 - Mello Cenço Arquitetura e Avaliações Ltda; 13 - Biswanger Internacional Real Estate Ltda; 14 - UON Serviços de Engenharia Ltda; 15 - Embrap & Praxis Avaliação Patrimonial Ltda; 16 - Sortenge Engenharia e Arquitetura Ltda; e 17 - Analítica Engenharia de Avaliações Ltda. (3) Imóveis retomados por inadimplência de Financiamentos Imobiliários.

Em 2018, não houve alienações na carteira de imóveis da Previ.

As provisões para perdas e para liquidação duvidosa deste segmento estão descritas a seguir:

PCLD	2017			2018
Dívidas de Garantia Mínima	34.750	Provisões	Reversões	17.256
Dívidas de Locação	234.248			45.625
Total	**268.998**	**36.617**	**-242.734**	**62.881**

7.6 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS IMOBILIÁRIOS

As Operações com Participantes são realizadas somente com os Planos de Benefícios 1 e Previ Futuro, e são assim demonstradas:

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS IMOBILIÁRIOS	Plano 1		PREVI Futuro		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Empréstimos	**4.683.399**	**4.616.272**	**1.428.113**	**1.203.775**	**6.111.512**	**5.820.047**
Empréstimos Simples	4.716.715	4.644.833	1.437.979	1.212.168	6.154.694	5.857.001
(PCLD)	-33.316	-28.561	-9.866	-8.393	-43.182	-36.954
Financiamentos Imobiliários	**890.286**	**952.313**	**226.314**	**148.176**	**1.116.600**	**1.100.489**
Financiamentos	3.668.284	3.540.185	227.324	148.460	3.895.608	3.688.645
(PCLD)	-2.777.998	-2.587.872	-1.010	-284	-2.779.008	-2.588.156
Total	**5.573.685**	**5.568.585**	**1.654.427**	**1.351.951**	**7.228.112**	**6.920.536**

EVOLUÇÃO PCLD	Empréstimos		Subtotal	Financiamentos Imobiliários		Subtotal
	Plano 1	PREVI Futuro		Plano 1	PREVI Futuro	
2017	**-28.561**	**-8.393**	**-36.954**	**-2.587.872**	**-284**	**-2.588.156**
Novas Provisões / Atualizações [1]	-375.542	-110.367	-485.909	-32.315.073	-8.688	-32.323.761
Utilizações / Reversões [2]	370.787	108.894	479.681	32.124.947	7.962	32.132.909
2018	**-33.316**	**-9.866**	**-43.182**	**-2.777.998**	**-1.010**	**-2.779.008**

[1] Estão contidas as atualizações que são realizadas com base nos índices atrelados aos contratos.
[2] Realizadas no ano calendário.

7.6.1 Empréstimos Simples

O Empréstimo Simples está disponível para participantes e assistidos que estejam em dia com as contribuições e obrigações para com a PREVI e que já tenham seu Termo de Adesão cadastrado.

Descrição	Empréstimos					
	Plano 1			PREVI Futuro		
Modalidades	ES Rotativo [1]	ES 13º Salário [2]	ES Finimob [5]	ES Reingresso	ES 13º Salário [2]	ES Rotativo [1]
Prestações [3]	120 meses			120 meses		
Taxa de administração	0,20%			0,20%		
	R$ 165 [4] [6]			R$ 63 [4] [6]		
	O valor máximo da prestação mensal a ser assumida pelo participante está condicionado à existência de margem consignável, conforme previsto em lei, calculada mensalmente pela PREVI.					
Limite de Concessão	**Funcionários Ativos:** não poderá ser superior à reserva líquida individual com a qual poderá ser liquidado o saldo devedor do ES em caso de desligamento do Plano de Benefícios. **Autopatrocinados ou em licença-interesse:** menor valor da margem consignável calculada considerando como proventos o menor valor entre o salário-de-participação na PREVI e a renda comprovada. **Pensionistas:** O teto para contratação do empréstimo simples é rateado proporcionalmente entre todos os pensionistas de uma mesma matrícula. No caso de grupos familiares, apenas o titular de cada grupo pode solicitar o empréstimo e fica limitado à sua parte no rateio e ao permitido pela margem consignável.					
Reajustes das Mensalidades	Operações contratadas até 18/01/2015: uma vez a.a., pelo índice de atualização monetária do contrato, acumulado nos 12 meses anteriores ao mês da cobrança da prestação reajustada. Operações contratadas a partir de 19/01/2015: O recálculo da prestação acontece no mês de aniversário do contrato, considerando o saldo devedor, o prazo restante e a projeção do INPC. A prestação recalculada pela nova metodologia passa a vigorar a partir do mês seguinte.					
Encargos	INPC + 5% a.a.					
	IOF: 2,993% + 0,38% sobre novos valores (concessão ou renovação: sobre o valor a ser disponibilizado). **FL:** Plano PREVI Futuro: taxa nominal de 0,1% a.a. cobrada mensalmente sobre o saldo devedor. **No Plano 1: taxa suspensa desde 2009**. **FQM:** No Plano PREVI Futuro - taxa nominal de 0,1% a.a. para os participantes com idade até 59 anos, 0,7% a.a. para participantes com idade de 60 a 69 anos, 1,7% a.a. para os participantes com idade de 70 a 79 anos, 3,5% a.a. para os participantes com idade de 80 a 89 anos e de 4,0% para os participantes a partir de 90 anos. No Plano 1 - taxa nominal de 0,6% a.a. para os participantes com idade até 59 anos, 1,0% a.a. para participantes com idade de 60 a 64 anos, 1,2% a.a. para participantes com idade de 65 a 69 anos, 3,0% a.a. para os participantes com idade de 70 a 74 anos, 3,5% a.a. para os participantes com idade de 75 a 79 anos, 4,0% a.a. para os participantes com idade de 80 a 84 anos, 4,5% a.a. para os participantes com idade de 85 a 89 anos e de 5,0% a.a. para os participantes a partir de 90 anos.					

[1] A partir de 30/11/2015 foi disponibilizada a todos os mutuários a possibilidade de renegociar seus contratos de ES Rotativo de acordo com as regras vigentes. [2] A partir de 01/03/2016 foi disponibilizada a todos os mutuários a possibilidade de contratar nova linha de crédito ES-13º salário, de acordo com as regras vigentes. [3] Prazo máximo em meses de acordo com a faixa etária. [4] Em R$ mil. [5] Exclusivo para quitação de saldo devedor do financiamento imobiliário com recursos próprios. [6] A partir de 23/11/2018, o teto de concessão do empréstimo simples do Plano 1 para novas contratações foi alterado de 160 mil para 165 mil. No PREVI Futuro, foi alterado de 60 mil para 63 mil.

	2018		2017	
CONCESSÕES	**Qtde.**	**Valor**	**Qtde.**	**Valor**
Plano 1	64.451	813.294	60.084	846.474
PREVI Futuro	89.498	497.382	85.652	484.567
Total	**153.949**	**1.310.676**	**145.736**	**1.331.041**

7.6.2 Financiamentos Imobiliários

Linha de crédito disponível para a aquisição de imóvel residencial pelos participantes e assistidos.

Descrição	**FI - Financiamentos Imobiliários**	
	Plano 1	**PREVI Futuro**
Pré-requisito	Participantes e assistidos com dez anos completos de filiação à PREVI.	Participantes e assistidos com dez anos completos de filiação à PREVI, desde que o titular ainda não tenha utilizado financiamento.
Modalidade	CP1 - Carim Plano 1	CP2 - Carim Plano 2
Valor Financiável	Até 100% do valor de avaliação do Imóvel.	
Concessão: Condições	Imóveis residenciais, novos ou usados, de alvenaria e em boas condições de conservação. Os imóveis precisam estar situados em regiões urbanas, com obras concluídas e devidamente averbados no Registro de Imóveis. Também é necessário que a situação documental esteja regular, sem gravames ou ônus reais. Utilização de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS (conta vinculada) para complemento do valor de compra do imóvel no ato da concessão do financiamento, observadas as regras do Sistema Financeiro de Habitação (SFH).	
Prestação Inicial (comprometimento de renda)	Até 20% da renda bruta, benefício bruto ou margem consignável, o que for menor.	
Prazo	Prazo: de 36 meses (3 anos) a 420 meses (35 anos). Limitação: idade + prazo = 85 anos.	
Atualização do Saldo Devedor	Mensal	
Recálculo das Prestações	Mensal	
Limitação das Prestações durante o Financiamento	30% dos proventos brutos / total dos benefícios.	
Índice de Atualização do Saldo Devedor	INPC	
Taxa deJuros	5% a.a.	
Garantia	Alienação Fiduciária do Imóvel Financiado	
Fundo de Liquidez - FL [1]	0,24% a.a. [2]	0,10% a.a.
Fundo de Quitação por Morte - FQM (1)	até 59 anos - 0,25% a.a. A partir de 60 anos – 1,80% a.a. [2]	até 59 anos – 0,10% a.a A partir de 60 anos – 1,80% a.a.
Taxa de Administração	R$ 19,00 por mês	
Seguro do Imóvel	0,06196% sobre o valor de avaliação do imóvel, cobrado anualmente junto com uma das prestações durante todo o prazo de financiamento.	

[1] Calculadas mensalmente sobre o saldo devedor. [2] Referem-se a contratos concedidos as partir de 2007.

CONCESSÕES	2018 Qtde.	2018 Valor (1)	2017 Qtde.	2017 Valor (1)
Plano 1	219	63.451	230	69.175
PREVI Futuro	394	85.654	328	79.356
Total	**613**	**149.105**	**558**	**148.530**

(1) Os valores podem sofrer alterações em virtude de possíveis cancelamentos de Concessões de FI.

	Plano 1				PREVI Futuro			
	2018		2017		2018		2017	
LIQUIDAÇÕES DE CONTRATOS (1)	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Antecipadas com Recursos Próprios (2)	971	44.344	2.065	58.796	20	2.619	16	1.584
Nas modalidades Fim de Prazo, FQM e FL (3)	737	6.719	2.372	9.186	0	0	0	0

(1) Não houve liquidações com Recursos do FGTS. (2) Abrange àqueles em recuperação de crédito, por Devolução de Reserva - DR, Devolução de Reserva Matemática - DRM e Substituição de Garantia. (3) Fundo de Quitação por Morte – FQM e Fundo de Liquidez – FL.

7.6.2.1 Plano 1

A PREVI implementou medidas para cobrança extrajudicial e judicial com vistas à recuperação dos créditos inadimplidos.

	Plano 1			
	2018		2017	
INADIMPLÊNCIA DA CARTEIRA (1)	Qtde.	%	Qtde.	%
Índice de Inadimplência (2)		1,22		1,18
Contratos com Prestação Superior há mais de 90 dias (3) (4)	4.494		4.584	

(1) 69,9% (70,17%, em 2017) referem-se aos contratos de mutuários desligados do Banco do Brasil a partir da instituição dos planos de demissões incentivadas. (2) Posição de dezembro, excluídos os contratos firmados ou repactuados até 2006. (3) O Plano 1 possui 10.720 contratos "em ser" (12.105 , em 2017). (4) 80,81% estão em fase de cobrança judicial (84,73%, em 2017).

8 PERMANENTE

DESCRIÇÃO	2017	Aquisição	Depreciação / Amortização	2018
Móveis e Utensílios	1.085	4.187	-511	4.761
Máquinas e Equipamentos	51	0	-7	44
Computadores e Periféricos	8.198	1.204	-3.394	6.008
Obras de Arte	82	0	0	82
Intangível	6.748	3.402	-3.320	6.830
Software	5.459	3.402	-2.805	6.056
Projetos (1)	1.289	0	-515	774
Total	**16.164**	**8.793**	**-7.232**	**17.725**

(1) Em 2018, foi reconhecida a perda de R$ 1.933 referente ao projeto API (Automação do Processo Imobiliário). O impairment integral ocorreu em 2016.

9 COMPOSIÇÃO DOS ATIVOS E ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

9.1 ALOCAÇÃO POR SEGMENTO

Composição dos ativos quanto à alocação de recursos conforme a Resolução CMN nº 4.661, de 25/05/2018 e a Resolução CMN nº 4.695, de 27/11/2018.

	Plano 1		PREVI Futuro	
INVESTIMENTOS POR SEGMENTO	**2018**	**2017**	**2018**	**2017**
Renda Fixa	40,8%	41,6%	61,1%	55,5%
Renda Variável	50,3%	48,7%	23,0%	27,6%
Investimentos Estruturados	0,5%	0,6%	1,0%	1,2%
Investimentos no Exterior	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%
Investimentos Imobiliários	5,3%	5,7%	3,6%	4,3%
Operações com Participantes	3,0%	3,3%	11,2%	11,3%
Total	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**

SITUAÇÃO EXCEPCIONAL DE DESENQUADRAMENTO

PLANO 1

Limites de Alocação por Emissor

A EFPC deve observar, em relação aos recursos de cada plano por ela administrado, o limite de alocação por emissor de até 10% (dez por cento) nos demais emissores (Art. 27, inciso III).	
Vale S.A. [1]	25,16%
(Participação direta e por intermédio da Litel Participações S.A.)	

Entidade

Limites de Concentração por Emissor

O total das aplicações de uma mesma companhia não pode exceder 25% (vinte e cinco por cento) do capital total e do capital votante (Art. 28, inciso I).	capital total	capital votante
521 Participações S.A.	100,00%	100,00%
Investimentos Participações Infra Estrutura S.A. (Invepar)	25,56%	[2]
Neoenergia S.A.	38,21%	38,21%
Tupy S.A.	25,88%	25,88%
No caso da Carteira de Fundos de Investimento Imobiliário, o total das aplicações em um mesmo Fundo não pode exceder 25% do Patrimômio Líquido do Fundo (Art. 28, inciso II, alínea “e”).		
Fundo de Investimento Imobiliário Panamby	30,91%	

Justificativas

Os desenquadramentos atualmente existentes perante a nova Resolução CMN 4.661/18 vêm sendo tratados ao longo do tempo, estando em situação excepcional de desenquadramento, e com envio semestral de Relatório à PREVIC com justificativas, e estão amparados pelo Ofício nº 790/2015/CGMI/DIACE/PREVIC.

O Ofício nº 790/2015/CGMI/DIACE/PREVIC, de 30/03/2015 reconheceu, com base na legislação vigente à época, em especial os artigos 55º e 4º, ambos da Resolução CMN Nº 3.792, de 24/09/2009, o entendimento de que é possível a manutenção de ativos em situação excepcional de desenquadramento, continuando os envios de relatórios semestrais à PREVIC.

[1] Vide Nota 20.
[2] Não existe desenquadramento nessa participação.

O plano de enquadramento está de acordo com a Resolução CMN nº 4.661, de 25/05/2018 e Resolução CMN nº 4.695, de 27/11/2018 e foi considerado procedente pela Previc, sendo esta informada semestralmente sobre o desenquadramento. Os ativos permanecerão em carteira sem data definida para desinvestimento.

9.2 ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

9.2.1 Carteira de Renda Fixa

A análise de sensibilidade do segmento de Renda Fixa para os fatores de risco do mercado utilizou o cenário de simulação de choque de crescimento nas curvas de juros pré-fixado e cupom de inflação (IPCA e IGP-M).

	CHOQUES NO SEGMENTO DE RENDA FIXA - IMPACTOS NO RESULTADO			
PLANOS	**50 pontos-base**	**100 pontos-base**	**150 pontos-base**	**200 pontos-base**
Plano 1	715.600	1.373.600	1.980.400	2.541.400
PREVI Futuro	194.900	372.200	534.000	682.100
Capec	1.600	3.200	4.800	6.300
PGA	12.500	24.100	35.200	45.600

9.2.2 Carteira de Renda Variável

A metodologia para análise de sensibilidade de riscos de mercado do segmento de Renda Variável simula a aplicação de choques ao índice IBrX, que é o *benchmark* adotado, levando-se em consideração a variação do portfólio em relação ao referido índice, mensurada pelo seu beta, conforme demonstrado a seguir:

	CHOQUES NO SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL - IMPACTOS NO RESULTADO		
PLANOS	**Δ 10%**	**Δ 25%**	**Δ 50%**
Plano 1	8.299.506	20.748.765	41.497.530
PREVI Futuro	340.185	850.462	1.700.923
PGA	14.264	35.661	71.322

10 TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

Sumário das Transações com o Patrocinador:

		Consolidado	
SUMÁRIO		**2018**	**2017**
ATIVOS			
Depósito à vista		1.526	982
Créditos Privados e Depósitos	(Nota 7.1)	801.524	3.348.680
Letras Financeiras		801.524	3.348.680
Ações a vista	(Nota 7.2)	8.778.234	8.139.479
Fundo de Participações [1]		14.901	5.084
Locadas a Patrocinador		1.008.103	1.032.439
PASSIVOS	(Nota 11)		
Contrato PREVI X BB - 24/12/1997		13.190.866	13.506.509
(Provisões Matemáticas a Constituir) - Grupo Pré-67		-13.190.866	-13.506.509
Contribuições Amortizantes - Grupo Especial		1.091.011	1.101.682
(Provisões Matemáticas a Constituir) - Grupo Especial		-1.091.011	-1.101.682
Paridade - Acordo 2006		0	102.726
Utilização Superavit 2010 - Patrocinador		9.511.761	9.520.222
DESPESAS			
Contrato PREVI X BB - 24/12/1997		1.102.881	968.256
Contribuições Amortizantes - Grupo Especial		90.412	78.347
Paridade - Acordo 2006		4.637	9.091
Utilização Superavit 2010 - Patrocinador		796.295	658.524
Custódia Financeira - Contrato PREVI x BB - Disat		850	850
RECEITAS			
Letras Financeiras		216.099	310.045
Ações - Dividendos e JCP		357.639	264.967
Imóveis Locados à Patrocinadora		97.515	101.048
Contrato BB x PREVI [2]		1.708.703	1.742.339
Contribuições Amortizantes - Grupo Especial		128.015	129.436
Contribuições Patronais [3]		1.236.382	1.189.997

[1] R$ 1.961 em Operações Compromissadas no FIP Brasil Portos e R$ 12.940 em Operações Compromissadas no FIP FBIE II. [2] Ressarcimento previsto no Contrato de 53,6883529% das despesas. [3] Plano 1 com R$ 574.273 (Nota 11.2) e Previ Futuro com R$ 662.109 (R$ 570.412 e R$ 619.585, respectivamente, em 2017).

INFORMAÇÕES ADICIONAIS		Tipo	Data Compra	Taxa Média Negociada		Vencimento	Qtde.	PU	Valor
Plano 1	Banco do Brasil S.A.	Letra Financeira	15/05/14	8,08	IPCA + Taxa a.a.	16/05/22	720	500	360.000
			15/05/17	5,3	IPCA + Taxa a.a.	15/04/20	20	1.000	20.000
								Total	**380.000**
PREVI Futuro			15/05/14	8,08	IPCA + Taxa a.a.	16/05/22	80	500	40.000
			15/05/17	5,3	IPCA + Taxa a.a.	15/04/20	20	1.000	20.000
								Total	**60.000**
PGA			15/05/17	5,3	IPCA + Taxa a.a.	15/04/20	10	1.000	10.000
								Total	**10.000**

Também são consideradas transações entre partes relacionadas as operações com participantes detalhadas na Nota 7.6.

A PREVI utiliza o Banco do Brasil S.A., que é devidamente credenciado na CVM, para atuar como agente custodiante e responsável pelo fluxo de pagamentos e recebimentos relativos às operações de renda fixa e variável.

BB DTVM - FUNDOS DE INVESTIMENTO EXCLUSIVOS			2018		2017	
			%	Valor	%	Valor
Montante Administrado [1]				130.585.790		106.141.932
Taxa de administração a.a.	Renda Fixa [2]		0,035% + 0,01% taxa de custódia		0,035%	
	Renda Variável	BB Carteira Ativa e Carteira Livre I [3]		450		450
		BB SML1	0,34% + 20% Performance + 0,01% taxa de custódia		0,34% + 20% Performance	

[1] Representa quase a totalidade, com posição de dezembro, dos fundos de investimento exclusivos (Nota 7.3).
[2] Cobrada sobre o patrimônio do respectivo fundo.
[3] Valor para cada um dos fundos, cobrada mensalmente à razão de 1/12 avos e provisionado todos os dias úteis.

Além das transações com a patrocinadora, apresentamos abaixo a remuneração mensal atribuída ao Pessoal Chave da Administração, bem como a faixa de remuneração dos funcionários cedidos da patrocinadora, que também são considerados partes relacionadas:

REMUNERAÇÃO MENSAL PAGA AOS FUNCIONÁRIOS E À ADMINISTRAÇÃO DA PREVI (Em reais)	2018	2017
Menor Salário	1.973,02	1.933,07
Maior Salário	36.362,88	34.631,32
Salário Médio	14.551,93	13.343,70
Dirigentes		
Presidente	64.138,30	64.138,30
Diretor	54.358,52 (1)	54.358,52
Conselheiros (2)		
Conselho Deliberativo (3)	16.034,58	16.034,58
Conselho Fiscal (3)	12.827,66	12.827,66
Conselhos Consultivos Plano 1 e PREVI Futuro	0	0

(1) Reajuste limitado à equiparação da remuneração do Banco do Brasil. (2) Conselheiros suplentes recebem 50% da remuneração dos conselheiros titulares.
(3) Proporcionalidade sobre remuneração do Presidente, conforme regimento interno.

11 EXIGÍVEL OPERACIONAL

	PLANO 1		PREVI Futuro		Capec		PGA		Ajustes		Consolidado	
EXIGÍVEL OPERACIONAL	**2018**	**2017**	**2018**	**2017**	**2018**	**2017**	**2018**	**2017**	**2018**	**2017**	**2018**	**2017**
Gestão Previdencial	**25.130.820**	**25.349.093**	**7.356**	**5.714**	**60.666**	**50.511**	**0**	**0**	**-3.850**	**-3.840**	**25.194.992**	**25.401.478**
Benefícios a Pagar	1.034.346	844.084	3.530	2.620	60.666	50.511	0	0	-3.850	-3.840	1.094.692	893.375
Retenções a Recolher	107.712	106.190	1.765	1.278	0	0	0	0	0	0	109.477	107.468
Recursos Antecipados	14.281.877	14.710.917									14.281.877	14.710.917
Contrato PREVI X BB - de 24/12/97	13.190.866	13.506.509									13.190.866	13.506.509
Paridade - Acordo 2006	0	102.726									0	102.726
Contribuição Amortizante - Grupo Especial	1.091.011	1.101.682									1.091.011	1.101.682
Outras Exigibilidades	9.706.885	9.687.902	2.061	1.816	0	0	0	0	0	0	9.708.946	9.689.718
Utiliz. Superavit 2010 - Patrocinadores	9.534.279	9.520.222									9.534.279	9.520.222
Demais	172.606	167.680	2.061	1.816	0	0	0	0	0	0	174.667	169.496
Gestão Administrativa							**5.735**	**16.153**	**-939**	**-936**	**4.796**	**15.217**
Investimentos	**134.362**	**52.233**	**14.770**	**26.581**	**43**	**42**	**0**	**8**	**-16.864**	**-17.578**	**132.311**	**61.286**
Total	**25.265.182**	**25.401.326**	**22.126**	**32.295**	**60.709**	**50.553**	**5.735**	**16.161**	**-21.653**	**-22.354**	**25.332.099**	**25.477.981**

O grupo Passivo Exigível Operacional está subdividido nas Gestões Previdencial e Administrativa e em Investimentos e assinala as obrigações decorrentes das operações da PREVI, com destaque para os registros na Gestão Previdencial do Plano 1:

11.1 CONTRATO BB X PREVI – Grupo Pré-67, PARIDADE – Acordo 2006 e CONTRIBUIÇÃO AMORTIZANTE – Grupo Especial

MOVIMENTAÇÃO	2017	Atualizações (1)	Contribuições Antecipadas	Transferências pelo Fundo Paridade	Utiliz. BET Patrocinador	2018
Contrato BB x Previ 97 (2)	13.506.509	1.102.880	-1.708.703	290.180 (4)		13.190.866
(Provisões Matemáticas a Constituir) (2)	-13.506.509					-13.190.866
Contrib. Amortizante - Grupo Especial (3)	1.101.682	90.412	-128.015	26.932 (4)		1.091.011
(Provisões Matemáticas a Constituir) (3)	-1.101.682					-1.091.011
Paridade - Acordo 2006	102.726	4.637	-317.112		209.749 (4)	0

(1) INPC + 5% a.a. (2) Contrato firmado entre Banco do Brasil e PREVI em 24/12/1997, aditado em 09/02/1998. (3) Contrato firmado entre Banco do Brasil e PREVI em 31/12/2012. (4) Nota 14.1.

11.2 UTILIZAÇÃO DO SUPERÁVIT 2010

UTILIZAÇÃO DO SUPERÁVIT - 2010 (1)	2017	Atualizações (2)	Utilizações	Utiliz. BET Patrocinador	2018
Patrocinadores	9.520.222	798.079	-574.273	-209.749	9.534.279
Banco do Brasil	9.499.488	796.295	-574.273 (3)	-209.749	9.511.761
Previ	20.734	1.784	0	0	22.518
Ativos	750.230	62.648	-77.308	0	735.570
Total	**10.270.452**	**860.727**	**-651.581**	**-209.749**	**10.269.849**

(1) Recursos oriundos da utilização do Superávit acumulado em 2010, com implementação do Benefício Especial Temporário - BET, autorizada em 16/02/2011. (2) INPC + 5% a.a. (3) Contribuições patronais (Nota 10).

12 EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

A PREVI classifica a faixa de risco de perda em cada um dos objetos contidos nos processos em que a Entidade é parte.

FAIXA DE RISCO	Quantidade de Objetos
Provável	4.559
Possível	25.241
Remota	34.594
Total	**64.394**

Cada um dos objetos corresponde a pedido efetuado pela parte autora em processo judicial movido em face da PREVI a ser apreciado pelo juiz. Os critérios utilizados pela Entidade para mensurar o valor correspondente a cada um desses objetos levam em conta as fases do respectivo processo:

a) conhecimento: os processos ajuizados são agrupados por Plano de Benefícios e Programa de Gestão. O valor relacionado a cada processo é obtido por meio da liquidação prévia dos pedidos, cujos cálculos são elaborados internamente de acordo com a natureza do objeto da demanda

judicial e da jurisprudência dos tribunais, permanecendo inalterada até que alguma decisão judicial venha a alterar o cenário do desfecho da lide ou que ocorra atualização anual da liquidação prévia.

b) execução: o valor do objeto é obtido considerando o "valor da execução" em lugar das estimativas feitas na fase de conhecimento.

12.1 CONTINGÊNCIAS – PERDA PROVÁVEL

As provisões decorrentes dos objetos com chance de perda provável, ou seja, aqueles que a PREVI entende que provavelmente terão decisões contrárias à sua tese e provavelmente gerarão desembolsos futuros, estão apresentadas no quadro a seguir, o qual demonstra a composição das provisões contingenciais relativas aos Planos de Benefícios e ao PGA.

Foi aplicado sobre as provisões relativas aos depósitos judiciais o cálculo do indicador-chave de risco (KRI), que mensura o nível de risco ao qual a PREVI está exposta para as ações em execução. Apurou-se, com base nos processos encerrados nos últimos cinco anos, um índice de 55,08%, posição de dezembro/2018 (60,85%, em dezembro/2017). Assim, este foi o percentual de provisão constituída para todos os processos em fase de execução em que a PREVI é ré.

	Gestão Previdencial				Investimentos[3]	Gestão Administrativa		Total
EVOLUÇÃO DAS CONTINGÊNCIAS	Plano 1	PREVI Futuro	Capec	Consolidado				
2017	**1.517.657**	**146**	**4.167**	**1.521.970**	**31.054**	**273.252**	**4.292**	**1.830.568**
Provisões Adicionais - Novos Processos	13.723	6	44	13.773	208	0	0	13.981
Baixa de Provisões - Levantamentos [1]	-46.976	0	0	-46.976	-4.918	0	0	-51.894
Baixa de Provisões - Pagamentos	-72.871	0	-278	-73.149	-1.428	0	-98	-74.675
Reavaliação das Ações Existentes [2]	260.146	26	597	260.769	15.647	31.983	103	308.502
2018	**1.671.679**	**178**	**4.530**	**1.676.387**	**40.563**	**[4]305.235**	**[5]4.297**	**2.026.482**

[1] Depósitos revertidos em favor da PREVI. [2] Maturidade dos processos em andamento, seja por encerramento ou migração para fase de execução; revisão anual do cálculo de liquidação prévia dos objetos com faixa de risco provável. [3] Plano 1, exclusivamente. [4] Ações fiscais. [5] Ações trabalhistas.

12.1.1 Gestão Previdencial

Fundamentada em parecer técnico da área jurídica e observando a classificação de risco apontada, a PREVI constituiu provisão para fazer face às ações ajuizadas por participantes e ex-participantes cujo objeto é classificado com chance de perda provável ou aqueles em que já existe execução de julgado contrário à PREVI. Quase a totalidade dessas ações refere-se ao Plano 1.

São compostas principalmente pelos pedidos relacionados aos expurgos inflacionários referentes à correção do montante das contribuições resgatadas mediante a desconsideração dos índices previstos no regulamento do plano e a aplicação de índices de inflação supostamente expurgados pelos planos econômicos do Governo Federal.

12.1.2 Gestão Administrativa

12.1.2.1 Ações Trabalhistas

Compõe as ações de ex-funcionários da PREVI contra a Entidade, por meio das quais os reclamantes discutem pretensos direitos, relativos a diversas verbas salariais e indenizatórias.

12.1.2.2 Ações Fiscais

São ações que a PREVI move contra a União em que se discute a incidência de tributos sobre as receitas administrativas e encargos patronais sobre serviços prestados por cooperativas de trabalho. Esses valores são depositados judicialmente e encontram-se integralmente provisionados.

a) **Contribuição Social ao PIS e COFINS –** Processo nº 2006.51.01.013659-9, do Tribunal Regional Federal da 2ª Região. Mandado de segurança impetrado pela PREVI em 13/07/2006, com pedido de liminar visando à garantia do direito líquido e certo de não submeter a Entidade à cobrança do PIS e da COFINS nos moldes exigidos pela Lei nº 9.718, de 27/11/1998. A liminar foi concedida e a segurança foi julgada em sentença que considerou parcialmente procedentes os pedidos da PREVI. O processo tramita no Supremo

Tribunal Federal em razão da interposição de recurso extraordinário. O referido recurso, no entanto, encontra-se suspenso em razão da declaração de repercussão geral em outro processo com recurso extraordinário pendente de julgamento, cuja matéria é similar àquela tratada no processo da PREVI e, portanto, poderá ter reflexos na decisão relativa ao Mandado de Segurança da PREVI. Portanto, até o momento não há decisão final do Poder Judiciário sobre a exigibilidade ou não das contribuições devidas ao PIS e a COFINS, razão pela qual a PREVI continua dando cumprimento à legislação vigente e à decisão do TRF, depositando os valores em juízo, até que o STF defina a situação das EFPCs. Encontram-se integralmente provisionados recursos na ordem de R$ 305.235 (R$ 273.252, em 2017). Com fundamento em parecer jurídico e chance de perda classificada como possível, está sendo efetuado, desde julho de 2006, depósito judicial correspondente às referidas contribuições, que totalizavam, em dezembro de 2018, o saldo de R$ 303.520 (R$ 271.324, em 2017 - Nota 6).

12.1.3 Investimentos

a) **Condomínio do Edifício Verdes Mares** – Processo nº 2004.209.000645-2, 5º VC Barra Tijuca (RJ). Ação de obrigação de fazer/providenciar a recuperação dos planos das fachadas do Edifício do Condomínio Verdes Mares, construído nos anos de 1990 em regime de incorporação imobiliária com a participação da PREVI, cumulada com pedido de pagamento de indenização correspondente à desvalorização experimentada pelas unidades imobiliárias em razão de problemas construtivos ("Indenização"). A Ação foi ajuizada em 16/1/2004 pelo Condomínio do Edifício Verdes Mares em face da PREVI e PLENGE ENGENHARIA, então denominada de PLARCON ENGENHARIA. O STJ determinou a realização de perícia judicial para apuração e quantificação do valor indenizatório correspondente à desvalorização imobiliária experimentada pelas unidades imobiliárias do Condomínio em razão dos problemas construtivos verificados no Edifício. Atualmente, o processo encontra-se em fase de perícia para apurar a extensão dos danos.

b) **Camp Tower** – Processo nº 98.0613429-0, 2ª VF Campinas, (SP). Desapropriação do imóvel em Campinas pelo TRT. Recurso ao TRF da 3ª Região para julgamento desde 31/07/2012. Em 11/11/2015, autos recebidos do gabinete para juntada de petição; apelação ainda pendente de julgamento.

c) **Outros** – Encontram-se também provisionados os valores relativos às ações de revisão de contratos de financiamento imobiliário.

12.2 DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS

	Gestão Previdencial				Investimentos			Gestão Administrativa	Total
Evolução dos Depósitos e Bloqueios Judiciais	**Plano 1**	**PREVI Futuro**	**Capec**	**Consolidado**	**Plano 1**	**PREVI Futuro**	**Consolidado**		
2017	**2.714.864**	**298**	**7.791**	**2.722.953**	**41.086**	**4**	**41.090**	**281.855**	**3.045.898**
Novos Depósitos / Bloqueios	317.327	29	1.095	**318.451**	7.943	7	**7.950**	20.575	**346.976**
Atualizações	178.685	20	717	(1) **179.422**	3.504	0	(1) **3.504**	(2) 11.005	**193.931**
Levantamentos (4)	-57.203	0	0	**-57.203**	-5.058	0	**-5.058**	(3) -5.146	**-67.407**
Conversões em Pagamento (5)	-72.871	0	-278	**-73.149**	-1.428	-4	**-1.432**	-98	**-74.679**
2018	**3.080.802**	**347**	**9.325**	**3.090.474**	**46.047**	**7**	**46.054**	**308.190**	**3.444.718**

(1) Índice para Depósitos Judiciais: Taxa Referencial (TR). (2) Índice para PIS/Cofins: taxa Selic. (3) Contém levantamento a favor da Previ de R$ 5.088.
(4) Depósitos resgatados pela Previ. (5) Depósitos levantados pela parte contrária.

a) **Contribuição Previdenciária** - INSS - Processo nº 2010.51.01.002955-5, 4ª VF do Rio de Janeiro (RJ) – União, Fazenda Nacional. Ação Ordinária em face da União Federal em que se questiona a legalidade da cobrança de contribuição previdenciária prevista no Inciso IV, do Artigo 22, da Lei 8.212, de 24/06/1991. Estão depositados judicialmente R$ 4.897 referentes

às contribuições previdenciárias incidentes sobre os serviços prestados por cooperativas de trabalho e de transporte, correspondentes ao período de dezembro de 2004 a outubro de 2014. Em 21/11/2014, foi acolhido parcialmente o requerimento da PREVI de antecipação dos efeitos de tutela somente para determinar a suspensão das exigibilidades do crédito tributário quanto a eventuais recolhimentos vincendos da contribuição previdenciária sobre serviços prestados pelas cooperativas de trabalho, desobrigando a Entidade a realizar depósitos judiciais. Em 25/06/2015, foi publicada sentença julgando procedente o pedido da PREVI, para o fim de: "(i) declarar a inexistência de relação jurídica entre as partes no que se refere à obrigação de recolher a contribuição previdenciária prevista no Artigo 22, IV da lei 8.212/91 e determinar que a parte ré se abstenha de exigir da autora a referida contribuição, diante da inconstitucionalidade já reconhecida nos termos do Recurso Extraordinário nº 595.838 do Supremo Tribunal Federal e assim (ii) declarar direito da parte autora à repetição do indébito, após o trânsito em julgado desta decisão (CTN, Artigo 170-A), mediante restituição em espécie ou compensação, nos moldes do Artigo 66 da lei 8.383/91." Não houve a interposição de recurso e em 18/08/2015 foi certificado o trânsito em julgado da decisão. Em 08/09/2015, foi apresentado pedido de permanência dos autos em cartório a fim de darmos início à execução do julgado. Em 04/12/2015, fomos intimados para levantar os valores depositados. Como a ordem de levantamento de valores contemplara apenas o valor histórico, a PREVI requereu que fosse também autorizado o levantamento da correção. Contra a decisão, a União apresentou Agravo de Instrumento, cujo provimento foi negado, sendo que em 23/11/2017 foi publicado despacho que autorizou o levantamento pela PREVI do percentual de 88,76% do total depositado nos autos; em 04/12/2017 a PREVI peticionou reiterando a necessidade de deferimento do levantamento do total depositado, tendo sido esse pedido negado, em despacho publicado em 11/12/2017. Essa posição permaneceu até março de 2018, quando foi levantado o depósito judicial no valor de R$ 5.088.

13 PASSIVOS E ATIVOS CONTINGENTES

13.1 PASSIVOS CONTINGENTES

Fundamentada em parecer técnico da área jurídica e observando a classificação de risco apontada, a PREVI considera como passivos contingentes os recursos necessários para fazer frente às ações ajuizadas em face da PREVI cujo objeto é classificado com chance de perda possível. Quase a totalidade dessas ações refere-se ao Plano 1.

Os objetos com probabilidade de perda possível representam o montante de R$ 1.753.901 (R$ 2.025.177, em 2017). São compostos principalmente pelos seguintes pedidos: demandas ligadas aos investimentos, revisão contratual em financiamento imobiliário, revisão de benefício pela aplicação das regras do regulamento vigente à época da adesão do participante ao plano de benefícios e revisão do benefício pela incidência de verbas obtidas em reclamatórias trabalhistas em face do patrocinador. Nesse montante, incluem-se também os processos junto à Receita Federal do Brasil no âmbito administrativo.

13.2 ATIVOS CONTINGENTES

13.2.1 Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento – OFND

Processo nº 123902-36.1991.4.02.5101, 23ª VF do Rio de Janeiro (RJ). Ação ordinária ajuizada pela Abrapp em face do Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND, do BNDES e da União Federal. A ação objetiva o refazimento dos cálculos relacionados à atualização do valor das OFND e, consequentemente, dos respectivos rendimentos. Propõe-se a adoção do IPC, em vez do BTN, correspondente ao período de abril de 1990 a fevereiro de 1991.

O trânsito em julgado do mérito ocorreu em 28/09/2008 e o processo entrou na fase de execução. Após o trânsito em julgado, a União ajuizou Ação Rescisória nº 2012.02.01.000858-3 interposta pela União Federal em face da Abrapp. Foram apresentados Recurso Especial e Recurso Extraordinário pela União e pela Abrapp. O Recurso Especial teve provimento negado monocraticamente pelo relator. Contra a decisão, a União apresentou Agravo Interno, pendente de julgamento.

Em 27/11/2015, foram ajuizadas as ações de liquidação por artigos de título judicial, sendo a PREVI tombada sob o nº 0145854-31.2015.4.02.5101, em trâmite perante a 26ª VF do Rio de Janeiro (RJ).

Em 14/04/2016, a União peticionou na execução na tentativa de rediscutir suposta ausência de documentos e a questão preliminar já ultrapassada, quanto à legitimidade da Abrapp. Segundo a União, a Abrapp somente poderia atuar em juízo como substituta processual de suas associadas quando expressamente autorizada. Dessa forma, segundo o argumento da União, somente poderiam figurar como substituídas as entidades que estiveram presentes na assembleia onde se discutiu o ingresso em juízo. Alegou

também que não foi comprovado pela Abrapp que todas as EFPCs eram mantidas por empresas públicas.

A preliminar de ilegitimidade foi apreciada e afastada pelo juízo em decisão datada de 30/06/2017.

A União apresentou sua contestação e a ABRAPP sua réplica, de modo que a execução seguirá perante o respectivo juízo, sendo certo que próximo desdobramento deverá ser a nomeação de perito para, a partir dos valores ofertados pelas partes, apresentar seu laudo, o que deverá ocorrer tão logo haja a resposta da Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos – CETIP ao questionamento do juízo com relação à titularidade das OFNDs no período compreendido entre abril de 1990 e fevereiro de 1991.

13.2.2 Dividendos da Telebrás

Processo nº 1997.34.00.026811-3, 23ª VF de Brasília (DF). A Telebrás firmou transação parcial com a PREVI decorrente de decisão judicial condenatória transitada em julgado. O valor remanescente da transação parcial está sendo pago em 30 prestações semestrais e sucessivas, atualizadas pelo INPC, acrescido de 6%a.a. O valor considerado controverso está em discussão e será definido ao cabo da impugnação. Na atual fase processual (fase de cumprimento de sentença) está sendo realizada a perícia.

14 PROVISÕES MATEMÁTICAS

As Provisões Matemáticas apresentadas a seguir foram determinadas com base em cálculos atuariais efetuados por profissionais habilitados da Diretoria de Seguridade, conforme Parecer Atuarial aprovado pelo Conselho Deliberativo em 20/02/2019.

14.1 PLANO DE BENEFÍCIOS 1

Os valores especificados no DPT (Nota 3) do Plano 1 foram obtidos com base no seguinte plano de custeio:

Participantes Ativos – de acordo com o enquadramento de seus salários de participação nas alíquotas estabelecidas na tabela a seguir: (Artigo 66 do Regulamento)

PLANO DE CUSTEIO

Salário de participação	Contribuição Mensal	Parcela a deduzir
SP < ½ PP * 1,25	1,8% x SP	-
½ PP*1,25 <= SP < PP * 1,25	3,0% x SP	0,75% x PP
SP >= PP * 1,25	7,8% x SP	6,75% x PP

SP – Salário de participação
PP – Parcela PREVI

Participantes Assistidos – 4,8% do valor do complemento de aposentadoria. (Artigo 68 do Regulamento)

Patrocinadoras – valor idêntico ao das contribuições vertidas pelos participantes. (Artigo 69 do Regulamento)

Além dessas contribuições, o plano de custeio do Plano 1 prevê, na forma do contrato BB x PREVI – Grupo Pré-67, de 24/12/1997, que o Banco verterá contribuições para manter equilibrado o saldo da conta "Contribuições Amortizantes Antecipadas" frente à conta "Provisões Matemáticas a Constituir" (Nota 11.1).

O aumento das Provisões Matemáticas no valor de R$ 7.938.691 (R$ 2.196.090, em 2017), demonstrado na DMAL do Plano 1, deve-se principalmente à alteração de premissas Tábuas de Válidos e Inválidos na reavaliação atuarial para o exercício de 2018. A variação do INPC 3,43% (2,07%, em 2017) pouco impactou a variação da Reserva Matemática de Benefícios Concedidos, que foi mais sensibilizada pelo decréscimo da população pelo seu natural envelhecimento. As premissas atuariais, aprovadas pelo Conselho Deliberativo em 20/02/2019, foram:

PREMISSAS ATUARIAIS	2018	2017
Biométricas / Demográficas [1]		
Mortalidade de Válidos	**BR.EMSsb-2015**	AT-2000 Suavizada em 10%
Mortalidade de Inválidos	**CSO58 Female**	Winklevoss Experiência PREVI
Entrada em Invalidez	Light Fraca	Light Fraca
Composição da Família de Pensionistas	**Base 2018**	Base 2015
Rotatividade [2]	0%	0%
Entrada em Aposentadoria [2] [3]	53 anos (Aposentadoria Antecipada)	53 anos (Aposentadoria Antecipada)
Econômicas		
Taxa Real de Juros [4]	5% ao ano	5% ao ano
Taxa de Inflação de Longo Prazo	4,00%	4,00%
Capacidade Salarial/de Benefício	98,225%	98,225%
Taxa de Carregamento	4%	4%
Taxa de Crescimento Real de Salário	**0,7670%**	0,9320%

[1] O estudo de aderência das tábuas biométricas (mortalidade de válidos e inválidos e entrada em invalidez) subsidia as premissas biométricas utilizadas para o cálculo das Provisões Matemáticas. [2] As premissas de Rotatividade e Entrada em Aposentadoria foram incluídas na relação dos Estudos Técnicos a partir do exercício de 2018. Essas premissas não impactaram os resultados das Reservas Matemáticas em 2017. [3] Considera a primeira condição de elegibilidade de acordo com as regras previstas no regulamento, observada a idade mínima de 53 anos para a aposentadoria antecipada e o valor do maior encargo dentre os benefícios programados. [4] De acordo com a Portaria Previc nº 363, de 26 de abril de 2018, o Artigo 6°, da Instrução Previc nº 10, de 30.11.2018 e o Artigo 3º, da Resolução MPS/CNPC nº 15, de 19/11/2014, está no intervalo estabelecido entre os limites inferior e superior de 4,19%a.a.e 6,38% a.a., respectivamente.

14.2 PLANO DE BENEFÍCIOS PREVI FUTURO

O PREVI Futuro é estruturado na modalidade de contribuição variável e composto de duas partes: a Parte I, relativa aos benefícios de risco, e a Parte II, relativa aos benefícios programados.

PLANO DE CUSTEIO - PREVI Futuro

Participantes	Patrocinadora
Parte I	
- 0,609984% sobre o salário de participação.	- 100% do somatório das contribuições dos participantes relativas a esta parte do plano.
Parte II	
- subparte "a": 6,390016% sobre o salário de participação. - subparte "b": percentual do respectivo salário de participação, a ser obtido de acordo com a pontuação relativa ao participante, conforme Tabela 1 do artigo 62 do Regulamento - subparte "c": percentual do salário de participação a ser fixado individualmente pelo participante, não podendo ser inferior a 2%.	- subparte "a": 100% do somatório das contribuições dos participantes para esta subparte. - subparte "b": 100% da contribuição individual do participante para esta subparte, limitado o somatório dessas contribuições a 7% do total da folha de salários de participação dos participantes deste plano. - subparte "c": não há

Obs.: a contribuição total da Patrocinadora para o PREVI Futuro está limitada a 14% do total da folha de salários de participação.

O aumento das Provisões Matemáticas no valor de R$ 2.710.116 (2.363.967, em 2017), demonstrado na DMAL do PREVI Futuro, deve-se principalmente à rentabilidade auferida nos investimentos, que altera os saldos de contas dos participantes, registrados na Reserva de Benefícios a Conceder – Parte II (Benefícios Programados) e das contribuições que foram vertidas ao plano, especialmente à Parte II.

PREMISSAS ATUARIAIS - PREVI Futuro	2018	2017
Biométricas / Demográficas		
Mortalidade de Válidos	**BR.EMSsb-2015**	AT-2000 Suavizada em 10%
Mortalidade de Inválidos	**CSO58 Female**	Winklevoss Experiência PREVI
Entrada em Invalidez	Light Fraca	Light Fraca
Composição da Família de Pensionistas	**Base 2018**	Base 2015
Rotatividade [1]	0%	0%
Entrada em Aposentadoria [1] [2]	53 anos (Aposentadoria Antecipada)	53 anos (Aposentadoria Antecipada)
Econômicas		
Taxa Real de Juros [3]	5% a.a.	5% a.a.
Taxa de Inflação de Longo Prazo	4,00%	4,00%
Capacidade Salarial/de Benefício	98,225%	98,225%
Taxa de Carregamento	4%	4%
Taxa de Crescimento Real de Salário	2,422% (Banco do Brasil) 0,783% (PREVI)	2,682% (Banco do Brasil) 0,783% (PREVI)

(1) As premissas de Rotatividade e Entrada em Aposentadoria foram incluídas na relação dos Estudos Técnicos a partir do exercício de 2018. Essas premissas não impactaram os resultados das Reservas Matemáticas em 2017 (2) Considera a primeira condição de elegibilidade de acordo com as regras previstas no regulamento, observada a idade mínima de 53 anos para a aposentadoria antecipada e o valor do maior encargo dentre os benefícios programados. (3) De acordo com a Portaria Previc nº 363, de 26 de abril de 2018, o Artigo 6º, da Instrução Previc nº 10, de 30.11.2018 e o Artigo 3º, da Resolução MPS/CNPC nº 15, de 19/11/2014, está no intervalo estabelecido entre os limites inferior e superior de 4,17%a.a.e 6,36% a.a., respectivamente

15 EQUILÍBRIO TÉCNICO

Em 25/11/2015, foi promulgada a Resolução MPS/CNPC nº 22, que alterou a Resolução CGPC nº 26, de 29/09/2008, quanto aos procedimentos a serem observados na apuração do resultado do plano e que passou a considerar a duração do passivo do plano de benefícios (*duration*) na apuração do limite de equilíbrio técnico acumulado, com aplicação obrigatória em resultados a partir do exercício de 2015. A *duration* corresponde à média dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios do plano, líquido de contribuições normais e extraordinárias incidentes sobre esses benefícios, ponderada pelos valores presentes desses fluxos.

15.1 PLANO DE BENEFÍCIOS 1

EQUILÍBRIO TÉCNICO	2018	2017
Reserva de Contingência	6.524.259	0
Reserva Especial para Rev. de Plano [1]	0	0
Déficit Técnico Acumulado	0	-4.295.067

[1] Artigo 8º, da Resolução MPS/CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008.

O Superávit Técnico do Exercício de R$ 10.819.326 (9.648.271, em 2017) resultou na reversão do Déficit Técnico Acumulado (R$ 4.295.067, em 2017) e na constituição de Reserva de Contingência de R$ 6.524.259, em 31/12/2018.

Contribuiu para esse resultado o retorno positivo de 18,82% da carteira de investimentos (Nota 17.2). O índice de cobertura dos compromissos atuariais (Ativo Líquido sobre as Provisões Matemáticas) foi de 1,04 (0,97, em 2017).

EVOLUÇÃO - Plano 1	2018	2017
Equilíbrio Técnico - Exercício Anterior	**-4.295.067**	**-13.943.338**
Resultado Líquido Previdencial	**-11.153.515**	-10.458.875
Resultado das Contingências	-59.328	320.550
Cobertura de Despesas Administrativas	-48.182	-47.931
Resultado Líquido dos Investimentos	30.017.901	22.028.383
Variação Provisão Matemática	-7.938.691	-2.196.090
Fundos Previdenciais	1.141	2.234
Equilíbrio Técnico - No Exercício	**6.524.259**	**-4.295.067**

15.2 PLANO DE BENEFÍCIOS PREVI FUTURO

Por ser de Contribuição Variável, o Equilíbrio Técnico do PREVI Futuro é decorrente principalmente dos valores apurados na Parte I do plano, estruturada na modalidade de Benefício Definido. Nessa parte, são calculados os benefícios de risco, enquanto que na Parte II são apuradas as reservas dos benefícios programados.

EQUILÍBRIO TÉCNICO	2018	2017
Reserva de Contingência	0	(1) 151.978
Superávit Técnico Acumulado	**0**	**151.978**

(1) Ganhos atuariais acumulados foram revertidos ao Fundo de Gestão de Risco, conforme Parecer Atuarial.

EVOLUÇÃO - PREVI Futuro	
Equilíbrio Técnico - 2017	**151.978**
Resultado Líquido Previdencial	1.251.321
Resultado das Contingências	-11
Cobertura de Despesas Administrativas	-53.734
Resultado Líquido dos Investimentos	1.685.955
Variação Provisão Matemática	-2.710.116
Fundos Previdenciais	-325.393
Equilíbrio Técnico - 2018	**0**

16 FUNDOS

EVOLUÇÃO DOS FUNDOS	Gestão Previdencial	Gestão Administrativa	Investimentos	Consolidado
2016	**467.804**	**939.944**	**909.933**	**2.317.681**
Formação/Reversão de Fundos	101.107	75.987	69.554	246.648
2017	**568.911**	**1.015.931**	**979.487**	**2.564.329**
Formação/Reversão de Fundos	394.238	78.907	105.305	578.450
2018	**963.149**	**1.094.838**	**1.084.792**	**3.142.779**

16.1 GESTÃO PREVIDENCIAL

Os fundos previdenciais são constituídos pelo atuário com o objetivo de minimizar os efeitos de oscilações das variáveis atuariais sobre os resultados dos planos de benefícios, para promover maior estabilidade e reduzir a ocorrência de déficits conjunturais. O atuário deve indicar sua fonte de custeio e finalidade, que deve guardar relação com o evento determinado ou um risco identificado, avaliado, controlado e monitorado.

	MOVIMENTAÇÃO DOS FUNDOS PREVIDENCIAIS	2017	Aportes	Atualizações	Utilizações	2018
Plano 1	Fundo de Renda Certa [1]	2.238	0	115	-1.256	1.097
	Subtotal	**2.238**	**0**	**115**	**-1.256**	**1.097**
PREVI Futuro	Fundo de Cotas Resguardadas [2]	84.311	0	27.207	0	111.518
	Fundo Cobert. Risco Reingresso Ex Part. [3]	36.294	0	10.617	0	46.911
	Fundo de Gestão Risco [4]	154.226	0	287.569 [7]	0	441.795
	Subtotal	**274.831**	**0**	**325.393**	**0**	**600.224**
Capec	Fundo da Carteira de Pecúlios [5]	37.776	28.789	0	-14.890	51.675
	Fundo de Reserva para Cob. Oscilações [6]	254.066	33.216	22.871	0	310.153
	Subtotal	**291.842**	**62.005**	**22.871**	**-14.890**	**361.828**
	Total	**568.911**	**62.005**	**348.379**	**-16.146**	**963.149**

Finalidades:
[1] Pagamento do Benefício Especial aos participantes que excederam 360 contribuições até 31/12/2006 (Artigo 93 do Regulamento). [2] Consolidação dos saldos sem destinação definida no Regulamento anterior, bem como de participantes e ex-participantes que podem receber de imediato. [3] Valores necessários para recompor o saldo patronal da Parte II de participantes que têm direito a reingressar ao PREVI Futuro. [4] Para fazer frente às oscilações de compromissos e ajustes operacionais. [5] Garantir o pagamento de pecúlios sempre que as disponibilidades próprias forem insuficientes, em função do subsídio das contribuições para as faixas etárias maiores. [6] Garantir o pagamento de pecúlios sempre que as disponibilidades próprias forem insuficientes (Artigo 50 do Regulamento). [7] Vide Nota 15.2.

16.2 GESTÃO ADMINISTRATIVA

O Fundo Administrativo tem por finalidade garantir o pagamento das despesas excedentes relativas à manutenção da estrutura administrativa da PREVI. É constituído ou revertido a partir do resultado positivo ou negativo encontrado na apuração das receitas, despesas e resultado dos investimentos da Gestão Administrativa.

O quadro abaixo apresenta a metodologia empregada pela Entidade na apuração do Fundo Administrativo, segregado por Plano de Benefícios, de acordo com os Artigos 22 a 26 do Regulamento do PGA:

EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO	Plano 1	PREVI Futuro	Capec	Consolidado
2017	**736.214**	**235.489**	**44.228**	**1.015.931**
(+/-) Remuneração do Fundo Administrativo [1]	80.136	27.884	5.187	113.207
(+) Custeio Administrativo - Previdencial [2]	48.182	53.734	8.475	110.391
(-) Despesas Específicas - Previdenciais	-16.593	-483	-69	-17.145
(+) Receitas Específicas [3]	1.730	1	0	1.731
Subtotal	**849.669**	**316.625**	**57.821**	**1.224.115**
(+/-) Despesas Comuns Previdenciais (-) Receitas Comuns [4]	-91.155	-32.179	-5.943	-129.277
2018	**758.514**	**284.446**	**51.878**	**1.094.838**
(+/-) Aporte / Reversão do Fundo Administrativo	**22.300**	**48.957**	**7.650**	**78.907**

[1] Resultado Positivo dos Investimentos. [2] Taxa de carregamento de 4% sobre as contribuições do Plano 1 e Plano Previ Futuro e de 2,5% da Capec. [3] Reembolsos c/ Veiculação e Convênios e Taxa de Devolução de Reservas. [4] Valor rateado com base na proporção apurada, mensalmente, sobre o resultado do campo Subtotal acima.

16.3 INVESTIMENTOS

Os Fundos dos Investimentos são constituídos de percentuais cobrados mensalmente nas prestações de Empréstimos Simples e de Financiamentos Imobiliários, estabelecidos de acordo com os regulamentos em vigor.

As taxas de FQM e FL das Carteiras de Empréstimos e Financiamentos são apuradas/reavaliadas anualmente, e os recursos existentes nos Fundos são suficientes para fazer frente aos riscos referentes aos eventos de morte dos mutuários e de crédito das carteiras. O FQM destina-se à quitação das obrigações vincendas em caso de morte do tomador. O FL, no Empréstimo Simples, destina-se à quitação das dívidas inadimplidas consideradas irrecuperáveis pela PREVI após a adoção de todas as medidas cabíveis, inclusive judiciais, e, no Financiamento Imobiliário, para quitar eventual resíduo do saldo existente após o pagamento da última prestação.

	MOVIMENTAÇÃO DOS FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	2017	Aportes	Atualizações	Utilizações / Reversões	2018
Plano 1	**Fundos de Empréstimos Simples**	**345.143**	**67.581**	**31.965**	**-59.659**	**385.030**
	Fundo de Liquidez	190.818	5	17.536	-36	208.323
	Fundo de Quitação por Morte	154.325	67.576	14.429	-59.623	176.707
	Fundo de Financiamentos Imobiliários	**613.611**	**14.762**	**61.803**	**-15.334**	**674.842**
	Fundo Comum de Liquidez e Quitação por Morte	549.643	5.048	57.049	[1] -9.134	602.606
	Fundo de Liquidez - Carim 2007	25.870	2.026	2.480	0	30.376
	Fundo de Quitação por Morte - Carim 2007	22.654	7.688	2.274	-3.206	29.410
	Excedente Fundo de Hedge - 1996 a 2009 [1]	15.444	0	0	-2.994	12.450
	Subtotal	**958.754**	**82.343**	**93.768**	**-74.993**	**1.059.872**
PREVI Futuro	**Fundos de Empréstimos Simples**	**20.009**	**1.406**	**3.196**	**-910**	**23.701**
	Fundo de Liquidez	11.193	0	2.362	0	13.555
	Fundo de Quitação por Morte	8.816	1.406	834	-910	10.146
	Fundo de Financiamentos Imobiliários	**724**	**411**	**84**	**0**	**1.219**
	Fundo de Liquidez - Carim 2007	348	191	40	0	579
	Fundo de Quitação por Morte - Carim 2007	376	220	44	0	640
	Subtotal	**20.733**	**1.817**	**3.280**	**-910**	**24.920**
	Total	**979.487**	**84.160**	**97.048**	**-75.903**	**1.084.792**

[1] Fundo destinado à absorção de gastos judiciais na recuperação de créditos imobiliários.

A forma de cálculo e cobrança das taxas do FQM e do FL do Plano 1 e PREVI Futuro sobre operações de empréstimos simples e financiamentos imobiliários encontram-se divulgados nas Notas 7.6.1 e 7.6.2, respectivamente.

17 MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL	2018	2017
A) Patrimônio Social - início do exercício	**156.359.659**	**141.752.705**
Adições	36.919.851	28.870.909
Destinações	-15.025.246	-14.263.955
B) Patrimônio Social - final do exercício	**178.254.264**	**156.359.659**

17.1 GESTÃO PREVIDENCIAL

	PLANO 1		PREVI Futuro		Capec		Consolidado	
GESTÃO PREVIDENCIAL	**2018**	**2017**	**2018**	**2017**	**2018**	**2017**	**2018**	**2017**
Adições	**33.100.099**	**25.455.292**	**3.045.083**	**2.687.942**	**370.120**	**351.287**	**36.515.302**	**28.494.521**
Contribuições	3.082.198	3.106.359	1.359.128	1.268.258	340.729	318.403	4.782.055	4.693.020
Correntes	3.041.283	3.070.194	1.357.866	1.267.205	340.729	318.396	4.739.878	4.655.795
Patrocinador	574.785	571.024	662.293	619.753	0	0	1.237.078	1.190.777
Participantes	574.957	573.482	682.318	635.237	340.559	318.396	1.597.834	1.527.115
Autopatrocinados	54.823	53.914	13.255	12.215	0	0	68.078	66.129
Outros Recursos Correntes [1]	1.836.718	1.871.774	0	0	170	0	1.836.888	1.871.774
Portabilidade	0	0	939	909	0	0	939	909
Remuneração das contribuições em atraso	5	5	0	0	0	0	5	5
Outras Adições	40.910	36.160	323	144	0	7	41.233	36.311
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	30.017.901	22.028.383	1.685.955	1.419.615	29.315	31.586	31.733.171	23.479.584
Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	0	320.550	0	69	76	1.298	76	321.917
Destinações	**-14.343.223**	**-13.613.165**	**-161.552**	**-130.454**	**-300.134**	**-289.489**	**-14.804.909**	**-14.033.108**
Benefícios	-14.235.713	-13.565.234	-107.807	-80.019	-291.659	-281.552	-14.635.179	-13.926.805
Prestação Continuada	-12.097.600	-11.710.607	-24.351	-20.950	0	0	-12.121.951	-11.731.557
Prestação Única	-7.881	-30.515	-80.319	-56.048	-286.073	-278.568	-374.273	-365.131
Institutos	-2.809	0	-2.880	-2.901	0	0	-5.689	-2.901
Outras Deduções [2]	-2.127.423	-1.824.112	-257	-120	-5.586	-2.984	-2.133.266	-1.827.216
Resultado Negativo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	0	0	0	0	0	0	0	0
Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-59.328	0	-11	0	0	0	-59.339	0
Custeio Administrativo	-48.182	-47.931	-53.734	-50.435	-8.475	-7.937	-110.391	-106.303
Acréscimos/Decréscimos	**18.756.876**	**11.842.127**	**2.883.531**	**2.557.488**	**69.986**	**61.798**	**21.710.393**	**14.461.413**

[1] Contratos firmados entre Banco do Brasil e PREVI (53,6883529% do Grupo Pré-67 e 100% do Grupo Especial). [2] Referentes, principalmente, às atualizações dos contratos (Nota 11.1).

17.2 RESULTADOS E RENTABILIDADE POR TIPO DE EMISSOR

POR TIPO DE EMISSOR	PREVIDENCIAL							PGA		CONSOLIDADO	
		Plano 1	PREVI Futuro		Capec						
Títulos Públicos	11.185	14,71%	0		0			0		11.185	14,71%
Créditos Privados e Depósitos	604.137	11,80%	133.784	9,90%	8.267	8,97%		21.051	10,10%	767.239	11,40%
Ações	7.140.383	16,88%	550.547	17,76%	0			20.125	15,75%	7.711.055	16,92%
Fundos de Investimentos	21.078.953	20,87%	847.052	13,61%	21.481	7,81%		72.031	11,41%	22.019.517	20,35%
Derivativos	11.192		0		0			0		11.192	
Investimentos Imobiliários	915.526	9,76%	34.948	8,04%	0			0		950.474	9,68%
Empréstimos e Financiamentos	534.944	10,48%	137.137	9,15%	0			0		672.081	10,19%
Outros Investimentos	502		0		0			0		502	
DOS PLANOS	**30.296.822**	**18,82%**	**1.703.468**	**14,06%**	**29.748**	**8,21%**	Subtotal	**113.207**	**11,74%**	**32.143.245**	**18,32%**
Contingências de Investimentos	-8.459		-4		0		-8.463			-8.463	
Despesa Administrativa de Investimentos	-169.344		-13.322		-433		-183.099			-183.099	
Fundos dos Investimentos	-101.118		-4.187		0		-105.305			-105.305	
RESULTADO POSITIVO DOS INVESTIMENTOS	**30.017.901**		**1.685.955**		**29.315**		**31.733.171**	**113.207**		**31.846.378**	

18 GESTÃO ADMINISTRATIVA

GESTÃO ADMINISTRATIVA	2018	2017
A) Fundo Administrativo Inicial	**1.015.931**	**939.944**
Custeio da Gestão Administrativa	409.742	413.157
Despesas Administrativas	-320.717	-308.431
Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	-10.087	-28.719
Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	-31	-20
B) Fundo Administrativo Final	**1.094.838**	**1.015.931**

O Custeio da Gestão Administrativa alcançou 2,7% das contribuições previdenciais normais e benefícios (Programados e Não Programados), dentro do limite estabelecido pelo Conselho Deliberativo, de acordo com o exigido pela Resolução CGPC nº 29, de 31/08/2009. O resultado dos investimentos do Fundo Administrativo foi de R$ 113.207 (R$ 128.525, em 2017) e atingiu a rentabilidade de 11,7%a.a. (14,6%a.a., em 2017).

	Plano Administrativo		
COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS	**2018**	**2017**	**Variação (%)**
Total das Despesas Administrativas	**320.717**	**308.431**	**4,0**
Pessoal e Encargos	**200.402**	**185.262**	**8,2**
Conselheiros	3.173	3.037	
Conselho Deliberativo	1.851	1.994	
Conselho Fiscal	1.322	1.043	
Dirigentes	9.035	8.792	
Pessoal Próprio	6.817	6.149	
Pessoal Cedido (1)	181.306	167.221	
Demais Despesas com Pessoal	71	63	
Treinamento / Congressos e Seminários	**2.047**	**3.703**	**-44,7**
Viagens e Estadias	**1.757**	**1.835**	**-4,3**
Serviços de Terceiros	**36.567**	**44.113**	**-17,1**
Consultoria Atuarial	0	59	
Consultoria Contábil	9	9	
Consultoria Jurídica (2)	16.213	27.082	
Serviços de Recursos Humanos (3)	4.702	3.917	
Serviços de Informática	9.544	9.692	
Serviços de Gestão / Planejamento Estratégico	3.668	1.732	
Auditoria Contábil	173	165	
Auditoria de Investimentos	323	308	
Consultoria dos Investimentos	158	208	
Outros Serviços	1.777	941	
Despesas Gerais	**51.754**	**46.466**	**11,4**
Manutenção Predial da Sede	10.253	1.323	
Manutenção de Equipamentos de Informática	625	2.915	

» CONTINUA

» CONTINUAÇÃO

Manutenção de Software	7.662	6.935	
Publicações da Previ	1.984	1.888	
Informações Eletrônicas	2.197	2.744	
Remessa de Documentos	956	938	
Energia Elétrica e Gás	1.481	1.354	
Telecomunicações	2.476	2.674	
Despesas Judiciais / Cartorárias	3.373	3.832	
Aluguel / Encargos - Imóvel de Uso Próprio	14.224	13.547	
Aluguel da Sede	10.811	10.553	
Condomínio	3.413	2.994	
Locação de Veículos	406	1.125	
Organização de Eventos	1.935	1.819	
Demais despesas Gerais	4.182	5.372	
Depreciações e Amortizações	**7.232**	**7.791**	**-7,2**
Tributos	**9.050**	**8.219**	**10,1**
TAFIC	7.986	7.303	
IPTU e Outros Impostos	1.064	916	
Outras	**11.908**	**11.042**	**7,8**

(1) Funcionários do patrocinador cedidos à PREVI, conforme Parágrafo Único, do Artigo 7º, da Lei Complementar nº.: 108, de 29/05/2001. (2) Escritórios terceirizados. A PREVI possui 25.179 (27.329, em 2017) causas judiciais e administrativas. (3) Entrevista e seleção, desenvolvimento e sucessão e suporte administrativo.

As Despesas Administrativas alcançaram 2,1% das contribuições previdenciais normais e benefícios (Programados e Não Programados), consideradas as Despesas Administrativas dos Investimentos que somaram R$ 183.099 e foram integralmente ressarcidas pelo Custeio dos Investimentos (Nota 4.4.c).

Para identificação das Despesas Administrativas realizadas pelas áreas comuns, utilizam-se critérios de rateio baseados nas despesas de pessoal alocado em cada área (previdencial e investimento), no número de funcionários, no percentual de área física ocupada por essas atividades, na quantidade de softwares e de ações judiciais. Ao aplicar esses parâmetros de rateio entre a Gestão Previdencial e de Investimentos, os percentuais médios apurados foram de 42,9% para a Gestão Previdencial e de 57,1% para Investimentos.

19 AJUSTES E ELIMINAÇÕES DE

DESCRIÇÃO	PLANO 1	PREVI Futuro	Capec	PGA	Ajustes e Eliminações	Consolidado
				2018	(Nota 3)	
ATIVO	**189.827.286**	**15.013.000**	**478.945**	**1.410.105**	**-1.116.491**	**205.612.845**
Disponível	**1.495**	**11**	**3**	**13**	**0**	**1.522**
Realizável	**189.825.791**	**15.012.989**	**478.942**	**1.392.367**	**-1.116.491**	**205.593.598**
Previdencial	**3.319.753**	**3.720**	**9.327**	**0**	**-945**	**3.331.855**
Administrativo	**758.514**	**284.446**	**51.878**	**332.397**	**-1.115.546**	**311.689**
Participação Fundo Administrativo	758.514	284.446	51.878	0	-1.094.838	0
Contas a Receber				20.914	-20.708	206
Depósitos Judiciais/ Recursais				308.190		308.190
Outros				3.293		3.293
Investimento	**185.747.524**	**14.724.823**	**417.737**	**1.059.970**		**201.950.054**
Permanente				**17.725**		**17.725**
PASSIVO	**-189.827.286**	**-15.013.000**	**-478.945**	**-1.410.105**	**1.116.491**	**-205.612.845**
Operacional	**-25.265.182**	**-22.126**	**-60.709**	**-5.735**	**21.653**	**-25.332.099**
Previdencial	-25.130.820	-7.356	-60.666		3.850	-25.194.992
Administrativo				-5.735	939	-4.796
Investimento	-134.362	-14.770	-43	0	16.864	-132.311
Contingencial	**-1.712.242**	**-178**	**-4.530**	**-309.532**	**0**	**-2.026.482**
Previdencial	-1.671.679	-178	-4.530			-1.676.387
Administrativo				-309.532		-309.532
Investimento	-40.563	0	0			-40.563
PATRIMÔNIO SOCIAL	**-162.849.862**	**-14.990.696**	**-413.706**	**-1.094.838**	**1.094.838**	**-178.254.264**
Patrimônio de Cobertura do Plano	**-161.030.379**	**-14.081.106**	**0**	**0**	**0**	**-175.111.485**
Provisões Matemáticas	-154.506.120	-14.081.106				-168.587.226
Equilíbrio Técnico	-6.524.259	0				-6.524.259
Fundos	**-1.819.483**	**-909.590**	**-413.706**	**-1.094.838**	**1.094.838**	**-3.142.779**
Fundos Previdenciais	-1.097	-600.224	-361.828			-963.149
Fundos Administrativos	-758.514	-284.446	-51.878	-1.094.838	1.094.838	-1.094.838
Fundos dos Investimentos	-1.059.872	-24.920				-1.084.792

CONSOLIDAÇÃO

20 EVENTOS SUBSEQUENTES

20.1 VALE S.A. – ROMPIMENTO DA BARRAGEM EM BRUMADINHO

Em 25/01/2019 ocorreu o rompimento da Barragem 1 da Mina do Córrego de Feijão de propriedade da mineradora Vale S.A., em Brumadinho (MG). Em razão do ocorrido, e por possuírem investimentos diretos em ações da Companhia (Nota 7.2) ou indiretos por meio do Fundo de Investimento BB Carteira Ativa (Nota 7.3), que detém ações da holding Litel, os Planos de Benefícios 1, PREVI Futuro e o Plano de Gestão Administrativa poderão sofrer impactos financeiros e econômicos a partir do exercício de 2019.

21 FATO RELEVANTE

Conforme Artigo 2º, da Resolução nº: 31, de 11/12/2018, "[...] cada plano de benefícios de caráter previdenciário deverá manter independência patrimonial em relação aos demais planos de benefícios operados pela entidade fechada de previdência complementar, assim como em relação à entidade que o administra, por meio da inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, conforme regulamentação da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Ainda em seu Artigo 3º, indica que as "[...] entidades fechadas de previdência complementar deverão, para fins de operacionalização dos procedimentos instituídos nesta Resolução, observar como termo final o dia 31 de dezembro de 2021".

José Maurício Pereira Coelho
Presidente
CPF: 853.535.907-91

Márcio de Souza
Diretor de Administração
CPF: 844.274.347-20

Antonio Henrique Pereira dos Santos
Contador CRC DF 12.360/O-T-RJ
CPF: 224.430.703-44

Parecer Atuarial 2018

Parecer Atuarial 2018

Plano de Benefícios 1

Plano de Benefícios Previ Futuro

Carteira de Pecúlios – CAPEC

1. OBJETIVO

1.1. O presente Parecer Atuarial tem por objetivo informar sobre a qualidade da base cadastral, as premissas atuariais, o custo e plano de custeio e o resultado da avaliação atuarial dos Planos de Benefícios administrados pela PREVI – Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil.

1.2. A PREVI administra três planos de benefícios, todos registrados no órgão regulador e fiscalizador por meio de reconhecimento no CNPB – Cadastro Nacional de Planos de Benefícios, a saber:

Registro	Nome do Plano
19.800.001-74	Plano de Benefícios 1
19.980.035-74	Plano de Benefícios 2 (Previ Futuro)
19.040.001-18	Carteira de Pecúlios

Tabela A

1.3. O Plano de Benefícios 1 entrou em extinção em 24.12.1997. O Plano de Benefícios Previ Futuro e a Carteira de Pecúlios encontram-se abertos para novas adesões.

1.4. A PREVI dispõe de cadastro próprio de participantes dos Planos de Benefícios 1 e Previ Futuro integrado aos demais sistemas de informações da Entidade. Para formação desse cadastro recebemos informações cadastrais e financeiras do patrocinador. Os dados são criteriosamente tratados, submetidos a filtros de consistência e confiabilidade.

2. PLANO DE BENEFÍCIOS 1

2.1. BASE DE DADOS

2.1.1 A base de dados do cadastro utilizada para a avaliação atuarial do Plano de Benefícios 1 foi gerada em 11.01.2019 e refere-se à data base de dezembro de 2018. A síntese do cadastro apresenta os seguintes números para os participantes ativos, aposentados e pensões, comparados a dezembro de 2017:

Quantidade	dez/17	dez/18
Ativos	**11.035**	**10.055**
Avaliados	11.020	10.055
Matrículas Rejeitadas	15	0
Idade Média Ativos em anos	***51***	***52***
Tempo Médio Faltante para Aposentadoria (meses)[1]	***26***	***20***
Salário de Participação Médio[2]	***R$ 12.906,80***	***R$ 13.806,11***
Institutos (aguardando benefício)	**433**	**408**
Autopatrocinados	175	157
Benefício Proporcional Diferido (BPD)	258	251
Aposentados	**81.912**	**81.757**
Benefícios		
Idade	241	241
Tempo de Contribuição	55.582	55.289
Antecipada	20.012	20.239
Invalidez	5.765	5.685
Renda Mensal Vitalícia	251	250
Pensão Mínima	53	53
Renda Mensal de Aposentadoria Parte Opcional[3]	0	1
Idade Média Aposentados[4]	***66***	***67***
Benefício Médio de Aposentadorias por Invalidez[5]		
valor nominal	**R$ 5.299,79**	**R$ 5.392,78**
valor atualizado para avaliação	**R$ 5.409,11**	**R$ 5.577,27**
Benefício Médio de Aposentadorias Programadas[5]		
valor nominal	**R$ 9.664,61**	**R$ 9.867,07**
valor atualizado para avaliação	**R$ 9.863,80**	**R$ 10.194,84**
Institutos	**3.660**	**3.669**
Autopatrocinados	3.409	3.419
Benefício Proporcional Diferido	251	250
Pensões[6]	**18.254**	**18.640**
Beneficiários Previ	21.151	21.476
Benefício Médio[7]		
valor nominal	**R$ 7.207,10**	**R$ 7.359,01**
valor atualizado para avaliação	**R$ 7.352,50**	**R$ 7.606,30**

Tabela B

[1] Excluídos os participantes cujo tempo faltante para a aposentadoria é zero. [2] Não considera participantes em BPD ou matrículas rejeitadas. [3] Esse participante está incluído na contagem de Tempo de Contribuição [4] Não considera os participantes com status de Pensão Mínima. [5] Não considera no cálculo os benefícios zerados, participantes com status de Pensão Mínima e nem Parte Opcional [6] Considera apenas as pensões de responsabilidade PREVI. [7] Não considera no cálculo os benefícios zerados

2.1.2 Em dezembro de 2018, nenhum participante ativo foi rejeitado em função de inconsistências no cadastro. Em relação à base de aposentados, 53 participantes não recebem atualmente benefício da PREVI, sendo avaliados somente pelo encargo de pensão mínima. Na quantidade de ativos e aposentados já foram considerados os participantes que optaram pelos institutos.

2.1.3 Em 31.12.2018, a quantidade de participantes ativos do Plano 1 foi reduzida a 10.055, sendo que desses, 6.072 participantes ativos, exceto BPD, já cumpriram as exigibilidades para aquisição de um benefício programado, representando 60,39% do total de ativos. Desses, 5.681 são elegíveis somente ao benefício sob a forma antecipada. Dos elegíveis, 4.544 participantes ativos foram avaliados como riscos iminentes, conforme premissa de entrada em aposentadoria.

2.1.4 A quantidade de aposentados reduziu para 81.757 tendo em vista que o número de falecimentos foi superior à quantidade de concessões de aposentadorias. Assim, em 31.12.2018, 90,90 % dos participantes do Plano 1 encontram-se assistidos.

2.2 PLANO DE BENEFÍCIOS

2.2.1 O Plano de Benefícios 1 é composto de uma Parte Geral, destinada a todos os participantes, estruturada como benefício definido, e de uma Parte Opcional, de caráter facultativo e adicional à Parte Geral, estruturada como contribuição variável, com contribuição exclusiva do participante.

2.2.2 O Plano contempla ainda o Benefício Especial de Renda Certa, pago com recursos do Fundo de Renda Certa, constituído em dezembro de 2007.

2.2.3 A Tabela C apresenta os benefícios oferecidos no Plano de Benefícios 1:

Parte Geral	Institutos	Parte Opcional	Benefícios Especiais
Complemento de Aposentadoria por Invalidez	Renda Mensal Vitalícia (com reversão em pensão) (BPD)	Renda Mensal de Aposentadoria	Benefício Especial de Renda Certa[1]
Complemento de Aposentadoria por Tempo de Contribuição	Autopatrocínio	Renda Mensal de Pensão por Morte	
Complemento de Aposentadoria por Idade	Portabilidade		
Complemento Antecipado de Aposentadoria	Devolução da Reserva de Poupança (Resgate)		
Complemento de Pensão por Morte	Renda Mensal Temporária por Desligamento do Plano (Resgate)		

Tabela C

[1] Relativo aos participantes que contribuíram na atividade por mais de 30 anos até 31/12/2006, a ser pago em até 24 meses enquanto houver recursos no Fundo de Renda Certa.

2.3. METODOLOGIA DE CÁLCULO E PREMISSAS ATUARIAIS

2.3.1 O Plano de Benefícios 1 é avaliado sob o regime financeiro de capitalização para todos os benefícios regulamentares e o método atuarial empregado é o agregado.

2.3.2 Na tabela D são apresentadas as premissas adotadas no exercício de 2018 e as aprovadas para o exercício de 2019:

Premissas Biométricas/Demográficas	Exercício 2018	Exercício 2019
Mortalidade de Válidos	AT-2000 Suavizada em 10%	**BR.EMSsb-2015**
Mortalidade de Inválidos	Winklevoss Experiência PREVI	**CSO58 Female**
Entrada em Invalidez	Light Fraca	Light Fraca
Composição da Família de Pensionistas	Base 2015	**Base 2018**
Rotatividade	0%	0%
Entrada em Aposentadoria[*]	53 anos (Apose Antecip.)	53 anos (Apose Antecip.)

[*] Considera a primeira condição de elegibilidade de acordo com as regras previstas no regulamento, observada a idade mínima de 53 anos para a aposentadoria antecipada e o valor do maior encargo dentre os benefícios programados.

Premissas Econômicas	Exercício 2018	Exercício 2019
Taxa Real de Juros	5% ao ano	5% ao ano
Taxa de Inflação de Longo Prazo	4,00%	4,00%
Capacidade Salarial/de Benefício	98,225%	98,225%
Taxa de Crescimento Real de Salário	0,932%	**0,767%**

Tabela D

2.3.3 Em relação às premissas para o exercício de 2019, os estudos técnicos indicaram a necessidade de alteração das tábuas de mortalidade de válidos e de inválidos e da taxa de crescimento real de salários, bem como a base de dependentes econômicos utilizada para apuração do custo da família média foi atualizada para 2018.

2.3.4 Foi elaborado estudo sobre aderência da tábua de mortalidade de válidos, considerando a base de dados de participantes e assistidos do Plano de Benefícios 1 no período 2013 a 2017, segregada por sexo. Após realizarmos testes estatísticos e análises para determinar qual a tábua de mercado mais aderente à população, concluímos que a Tábua BR-EMSsb-2015 é a mais indicada para ser adotada na avaliação atuarial dos Planos de Benefícios 1.

2.3.5 Do mesmo modo, o estudo sobre a tábua de mortalidade de inválidos indicou a troca da Tábua Winklevoss Experiência PREVI para CSO 58 FEMALE, uma vez que seus resultados se mostraram mais próximos dos eventos ocorridos no período de 2013 a 2017.

2.3.6 O estudo de adequação à tábua de entrada em invalidez concluiu que a Tábua Light Fraca continua sendo a mais aderente aos eventos de invalidez ocorridos nos planos de benefícios e, com base no estudo, indicamos pela manutenção da mencionada tábua para a avaliação atuarial de 31.12.2018 e para o exercício de 2019 dos Planos 1, Previ Futuro e CAPEC.

2.3.7 Para a premissa relativa à taxa de inflação de longo prazo, os cenários estruturados no relatório elaborado pela PREVI, em conjunto com a Política de Investimentos 2019-2025, indicaram a manutenção da taxa de 4,0% ao ano no cenário base, resultando na consequente manutenção do fator de capacidade de 98,225%.

2.3.8 A taxa de crescimento real de salários, que reflete a projeção dos salários dos participantes em atividade quando da entrada em benefício, adotada para o exercício de 2019, é de 0,767% ao ano, conforme estudo elaborado com base na variação salarial decorrente da carreira dos funcionários que estão em atividade no Banco do Brasil e são filiados ao Plano de Benefícios 1 (tendo como base o período de 2009 a 2018).

2.3.9 Por ter completado 3 (três) anos do estudo anterior, também foi atualizada a base de dependentes econômicos utilizada para apuração da anuidade representativa do grupo familiar (família média).

2.3.10 Por fim, o estudo sobre aderência da taxa real de juros utilizada na avaliação atuarial do plano teve como base os estudos de ALM (gerenciamento do ativo e do passivo) que indicaram a manutenção da taxa real de 5% ao ano para o exercício de 2019.

2.3.11 As alterações das premissas atuariais acima descritas implicaram em aumento da Reserva Matemática em aproximadamente R$ 4,113 bilhões na avaliação atuarial de dezembro de 2018, representando uma majoração de 2,73% das reservas matemáticas para o Plano de Benefícios 1.

Valores em R$ Mil

Plano 1	Premissas 2018	Base de Dependentes	Crescimento Real Salários	Tábuas Biométricas	Premissas 2019
Reserva Matemática	**150.392.982**	**150.265.538**	**150.336.722**	**154.561.753**	**154.506.120**
Benefícios Concedidos	146.891.722	146.777.356	146.891.722	151.086.936	151.088.250
Benefícios a Conceder	17.550.016	17.536.938	17.493.756	17.756.694	17.699.748
Reserva a Amortizar	-14.048.756	-14.048.756	-14.048.756	-14.281.878	-14.281.878
Impacto*					
Base de Dependentes		-127.444			
Cresc. Real de Salários			-56.260		
Tábuas Biométricas				4.168.771	
Impacto Total**					**4.113.138**

Tabela E. *impacto de cada premissa mantendo todas as premissas do Balanço e alterando só a premissa citada. **impacto total: representa o efeito conjugado de todas as premissas alteradas, diferente dos somatório dos impactos isolados

2.4 RESERVA A AMORTIZAR

2.4.1 Em 24.12.1997, foi firmado entre o Banco do Brasil e a PREVI o Contrato que disciplina a integralização das reservas matemáticas pelo regime financeiro de capitalização para pagamento do complemento de aposentadoria dos participantes admitidos no Banco do Brasil até 14.04.1967, denominado Grupo 67. Em 31.12.2018, havia 15.594 integrantes do Grupo 67 cujo valor da Reserva a Amortizar relativa ao grupo era de R$ 13.190 milhões.

2.4.2 O Plano de Custeio para o financiamento da Reserva a Amortizar do Grupo 67 foi determinado pelo citado Contrato, cabendo à PREVI a mensuração do compromisso previdencial do Banco do Brasil, correspondente a 53,6883529% do total do encargo de aposentadoria relativo ao Grupo 67. Conforme Cláusula Décima do Acordo, a duração do referido contrato tem prazo vinculado à quitação do último compromisso referente ao complemento de aposentadoria dos participantes do Grupo 67.

2.4.3 A Cláusula Quarta do Contrato estabelece que o Banco do Brasil efetue pagamento antecipado de contribuições que são contabilizadas como contribuições amortizantes antecipadas. Em 31.12.2018, o valor relativo à rubrica contábil "Contribuições Amortizantes Antecipadas" corresponde a R$ 13.190 milhões.

2.4.4 Em 31.12.2012 o Banco do Brasil e a PREVI assinaram novo Contrato que disciplina a integralização de 100% das reservas matemáticas do Grupo Especial pelo regime financeiro de capitalização.

2.4.5 Conforme §1º da Cláusula Primeira do Contrato de 31.12.2012, entende-se como Grupo Especial o contingente de participantes do Plano 1 admitidos no Banco do Brasil até 14.04.1967, listados no documento anexo ao contrato, e que obtiveram complementos adicionais de aposentadoria decorrentes de decisões administrativas e/ou judiciais assumidas pelo patrocinador. Em 31.12.2018 havia 2.688 integrantes do Grupo Especial, cujo valor do passivo atuarial corresponde a R$ 1.091 milhões. Cabe ressaltar que os participantes do Grupo Especial vertem contribuições normais conforme estabelecido no artigo 69 do Regulamento vigente do Plano de Benefícios 1.

2.4.6 A Cláusula Terceira do Contrato de 31.12.2012 estabelece que o Banco do Brasil efetue pagamento antecipado de contribuições que serão contabilizadas como "Contribuição Amortizante Grupo Especial". O saldo dessa rubrica, em 31.12.2018, corresponde a R$ 1.091 milhões, mesmo valor do passivo atuarial desse grupo.

2.4.7 Em observância aos contratos acima citados, a reserva a amortizar considera todas as alterações de premissas do plano que se aplicam ao seu cálculo.

2.5 FUNDOS PREVIDENCIAIS

2.5.1 O Fundo de Renda Certa foi constituído em dezembro de 2007, apurado com base em cálculo financeiro para pagamento do Benefício Especial de Renda Certa, que permanece vigente no regulamento. Seu saldo contábil, em 31.12.2018 corresponde a R$ 1.097.103,70.

2.6 SITUAÇÃO FINANCEIRO-ATUARIAL

2.6.1 A Tabela F mostra os resultados das avaliações atuariais relativas aos compromissos assumidos pelo plano e os seus Patrimônios de Cobertura em 31.12.2017 e 31.12.2018:

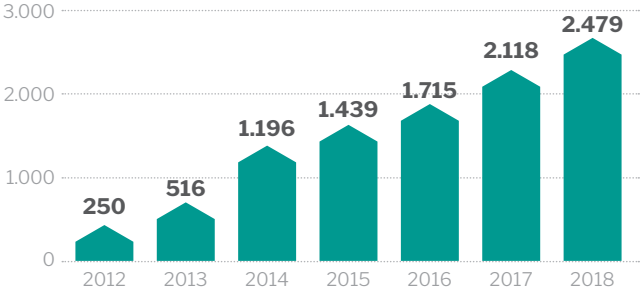
	dez/17	dez/18
Patrimônio de Cobertura do Plano (A)	**142.272.362.306**	**161.030.378.837**
Reservas Matemáticas (B)	**146.567.429.646**	**154.506.120.098**
Benefícios Concedidos	143.352.341.486	151.088.250.080
Benefícios a Conceder	17.823.279.269	17.699.747.761
(-) Reserva a Amortizar	-14.608.191.109	-14.281.877.743
Reserva a Amortizar - Grupo 67	-13.506.509.324	-13.190.867.104
Reserva a Amortizar - Grupo Especial	-1.101.681.785	-1.091.010.639
Resultado Técnico Acumulado (A) – (B)	-4.295.067.340	6.524.258.739
Fundo Previdencial	**2.237.501**	**1.097.104**
Fundo de Renda Certa	2.237.501	1.097.104

Tabela F - Valores em Reais

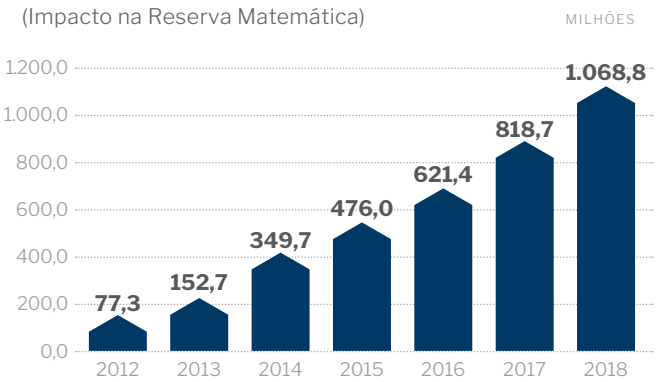
2.6.2 Observamos que no período de dezembro de 2017 a dezembro de 2018, a Reserva Matemática teve variação de 5,42%. O principal fator responsável pelo aumento do passivo atuarial foi a alteração de premissas Tábuas de Válidos e Inválidos . A variação do INPC no período de janeiro a dezembro de 2018, equivalente a 3,43% pouco impactou a variação da Reserva Matemática de Benefícios Concedidos, que foi mais sensibilizada pelo decréscimo da população pelo seu natural envelhecimento.

2.6.3 Vale ressaltar que o valor das Reservas Matemáticas também é impactado pelas implantações e/ou aumentos de benefícios decorrentes de determinação judicial, para os quais não houve prévia constituição de reservas e nem aporte equivalente de recursos, posto que seus valores divergem daqueles obtidos estritamente com a aplicação das regras regulamentares. A partir de 2012 a PREVI iniciou o acompanhamento gerencial desses impactos. Em dezembro/2018, R$ 1.068 bilhão do total da Reserva Matemática refere-se ao impacto do aumento no benefício decorrente de decisões judiciais implantadas para 2.479 benefícios de aposentadorias e pensões. Esse valor não demonstra os valores retroativos desembolsados pelo plano de benefício ao longo do processo judicial, pois representa apenas o valor atual do compromisso futuro com essas parcelas. Destaca-se o aumento relevante dos valores, a partir do início do acompanhamento gerencial pela PREVI, no final de 2012, quando apuramos R$ 77,3 milhões de impacto, relativo a 250 assistidos, tendo esse montante aumentado mais de 13 vezes nos últimos 6 anos. Apesar das recentes decisões positivas para o sistema de previdência complementar, ainda não foi evidenciada a redução na quantidade de implantações judiciais.

⟩ Decisões Judiciais – Frequência
(Quantidade de Benefícios)



⟩ Decisões Judiciais
(Impacto na Reserva Matemática)



2.7 INFORMAÇÕES ACERCA DO RESULTADO :

2.7.1 Nos últimos três exercícios, os resultados contábeis do Plano de Benefícios 1 foram assim apurados:

	dez/16	dez/17	dez/18
Patrimônio de Cobertura do Plano (A)	130.428.001	142.272.362	161.031.475
Reservas Matemáticas (B)	144.371.339	146.567.429	154.506.120
Resultado Acumulado (C) = (A) – (B)	**-13.943.338**	**-4.295.067**	**6.524.258**
Ajuste de Precificação (Res. CNPC 16/2014) (D)	2.582.338	2.607.979	2.423.120
Déficit Técnico Apurado para fins de Equacionamento (E) =(C) - (D)	-11.360.999	-1.687.088	0,00
Limite de Déficit Técnico Acumulado (F) = (*duration* – 4)% de (B)	-11.087.719	-10.963.244	-11.711.564
Déficit Técnico a ser Equacionado (G) = Máx(1% de (B); Valor de (E) que ultrapassar (F)	**-1.443.713**	**0**	**0**
Limite da Reserva de Contingência (H) =Min(25,*duration* +10)% de (B)	31.299.706	31.482.684	33.342.420
Reserva de Contingência (I) = Mín (C), (H)	**0**	**0**	**6.524.258**
Variação Anual Patrimônio Cobertura Plano	8,94%	9,08%	13,18%
Variação Anual Reserva Matemática	6,26%	1,52%	5,42%
Variação INPC	6,58%	2,07%	3,43%
Meta Atuarial (INPC + 5%)	11,91%	7,17%	8,61%
duration	11,68	11,48	11,58

Tabela G - Valores em R$ Mil

2.7.2 No período analisado, constatamos que o passivo atuarial e a variação do INPC possuem comportamentos similares, à exceção de 2018 que o passivo teve maior variação devido a alteração da tábua de mortalidade de válidos.

2.7.3 Quanto ao Patrimônio para Cobertura do Plano, verificamos que houve variação positiva de 13,18% no ano. Cabe ressaltar que a rentabilidade do Plano de Benefícios 1 no ano de 2018 foi positiva, no valor de 18,82% enquanto que a meta atuarial foi de 8,61%.

2.7.4 Conforme Resolução CMN 4.661/18 os recursos garantidores dos planos administrados pelas entidades devem ser classificados nos seguintes segmentos de aplicação: renda fixa, renda variável, investimentos estruturados, investimentos no exterior, imóveis e operações com participantes. A Tabela H mostra os valores em percentuais de alocação por segmento nos últimos três exercícios, conforme Política de Investimentos do Plano de Benefícios 1, bem como a rentabilidade de seus respectivos ativos:

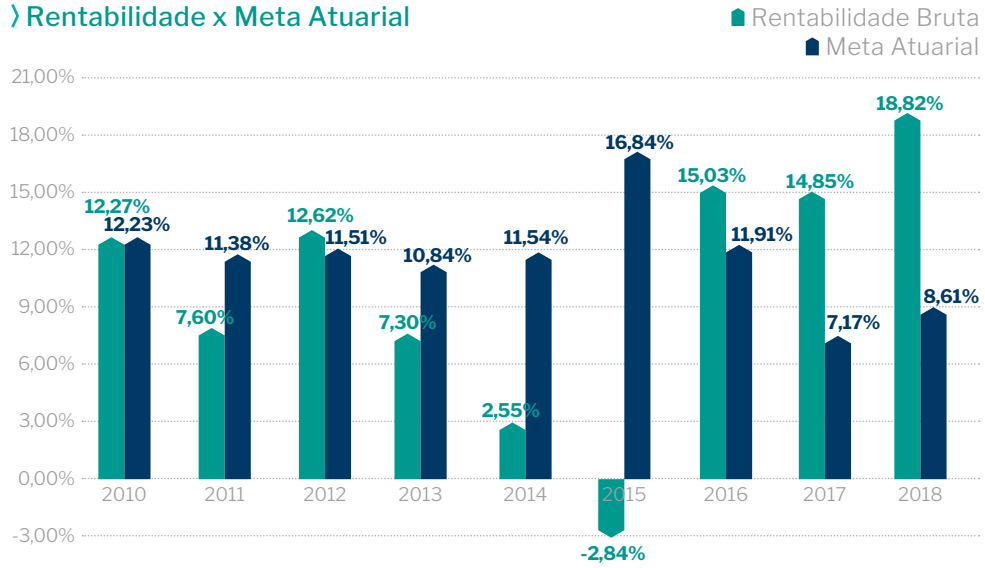
	2015		2016		2017		2018	
Segmentos	Alocação	Rentabilidade	Alocação	Rentabilidade	Alocação	Rentabilidade	Alocação	Rentabilidade
Renda Fixa	40,48%	14,68%	41,19%	15,51	42,74%	9,70%	41,30%	10,88%
Renda Variável	48,09%	-17,20%	47,91%	17,16	47,25%	21,34%	49,59%	29,44%
Investimentos Estruturados	0,63%	-35,05%	0,50%	9,72	0,57%	27,95%	0,51%	26,55%
Imóveis	6,76%	11,22%	6,53%	7,98	5,95%	9,95%	5,47%	9,76%
Operações c/ Participantes	3,96%	16,28%	3,81%	14,26	3,41%	7,92%	3,05%	10,48%
Investimento no Exterior	0,08%	50,58%	0,07%	-15,52	0,08%	23,50%	0,07%	3,52%
Rentabilidade Total		**-2,84%**		**15,03%**		**14,85%**		**18,82%**

Tabela H

2.7.5 Observa-se pela Tabela H, que de 2016 a 2018 a rentabilidade do Plano 1 teve aumento significativo, voltando a ficar acima da meta atuarial.

2.7.6 O gráfico a seguir mostra a comparação entre a rentabilidade anual e a meta atuarial nos últimos exercícios.

Rentabilidade x Meta Atuarial



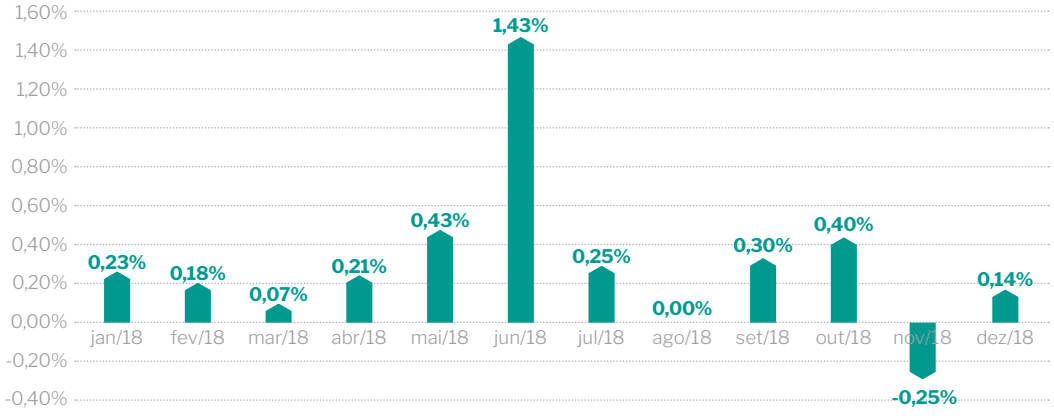
2.7.7 Em virtude do desempenho positivo dos ativos de investimentos no decorrer de 2018, bem como a manutenção da baixa variação do INPC no mesmo período, verificou-se em 31.12.2018 um superávit técnico de R$ 10.819 milhões no exercício que reverteu o resultado do plano, que ainda apresentava déficit acumulado de R$ 4.295 milhões em 2017.

2.7.8 Destaca-se no resultado dos investimentos a participação da Previ na holding LITEL. Em função da nova metodologia de avaliação, aprovada pela Diretoria Executiva, cuja precificação deixa de ser anual e passa a ser realizada mensalmente, considerando uma média ponderada das cotações de bolsa dos três meses anteriores ao último dia útil do mês corrente, a avaliação ficou mais aderente ao valor atual da Vale, refletindo o preço das ações na Bolsa de Valores.

2.7.9 Observamos que a meta atuarial do Plano de Benefícios 1 se manteve estável, à exceção de 2015 e 2017, quando apresentou o maior e o menor valor respectivamente. A rentabilidade anual no mesmo período foi mais volátil, sendo significativamente decrescente entre 2012 e 2015. A rentabilidade média desde 2010 foi de 9,8%, enquanto que a meta atuarial foi de 11,34% no mesmo período.

2.7.10 Por outro lado, observamos que a meta atuarial do Plano 1 em 2018 teve uma pequena variação em relação a de 2017. Tal fato decorre da pouca variação apresentada pelo INPC que teve um total acumulado de 3,43% no período de janeiro a dezembro de 2018, apresentando índice nulo e negativo nos meses de agosto e novembro respectivamente, conforme gráfico a seguir:

Variação do INPC – 2018



2.7.11 O resultado do exercício pode ser melhor analisado com a apuração dos ganhos e perdas atuariais, no item 2.8 a seguir.

2.7.12 Contudo, ainda em relação à apuração do resultado do plano, cabe comentar a apuração da duração do passivo do plano de benefícios e dos limite de déficit técnico acumulado e da Reserva de Contingência, conforme tabela G, em observância aos procedimentos previstos na Resolução CGPC nº 26/2008[1], e suas alterações posteriores.

2.7.13 A duração de passivo corresponde à média dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios do plano, líquido de contribuições normais e extraordinárias incidentes sobre esses benefícios, ponderada pelos valores presentes desses fluxos. Em 31.12.2018, a duração do passivo do Plano de Benefícios 1 corresponde a 11,58 anos. Observa-se que a tendência de gradativa redução da duração do passivo se alterou com o ajuste das premissas, posto que os impactos na provisão matemática possuem relação direta com o fluxo de caixa atuarial de longo prazo.

2.7.14 Considerando a duração apurada em 31.12.2018, o limite do déficit do plano seria 7,58% da Reserva Matemática, isto é, R$ 11.711 milhões. A referida Resolução estabelece ainda que, para fins de equacionamento de déficit, deverá ser deduzido o valor do ajuste de precificação. Entende-se como ajuste de precificação a diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real utilizada na respectiva avaliação atuarial, e o valor contábil desses títulos. Em 31.12.2018, o valor do ajuste de precificação corresponde a R$ 2.423 milhões. Tendo em vista que no exercício de 2018 não há déficit, essa informação é meramente gerencial, não repercutindo no plano.

2.7.15 Contudo, cabe registrar que, conforme Relatório sobre Capacidade Financeira do Plano 1, está evidenciando que os requisitos necessários para registro de títulos na categoria mantidos até o vencimento, especialmente a capacidade financeira de atendimento às necessidades de liquidez do plano de benefícios, estão atendidos.

2.7.16 Considerando o resultado superavitário do plano, faz-se necessário observar o limite legal para apropriação em Reserva de Contingência, conforme disposto no artigo 7º da Resolução CGPC nº26/2008, alterada pela Resolução CNPC nº 22/2015 : limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor das provisões matemáticas ou [10% + (1% x duração do passivo do plano)] x Provisão Matemática, o que for menor. Logo, com a duração do passivo apurada em 31.12.2018, o limite da Reserva de Contingência é de 21,58% da Reserva Matemática, isto é, R$ 33.342 milhões.

2.7.17 Respeitado o limite legal, o valor do superávit técnico foi apropriado em Reserva de Contingência.

2.8. GANHOS E PERDAS ATUARIAIS

2.8.1 As premissas atuariais devem ser aderentes ao perfil da massa de participantes e assistidos do plano de benefícios. Ao longo do ano podem ocorrer distanciamentos da realidade observada. Os efeitos dos distanciamentos ou diferenças entre as premissas atuariais e o que ocorreu efetivamente e também os efeitos gerados pelas mudanças nas premissas atuariais resultam em ganhos ou perdas atuariais.

2.8.2 Consideramos ganhos todos os desvios de premissas que trouxeram impactos positivos ao Plano, gerando desembolso menor que o previsto, ou arrecadação maior que o previsto ou redução no passivo atuarial. Como perda consideramos exatamente o oposto.

2.8.3 Ganhos e Perdas atuariais, portanto, implicam em demonstrar o grau de ajuste entre a realidade e a projeção que se tinha, quando da formulação do Plano de Custeio, acerca do comportamento de eventos futuros, tais como as Premissas Biométricas, Econômicas, Mobilidade Demográfica etc.

2.8.4 No longo prazo, os ganhos e perdas atuariais podem compensar-se. Também não podem ser considerados sinônimos de Lucros e Prejuízos, pois não implicam, necessariamente, em ganhos e perdas patrimoniais. Através da análise de Ganhos e Perdas Atuariais podemos inferir as origens dos desequilíbrios conjunturais/estruturais dos Planos de Benefícios.

2.8.5 Os principais fatores para os quais apuramos ganhos ou perdas atuariais são: Resultado da Alteração das Premissas Atuariais, Resultados Financeiros, Resultados decorrentes dos Riscos Iminentes não realizados, e outras variações do Plano, relativas à conjugação dos desvios das demais premissas com as movimentações na população do plano.

- Resultado da Alteração das Premissas Atuariais: A alteração das premissas atuariais gerou perda de R$ 4.113 milhões na reserva matemática do Plano 1, conforme demonstrado na tabela E.

[1] Foram publicadas a Resolução CNPC nº 30 e a Instrução Normativa PREVIC nº 10/2018, contudo sua vigência é 01.01.2019, aplicando-se para o exercício de 2019.

- Resultados Financeiros:
Considerando a diferença entre a rentabilidade do Plano no ano (18,82%) e a meta atuarial (8,61%), aplicada ao ativo líquido do plano no final do exercício de 2017, apuramos um ganho equivalente a R$ 14.533 milhões.

- Resultados decorrentes dos Riscos Iminentes não realizados:
Apuramos o somatório no ano dos benefícios (R$ 392 milhões), líquidos de contribuição de aposentado (-R$ 41 milhões), não pagos aos iminentes com as contribuições recebidas além do prazo previsto (R$37 milhões) e apuramos um ganho atuarial de R$ 389 milhões no exercício.

- Resultado das outras variações do Plano:
Considerando que o resultado do exercício foi R$ 10.819 milhões e o somatório das perdas e ganhos acima descritos foi ganho de R$ 10.809 milhões, temos R$ 10 milhões de ganhos decorrentes de oscilações nas demais premissas do plano.

2.9 PLANO DE CUSTEIO

2.9.1 O Plano de Benefícios 1 é custeado pelas contribuições mensais e anuais dos participantes ativos e aposentados e do patrocinador. As contribuições dos participantes ativos são apuradas em função do seu salário de participação, conforme Tabela I:

Salário de Participação (SP)	Contribuição Mensal	Parcela a deduzir
SP < ½ PP*1,25	1,8% SP	-
½ PP*1,25 ≤ SP < PP*1,25	3,0% SP	0,75% PP
SP ≥ PP*1,25	7,8% SP	6,75% PP

Tabela I
PP – Parcela PREVI
SP – Salário de Participação

2.9.2 O percentual médio de contribuição dos participantes ativos, em 2018, foi de 6,12% do salário de participação.

2.9.3 No caso dos aposentados, o percentual de contribuição equivale a 4,8% sobre o complemento de aposentadoria.

2.9.4 As contribuições normais do patrocinador correspondem a 100% do valor das contribuições dos participantes em atividade ou em gozo de benefício previsto no Regulamento.

2.9.5 O custeio administrativo do plano será suprido por taxa de carregamento de 4% descontada da totalidade das contribuições acima descritas.

2.9.6 Tendo em vista a situação financeira-atuarial do plano, não há necessidade de alteração do Plano de Custeio. Ressaltamos, contudo, que o plano de custeio de 2018 teve sua vigência prorrogada para 31.03.2019[2], de modo que a nova vigência do Plano de Custeio será de 01.04.2019 a 31.03.2020.

2.10 CONCLUSÃO

2.10.1 O resultado técnico de dezembro de 2018 mostra que o Plano de Benefícios 1 se encontra superavitário no valor de R$ 10.819 milhões, equivalente a 7,19% da Reserva Matemática.

2.10.2 O superávit técnico acumulado apurado ao final do exercício de 2018 foi registrado em Reserva de Contingência, observado seu limite legal.

2.10.3 Os investimentos apresentaram boa recuperação nos últimos três exercícios, principalmente em 2018, quando a rentabilidade foi mais que o dobro da meta atuarial, resultando na reversão gradativa do déficit técnico do Plano de Benefícios 1, confirmando as causas conjunturais relatadas à época e demonstrando que o plano encontra-se em equilíbrio.

2.10.4 Desta forma, recomendamos a manutenção do seu atual Plano de Custeio.

[2] Decisão do Conselho Deliberativo 2018/0101, de 13/12/2018.

3 PLANO DE BENEFÍCIOS PREVI FUTURO

3.1 BASE DE DADOS

3.1.1 A base de dados do cadastro utilizada para a avaliação atuarial do Plano de Benefícios Previ Futuro foi gerada em 11.01.2019 e refere-se ao mês de dezembro de 2018. A síntese do cadastro apresenta os seguintes números para os participantes ativos, aposentados e pensionistas, comparado a dezembro de 2017:

Quantidade	dez/17	dez/18
Ativos	**84.729**	**83.873**
Avaliados	84.589	83.740
Matrículas Rejeitadas	140	133
Idade Média Ativos em anos	***40***	***41***
Salário de Participação Médio (1)	***R$ 6.609,27***	***R$ 7.130,38***
Institutos (aguardando benefício)	**6.749**	**6.744**
Autopatrocinados	1.866	1.877
Benefício Proporcional Diferido	4.883	4.867
Aposentados	**862**	**1000**
Avaliados		
Benefícios Programados	528	619
Benefícios de Risco (Invalidez)	333	380
Matrículas Rejeitadas	1	1
Idade Média Aposentados em anos	***55***	***56***
Benefício Médio		
valor nominal	***R$ 1.355,93***	***R$ 1.439,24***
valor atualizado para avaliação	***R$ 1.364,54***	***R$ 1.470,18***
Institutos	**93**	**108**
Autopatrocinado	14	20
Benefício Proporcional Diferido	79	87
Pensões	**438**	**486**
Beneficiários Previ	778	841
Benefício Médio		
valor nominal	***R$ 1.126,65***	***R$ 1.243,99***
valor atualizado para avaliação	***R$ 1.133,88***	***R$ 1.270,47***

Tabela J
(1) Não considera participantes em BPD ou matrículas rejeitadas.

3.1.2 Existem 133 matrículas de participantes ativos e 1 matrícula de aposentado que foram rejeitadas em função de inconsistências no cadastro. Entre os ativos autopatrocinados, foram incluídos 823 participantes que não fizeram opção por um dos institutos por estarem dentro do prazo regulamentar da opção. Nas quantidades totais de ativos e de aposentados já foram considerados os participantes que optaram pelos institutos.

3.1.3 Em 31.12.2018, 3.400 participantes ativos já reuniam as condições de exigibilidade para aquisição do benefício programado.

3.1.4 Destaca-se que em 2018 a base de ativos do Plano Previ Futuro diminuiu 856 participantes, reflexo de movimentações decorrentes da reestruturação do Banco do Brasil – Plano de Adequação de Quadro (PAQ), lançado pelo patrocinador em janeiro de 2018 que sensibilizou a quantidade de participantes do plano em 2018. Contribui também para essa redução, a menor quantidade de posses de novos funcionários e consequentemente de novas adesões ao plano, que foi observada ao longo de 2018 em virtude da política de recursos humanos praticados pela Patrocinadora Banco do Brasil.

3.2 PLANO DE BENEFÍCIOS

3.2.1 O Plano de Benefícios Previ Futuro é estruturado na modalidade contribuição variável, sendo composto da Parte I, relativa aos riscos não programados, e da Parte II, relativa aos riscos programados.

3.2.2 A Tabela K apresenta os benefícios oferecidos no Plano de Benefícios Previ Futuro:

Parte I Riscos Não Programados	Parte II Riscos Programados	Institutos
Complemento de Aposentadoria por Invalidez	Renda Mensal de Aposentadoria	Devolução da Reserva de Poupança (Resgate)
Complemento de Pensão por Morte	Renda Mensal Antecipada de Aposentadoria	Renda Mensal Vitalícia (BPD)
	Renda Mensal de Pensão por Morte	Autopatrocínio
		Portabilidade

Tabela K

3.3 METODOLOGIA DE CÁLCULO E PREMISSAS ATUARIAIS

3.3.1 O Plano de Benefícios Previ Futuro é avaliado sob o regime de capitalização para todos os benefícios de pagamento em prestações que sejam programadas e continuadas. Incluem-se nesse tipo as aposentadorias normais e antecipadas.

3.3.2 Para a Parte I, adota-se o método agregado para cálculo dos encargos de invalidez e pensão por morte. Para a Parte II, é utilizado o princípio de acumulação financeira dos ativos para geração de renda mensal de aposentadoria ou renda mensal antecipada de aposentadoria.

3.3.3 Na tabela L são apresentadas as premissas adotadas no exercício de 2018 e as aprovadas para o exercício de 2019:

Premissas Biométricas/Demográficas	Exercício 2018	Exercício 2019
Mortalidade de Válidos	AT-2000 Suavizada em 10%	BR.EMSsb-2015
Mortalidade de Inválidos	Winklevoss Experiência PREVI	CSO58 Female
Entrada em Invalidez	Light Fraca	Light Fraca
Composição da Família de Pensionistas	Base 2015	Base 2018
Rotatividade	0%	0%
Entrada em Aposentadoria (*)	53 anos (Apose Antecip.)	53 anos (Apose Antecip.)

(*) Considera a primeira condição de elegibilidade de acordo com as regras previstas no regulamento, obser-vada a idade mínima de 53 anos para a aposentadoria antecipada e o valor do maior encargo dentre os benefícios programados.

Premissas Econômicas	Exercício 2018	Exercício 2019
Taxa Real de Juros	5% ao ano	5% ao ano
Taxa de Inflação de Longo Prazo	4,0%	4,0%
Capacidade Salarial/de Benefício	98,225%	98,225%
Taxa de Crescimento Real de Salário	2,682% (Banco do Brasil) 0,783% (PREVI)	2,422% (Banco do Brasil) 0,783% (PREVI)

Tabela L

3.3.4 Ao compararmos as premissas para o exercício de 2019 com as do ano anterior, verificamos que houve alteração nas premissas de Mortalidade de Válidos, Mortalidade de Inválidos, Base de Dependentes de 2018 e na Taxa de Crescimento Real de Salários (Funcionários do Banco do Brasil).

3.3.5 Foi elaborado estudo sobre aderência da tábua de mortalidade de válidos, considerando a base de dados de participantes e assistidos do Plano de Benefícios Previ Futuro no período 2013-2017. Após realizarmos testes estatísticos e análises para determinar qual a tábua de mercado mais aderente à população, concluímos que a Tábua BR.EMSsb-2015 é a mais indicada para ser adotada na avaliação atuarial do Previ Futuro.

3.3.6 Do mesmo modo, o estudo sobre a tábua de mortalidade de inválidos indicou a troca da Tábua Winklevoss Experiência PREVI para a Tábua CSO58 Female, uma vez que seus resultados se mostraram mais próximos dos eventos ocorridos no período de 2013 a 2017.

3.3.7 Quanto ao estudo de aderência à tábua de entrada em invalidez, concluímos pela manutenção da Tábua Light Fraca como a mais aderente aos eventos de invalidez ocorridos no período de 2013 a 2017.

3.3.8 Para a premissa relativa à taxa de inflação de longo prazo, os cenários estruturados no relatório elaborado pela PREVI, em conjunto com a Política de Investimentos 2019-2025, indicaram a manutenção da taxa de 4,0% ao ano no cenário base, resultando no fator de capacidade 98,225%.

3.3.9 A taxa de crescimento real de salários é a estimativa do crescimento anual médio dos salários de participação, apurada com base nos cargos ocupados pelos participantes ativos ao longo da sua vida laborativa no Patrocinador. O crescimento salarial dos funcionários em atividade no Banco do Brasil e do quadro próprio da PREVI foi avaliado separadamente. A premissa adotada para o exercício de 2019 é de 2,422% ao ano para os funcionários do Banco do Brasil e de 0,783% ao ano para os funcionários do quadro próprio da PREVI, conforme estudo técnico elaborado para demonstrar a aderência das taxas de crescimento real de salários às características da massa de participantes ativos do plano.

3.3.10 Por fim, o estudo sobre aderência da taxa real de juros utilizada na avaliação atuarial do plano teve como base os relatórios de gerenciamento do ativo e do passivo e os cenários projetados pela PREVI, indicando a manutenção da taxa real de 5% ao ano para o exercício de 2019.

3.3.11 A alteração das premissas de taxa de mortalidade de válidos, taxa de mortalidade de inválidos, Base de Dependentes de 2018 e de Crescimento Salarial para o exercício de 2019 implicaram em uma redução da Reserva Matemática na ordem de R$ 18 milhões (posição em dezembro de 2018), conforme pode ser verificado na tabela abaixo:

Valores em R$ Mil

Plano Previ Futuro	Premissas 2018	Base de Dependentes	Crescimento Real Salários	Tábuas Biométricas	Premissas 2019
Reserva Matemática	**14.098.964**	**14.089.368**	**14.070.504**	**14.108.987**	**14.081.106**
Benefício Definido- Atuarial*	935.108	925.512	906.649	945.132	917.250
Contribuição Definida – Contábil	13.163.855	13.163.855	13.163.855	13.163.855	13.163.855
Impacto**					
Base Dependentes		-9.596			
Crescimento Real de Salários			-28.460		
Tábuas Biométricas				10.023	
Impacto Total***					**-17.858**

Tabela M *Montante das Reservas Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder relativas à Parte I (Benefícios de Risco) e Reserva Matemática de Benefícios Concedidos relativa à Parte II (Benefícios Programados). **impacto da premissa, mantendo todas as premissas do Balanço e alterando só a premissa citada. ***impacto total: representa o efeito conjugado de todas as premissas alteradas.

3.3.12 Destaca-se que, em função do plano ser de contribuição variável, com a maioria dos participantes em atividade, o impacto negativo das premissas de taxa de mortalidade de válidos e taxa de mortalidade de inválidos foi superado pelo efeito positivo relativo à redução da premissa de Crescimento Salarial.

3.4 SITUAÇÃO FINANCEIRO-ATUARIAL

3.4.1 A Tabela N mostra os resultados das avaliações atuariais relativas aos compromissos assumidos pelo plano e os seus Patrimônios de Cobertura em 31.12.2017 e 31.12.2018:

	dez/17	dez/18
Patrimônio de Cobertura do Plano (A)	**11.522.967.813,04**	**14.081.105.597,71**
Reservas Matemáticas (B)	**11.370.989.521,29**	**14.081.105.597,71**
Parte I (Benefícios Não Programados)	**674.125.327,62**	**766.027.229,33**
Benefícios Concedidos	199.903.509,09	259.210.366,74
Benefícios a Conceder	474.221.818,53	506.816.862,59
Parte II (Benefícios Programados)	**10.696.864.193,67**	**13.315.078.368,38**
Benefícios Concedidos	121.788.695,05	151.223.003,93
Benefícios a Conceder	10.575.075.498,62	13.163.855.364,45
Superávit Acumulado (A) – (B)	**151.978.291,75**	**0,00**
Reserva de Contingência	151.978.291,75	0,00
Fundos Previdenciais	**274.830.449,29**	**600.224.160,25**
Fundo de Cotas Resguardadas	84.310.287,24	111.517.956,55
Fundo de Cobertura de Risco para Reingresso de Ex-Participantes	36.293.891,75	46.910.833,84
Fundo de Gestão de Risco	154.226.270,30	441.795.369,86

Tabela N - Valores em Reais

3.4.2 Observamos que no período de dezembro de 2017 a dezembro de 2018, a Reserva Matemática teve variação de 23,83%. Tal resultado decorre, principalmente, da rentabilidade auferida nos investimentos, que altera os saldos de contas dos participantes, registrados na Reserva de Benefícios a Conceder – Parte II (Benefícios Programados) e das contribuições que foram vertidas ao plano, especialmente para a Parte II, cujo total de contribuições (pessoais e patronais) foi da ordem de R$ 1.268 milhões em 2018.

3.4.3 A Tabela abaixo apresenta a rentabilidade acumulada no ano de 2018 dos ativos totais do Plano de Benefícios Previ Futuro, por segmento de aplicação, e seus respectivos percentuais de alocação:

Segmentos	Alocação	Rentabilidade 2018
Renda Fixa	61,20%	12,65%
Renda Variável	22,90%	17,66%
Investimentos Estruturados	1,02%	38,64%
Imóveis	3,53%	8,04%
Operações com Participantes	11,25%	9,15%
Investimento no Exterior	0,10%	3,52%
Rentabilidade Total		**14,06%**

Tabela O

3.4.4 A tabela abaixo apresenta as rentabilidades por Perfil de Investimento:

Perfis x Rentabilidade

Agressivo	Conservador	Arrojado	Moderado	BD1	BD2
15,45%	11,77%	14,14%	12,87%	12,93%	12,99%

Tabela P

3.4.5 Quanto aos recursos garantidores do plano, verificamos que a rentabilidade do Plano Previ Futuro em 2018 foi de 14,06%, enquanto que a variação do INPC, índice de reajuste dos benefícios, conjugada com a taxa real de juros, foi de 8,61%.

3.4.6 O encerramento do exercício de 2018 apresentou superávit técnico no exercício de R$ 115.650.806,38, que decorre, principalmente, do desempenho dos ativos de investimento e da alteração das premissas atuariais, conforme detalhado no item 3.3.11.

3.4.7 Em decorrência do aprofundamento do mapeamento de risco do plano os ganhos atuariais acumulados foram revertidos para o Fundo de Gestão de Riscos como mecanismo de mitigação dos principais riscos mensurados.

3.4.8 A duração de passivo corresponde à média dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios do plano, líquido de contribuições normais e extraordinárias incidentes sobre esses benefícios, ponderada pelos valores presentes desses fluxos. Em 31.12.2018, a duração do passivo do Plano de Benefícios Previ Futuro corresponde a 25,89 anos.

3.4.9 Contudo, cabe registrar que, conforme Relatório sobre Capacidade Financeira do Plano Previ Futuro, está evidenciando que os requisitos necessários para registro de títulos na categoria mantidos até o vencimento, especialmente a capacidade financeira de atendimento às necessidades de liquidez do plano de benefícios, estão atendidos.

3.5 GANHOS E PERDAS ATUARIAIS

3.5.1 As premissas atuariais devem ser aderentes ao perfil da massa de participantes e assistidos do plano de benefícios. Ao longo do ano podem ocorrer distanciamentos da realidade observada. Os efeitos dos distanciamentos ou diferenças entre as premissas atuariais e o que ocorreu efetivamente e também os efeitos gerados pelas mudanças nas premissas atuariais resultam em ganhos ou perdas atuariais.

3.5.2 Consideramos ganhos todos os desvios de premissas que trouxeram impactos positivos ao Plano, gerando desembolso menor que o previsto, ou arrecadação maior que o previsto ou redução no passivo atuarial. Como perda consideramos exatamente o oposto.

3.5.3 Ganhos e Perdas atuariais, portanto, implicam em demonstrar o grau de ajuste entre a realidade e a projeção que se tinha, quando da formulação do Plano de Custeio, acerca do comportamento de eventos futuros, tais como as Premissas Biométricas, Econômicas, Mobilidade Demográfica etc.

3.5.4 No longo prazo, os ganhos e perdas atuariais podem compensar-se. Também não podem ser considerados sinônimos de Lucros e Prejuízos, pois não implicam, necessariamente, em ganhos e perdas patrimoniais. Através da análise de Ganhos e Perdas Atuariais podemos inferir as origens dos desequilíbrios conjunturais/estruturais dos Planos de Benefícios.

3.5.5 Os principais fatores para os quais apuramos ganhos ou perdas atuariais são: Resultado da Alteração das Premissas Atuariais, Resultados Financeiros e outras variações do Plano, relativas à conjugação dos desvios das demais premissas com as movimentações na população do plano:

- Resultado da Alteração das Premissas Atuariais: A alteração das premissas atuariais gerou ganho de R$ 17,8 milhões na reserva matemática do Previ Futuro, conforme demonstrado abaixo.

Redução da Reserva –Premissas

Parte I	20.953.273,03
A conceder	29.764.632,69
Concedidos	- 8.811.359,66
Parte II	- 3.095.108,86
A conceder	0,00
Concedidos	- 3.095.108,86
Total	**17.858.164,17**

Tabela Q

- Resultados Financeiros:
Considerando a diferença entre a rentabilidade da parte BD1 12,93% e do BD2 foi 12,99% em relação a meta atuarial (8,61%), aplicada ao ativo de cada parte no final do exercício de 2017, apuramos um ganho equivalente a R$ 47,8 milhões, conforme detalhado abaixo:

Resultado Financeiro – Ativo do Plano	
Ativo BD1	
Variação Meta Atuarial	83.585.935,47
Variação Rentabilidade	125.582.294,01
Ganho BD1	41.996.358,53
Ativo BD2	
Variação Meta Atuarial	11.399.402,12
Variação Rentabilidade	17.205.628,39
Ganho BD2	5.806.226,26
Ganho Financeiro Total	**47.802.584,80**

Tabela R

- Resultado das outras variações do Plano:
Considerando que os ganhos atuariais do exercício totalizaram R$ 115,6 milhões e o somatório das perdas e ganhos acima descritos, apuramos ganho de R$ 50,0 milhões decorrentes de outras oscilações do plano. O principal ganho auferido nessa parcela refere-se à transferência de recursos para a Parte I originadas de reversões de saldos patronais decorrentes de Resgates, Portabilidades e concessões de benefícis de risco, na ordem de R$ 26,3 milhões no ano.

3.5.6 Na tabela abaixo podemos visualizar o resumos as principais perdas e ganhos atuariais do Plano Previ Futuro:

Resumo - Perdas e Ganhos Atuariais – 12/2018	
Resultado Financeiro	47.802.584,80
Alteração de Premissas	17.858.164,17
Outros fatores	49.990.057,41
Total	**115.650.806,38**

Tabela S

3.6 FUNDOS PREVIDENCIAIS

3.6.1 Conforme Resolução CGPC nº 26/2008, em seu art. 5º, "na constituição de fundos previdenciais e na manutenção dos já existentes, observada a estrutura técnica do plano de benefícios, cabe ao atuário responsável a indicação de sua fonte de custeio e de sua finalidade, que deverá guardar relação com um evento determinado ou com um risco identificado, avaliado, controlado e monitorado." Assim, os Fundos Previdenciais relacionados abaixo foram criados em outubro de 2006, após ajustes em processos e sistemas, e neles foram alocados os valores apropriados. São eles:

3.6.2 Fundo de Cotas Resguardadas: relativo a saldos de participantes que podem ser recebidos de imediato, mas ainda não foram solicitados pelos participantes ou seus beneficiários, como por exemplo, saldos individuais de participantes que romperam o vínculo empregatício, de aposentados por invalidez ou de falecidos. Esse fundo também consolida os saldos que não tinham destinação definida no Regulamento vigente até 13.12.2010, como os saldos patronais dos ex-participantes que optaram pelo Resgate. Esses saldos são apurados para os participantes enquadrados nas mencionadas situações com base nas informações utilizadas para o cálculo das reservas e são atualizados de acordo com a rentabilidade do perfil de investimento a que esses valores estão vinculados.

3.6.3 Fundo de Cobertura de Risco para Reingresso de Ex-Participantes: relativo a valores necessários para recompor o saldo patronal da Parte II de participantes que se desligaram do plano, mas mantiveram o vínculo empregatício. Portanto, podem retornar ao plano e têm tal direito reconhecido pelo regulamento do Plano. O mencionado saldo é obtido com base nas informações utilizadas para o cálculo das reservas e são atualizados de acordo com a rentabilidade do perfil de investimento a que esses valores estão vinculados.

3.6.4 Fundo de Gestão de Risco: constituído com ganhos atuariais para fazer frente oscilações dos ativos de investimento e do passivo atuarial do Plano, atualizado de acordo com a variação da cota do Perfil de Investimento aplicável a essa parcela do Plano, que a partir de setembro de 2017 passou a considerar o Perfil BD1.

Ao longo de 2018, no âmbito do Planejamento Tático – Estratégico, objetivo "Maximização dos benefícios e equilíbrio do plano PREVI Futuro", foram desenvolvidas iniciativas para aperfeiçoar o mapeamento dos riscos que podem comprometer a sustentabilidade do Plano Previ Futuro, identificar os principais fatores que impactam o resultado do plano (parte BD) e elaborar estudos visando ao equilíbrio de cada uma das partes do plano por meio da gestão atuarial.

Nesse contexto, avaliamos os principais riscos inerentes à parte BD do plano, considerando a

probabilidade de ocorrência e o seu impacto, realizando simulações para análise de sensibilidade na reserva matemática em caso de mudança de algumas premissas atuariais.

Dentre os riscos identificados, os mais significativos e sujeitos à mitigação por meio de constituição de fundo previdencial são: alteração futura na taxa de juros atuarial e a postergação da idade de entrada em aposentadoria, especialmente em caso de aprovação de reforma da previdência. Cabe registrar que o aumento da longevidade foi identificado como risco relevante, contudo, consideramos que o mesmo está mitigado pela adoção de novas tábuas para válidos e inválidos a partir desta avaliação atuarial, conforme os estudos de aderência.

Ao avaliarmos atuarialmente o cenário de alteração da taxa de juros atuarial para 4,5% a.a. e postergação da idade de entrada em aposentadoria em média de 2 anos para a totalidade dos participantes ativos, mensuramos que o impacto nas provisões matemáticas seria de R$ 548 milhões. Assim sendo, revertemos os ganhos atuariais acumulados no plano para este fundo como mecanismo de mitigação desses principais riscos.

3.7 PLANO DE CUSTEIO

3.7.1 O Plano de Custeio determina o nível de contribuições necessário ao financiamento dos benefícios do plano de acordo com o regime financeiro e o método de financiamento, de tal forma que seja mantido o equilíbrio e a solvência do plano.

3.7.2 O Plano de Benefícios Previ Futuro é custeado pelas contribuições mensais e anuais de participantes ativos e da patrocinadora relacionadas na Tabela T.

Participantes	Patrocinadora
Parte I	
- 0,609984% sobre o salário de participação.	- 100% do somatório das contribuições dos participantes relativas a esta parte do plano.
Parte II	
- Subparte "a": 6,390016% sobre o salário de participação.	- Subparte "a": 100% do somatório das contribuições dos participantes para esta subparte.
- Subparte "b": percentual do respectivo salário de participação, a ser obtido de acordo com a pontuação relativa ao participante, conforme Tabela 1 do artigo 62 do Regulamento.	- Subparte "b": 100% da contribuição individual do participante para esta subparte, limitado o somatório dessas contribuições a 7% do total da folha de salários de participação dos participantes deste plano.
- Subparte "c": percentual do salário de participação a ser fixado individualmente pelo participante, não podendo ser inferior a 2%.	- Subparte "c": não há.

Tabela T Obs.: A contribuição total da Patrocinadora para o Plano Previ Futuro está limitada a 14% do total da folha de salários de participação.

3.7.3 Não há previsão de contribuição dos aposentados.

3.7.4 O custeio administrativo do plano será suprido por taxa de carregamento de 4% descontada da totalidade das contribuições acima descritas.

3.7.5 Tendo em vista que trata-se de um plano de contribuição variável, em situação de equilíbrio em sua parte de risco (Parte I), não há necessidade de alteração do Plano de Custeio. Ressaltamos, contudo, que o plano de custeio de 2018 teve sua vigência prorrogada para 31.03.2019[3], de modo que a nova vigência do Plano de Custeio será de 01.04.2019 a 31.03.2020.

[3] Decisão do Conselho Deliberativo 2018/0101, de 13/12/2018.

3.8 CONCLUSÃO

3.8.1 A rentabilidade do Plano de Benefícios Previ Futuro de 14,06%, apresentada no ano de 2018, maior que a meta atuarial de 8,61%, composta pela taxa real de juros de 5% ao ano e pelo índice de correção monetária dos benefícios do plano, impactando positivamente o saldo de conta dos participantes ativos e o resultado técnico do Plano.

3.8.2 Ao final do exercício de 2018 o plano apresentava superávit técnico no exercício de R$ 115.650.806,38, que decorre, principalmente, do desempenho dos ativos de investimento e da alteração das premissas atuariais. Em decorrência do aprofundamento do mapeamento de risco do plano

os ganhos atuariais acumulados foram revertidos para o Fundo de Gestão de Riscos como mecanismo de mitigação dos principais riscos mensurados.

3.8.3 Desta forma, concluímos que o plano apresenta situação financeiro-atuarial equilibrada, o que permite a manutenção do atual Plano de Custeio.

4 CARTEIRA DE PECÚLIOS – CAPEC

4.1 BASE DE DADOS

4.1.1 A base de dados para avaliação atuarial da CAPEC é de agosto de 2018, composta por **127.104**[4] participantes distribuídos nas modalidades Júnior, Pleno, Sênior, Master e Executivo conforme tabela abaixo, que apresenta adicionalmente a informação relativa à avaliação atuarial para o exercício de 2018:

Pecúlio	Julho/2017	Agosto/2018
Morte	120.230	120.323
Especial	37.129	37.215
Mantença	6.675	6.781
Invalidez	26.172	25.504
TOTAL	**126.905**	**127.104**

Tabela U

4.1.2 Observamos que os esforços de captação e retenção conseguiram propiciar a reposição da população com ligeiro saldo positivo.

4.1.3 A tabela a seguir apresenta a distribuição dos participantes por faixa etária, para cada modalidade de pecúlio:

Pecúlio por Morte

Planos	Júnior	Pleno	Sênior	Master	Executivo	Total
Até 34 anos	7.973	707	659	378	2.203	**11.920**
De 35 a 40 anos	4.234	917	802	639	3.822	**10.414**
De 41 a 45 anos	2.127	500	472	384	1.965	**5.448**
De 46 a 50 anos	3.085	985	717	459	2.904	**8.150**
De 51 a 55 anos	3.701	1.537	990	579	4.483	**11.290**
De 56 a 60 anos	3.850	1.633	1.130	681	6.904	**14.198**
De 61 a 65 anos	4.264	2.082	1.596	1.531	12.741	**22.214**
Maior que 65 anos	2.951	1.905	1.751	5.291	24.791	**36.689**
Subtotal	**32.185**	**10.266**	**8.117**	**9.942**	**59.813**	**120.323**

Tabela V

[4] Os participantes vinculados ao Pecúlio Especial e ao Pecúlio por Invalidez possuem o Pecúlio por Morte.

Pecúlio Especial

Planos	Júnior	Pleno	Sênior	Master	Executivo	Total
Até 34 anos	116	111	113	73	590	**1.003**
De 35 a 40 anos	104	136	143	103	887	**1.373**
De 41 a 45 anos	66	73	83	77	871	**1.170**
De 46 a 50 anos	48	84	82	60	1.286	**1.560**
De 51 a 55 anos	65	78	82	51	2.752	**3.028**
De 56 a 60 anos	119	96	47	28	4.968	**5.258**
De 61 a 65 anos	122	94	21	9	7.790	**8.036**
Maior que 65 anos	106	78	12	6	15.585	**15.787**
Subtotal	**746**	**750**	**583**	**407**	**34.729**	**37.215**

Pecúlio Mantença

Planos	Júnior	Pleno	Sênior	Master	Executivo	Total
Até 34 anos	0	0	0	0	1	**1**
De 35 a 40 anos	0	0	0	1	1	**2**
De 41 a 45 anos	0	0	0	0	9	**9**
De 46 a 50 anos	0	0	0	0	24	**24**
De 51 a 55 anos	0	0	1	0	98	**99**
De 56 a 60 anos	1	1	0	0	306	**308**
De 61 a 65 anos	2	0	0	1	627	**630**
Maior que 65 anos	1	0	0	0	5.707	**5.708**
Subtotal	**4**	**1**	**1**	**2**	**6.773**	**6.781**

Pecúlio por Invalidez

Planos	Júnior	Pleno	Sênior	Master	Executivo	Total
Até 34 anos	7.276	300	401	217	1.610	**9.804**
De 35 a 40 anos	3.206	349	418	269	2.344	**6.586**
De 41 a 45 anos	1.162	210	162	132	1.028	**2.694**
De 46 a 50 anos	650	158	140	69	1.657	**2.674**
De 51 a 55 anos	394	111	98	60	1.389	**2.052**
De 56 a 60 anos	196	27	19	15	693	**950**
De 61 a 65 anos	58	2	1	1	519	**581**
Maior que 65 anos	11	1	1	0	150	**163**
Subtotal	**12.953**	**1.158**	**1.240**	**763**	**9.390**	**25.504**

Tabela V

4.1.4 Consideramos a qualidade da base de dados boa e suficiente para esta avaliação atuarial.

4.1.5 A seguir apresentamos comparativos das idades médias dos participantes, por faixa etária e tipo de pecúlio, para os anos de 2017 e 2018:

	Morte		Invalidez		Especial		Mantença	
	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018
Até 34 anos	29,8	30,3	29,6	30,2	30,8	31,0	33,0	34,0
De 35 a 40 anos	37,4	37,5	37,2	37,3	37,5	37,6	39,3	40,0
De 41 a 45 anos	43,2	42,8	42,9	42,7	43,1	43,0	42,6	42,4
De 46 a 50 anos	48,1	48,1	48,0	48,0	48,2	48,1	48,3	48,4
De 51 a 55 anos	53,1	53,1	52,9	52,8	53,3	53,3	53,5	53,7
De 56 a 60 anos	58,1	58,1	57,8	57,6	58,2	58,2	58,3	58,3
De 61 a 65 anos	63,0	63,1	62,7	62,7	63,0	63,1	63,1	63,1
Maior que 65 anos	74,0	73,7	66,9	67,3	72,5	72,6	79,6	79,8
TOTAL	**56,8**	**57,4**	**39,2**	**39,0**	**62,3**	**62,5**	**76,1**	**76,7**

Tabela W

4.2 PLANO DE BENEFÍCIOS

4.2.1 A CAPEC está prevista no Art. 3º, Inciso IV, do Estatuto da Entidade, que assegura "a todos os participantes: a opção de vínculo a um plano de pecúlio mediante contribuições específicas".

4.2.2 A CAPEC está cadastrada na PREVIC como plano de benefícios de pagamento único e paga os seguintes pecúlios:

Aos dependentes ou beneficiários designados	Aos participantes
Pecúlio por Morte	Pecúlio por Invalidez
Pecúlio Especial	Pecúlio Especial
Pecúlio Mantença	

Tabela X

4.2.3 Cada tipo de pecúlio é oferecido aos participantes da CAPEC segundo faixas de valores, constituindo cada faixa uma das seguintes modalidades de pecúlio: Júnior, Pleno, Sênior, Master e Executivo.

4.3 METODOLOGIA DE CÁLCULO E PREMISSAS ATUARIAIS

4.3.1 A CAPEC tem seus valores de receitas calculados pelo Regime Financeiro de Repartição Simples com avaliações atuariais anuais, seguindo o princípio de cálculo atuarial usual para a constituição técnica do seguro de vida temporário por um ano com renovações automáticas anuais.

4.3.2 Na tabela a seguir são apresentadas as premissas adotadas no exercício de 2018 e as aprovadas para o exercício de 2019:

Premissas Biométricas	Exercício 2018	Exercício 2019
Mortalidade de Válidos	AT-2000 Suavizada em 10%	BR.EMSsb-2015
Entrada em Invalidez	Light Fraca	Light Fraca
Premissas Econômicas	**Exercício 2018**	**Exercício 2019**
Taxa Real de Juros	5% ao ano	5% ao ano
Taxa de Carregamento	2,5%	2,5%

Tabela Y

4.3.3 Levando em conta os últimos 12 meses, o número de falecimentos observados foi inferior ao número de eventos esperados pela Tábua de Mortalidade de Válidos AT 2000 Suavizada em 10%, sendo o número de óbitos nos Pecúlios por Morte, Especial e Mantença, relativo ao período de setembro de 2017 até agosto de 2018 foi de 1.583 sinistros, que representa 84% do número de óbitos esperados no mesmo período, de 1.880.

4.3.4 Até o exercício de 2018 a Tábua de Mortalidade utilizada para projeção de longevidade, cálculo de prêmios e projeções de despesas relativas ao pagamento de pecúlios foi a Tábua AT-2000 Suavizada em 10%. O estudo técnico sobre a aderência à tábua de mortalidade da Carteira de Pecúlios realizada para o exercício de 2019 indica que a Tábua BR-EMSsb.2015 é a mais adequada à massa de participantes (masculino e feminino) da CAPEC.

4.3.5 Dessa forma, para o próximo ano, o número de óbitos projetados será menor, uma vez que a Tábua BR-EMSsb.2015 projeta maior longevidade, reduzindo o número de sinistros esperados para o próximo exercício.

4.3.6 No que se refere à sinistralidade dos eventos de entrada em invalidez, o número de sinistros ocorridos nessa modalidade de plano não se mostrou tão aderente ao esperado no período de setembro de 2017 até agosto de 2018. Ocorreram 16 eventos de invalidez contra 48 esperados, o que provavelmente se deve à política adotada pela Previdência Oficial de restrição à concessão desse tipo de benefício.

4.3.7 Não são realizados testes, separadamente, para atestar a aderência da Tábua de Entrada em Invalidez para os participantes da CAPEC, tendo em vista que, no que se refere ao Pecúlio Invalidez, 99% dos participantes da Carteira de Pecúlios também fazem parte dos Planos de Benefícios 1 e Previ Futuro. Os estudos realizados relativos a esses Planos indicam a manutenção da Tábua Light Fraca para previsão do evento de Entrada em Invalidez.

4.4 SITUAÇÃO FINANCEIRO-ATUARIAL

4.4.1 Os valores dos pecúlios foram reajustados em 4,10% superior à variação do INPC entre a data da última alteração de valores e a data da nova avaliação atuarial, realizada em agosto/2018, em conformidade com o disposto no regulamento da CAPEC. A tabela Z apresenta os valores dos pecúlios de 2018 e os valores atualizados para o exercício 2019:

Planos	Júnior	Pleno	Sênior	Master	Executivo
Valor Atual (R$)	39.000	78.000	117.000	156.000	195.000
Valor Reajustado (R$)	40.600	81.200	121.800	162.400	203.000

Tabela Z – Valores em Reais

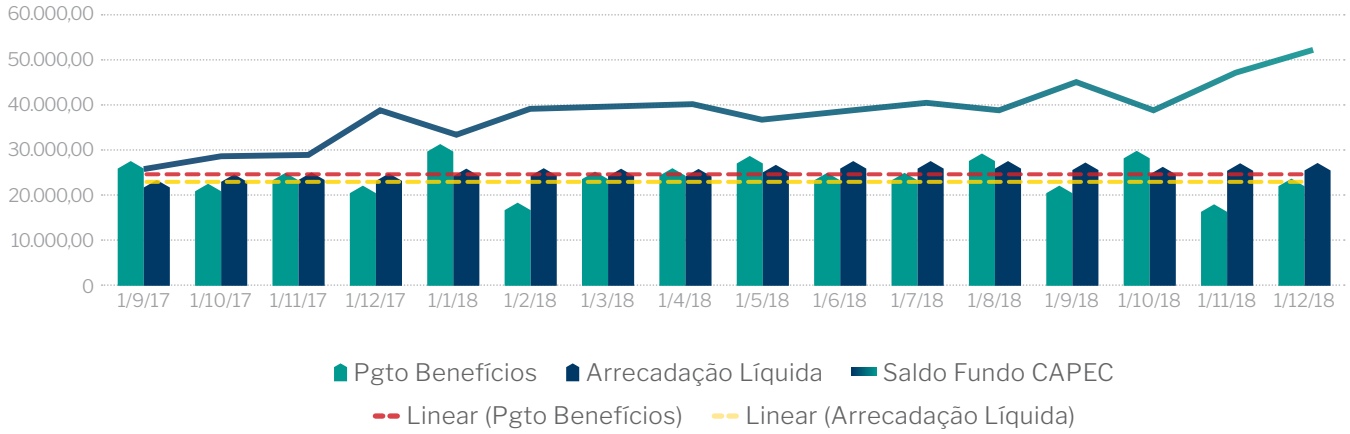
4.4.2 O fluxo de contribuições arrecadadas, pecúlios pagos e ganhos com investimentos relativos à Carteira apresentaram os seguintes resultados em 31.12.2018, que afetaram o Fundo CAPEC:

Contribuições Brutas	**340.559.097,14**
(-) Destinação para RCO 10%	-32.725.145,32
(-) Destinação para Despesas Administrativas 2,5%	-8.475.315,86
Contribuições Líquidas (A)	299.358.635,96
Benefícios Pagos (B)	-286.072.617,51
(-/+)Utilização do Fundo CAPEC para custeio das contribuições / Ganhos atuariais (A) - (B)= (C)	**13.286.018,45**
Resultado Financeiro Bruto	29.314.521,68
(-)Atualização Monetária dos pecúlios a pagar	-4.442.807,78
(-)Atualização da RCO	-23.362.056,06
(-/+) Outros resultados / reversões	-897.045,18
Resultado Financeiro Líquido (D)	**612.612,66**
Resultado Final Fundo CAPEC (C) + (D)	**13.898.631,11**

Tabela AA – Valores em Reais

4.4.3 O somatório das contribuições líquidas arrecadadas foi superior ao montante de benefícios pagos no período, conforme pode ser verificado no gráfico abaixo.

Evolução Fundo CAPEC



4.4.4 Registramos ainda o valor de R$ 60.665.866,56, em 31.12.2018, relativo à rubrica Benefícios a Pagar, que considera a provisão de pecúlios avisados e não pagos pela Carteira correspondente a processos em curso de liquidação e outros pagamentos pendentes.

4.5 FUNDOS PREVIDENCIAIS

4.5.1 O Fundo CAPEC destina-se ao equilíbrio das contribuições dos participantes, considerando o processo de transição da cobrança por prêmio único para a cobrança por faixa etária ocorrida a partir de 2006. Tal medida faz parte do Plano de Reestruturação da CAPEC, aprovado em 2005 pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Deliberativo. O saldo do Fundo CAPEC foi majorado em função do resultado positivo demonstrado na tabela AA do item 4.4.2, fechando em 31.12.2018 no valor de R$ 51.674.806,91.

4.5.2 O Fundo de Reserva para Cobertura de Oscilações (RCO), constituído em abril de 2010, é um fundo previdencial destinado para garantir o pagamento de pecúlios sempre que as disponibilidades próprias forem insuficientes. O saldo do Fundo RCO, em 31.12.2018, é de R$ 310.152.704,74 e tende a crescer até a extinção do Fundo CAPEC.

4.5.3 O saldo do ativo líquido da CAPEC aumentou de R$ 291.841.679,16 (31.12.2017) para R$ 361.827.511,70 (31.12.2018), em função, principalmente, do incremento do saldo do Fundo de Reserva para Cobertura de Oscilações (RCO).

4.6 PLANO DE CUSTEIO

4.6.1 O custeio da CAPEC é de responsabilidade dos participantes do plano, não havendo contribuição patronal.

4.6.2 Os valores das contribuições mensais variarão segundo a faixa etária e o tipo de pecúlio ao qual o participante tenha aderido ou contratado, conforme regulamento.

4.6.3 Conforme artigo 50 do Regulamento da CAPEC, da importância total arrecadada a título de contribuição mensal, são apartados 10% para constituição do Fundo de Reserva para Cobertura de Oscilações (RCO), a fim de garantir o pagamento de pecúlios sempre que as disponibilidades próprias forem insuficientes.

4.6.4 Por sua vez, o Fundo CAPEC é utilizado para cobrir a insuficiência financeira originada pelo subsídio das contribuições nas faixas etárias mais avançadas, a fim de manter o equilíbrio financeiro da carteira.

4.6.5 Nesse contexto, a estratégia prevê a utilização do Fundo CAPEC até sua extinção, quando o Fundo da Reserva para Cobertura de Oscilações (RCO) passará a cobrir as diferenças decorrentes dos subsídios ainda existentes, até que as contribuições arrecadadas sejam suficientes para custear integralmente os pagamentos dos pecúlios.

4.6.6 A tabela a seguir mostra as contribuições mensais aprovadas[5] para serem aplicadas a partir de 01.01.2019, correspondentes aos novos valores de pecúlio da CAPEC, considerando a taxa de carregamento de 2,5% e a taxa de 10% referente à constituição do Fundo de Reserva para Cobertura de Oscilação:

Valores dos Pecúlios em Reais	40.600	81.200	121.800	162.400	203.000
Planos	**Júnior**	**Pleno**	**Sênior**	**Master**	**Executivo**
Pecúlio por Morte					
Até 34 anos	6,06	12,13	18,18	24,24	30,31
De 35 a 40 anos	7,62	15,23	22,85	30,47	38,09
De 41 a 45 anos	10,48	20,99	31,47	41,96	52,44
De 46 a 50 anos	12,58	25,15	37,73	50,31	62,89
De 51 a 55 anos	20,42	40,82	61,24	81,66	102,05
De 56 a 60 anos	39,47	82,91	124,35	165,81	207,27
De 61 a 65 anos	48,99	100,56	187,06	237,45	265,71
Maior que 65 anos	65,73	138,47	254,54	315,12	354,85
Pecúlio Especial/Mantença					
Até 34 anos	6,06	12,13	18,18	24,24	30,31
De 35 a 40 anos	7,62	15,23	22,85	30,47	38,09
De 41 a 45 anos	10,48	20,99	31,47	41,96	52,44
De 46 a 50 anos	12,58	25,15	37,73	50,31	62,89
De 51 a 55 anos	20,42	40,82	61,24	81,66	102,05
De 56 a 60 anos	39,47	82,91	124,35	165,81	202,89
De 61 a 65 anos	48,99	100,56	187,06	219,21	240,31
Maior que 65 anos	65,73	138,47	254,54	298,98	329,28
Pecúlio por Invalidez					
Até 34 anos	1,72	3,44	5,16	6,88	8,60
De 35 a 40 anos	3,42	6,85	10,26	13,67	17,08
De 41 a 45 anos	7,57	15,13	22,69	30,24	37,79
De 46 a 50 anos	11,26	22,52	33,78	45,04	56,30
De 51 a 55 anos	14,25	28,49	42,72	56,96	71,20
De 56 a 60 anos	22,54	45,07	67,61	90,14	112,67
De 61 a 65 anos	26,82	53,64	80,45	107,25	134,06
Maior que 65 anos	35,06	70,11	105,17	140,21	175,25

Tabela AB – Valores em Reais

[5] Decisão do Conselho Deliberativo 2018/0100, de 13/12/2018.

4.7 CONCLUSÃO

4.7.1 O resultado positivo observado no exercício, consubstanciado pelo aumento do Ativo Líquido do plano, demonstra que os eventos de óbito e principalmente os efetivos pagamentos de pecúlio no exercício foram abaixo do esperado. Nesse sentido, a alteração da tábua de mortalidade para a Tábua BR-EMSsb.2015, visa melhor ajuste no cálculo dos prêmios puros. Essa tábua projeta maior longevidade dos participantes e seu efeito, na CAPEC, é de mera postergação da despesa com pagamento de pecúlio.

4.7.2 Assim sendo, é importante a manutenção do Fundo CAPEC, para cobertura dos subsídios das contribuições para as faixas etárias mais avançadas, e a continuidade da estratégia mencionada no item 4.6.5, de tal forma que, ao fim do Fundo CAPEC, o valor dessas contribuições não tenha impacto significativo para os participantes.

4.7.3 Diante do exposto, concluímos que os resultados apresentados pela CAPEC, quando do encerramento do exercício de 2018, indicam o reconhecimento do seu estado de equilíbrio atuarial.

Rio de Janeiro, 24 de janeiro de 2019.

Vanessa Ferreira Ennes
Atuário – MIBA 1194

Relatório do Auditor Independente Sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores, Participantes e Patrocinadoras
PREVI - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações contábeis da PREVI - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pela Entidade, aqui denominados de consolidado, por definição da Resolução CNPC nº 8) em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefício, que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da PREVI - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil e individual por plano de benefício, em 31 de dezembro de 2018, e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo CNPC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 2019

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609 /O-8

Vanderlei Minoru Yamashita
Contador
CRC nº 1 SP 201506/O-5

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da **Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI**, no uso da atribuição conferida pelo inciso II do artigo 49 do Estatuto da Entidade e tendo em vista o disposto na Resolução MPS/CNPC nº 29, de 13.04.2018, Artigo 17, alínea "j", examinou as Demonstrações Contábeis da PREVI, apresentado pela Diretoria Executiva, referentes ao exercício findo em 31.12.2018.

Com base no exame desses documentos, complementados por informações e esclarecimentos prestados por membro da Diretoria Executiva e por técnicos da PREVI, e considerando ainda o Parecer da Atuária Interna, o Parecer dos Auditores Independentes e a revisão das Demonstrações Contábeis realizada pelo Comitê de Auditoria, o Conselho Fiscal opina favoravelmente à aprovação das Demonstrações Contábeis da PREVI, relativa ao exercício de 2018.

Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 2019.

Rosalina do Socorro Ferreira Amorim
Presidente

Eslei José de Morais
Conselheiro

Aureli Carlos Balestrini
Conselheiro

Paulo Cesar Soares de França
Conselheiro

Manifestação do Conselho Deliberativo Quanto às Demonstrações Contábeis do Exercício de 2018

Em reunião de 28 de fevereiro de 2019 o Conselho Deliberativo da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI, no uso das competências de que trata o inciso XII do artigo 22 do Estatuto da Entidade, examinou as Demonstrações Contábeis apresentadas pela Diretoria Executiva, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Com fundamento nas análises procedidas, nos esclarecimentos prestados pela Diretoria Executiva, no Parecer dos Auditores Independentes, no Parecer Atuarial emitido pelos Atuários Internos, no Relatório do Comitê de Auditoria, no Parecer do Conselho Fiscal e nas Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, o Conselho Deliberativo conclui que as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício 2018 refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Entidade, razão pela qual as aprova.

Rio de Janeiro (RJ), 28 de fevereiro de 2019.

Márcio Hamilton Ferreira
Presidente

Antonio Sérgio Riede
Carlos Alberto Guimarães de Sousa
Carlos Renato Bonetti
Cícero Przendsiuk
Wagner de Sousa Nascimento

Demonstração do Valor Adicionado GRI 201-1

R$ mil

VALOR ECONÔMICO GERADO	2018	2017	2016
1. Adições	**4.898.818**	**5.164.527**	**4.410.131**
Contribuições	**4.671.633**	**4.586.697**	**4.404.788**
Receitas Administrativas (*)	296.535	284.632	286.152
Contingências	-69.350	293.198	-280.809
2. Variação das Provisões Técnicas	**-10.648.807**	**-4.560.057**	**-10.939.898**
Provisões Matemáticas	-10.648.807	-4.560.057	-10.939.898
3. Resultado Líquido Operacional (1+2)	**-5.749.989**	**604.470**	**-6.529.767**
4. Benefícios	**12.577.020**	**12.156.902**	**10.678.741**
Benefícios de prestação continuada e única e institutos (líquidos de IR)	11.138.157	10.712.004	9.508.112
Imposto de Renda Retido na Fonte dos Benefícios	1.363.755	1.387.584	1.106.652
Outros	75.108	57.314	63.977
5. Insumos de Terceiros	**76.240**	**87.472**	**68.686**
Materiais, energia e outros (DESPESAS GERAIS líquidas de impostos, taxas e contribuições)	23.961	26.779	23.817
Serviços de Terceiros e comissões	36.567	44.113	40.787
Treinamentos	2.047	3.703	2.141
Viagens e Estadias	1.757	1.835	1.915
Outros	11.908	11.042	26
6. Valor adicionado Bruto (3-4-5)	**-18.403.249**	**-11.639.904**	**-17.277.194**
7. Depreciação, amortização e exaustão	**7.232**	**7.791**	**9.683**
8. Valor adicionado líquido produzido pela entidade (6-7)	**-18.410.481**	**-11.647.695**	**-17.286.877**
9. Valor adicionado recebido/cedido em transferência	**31.846.378**	**23.608.109**	**22.985.679**
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	31.733.171	23.479.584	22.836.163
Resultado Negativo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	0	0	0
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	113.207	128.525	149.516
10. Valor adicionado total a distribuir (8+9)	**13.435.897**	**11.960.414**	**5.698.802**

» CONTINUA

» CONTINUAÇÃO

11. Distribuição do valor adicionado	13.435.897	11.960.414	5.698.802
Pessoal e encargos	200.402	185.262	191.812
Pessoal Cedido da Patrocinadora	181.306	167.221	174.627
Conselheiros, Dirigentes, Pessoal Próprio e Demais Despesas com Pessoal	19.096	18.041	17.185
Impostos, taxas e contribuições (**)	36.843	27.906	29.519
Federais (**)	30.472	36.851	19.462
Estaduais	101.079	85.935	6
Municipais	6.270	444	393
Remuneração de Capitais Próprios	13.198.652	11.747.246	5.477.471
Juros (atualização de contratos/acordos)	2.056.873	1.767.486	2.964.439
Fundos	474.431	179.511	318.448
Superávit/Déficit Técnico do Exercício	10.667.348	9.800.249	2.194.584

(*) Taxa de Carregamento, de Administração e Demais Receitas Administrativas.
(**) Considera R$ 19.230 de PIS/Cofins (R$ 20.863, em 2016).

Modelo para Entidades Fechadas de Previdência Complementar - padrão iBase

1 - IDENTIFICAÇÃO

Nome da Instituição: Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI Inscrição PREVIC: 1781

Localização: Região: N [ ]; NE [ ]; CO [ ]; SE [X]; S [ ]; (UF): RJ Patrocínio Predominante: Público [X]; Privado [ ]

Setor de atividade (segundo atividade da patrocinadora/instituidor principal): Instituição financeira

Tipo/Natureza jurídica: [ ] fundação [X] sociedade civil sem fins lucrativos? [ ] outra_____

Vinculação dos planos de benefícios: [X] patrocinados [ ] multipatrocinados [ ] instituídos

2 - Situação patrimonial (final de período)	2018 (R$ mil)	Relações %	2017 (R$ mil)	Relações %	2016 (R$ mil)	Relações %
1. Ativo total	**205.612.845**		**183.668.208**		**170.609.646**	
2. Carteira de Investimentos	**201.950.054**	**100,0%**	**180.407.835**	**100,0%**	**167.691.455**	**100,0%**
2.1 Títulos públicos	90.823	0,0%	83.632	0,0%	90.581	0,1%
2.2 Créditos Privados e Depósitos	5.396.879	2,6%	8.144.533	4,4%	7.352.910	4,3%
2.3 Ações	46.075.690	22,8%	46.957.740	26,0%	46.558.997	27,8%
2.4 Fundos de Investimento	132.618.715	65,8%	108.122.045	60,2%	96.391.991	57,5%
2.5 Derivativos	62.279	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
2.6 Investimentos Imobiliários	10.431.502	5,2%	10.138.259	5,6%	10.405.886	6,2%
2.7 Empréstimos	6.111.512	3,0%	5.820.047	3,2%	5.689.394	3,4%
2.8 Financiamentos Imobiliários	1.116.600	0,6%	1.100.489	0,6%	1.170.068	0,7%
2.9 Depósitos Judiciais/ Recursais	46.054	0,0%	41.090	0,0%	31.628	0,0%
3. Patrimônio para cobertura do plano	**175.111.485**	**85,2%**	**153.795.330**	**83,7%**	**139.435.024**	**81,7%**
4. Compromissos com benefícios (provisões)	**168.587.226**	**100,0%**	**157.938.419**	**100,0%**	**153.378.362**	**100,0%**
4.1 concedidos	151.498.683	89,8%	143.674.033	90,8%	142.534.498	92,9%
4.2 a conceder	31.370.420	18,7%	28.872.577	18,4%	26.140.076	17,1%
4.3 (provisões matemáticas a constituir)	-14.281.877	-8,5%	-14.608.191	-9,2%	-15.296.212	-10,0%
5. Equilíbrio Técnico	**6.524.259**	**3,2%**	**-4.143.089**	**-2,3%**	**-13.943.338**	**-8,2%**
6.Indicador de equilíbrio técnico (%)	**103,9%**		**97,4%**		**90,9%**	

» CONTINUA

» CONTINUAÇÃO

3 - Origem dos recursos	2018 (R$ mil)	Distribuição %	2017 (R$ mil)	Distribuição %	2016 (R$ mil)	Distribuição %
Adições	**36.919.851**	**100,0%**	**28.870.909**	**100,0%**	**27.788.718**	**100,0%**
a. Contribuições previdenciais	4.671.633	12,6%	4.586.697	16,0%	4.404.788	15,9%
b. Contribuições extraordinárias	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
c. Reversão de Contingências Previdenciais	0	0,0%	321.917	1,1%	0	0,0%
d. Outras receitas (Tx. Carregamento, de Adm. e Demais Rec. Adm.)	296.535	0,8%	284.632	1,0%	286.173	1,0%
e. Resultado positivo líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	31.733.171	86,0%	23.479.584	81,3%	22.836.163	82,2%
f. Resultado positivo líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	113.207	0,3%	128.525	0,4%	149.516	0,5%
g. Constituição de Fundos de Investimentos	105.305	0,3%	69.554	0,2%	112.078	0,4%
4 - Aplicação dos recursos	**2018 (R$ mil)**	**Distribuição %**	**2017 (R$ mil)**	**Distribuição %**	**2016 (R$ mil)**	**Distribuição %**
Destinações	**-15.025.277**	**100,0%**	**-14.263.975**	**100,0%**	**-14.225.690**	**100,0%**
a. Previdenciais	**-14.694.442**	**97,9%**	**-13.926.805**	**97,6%**	**-13.905.106**	**97,7%**
- Benefícios de prestação continuada	-12.121.951	80,8%	-11.731.557	82,2%	-10.291.899	72,3%
- Benefícios de pagamento único	-374.273	2,5%	-365.131	2,6%	-320.225	2,3%
- Constituição de Contingências	-59.263	0,4%	0	0,0%	-259.946	1,8%
- Outras	-2.138.955	14,2%	-1.830.117	12,8%	-3.033.036	21,3%
b. Despesas administrativas	**-320.717**	**2,0%**	**-308.431**	**2,2%**	**-299.700**	**2,2%**
- Pessoal e encargos	-200.402	1,3%	-185.262	1,3%	-191.812	1,4%
- Treinamento	-2.047	0,0%	-3.703	0,0%	-2.141	0,0%
- Tributos	-9.050	0,1%	-8.219	0,1%	-8.201	0,1%
- Viagens e estadias	-1.757	0,0%	-1.835	0,0%	-1.915	0,0%
- Serviços de Terceiros	-36.567	0,2%	-44.113	0,3%	-40.787	0,3%
- Despesas Gerais	-51.754	0,3%	-46.466	0,3%	-45.135	0,3%
- Depreciação e amortização	-7.232	0,0%	-7.791	0,1%	-9.683	0,1%
- Outras	-11.908	0,1%	-11.042	0,1%	-26	0,0%

» CONTINUA

» CONTINUAÇÃO

c. Outras Destinações	**-10.118**	**0,1%**	**-28.739**	**0,2%**	**-20.884**	**0,1%**
- Constituição Líquida de Contingências - Gestão Administrativa	-10.087	0,1%	-28.719	0,2%	-20.863	0,1%
- Resultado negativo líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
- Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	-31	0,0%	-20	0,0%	-21	0,0%

5 - Indicadores sociais internos (Ações e benefícios para os(as) funcionários(as))	**2018 (R$ mil)**	**% sobre despesas administrativas**	**2017 (R$ mil)**	**% sobre despesas administrativas**	**2016 (R$ mil)**	**% sobre despesas administrativas**
a. Alimentação	9.057	2,74%	8.420	2,63%	7.354	2,30%
b. Educação	790	0,24%	296	0,09%	751	0,23%
c. Capacitação e desenvolvimento profissional	767	0,23%	2.289	0,71%	755	0,24%
d. Previdência complementar	6.200	1,87%	7.509	2,35%	8.092	2,53%
e. Creche ou auxílio-creche	43	0,01%	33	0,01%	56	0,02%
f. Saúde	2.407	0,73%	3.293	1,03%	5.980	1,87%
g. Segurança e medicina no trabalho	6	0,00%	128	0,04%	147	0,05%
h. Transporte	239	0,07%	330	0,10%	313	0,10%
i. Estágios	92	0,03%	86	0,03%	98	0,03%
j. Outros	385	0,12%	384	0,12%	0	0,00%
Total - Indicadores sociais internos	19.986	6,04%	22.768	7,11%	23.546	7,35%

6 - Contribuição para a sustentabilidade - Investimentos Socialmente Responsáveis	**2018 (R$ mil)**	**Relação (%)**	**2017 (R$ mil)**	**Relação (%)**	**2016 (R$ mil)**	**Relação (%)**
a. Carteira de Investimentos Socialmente Responsáveis (saldo em 31/12)	R$ 18.178.739		R$ 17.651.293		R$ 28.410.477	
	Empresas: R$ 18.121.781 Fundos e Projetos: R$ 56.958		Empresas: R$ 17.593.722 Fundos e Projetos: R$ 57.571		Empresas: R$ 28.361.546 Fundos e Projetos: R$ 48.931	
b. Participação da Carteira de Investimentos Socialmente Responsáveis no total de Investimentos (saldo em 31/12).	9,76%		9,75%		16,9%	
	Empresas: 9,76% Fundos e Projetos: 0,03%		Empresas: 9,75% Fundos e Projetos: 0,03%		Empresas: 16,9% Fundos e Projetos: 0,03%	
c. A entidade adota critérios de responsabilidade social e ambiental em suas decisões de investimento?	[X] sim, institucionalizada		[X] sim, institucionalizada		[X] sim, institucionalizada	
	[ ] sim, não institucionalizada		[ ] sim, não institucionalizada		[ ] sim, não institucionalizada	
	[ ] em estudo [ ] não		[ ] em estudo [ ] não		[ ] em estudo [ ] não	

» CONTINUA

» CONTINUAÇÃO

d. A entidade adota critérios de responsabilidade social e ambiental no acompanhamento das empresas, fundos e projetos em que investe?	[X] sim, institucionalizada		[X] sim, institucionalizada		[X] sim, institucionalizada	
	[ ] sim, não institucionalizada		[ ] sim, não institucionalizada		[ ] sim, não institucionalizada	
	[ ] em estudo [ ] não		[ ] em estudo [ ] não		[ ] em estudo [ ] não	
e. A entidade participa de organizações/ iniciativas internacionais e nacionais de critérios de responsabilidade social e ambiental? Quais?	[X] PRI; [X] CDP [X] Pacto Global/ONU [X] Princípios Abrapp/ Ethos		[X] PRI; [X] CDP [X] Pacto Global/ONU [X] Princípios Abrapp/ Ethos		[X] PRI; [X] CDP [X] Pacto Global/ONU [X] Princípios Abrapp/ Ethos	

7 - Informações Populacionais	**2018**	**2017**	**2016**
a) Nº total de participantes (em dezembro)	199.212	200.754	202.172
- ativos	94.415	96.273	97.971
- assistidos (aposentados)	82.724	82.748	82.800
- beneficiários de pensão	22.073	21.733	21.401
b) Valor anual dos benefícios pagos (R$ mil)	12.096.599	12.343.842	10.697.557
- aposentadorias (incluído Benef. Proporc. Diferido - BPD)	10.180.412	10.047.928	8.753.651
- pensões	1.757.098	1.686.500	1.550.445
- auxílios	0	0	0
- pecúlios	280.399	278.809	264.641
- outros (4) (Dev. Reservas e Renda Mensal Temporária)	82.237	91.887	70.475
- distribuição superávit (Benef. Espec. Remun/ Proporc./R. Certa e Temporário - BET)	76.852	517.528	58.345
c) Participação da suplementação na renda mensal dos assistidos aposentados - planos BD (%)	79,95%	80,97%	79,24%
d) Participação da suplementação na renda mensal dos assistidos aposentados - planos CD ou CV (%)	43,73%	47,50%	36,93%

8 - Indicadores sobre o corpo funcional	**2018**	**2017**	**2016**
Nº total de empregados(as) ao final do período	575	566	557
Nº de admissões durante o período	40	28	37
Nº de prestadores(as) de serviço Temporários (1)	1	1	2

» CONTINUA

» CONTINUAÇÃO

% de empregados(as) acima de 45 anos	33,39%	36,39%	34,29%
Nº de mulheres que trabalham na instituição	253	160	238
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	31,25%	25,27%	26,92%
Idade média das mulheres em cargos de chefia	45	48	48
Salário médio das mulheres	R$ 12.134	R$ 14.281	R$ 9.586
Idade média dos homens em cargos de chefia	47	48	48
Salário médio dos homens	R$ 16.650	R$ 15.879	R$ 13.201
Nº de negros(as) que trabalham na instituição	93	86	103
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	3%	10,98%	13,00%
Idade média dos(as) negros(as) em cargos de chefia	47	47	42
Salário médio dos(as) negros(as)	R$ 11.911	R$ 12.134	R$ 10.628
Nº de brancos(as) que trabalham na instituição	400	374	430
Salário médio dos(as) brancos(as)	R$ 15.983	R$ 15.053	R$ 12.310
Nº de estagiários(as)	8	6	8
Nº de voluntários(as)	0	0	0
Nº portadores(as) necessidades especiais	0	0	0
Salário médio portadores(as) necessidades especiais	R$ 0	R$ 0	R$ 0
9 - Qualificação do corpo funcional	**2018**	**2017**	**2016**
Nº total de empregados	575	566	557
Nº de doutores(as), mestres e com especialização	500	510	470
Nº de graduados(as)	46	35	63
Nº de graduandos(as)	0	0	1
Nº de pessoas com ensino médio	23	21	23
Nº de pessoas com ensino fundamental	0	0	0
Nº de pessoas com ensino fundamental incompleto	0	0	0
Nº de pessoas não-alfabetizadas	0	0	0

» CONTINUA

» CONTINUAÇÃO

10 - Informações relevantes quanto à ética, transparência e responsabilidade social	Metas 2019	2018	2017	2016
Relação entre a maior e a menor remuneração	32,5	32,5	33,2	28,9
O processo de admissão de empregados(as) é:	1% por indicação 99% por seleção/ concurso	1% por indicação 99% por seleção/ concurso	1% por indicação 99% por seleção/ concurso	1% por indicação 99% por seleção/ concurso
A entidade desenvolve alguma política ou ação de valorização da diversidade em seu quadro funcional?	[X] sim, institucionalizada	[X] sim, institucionalizada	[X] sim, institucionalizada	[X] sim, institucionalizada
	[ ] sim, não institucionalizada [ ] não	[ ] sim, não institucionalizada [ ] não	[ ] sim, não institucionalizada [ ] não	[ ] sim, não institucionalizada [ ] não
Se "sim" na questão anterior, qual?	[ ] negros [X] gênero [ ] opção sexual	[ ] negros [X] gênero [ ] opção sexual	[ ] negros [X] gênero [ ] opção sexual	[ ] negros [X] gênero [ ] opção sexual
	[ ] portadores(as) de necessidades especiais	[ ] portadores(as) de necessidades especiais	[ ] portadores(as) de necessidades especiais	[ ] portadores(as) de necessidades especiais
	[ ] _____	[ ] _____	[ ] _____	[ ] _____
A entidade desenvolve alguma política ou ação de valorização da diversidade entre seus participantes?	[ ] sim, institucionalizada	[ ] sim, institucionalizada	[ ] sim, institucionalizada	[ ] sim, institucionalizada
	[ ] sim, não institucionalizada [X] não	[ ] sim, não institucionalizada [X] não	[ ] sim, não institucionalizada [X] não	[ ] sim, não institucionalizada [X] não
Se "sim" na questão anterior, qual?	[ ] negros [ ] gênero [ ] opção sexual	[ ] negros [ ] gênero [ ] opção sexual	[ ] negros [ ] gênero [ ] opção sexual	[ ] negros [ ] gênero [ ] opção sexual
	[ ] portadores(as) de necessidades especiais	[ ] portadores(as) de necessidades especiais	[ ] portadores(as) de necessidades especiais	[ ] portadores(as) de necessidades especiais
	[ ] Outros_____	[ ] Outros_____	[ ] Outros_____	[ ] Outros_____
Na seleção de parceiros e prestadores de serviço, critérios éticos e de responsabilidade social e ambiental:	[ ] não são considerados	[ ] não são considerados	[ ] não são considerados	[ ] não são considerados
	[X] são sugeridos [ ] são exigidos	[X] são sugeridos [ ] são exigidos	[X] são sugeridos [ ] são exigidos	[X] são sugeridos [ ] são exigidos
A participação de empregados(as) no planejamento da entidade:	[ ] não ocorre [ ] ocorre em nível de chefia	[ ] não ocorre [ ] ocorre em nível de chefia	[ ] não ocorre [X] ocorre em nível de chefia	[ ] não ocorre [X] ocorre em nível de chefia
	[X] ocorre em todos os níveis	[X] ocorre em todos os níveis	[ ] ocorre em todos os níveis	[ ] ocorre em todos os níveis
Os processos eleitorais democráticos para escolha da alta direção:	[ ] não ocorrem [X] ocorrem regularmente	[ ] não ocorrem [X] ocorrem regularmente	[ ] não ocorrem [X] ocorrem regularmente	[ ] não ocorrem [X] ocorrem regularmente
	[ ] só conselheiros [X] conselheiros e diretores	[ ] só conselheiros [X] conselheiros e diretores	[ ] só conselheiros [X] conselheiros e diretores	[ ] só conselheiros [X] conselheiros e diretores

» CONTINUA

» CONTINUAÇÃO

A composição dos conselhos é:	[ ] 100% patrocinadoras [ ] 2/3 patrocinadoras	[ ] 100% patrocinadoras [ ] 2/3 patrocinadoras	[ ] 100% patrocinadoras [ ] 2/3 patrocinadoras	[ ] 100% patrocinadoras [ ] 2/3 patrocinadoras
	[X] paritária [ ] outra_____	[X] paritária [ ] outra_____	[X] paritária [ ] outra_____	[X] paritária [ ] outra_____
A composição da diretoria é:	[ ] 100% patrocinadoras [ ] 2/3 patrocinadoras	[ ] 100% patrocinadoras [ ] 2/3 patrocinadoras	[ ] 100% patrocinadoras [ ] 2/3 patrocinadoras	[ ] 100% patrocinadoras [ ] 2/3 patrocinadoras
	[X] paritária [ ] outra_____	[X] paritária [ ] outra_____	[X] paritária [ ] outra_____	[X] paritária [ ] outra_____
A instituição possui Comissão/ Conselho de Ética extensivo para:	[X] empregados e alta direção [ ] só empregados	[X] empregados e alta direção [ ] só empregados	[X] empregados e alta direção [ ] só empregados	[X] empregados e alta direção [ ] só empregados
	[X] todas as ações/ atividades	[X] todas as ações/ atividades	[X] todas as ações/ atividades	[X] todas as ações/ atividades
	[ ] só situações comportamentais	[ ] só situações comportamentais	[ ] só situações comportamentais	[ ] só situações comportamentais

Observações

Fonte: Modelo elaborado pela Comissão Técnica Nacional de Sustentabilidade da ABRAPP (CTNSus) em parceria com o iBase.

(1) Número de prestadores de serviços temporários: não foram inseridos dados relativos às consultorias técnicas.

Créditos

Previ - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil
Praia de Botafogo, 501, 3º e 4º andares
Botafogo - Rio de Janeiro - RJ
www.previ.com.br

Coordenação
Gerência de Comunicação e Marketing

Consultoria GRI, conteúdo, projeto gráfico e webdesign
rpt.sustentabilidade
www.reportsustentabilidade.com.br

Fotografia
Anna Fischer

Revisão
Alicia Toffani